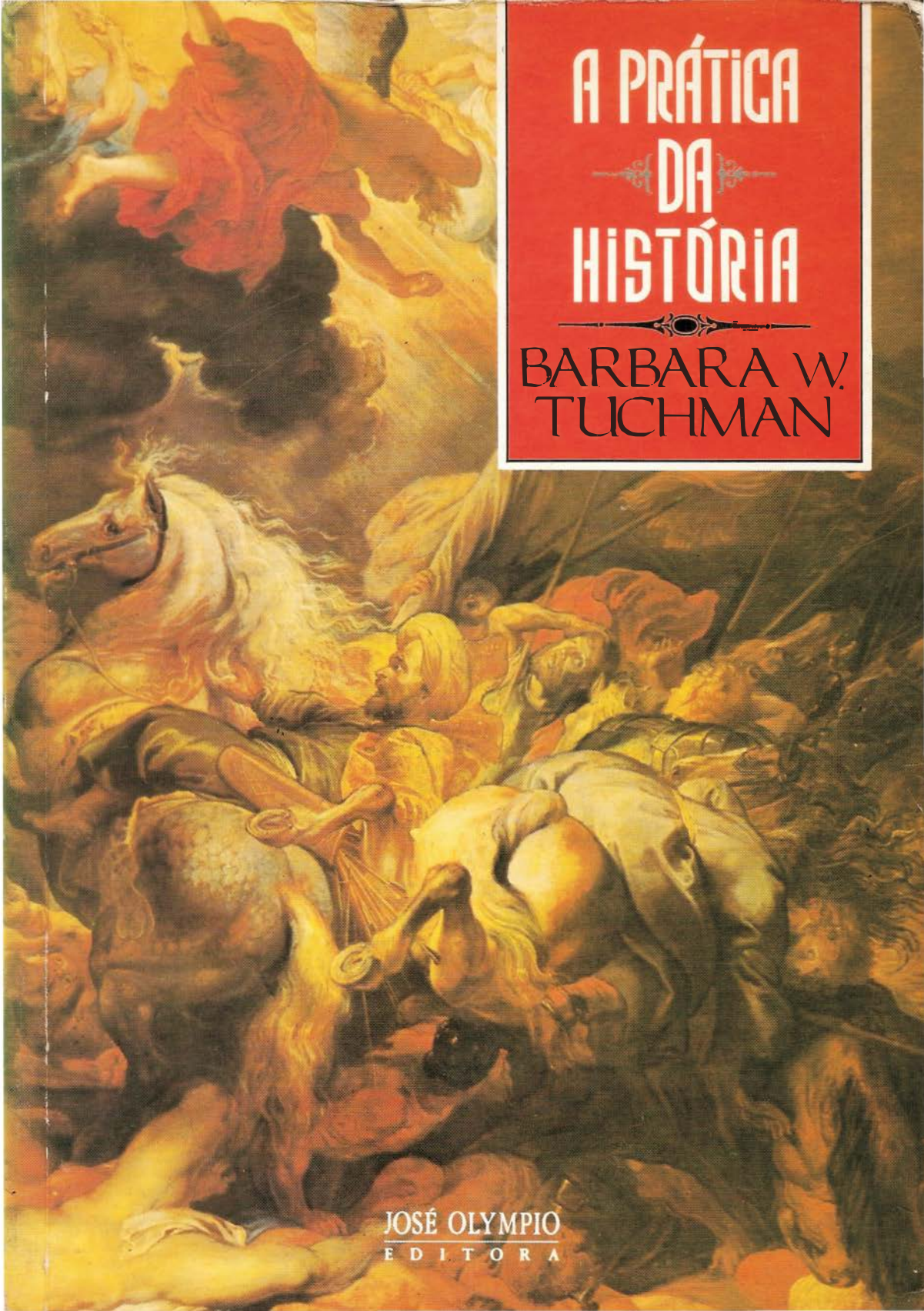




A PRÁTICA DA HISTÓRIA

BARBARA W.
TUCHMAN

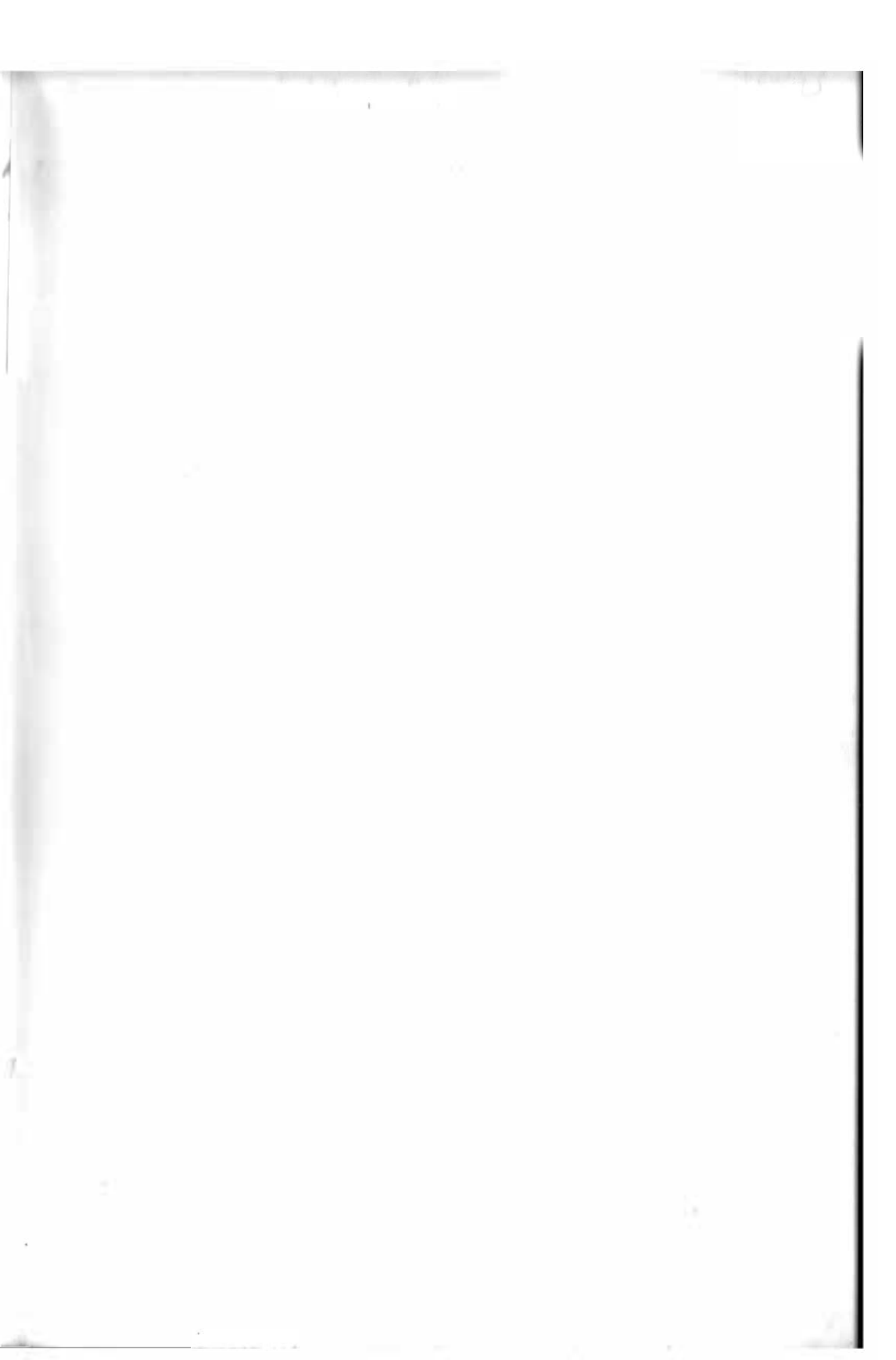
JOSÉ OLYMPIO
EDITOR A



A PRÁTICA DA HISTÓRIA

AO CONTRÁRIO dos sistematizadores da escola de Toynbee, que consideram a História uma ciência e empenham-se em encontrar esquemas explicativos para a evolução dos povos e das sociedades, Barbara Tuchman a vê antes de mais nada como a saga do homem, que constitui sempre o objeto dos estudos históricos. Às grandes paisagens dos sistematizadores, que do alto de suas classificações abrangentes descortinam panoramas de séculos ou mesmo milênios, ela prefere as casas e as pessoas lá em baixo, os detalhes visuais que completam o caráter dos personagens ou as circunstâncias do fato histórico, vendo neles a matéria de uma narrativa dramática que deve entusiasmar o leitor e tornar o assunto o mais emocionante possível. Diz ela: a história é o registro do comportamento humano, o mais fascinante de todos os temas.

E nesse processo, um dos mitos que Barbara Tuchman procura desmitificar é a suposta isenção do historiador, que segundo ela não pode ter a objetividade de um redator de atas. O importante é não esconder simpatias e aversões. E ela mostra que grandes historiadores, como Tucídides, Mommsen, Michelet e outros, nunca pretenderam ser imparciais — pelo contrário, assumiram claramente posições a favor ou contra.





A PRÁTICA
DA
HISTÓRIA



BARBARA TUCHMAN foi duas vezes agraciada com o prêmio Pulitzer, primeiro pelo seu *best-seller* *August 1914*, mais recentemente, por *Sand against the wind*. Entre seus outros sucessos incluem-se *The proud tower*, *A marcha da insensatez* e *Um espelho distante*, os dois últimos publicados também pela José Olympio Editora. Além destes, escreveu *O telegrama Zimmerman* (no prelo).

BARBARA W.
TUCHMAN

A PRÁTICA
— { DA } —
HISTÓRIA

Tradução de
WALTENSIR DUTRA

JOSÉ OLYMPIO
E D I T O R A

Título do original em inglês
PRACTISING HISTORY

© *The estate of Barbara Tuchman, 1989*

Direitos adquiridos para a língua portuguesa, no Brasil, pela
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA S.A.
Rua Marquês de Olinda, 12
Rio de Janeiro, RJ — República Federativa do Brasil
Printed in Brazil / Impresso no Brasil

ISBN 85-03-00426-7
(Edição original: ISBN 0-333-34797-8, Papermac, Macmillan Publishers Ltd., London, 1983)

Editoração
FÁTIMA PIRES DOS SANTOS

Capa
JOATAN
(detalhe do quadro de Rubens,
A derrota de Sennakeribe)

Diagramação
ANTONIO HERRANZ

Revisão de originais
ALFREDO MEYRELLES

Revisão de provas
MARCO ANTONIO CORRÊA
FATIMA CARONI
TEREZA CARDOSO

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

T824p Tuchman, Barbara Wertheim, 1912-1989
A prática da história / Barbara W. Tuchman; tradução de Waltensir Dutra.
— Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

Tradução de: Practising history.

1. História — Discursos, ensaios, conferências etc. I. Título.

91-0861

CDD - 900
CDU - 93

SUMÁRIO

NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA	vii
PREFÁCIO DA AUTORA	ix

A PRÁTICA DA HISTÓRIA

PRIMEIRA PARTE

O OFÍCIO

EM BUSCA DA HISTÓRIA	5
QUANDO ACONTECE A HISTÓRIA?	17
A HISTÓRIA EM GRAMAS	25
O HISTORIADOR COMO ARTISTA	37
A OPORTUNIDADE DO HISTORIADOR	43
OS PROBLEMAS DA BIOGRAFIA DO GENERAL STILWELL	57
A BIOGRAFIA COMO PRISMA DA HISTÓRIA	69

SEGUNDA PARTE

O PRODUTO

TRUJEM DE CAMPANHA	83
"PERDICARIS VIVO OU RAISULI MORTO"	87
WOODROW WILSON NO DIVÃ DE FREUD	101
COMO OS EUA ENTRARAM NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	113
SE MAO TIVESSE VISITADO WASHINGTON	129
O DILEMA ASSIMILACIONISTA: A HISTÓRIA DO EMBAIXADOR MORGENTHAU	149
KISSINGER: AUTO-RETRATO	159
OS MELHORES MOMENTOS DA HUMANIDADE	169

TERCEIRA PARTE

APRENDENDO COM A HISTÓRIA

A HISTÓRIA É UM GUIA PARA O FUTURO?	189
CHAVES HISTÓRICAS DOS DESCONTENTAMENTOS ATUAIS	199
O GENERALATO	209
POR QUE OS ESTADISTAS NÃO OUVEM	221
EM NOSSO ANIVERSÁRIO — OS ESTADOS UNIDOS COMO IDÉIA	229

NOTA
À EDIÇÃO BRASILEIRA.

CABE OBSERVAR, para ciência do leitor, que na edição em português, no Brasil, de *A prática da história*, não constam oito capítulos presentes no original em inglês. Estes foram retirados em virtude de nos parecerem muito desatualizados ou não oferecerem, a nosso ver, maior interesse ao público brasileiro. Para adotar tal procedimento, obtivemos autorização expressa de *The estate of Barbara Tuchman*, c/o *Russel & Volkening Inc.*, New York, USA. Os capítulos que não aparecem na edição brasileira são: *'The houses of research'*, reproduzido do *Authors Guild Bulletin*, março de 1972; *'Japan: a clinical note'*, do *Foreign Affairs*, abril de 1936; *'What Madrid reads'*, de *The Nation*, 6 de novembro de 1937; *'The final solution'*, da *New York Times Book Review*, 29 de maio de 1966; *'Israel: land of unlimited impossibilities'*, do *Saturday Evening Post*, 14 de janeiro de 1967; *'Israel swift sword'*, de *The Atlantic*, setembro de 1967; *'Vietnam'*, de *Newsday*, 8 de março de 1968; e *'Watergate and the presidency'*, do *New York Times*, 13 de fevereiro de 1973.



PREFÁCIO

É SURPREENDENTE, ao examinarmos trabalhos antigos, ver quais parecem ter resistido e quais envelheceram. A única regra que posso descobrir como determinante — e é cheia de exceções — é que, no conjunto, artigos ou reportagens com um assunto ‘concreto’, isto é, factual, ou com uma história observada pessoalmente, são mais legíveis hoje do que as peças ‘abstratas’, de sátira, ou defesa de uma causa ou escritas no calor das paixões políticas do momento. Estas, com a passagem do tempo, tendem a parecer embaraçosas e não foram, com uma ou duas exceções, ressuscitadas.

As exceções prejudicaram qualquer princípio de inclusão ou exclusão que tentei formular. Dois relatos, baseados em testemunho ocular de episódios históricos, que me pareciam bons para esta coletânea, não revelaram, na releitura, uma qualidade digna da reprodução. Um deles foi uma descrição dos funerais do presidente Kennedy, escrita para o *St. Louis Post-Dispatch*; o outro, sobre a reunificação de Jerusalém em junho de 1967, depois da Guerra dos Seis Dias, preparado para o *Washington Post*. No primeiro caso, presumivelmente devido aos parágrafos iniciais sobre o enterro de Eduardo VII, em *The Guns of August*, pediram-me para cobrir a cerimônia fúnebre de Kennedy; e aceitei mais por curiosidade do que por interesse. Munida de uma credencial de imprensa, observei o velório na rotunda do Capitólio, circulei entre a multidão na praça Lafayette na manhã seguinte, vi o desfile, bastante desorganizado, de chefes de Estado visitantes, com De Gaulle a todos eclipsando, assisti às solenidades religiosas em Arlington e retirei-me depois para um quarto de hotel para produzir o meu comentário até a meia-noite, a fim de que fosse publicado no jornal da manhã seguinte. Mas o que poderia escrever, se todo o país tinha acompanhado todos os momentos das solenidades pela TV, durante as últimas 36 horas? Não podia simplesmente descrever o que todos já tinham visto; era preciso dar aos acontecimentos um significado extra. Para mim, era demasiado cedo: eu não compartilhava da mística de Camelot; não tinha nenhuma idéia, naquele momento, do lugar ou da significação de Kennedy na história, se algum há, e, além disso, estava preocupada com o prazo até a meia-noite. Meu

artigo, bastante frio, foi uma decepção para os leitores que desejavam o tom solene.

No caso de Jerusalém, quando, contrariando todos os conselhos, o prefeito Kollek mandou retirar o arame farpado e as barreiras da terra de ninguém, eu estava presente e acompanhei uma família israelense em visita a amigos árabes que não viam havia 19 anos; e presenciei os vendedores ambulantes árabes, com suas cabras, entrarem na Cidade Nova, boquiabertos com a visão e já escolhendo esquinas onde vender refrescos e lápis. Foi um dia de tensão, de drama e imenso interesse, e, não obstante, o artigo que escrevi, como o de Kennedy, não tinha impacto. Esses dois exemplos, embora não façam parte deste livro para que o leitor os possa julgar, ilustram a dificuldade de estabelecer um princípio de seleção: compartilhei da emoção do momento num dos casos, mas não no outro, e nas duas ocasiões os resultados não foram bons.

Estranhamente, um artigo sobre Israel, escrito para o *Saturday Evening Post* no ano anterior, quando de minha primeira visita, saiu bom e ainda pode ser lido, creio. Talvez tenha sido a novidade da experiência, talvez o fato de estar escrevendo para leitores que, como eu os imaginava, provavelmente pouco ou nada sabiam sobre o país e não tinham com ele nenhuma ligação emocional. Queria transmitir o sentimento, os fatos, a natureza e significado históricos da nova nação, tudo isso num único artigo. Nem sempre conseguimos nosso objetivo ao tentar, mas nesse caso creio ter conseguido êxito. Mais tarde, Fodor o usou como Introdução ao seu *Guide to Israel*, durante vários anos.

Os ensaios nas páginas que se seguem exigem alguma explicação das circunstâncias que lhes deram origem. Em 1936, fui trabalhar para a revista *Nation*, que meu pai, Maurice Wertheim, banqueiro de interesses bastante ecléticos, tinha comprado de Oswald Garrison Villard, para salvá-la da falência. Freda Kirchwey, sucessora de Villard como diretora e amiga de meus pais, assumiu o controle, juntamente com um novo colega, Max Perner. Meu trabalho foi, a princípio, cortar e arquivar uma grande variedade de jornais e revistas, e aos poucos, passei a escrever alguns dos parágrafos de duzentas palavras sobre atualidades que apareciam semanalmente nas páginas de abertura da *Nation*. Para escrever sobre assuntos que nos eram indicados e sobre os quais nada sabíamos — recidivismo, trabalho migrante, a morte de Georges Chicherin, TVA, AAA, a Comissão Nye de Munições, a Convenção dos Estreitos de Montreux, o Congresso do Partido Nazista — era necessário coligir todos os fatos relevantes, condensar o assunto em duzentas palavras, incluindo o ponto de vista da *Nation*, e preparar a matéria em tempo. A experiência foi de grande valor, embora os trabalhos fossem efêmeros.

Credenciada pela *Nation*, fui em 1937 para Valencia e Madri, durante a Guerra Civil Espanhola, continuando depois na Europa, envolvida na agitação das atividades contra a não-intervenção e o apaziguamento, e o que era chamado pelo outro lado de 'antifascismo prematuro'. Foi uma época sombria,

emocionante, de crenças, traiçoeira, com heróis, esperanças e ilusões. Sempre achei que o ano e a década em que chegamos à maioridade, e não os de nosso nascimento, são os que nos marcam. Vejo-me como filha da década de 1930. Eu era idealista, naquela época, como suponho que as pessoas devam ser aos vinte anos (ou deviam, na minha geração). Acreditava que o direito e a racionalidade acabariam vencendo. Em Londres, preparei um pequeno livro chamado *The lost British policy*, destinado a mostrar que manter a Espanha (e as portas do Mediterrâneo) livres do controle da potência dominante no continente (à época, Hitler), sempre fora um princípio norteador da política externa britânica. Era um respeitável trabalho de pesquisa mas, como disse um crítico, “tendencioso”. Trabalhei também para um boletim semanal de informações chamado *War in Spain*, subvencionado pelo governo espanhol, mas não guardei cópias de minhas colaborações.

Mais ou menos na época de Munique voltei para os Estados Unidos e continuei a militar nas questões espanholas e a compilar um registro cronológico das origens da guerra, em colaboração com Jay Allen, o correspondente norte-americano mais bem informado sobre a Espanha. Com a derrota da República em 1939, deparei-me com o acontecimento que me despedaçou o coração, politicamente falando, e substituiu minhas ilusões pelo reconhecimento da *realpolitik*; foi o início da idade adulta. Escrevi uma trenodia sobre o papel das nações ocidentais no resultado da Guerra Civil Espanhola, chamada ‘We Saw Democracy Fail’, para a *New Republic*, mas, como um dos trabalhos que me constrangem cerca de trinta anos depois, não foi incluído aqui.

Em 18 de junho de 1940, o dia em que Hitler entrou em Paris, casei-me com o dr. Lester R. Tuchman, médico de Nova York, que racionalmente achava, na época, que o mundo era muito pouco promissor para nele colocar filhos. Sensata pelo menos daquela vez, argumentei que, se esperássemos as perspectivas melhorarem, poderíamos ter de esperar para sempre, e, se desejávamos um filho, devíamos tê-lo então, a despeito de Hitler. Não sendo a tirania dos homens tão total quanto as feministas de hoje nos querem fazer crer, nossa primeira filha nasceu nove meses depois. Quando aconteceu Pearl Harbor e meu marido entrou para o corpo médico do Exército, acompanhei-o, com a menina, a Camp Rucker, no Alabama, e quando ele embarcou com seu hospital para a Europa, em 1943, voltei para casa e fui trabalhar para o Office of War Information (OWI) em Nova York.

Enquanto o OWI em San Francisco transmitia os noticiários norte-americanos para o Extremo Oriente, nossas operações em Nova York estavam voltadas para a Europa. Devido ao meu conhecimento direto do Japão, por menor que fosse, fui designada para a seção do Extremo Oriente, cuja tarefa era explicar aos nossos ouvintes europeus a guerra do Pacífico e as proporções do esforço norte-americano na Ásia. No desempenho dessas atribuições, cobri, através de fontes secundárias, a campanha do general Stilwell na Birmânia, que continuou

ame fazer pensar durante os vinte anos seguintes, até tomar a forma de um livro tendo Stilwell como o foco da experiência norte-americana na China.

Não me recordo de ter escrito nada de grande interesse enquanto estava no OWI, exceto dois 'informativos', como eram chamados, na previsão de certos acontecimentos. Um deles foi sobre a história e geografia do litoral da China, como preparativo para um desembarque norte-americano, e outro sobre o Extremo Oriente soviético, para ser usado quando, e se, a Rússia entrasse na guerra contra o Japão. Meu chefe, um jornalista profissional, impacientou-se com meu trabalho. "Não examine tanto material", disse ele. "Você produz muito mais depressa se não souber coisas demais." Embora isso fosse exato para o jornalista que trabalha com um prazo, não era um conselho adequado ao meu temperamento. De qualquer modo, àquela altura, a guerra terminou subitamente, e não sei o que foi feito dos meus 'informativos'. Gostaria de voltar a lê-los, mas os papéis que por acaso guardei dos dias do OWI parecem ter-se evaporado.

Não há nesta coletânea nenhum material da década de 1940; só a partir do último ano da década de 1950, porque depois da guerra, quando meu marido voltou, tivemos mais dois filhos, e a domesticidade predominou por algum tempo, combinada com o início do trabalho que sempre desejei fazer, ou seja, escrever um livro. Em 1948, comecei a trabalhar no meu primeiro livro, *Bible and sword*, que me exigiu seis ou sete anos de um esforço bastante interrompido, e muito mais tempo para encontrar um editor. Foi seguido por *O Telegrama Zimmermann*, e depois por 'Perdicaris' que, sendo demasiado limitado para um livro, foi reduzido às dimensões de conto, com as quais aparece aqui.

A partir da década de 1960, os artigos escolhidos falam mais ou menos por si mesmos. Depois da publicação de *Stilwell*, em 1971, escrevi vários artigos sobre as relações norte-americanas com a China e seus ecos no Vietnã, mas o tema principal já tinha sido expresso no livro, e reviver artigos efêmeros não servia a nenhum objetivo. A exceção é o artigo sobre Mao que, como descoberta e comunicação, constitui um trabalho importante de pesquisa histórica, do qual muito me orgulho. Foi com satisfação que vi publicado por *Foreign Affairs* no número comemorativo ao seu quinquagésimo aniversário — e comemorativo, para mim pessoalmente, da terrível passagem dos 36 anos desde a minha primeira e sorrateira incursão pelas suas páginas.

Duas ausências que lamento são 'The book', que constitui a Conferência Silcox na Biblioteca do Congresso em 1979, e um ensaio do mesmo ano, intitulado 'An inquiry into the persistence of un wisdom in government'. O primeiro parecia não ser do espírito desta coletânea, que é o da história. O segundo, que serve agora como núcleo para um livro futuro, está hibernando no momento, até surgir da crisálida.

Os textos que aparecem a seguir são reproduzidos tal como publicados originalmente (ou falados), com uma ou duas correções de fatos, uns poucos

cortes e eliminações de frases repetidas, umas poucas modificações de linguagem imperfeita, mas não de idéias, e algumas alterações de títulos nos casos em que os editores preferiram os seus (sempre lamentáveis, é certo) aos originais. Esses títulos originais foram restabelecidos.

Se os artigos escolhidos oferecem, quando reunidos, uma filosofia de história, é uma pergunta que hesito em responder, porque tenho muito medo de filosofia. Elas encerram, para o historiador, o risco de ser tentado a manipular os fatos no interesse do seu sistema, o que resulta em histórias mais fortes em ideologia do que realidade factual. Não acredito, não obstante, que se possa escrever história durante um longo período sem chegar a certos princípios e linhas diretrizes. Surge destes ensaios, creio, uma idéia da história como accidental e talvez cíclica, um sendo do comportamento humano como uma corrente constante através de intermináveis campos de circunstâncias variáveis, do bem e do mal sempre coexistindo e inseparavelmente misturados, tanto nas épocas como nas pessoas, de correntes cruzadas e opostas, geralmente presentes para contrariar generalizações demasiado fáceis. Quanto ao tratamento, acredito que o material deve anteceder a tese, que a narrativa cronológica é a espinha dorsal e a corrente sangüínea que aproxima a história 'daquilo que realmente foi' e de um entendimento adequado da causa e efeito; que, qualquer que seja o assunto, deve ser escrito em termos do que se conhecia e do que se acreditava na época, e não da visão retrospectiva, pois de outra forma o resultado não teria validade. Embora não tenha pretensões à originalidade, descobri esses princípios sozinha, durante o aprendizado do ofício, e seguindo a prática de minha profissão.

A AUTORA

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

A PRÁTICA
DA
HISTÓRIA



PRIMEIRA PARTE

O OFÍCIO





Em busca da História*

* Conferência Phi Beta Kappa, Radcliffe College, abril de 1963. *Radcliffe Quarterly*, maio de 1963.



FASCÍNIO DA HISTÓRIA começou para mim quando eu tinha cerca de seis anos, através de uma coleção chamada Os Gêmeos, de Lucy Fitch Perkins, que tratava do papel dos gêmeos na história. Fiquei empolgada com a sorte dos gêmeos holandeses;* dos gêmeos da Revolução Norte-Americana, que ousadamente pintaram a palavra *Modeerf*, ou 'liberdade' em inglês, de trás para a frente, em seu barco a remos; e especialmente dos gêmeos belgas, que sofreram sob a ocupação alemã de Bruxelas em 1914.

Depois dos gêmeos, tive um período de G. A. Henty** e sangrei com Wolfe*** no Canadá. Depois, veio um prolongado período Dumas, durante o qual tornei-me tão íntima dos reis, rainhas e amantes reais dos Valois, e dos vários duques de Guise, que quando visitamos os *chateaux* franceses pude dizer à minha família quem tinha apunhalado quem, e em que quarto. *The White Company*, de Conan Doyle, e sobretudo *The Scottish Chiefs*, de Jane Porter, foram as influências definitivas. Foi como o nobre Wallace, de saia xadrez e gorro de veludo com borla, que compareci à minha primeira festa a fantasia, caminhando com uma trágica e silenciosa imponência entre as Florence Nightingales e Julietas de 12 anos. No livro, a traição da condessa de Mar a Wallace trazia uma nota de rodapé que me marcou. "Os crimes dessa malvada mulher", dizia a nota sombriamente, "estão comprovados pela história".

Quando cheguei a Radcliffe não tive dificuldades em escolher minha área de concentração, ainda que fosse história e literatura, ao invés de história, apenas. Não experimentei, na universidade, nenhum momento de revelação que me levasse a escrever narrativas históricas. Não posso dizer quando ocorreu esse momento preciso: houve apenas uma evolução, com um considerável intervalo de tempo. O que Radcliffe *realmente* fez por mim, porém, foi dar-me

* Meninos que teriam impedido uma inundação, tapando com as mãos o buraco de um dique. (N. do T.)

** George Alfred Henty (1832-1902), autor inglês de histórias juvenis. (N. do T.)

*** James Wolfe (1727-59), general inglês morto na Batalha de Quebec, entre ingleses e franceses, pela posse do Canadá. (N. do T.)

um ímpeto (para não falarmos de uma educação, mas suponho que isso esteja implícito). Parte desse ímpeto veio dos grandes cursos e grandes professores. Dos três aos quais mais devo, dois, curiosamente, foram de literatura, e não de história: o curso composição literária, de Irving Babbitts, e inglês 72, de John Livingston Lowes, que incluía seu espetacular *tour de force* sobre as origens de *The ancient mariner* e de *Kubla Khan*. Ele saudava Wordsworth, prestava breve homenagem a Keats e Shelley, e realmente se empenhava, durante 12 semanas de aulas, em mostrar as fontes da imagística de Coleridge, gastando pelo menos uma semana com a aparição fatal da pessoa de Porlock. O que mantinha o nosso interesse, ou pelo menos o meu, durante toda essa exploração, era o entusiasmo de Lowe pela sua matéria.

Essa qualidade era também a essência do curso história constitucional da Inglaterra, do professor C. H. McIlwain, que ia até a Magna Carta. Não importava a McIlwain, erudito e historiador de renome, que apenas quatro alunos seguissem o seu curso ou que este já tivesse sido ministrado em Harvard e tivesse de ser repetido para nós (sim, era esse o estranho costume da época). Não importava, porque McIlwain tinha um apaixonado caso de amor com as leis dos anglos e os artigos da Carta, especialmente, pelo que me recordo, o art. 39. Como qualquer apaixonado, ele queria mostrar a todos como era belo o objeto de suas afeições. O professor tinha cabelos brancos, rosto corado e os mais brilhantes olhos azuis que já vi; embora não me possa lembrar de uma palavra do art. 39, lembro-me como esses olhos faiscavam quando falava dele, e como eu me inclinava para a frente, e muito, para mostrar minha apreciação. Eu teria dado qualquer coisa para escrever uma prova final brilhante, mas metade das perguntas eram em anglo-saxão, e ele se esquecera de nos avisar disso. Mas o detalhe não importa, pois deu a nós quatro as melhores notas, talvez por gratidão por lhe termos proporcionado outra oportunidade de falar de sua amada Carta.

O professor Babbitt, por outro lado, sendo classicista e anti-romântico, via o entusiasmo com desconfiança. Mas seu desprezo por este entusiasmo era tão zeloso, tão vigoroso e culto, extravasando-se numa erudição que parecia uma grande fuga de órgão, que equivalia ao entusiasmo de McIlwain, e deixava enlevados não só a mim, mas a todos os seus ouvintes.

Embora eu não soubesse disso, ou não formulasse conscientemente a idéia na época, essa paixão pelo assunto é indispensável para se escrever boa história — ou qualquer coisa boa, na verdade. Há poucos meses, ao fazer uma conferência numa outra universidade, fui convidada a conhecer o corpo docente e outros convidados, num jantar. Um dos jovens professores do Departamento de História, que declarou invejar meu assunto em *The guns of August*, confessou que estava atolado e num impasse, na metade de sua tese de doutorado. Ela tratava, segundo me disse, de um dos primeiros missionários no Congo, que nunca tinha sido 'tratado' antes. Perguntei qual a dificuldade. Com um gesto

aborrecido, respondeu: “É que não gosto dele”. Fiquei realmente triste e deprimida — tanto por ele, como pelas condições em que se fazem esses estudos. Não sei quantos de vocês freqüentam ou vão freqüentar cursos de pós-graduação, mas, quando tiverem de escrever aquela tese sobre, digamos, ‘A imagística submarina derivada da batalha de Lepanto nos últimos dramas poéticos de Lope de Vega’, espero que o façam porque se interessam apaixonadamente pela imagística e não porque o seu departamento sugeriu isso como um tema original.

Ao preparar minha tese — não de doutorado, porque eu nunca consegui um diploma de pós-graduação, mas apenas meu trabalho de conclusão de curso — ocorreu a experiência que, isolada, mais contribuiu para formar-me em minha carreira. Não foi um orientador, nem um professor, nem um colega estudante, nem um grande livro ou um exemplo brilhante de algum conferencista famoso que nos visitasse — como *sir* Charles Webster, por exemplo, por mais brilhante que fosse. Foram as estantes de livros em Widener. Elas foram a minha bacia de Arquimedes, minha sarça ardente, o prato mofado onde encontrei minha penicilina pessoal. Eu podia usar como se fosse meu um daqueles pequenos cubículos com uma mesa, junto de uma janela, estranhamente chamados, como fiquei sabendo depois, de *carrells*, palavra que desconhecia quando ocupava um deles. O meu ficava no meio do 94^{2a} (ou seja, história britânica), e eu podia percorrer livremente as ricas prateleiras, tirando o que quisesse. A experiência foi maravilhosa; palavra que uso no seu exato sentido de cheia de maravilhas. Os dias mais felizes da minha vida intelectual, até que comesse a escrever história, outra vez, cerca de 15 anos depois, foram passados entre as estantes de Widener. Minha filha Lucy, da turma de 1961, disse-me certa vez que não podia entrar naquele labirinto sem sentir que devia levar uma bússula, um sanduíche e um apito. Eu também nunca tive a certeza de que saberia encontrar a saída, mas sentia-me feliz como uma vaca pastando num capim fresco, e não me teria importado se me trancassem ali a noite toda.

Certa vez, fiquei até tão tarde que saí depois do anoitecer, muito depois da hora do jantar no meu dormitório, e vi, horrorizada, que tinha pouco dinheiro comigo. Fazia muito frio e eu estava faminta. Não me podia decidir se gastava o dinheiro numa barra de chocolate e andava até chegar ao dormitório ou se tomava o bonde e ia para casa com fome. Essa história termina numa inter-rogação, pois, embora me lembre do sofrimento de ter de escolher, não consigo lembrar qual foi a escolha.

Minha tese, fruto dessas horas entre as estantes, foi minha primeira tentativa prolongada de escrever história. Chamava-se ‘A justificação moral do Império Britânico’, um título pouco atraente e, além disso, inexato, pois o que eu pretendia mostrar era a justificação moral do império segundo os imperialistas. Foi para mim uma experiência maravilhosa e terrível. Maravilhosa porque procurar o material, e ver aonde ele levava, era uma excitação permanente, e

porque eu estava fascinada pelo assunto, imaginado por mim mesma — para grande desagrado de meu orientador, que era de literatura inglesa, e não de história, e só se interessava por Walter Pater — ou seria Walter Savage Landor? De qualquer modo, seu interesse *não era* o Império Britânico, e, como nossas reuniões foram, em consequência, dolorosamente pouco comunicativas, creio que ele se sentiu aliviado quando comecei a faltar.

A experiência foi terrível porque eu não conseguia fazer o trabalho do jeito que queria. A redação ficava muito aquém das idéias. Os personagens, que estavam tão vivos dentro de minha cabeça, pareciam rígidos quando os punha no papel. Terminei a tese descontente. Também o departamento ficou insatisfeito. “Estilo medfocre”, disseram. Há alguns anos, quando desenterrei o trabalho para procurar uma referência, essa impressão foi confirmada. Lembrou-me *The importance of being earnest*, quando Cecily diz que as cartas que escrevia para ela mesma e que seriam remetidas pelo seu noivo imaginário quando ela rompeu o noivado imaginário eram tão belas e cheias de erros de ortografia que não podia lê-las sem chorar. Eu sentia a mesma coisa sobre minha tese: tão bela — na intenção — e tão mal escrita. O entusiasmo não tinha sido suficiente: é preciso saber também usar a língua.

Desde então, descobri que se aprende a escrever, escrevendo. Depois de sete anos de aprendizado no jornalismo, descobri que um elemento essencial para se escrever bem é um bom ouvido. Devemos *ouvir* o som da nossa prosa. Creio ser essa a deficiência de grande parte do que se escreve nos Estados Unidos. Um número demasiado grande de autores não ouve o som de suas próprias palavras. Por exemplo, ouçam esta frase de uma revista da minha disciplina, a *American Historical Review*: “His presentation is not vitiated historically by efforts at expository simplicity.” Numa frase curta, cinco compridas palavras latinas de quatro ou cinco sílabas, cada. É preciso lê-la três vezes, e ter tempo para pensar, antes que possamos entender o que significa.

Na minha opinião, as palavras curtas são sempre preferíveis às longas; quanto menos sílabas melhor, e monossílabos, belos e puros, como ‘bread’, ‘sun’, e ‘grass’, são os melhores de todos. Emerson, usando quase que totalmente palavras de uma sílaba, escreveu versos que me parecem estar entre os melhores da língua inglesa:

*By the rude bridge that arched the flood,
Their flag to April's breeze unfurled,
Thy Naiad airs have brought me home
And fired the shot heard round the world.**

De 28 palavras, 24 são monossílabos. É o inglês em sua forma mais pura, embora não muito característica do autor.

* Pela rústica ponte que se arqueava sobre a corrente/Sua bandeira à brisa de abril des-
faldada/Tuas arias de infância convenceram-me/E dispararam o tiro ouvido em todo o mundo.

Ou vejam isto:

*On desperate seas long wont to roam,
Thy hyacinth hair, thy classic face,
Here once the embattled farmers stood
To the glory that was Greece
And the grandeur that was Rome.**

Imaginem como se deve ter sentido quem escreveu esses versos! Embora vindos de um autor satisfeito com os ritmos fáceis de 'O Corvo' e 'Annabel Lee', eles representam, receio, um acaso feliz. Citar poesia, dirão vocês, não é uma comparação justa. É certo, mas que lição encerram essas estrofes, sobre o som das palavras! Que soberbo uso desse magnífico instrumento que está à disposição de todos nós — a língua inglesa. Por acaso os dois autores dessas amostras são norte-americanos e ambos, é curioso, escreviam sobre a história.

Escrever história de modo a encantar o leitor e a tornar o assunto tão cativante e emocionante para ele quanto é para mim, tem sido meu objetivo, desde aquele fracasso inicial com a minha tese. Um requisito preliminar, como disse, é estarmos encantados e sentirmos necessidade de comunicar a magia. Comunicar a quem? Chegamos agora ao leitor, pessoa que tenho sempre presente. Catherine Drinker Bowen disse que escreve seus livros com um cartaz pregado acima de sua mesa, dizendo: "Írá o leitor virar a página?"

Quem escreve sobre história tem, parece-me, várias obrigações com o leitor, se quiser conservá-lo. A primeira, é destilar. Deve fazer o trabalho preliminar para o leitor, reunir as informações, dar-lhes sentido, selecionar o essencial, rejeitar o irrelevante — sobretudo, rejeitar o irrelevante — e colocar o restante de modo a formar uma narrativa dramática que se desenvolve. A narrativa, já se disse, é o elemento vital da história. Oferecer uma massa de fatos não digeridos, de nomes não identificados e lugares não situados é inútil para o leitor e constitui simples preguiça do autor ou pedantismo para mostrar o quanto leu. Para eliminar o desnecessário, é preciso coragem e também mais trabalho, como exemplifica o esforço de Pascal para explicar uma idéia a um amigo numa carta de quatro páginas, que terminava dizendo: "Desculpe-me tê-lo cansado com uma carta tão longa, mas não tinha tempo para escrever-lhe uma carta breve". O historiador é constantemente atraído para atalhos e desvios fascinantes. Mas a arte de escrever — a prova do artista — é resistir a essa atração e apegar-se ao seu assunto.

Deve o historiador ser um artista? Uma arte consciente deve certamente fazer parte de seu equipamento. Macaulay descreve-se como meio poeta, meio filósofo. Não aspira a nenhuma dessas alturas. Vejo-me como uma contadora

* Sobre mares desesperados há muito afeitos a cruzar/Teu cabelo de jacinto, tua face clássica/Aqui outrora aguerri dos rústicos se ergueram/Pela glória do que foi Grécia/E a grandeza do que foi Roma.

de histórias, uma narradora que se ocupa de histórias verídicas. Não é uma distinção de valores relativos, mas simplesmente porque a história me interessa mais do que a ficção. Concorro com Leopold von Ranke, o grande historiador alemão do século XIX, que disse que, ao comparar o retrato de Luís XI em *Quentin Durward*, de Scott, com o retrato do mesmo rei nas memórias de Philippe de Comines, seu ministro, achou “a verdade mais interessante e mais bela do que o romance”.

Foi Ranke também quem mostrou qual a tarefa do historiador: descobrir *wie es eigentlich gewesen ist*, o que realmente aconteceu ou, numa tradução mais literal, como foi realmente. Sua meta é daquelas que permanecem para sempre além de nosso alcance por motivos que expliquei em uma “Nota sobre as Fontes”, em *The guns of August* (um parágrafo que ninguém lê, mas *eu* considero a melhor coisa do livro). Resumindo, a razão é que quem escreve sobre o passado não esteve no passado. Não podemos nunca ter certeza de ter recapturado o passado tal como realmente foi. Mas o mínimo que podemos fazer é ficar dentro das provas.

Não invento nada, nem mesmo o clima. Um dos meus leitores disse que tinha gostado particularmente de um trecho de *The guns* onde conto como o Exército britânico desembarcou na França e como, naquela tarde, houve um ronco de trovoadas de verão no ar e o sol se pôs com um brilho de vermelho-sangue. Ele achou isso um toque de dramaticidade artística, mas o fato era verídico. Encontrei-me nas memórias de um oficial britânico que desembarcou naquele dia, ouviu a trovada e viu o poente vermelho-sangue. A arte, se houve, consistiu apenas na seleção e uso do detalhe no lugar apropriado.

A seleção é o que determina o produto final, e por isso uso apenas material de fontes primárias. Minha opinião sobre as fontes secundárias é de que elas não úteis; mas perniciosas. Uso-as como guias no início de um projeto, para ver o esquema geral do que aconteceu, mas não tomo notas baseadas nelas, porque não quero acabar simplesmente reescrevendo o livro de algum outro autor. Além disso, os fatos de uma fonte secundária já sofreram uma seleção prévia, de modo que, ao usá-los, perdemos a oportunidade de fazer a nossa própria seleção.

Tão logo posso, mergulho nas fontes primárias: memórias e cartas, relatos das campanhas feitos pelos próprios generais, por mais tendenciosos, para não dizer mentazes, que sejam. Até mesmo uma fonte não fidedigna é valiosa pelo que revela sobre a personalidade do autor, em especial se for participante dos acontecimentos, como no caso de *sir* John French, por exemplo. A tendenciosidade nas fontes primárias deve ser esperada. É levada em conta, e é corrigida pela leitura de uma outra versão. Eu sempre procuro ler duas ou mais, para cada episódio. Mesmo que o fato não seja controverso, terá sido visto e lembrado de diferentes pontos de vista por observadores diferentes. Se o acontecimento foi controverso, temos a obrigação extra de examinar os dois lados. Como o

leão da fábula de Esopo que disse para o homem: “Há muitas estátuas de homens matando leões, mas, se os leões fossem os escultores, bem poderia haver uma coleção diferente de estátuas.”

A fonte mais primária de todas é o material inédito: cartas particulares, diários ou relatórios, ordens e mensagens nos arquivos governamentais. Há neles uma proximidade e uma intimidade que revela o caráter e torna vivas as circunstâncias. Lembro-me do diário de mesa do secretário de Estado Robert Lansing, que usei quando estava trabalhando em *O telegrama Zimmermann*. O homem parecia ressurgir pessoalmente de sua caligrafia pequena e cuidadosa, e de suas anotações precisas sobre cada visitante e cada assunto discutido. O registro diário começava e terminava com a hora de chegada e de partida do secretário. Ele registrava até mesmo a hora do almoço, que invariavelmente durava sessenta minutos: “Saí à 1h10; voltei às 2h10”. Certa vez, quando foi forçado a registrar sua chegada pela manhã, às 10h15, acrescentou com um olhar preocupado para a posteridade: “Carro enguiçou”.

Dentro do Arquivo Nacional, até mesmo a lembrança de Widener empalidecia. Nada se compara ao fascínio de se examinar material no próprio papel e tinta com que foi originalmente escrito. O relatório de um agente local com comentários marginais do secretário da Guerra, suas instruções às secretarias de Estado e de Comércio, as iniciais rabiscadas dos leitores subseqüentes, podem constituir um pouco de história em si mesmos. No Arquivo Nacional encontrei a decodificação original do telegrama Zimmermann, cuja liberação consegui e que fotografei para a capa de meu livro.

Ainda mais imediata é a pesquisa no local. Antes de escrever *The guns* aluguei um pequeno Renault e percorri num outro agosto as áreas da batalha de agosto de 1914, seguindo a rota da invasão alemã por Luxemburgo, Bélgica e Norte da França. Além de ter com isso uma idéia de geografia, das distâncias e do terreno no qual se realizaram os movimentos militares, vi os campos cheios de cereais que a cavalaria teria pisado, medi a grande largura do rio Mosa, em Liège, e vi como o território perdido da Alsácia era visto pelos soldados franceses que olhavam lá para baixo desde as alturas dos Vosges. Conheci o desconforto do *pavé* belga e descobri (ao quase perder-me para sempre num emaranhado de estradas rurais, em busca da casa que serviu de quartel-general britânico) porque um mensageiro de motocicleta levou, em 1914, três horas para cobrir 65 quilômetros. É evidente que, devido à preferência dos oficiais britânicos pelas casas de campo, eles não pôde encontrar o quartel-general. Os comandantes franceses, pelo que notei, ficavam nas cidades, com estações ferroviárias e telégrafos.

Quanto à mecânica da pesquisa, tomo notas em fichas de cerca de dez por 15 centímetros, lembrando-me a cada momento de uma regra que aprendi há muito, num manual de pesquisa: “Nunca escrever nas costas de coisa alguma”. Como copiar é um trabalho e um aborrecimento, o uso de cartões — quanto

menores, melhor — força-nos a extrair o que é rigorosamente relevante, a destilar desde o começo, a passar o material pela moenda de nossa própria mente, por assim dizer. Por fim, à medida que as fichas se vão agrupando segundo o assunto, ou a pessoa, ou a seqüência cronológica, a configuração de minha história começa a aparecer. Além disso, elas são cômodas, podem ser guardadas numa caixa de sapatos e pode-se levá-las dentro de um livro de bolso. Quando estou pronta para escrever, preciso apenas de um pacote delas, representando um capítulo, e estou equipada para trabalhar em qualquer lugar. Ao passo que se escrevermos cercados de uma pilha de livros, ficamos presos a um mesmo lugar e, mais ainda, com a probabilidade de sermos influenciados demais por outros autores.

O mais importante na pesquisa é saber quando parar. Como reconheceresse momento? Quando eu tinha mais ou menos 18 anos, minha mãe me disse que, ao sair com um rapaz, eu deveria voltar sempre meia hora antes do que pretendia. Embora não soubesse como fazer isso, reconheci a justeza do conselho, e exatamente a mesma regra se aplica à pesquisa. Devemos parar *antes* de ter acabado; sem isso, nunca paramos e nunca acabamos. Tive uma lição objetiva, nesse sentido, certa vez em Washington, no Arquivo. Eu procurava documentos do caso de Perdicaris, um norte-americano — ou supostamente norte-americano — que foi preso por bandidos marroquinos em 1904.* Os funcionários do Arquivo apresentaram-me a uma velha professora que vinha fazendo pesquisas sobre as relações entre Estados Unidos e Marrocos durante toda a sua vida. Ela tinha escrito sua tese de doutorado sobre o assunto em 1936, creio eu, e ainda continuava passando seis meses, todos os anos, trabalhando no Arquivo. Tinha seus setenta anos e, segundo me disseram, sofrera recentemente um ataque do coração. Quando lhe perguntei que ano era o seu limite, olhou-me surpresa e disse que mantinha um arquivo de recortes de jornais até aquele momento. Tenho certeza de que ela sabia mais sobre as relações norte-americanas do que qualquer outra pessoa viva; mas deixaria algum dia a pesquisa em tempo de escrever aquela história definitiva e contar ao mundo o que sabia? Tive medo da resposta. Não obstante, sabia como a velha professora se sentia. Também eu me sinto obrigada a seguir todas as indicações e a saber tudo sobre um assunto, mas, felizmente, tenho um desejo ainda mais premente de ver meu trabalho em letra de fôrma. É a única coisa que me salva.

A pesquisa tem uma sedução interminável; escrever é trabalho pesado. É preciso sentar-se numa cadeira, pensar e transformar o pensamento em frases legíveis, atraentes, interessantes, que tenham sentido e que façam o leitor prosseguir. É trabalhoso, lento, por vezes penoso, por vezes uma agonia. Significa reorganizar, rever, acrescentar, cortar, reescrever. Mas provoca uma animação, quase um êxtase, um momento no Olimpo. Em suma, é um ato de criação.

* Ver 'Perdicaris vivo ou Raululi morto', p. 87.

Eu tive, é certo, uma tremenda vantagem em *The guns of August*, por ser um assunto espetacular. O primeiro mês da Primeira Guerra Mundial, como disse Winston Churchill, foi “um drama nunca superado”. Tem aquela qualidade heróica que eleva o tema acima do banal e que é necessária à grande tragédia. No mês de agosto de 1914 havia qualquer coisa de preocupante, ameaçador, universal, que nos envolvia a todos. Alguma coisa naquele terrível abismo entre os planos perfeitos e os homens falíveis, que nos faz tremer com um sentimento de “E lá vamos nós apenas com a graça de Deus”.

Só no fim, quando já estava escrevendo o Epílogo, compreendi plenamente todas as implicações da história que tinha passado dois anos redigindo. Comecei a sentirentão que não lhe tinha feito justiça. Mas era tarde demais para voltar e colocar a significação, como a moça do curso de redação, cujo professor disse que agora iriam voltar atrás na sua novela e colocá-la no simbolismo.

Uma das dificuldades de escrever história é o problema de manter o suspense numa narrativa cujo fim é conhecido. Preocupei-me muito com isso a princípio, mas depois de algum tempo o próprio processo de escrever produziu a solução, como acontece com freqüência. Descobri que se escrevemos como se estivéssemos na época, sem a vantagem de uma visão retrospectiva, resistindo sempre à tentação de referir-se a acontecimentos ainda futuros, o suspense se formará naturalmente. Por vezes, a tentação de mostrar ao leitor a significação de um ato ou de um acontecimento, em termos do que aconteceu depois, é quase irresistível. Mas tentei ser forte. Recuei e cortei todas as referências, exceto uma, à batalha do Marne, nos capítulos que levavam a ela. Embora possa parecer absurdo, cortei até mesmo quaisquer referências à derrota final da Alemanha. Escrevi como se não soubesse quem ganharia, e só lhes posso dizer que o método funcionou. Eu mesma ficava tensa de ansiedade, quando os momentos críticos se aproximavam. Lá está Joffre, por exemplo, sentado à sombra de uma árvore do lado de fora do quartel-general, durante toda aquela quente tarde, decidindo se deve continuar a retirada dos exércitos franceses para o Sena ou, como Gallieni quer, dar meia-volta e contra-atacar no Marne. A ala direita alemã está realizando um movimento diagonal em frente de Paris, expondo o flanco. A oportunidade está fugindo. Joffre ainda continua sentado, refletindo. Embora conheçamos o resultado, o suspense é quase insuportável, porque sabemos que se ele tivesse tomado a decisão errada, vocês e eu poderíamos não estar aqui hoje — ou, se estivéssemos, a história teria sido escrita por outros.

Isso me leva a uma questão atualmente muito discutida — a natureza da história. Trava-se hoje uma batalha, como sabem, entre os grandes pensadores, os Toynbees ou sistematizadores, de um lado, e os humanistas, se assim posso chamá-los, usando a palavra no sentido de preocupados com a natureza humana, e não com as humanidades, do outro. O gênero Toynbee está obcecado e oprimido pela necessidade de encontrar uma explicação para a história. Eles

organizam sistemas e ciclos dentro dos quais é preciso espremer a história, para que saia certinha e tenha um padrão e um significado. Quando a história, maldosamente, aparece nos lugares errados, os sistematizadores se apressam a explicar esse comportamento anormal como consequência do clima. Não precisam ir tão longe; é uma questão de gente. Como disse há algum tempo *sir* Charles Oman, o grande historiador da arte da guerra: "A história humana é ilógica [...] e a história é uma série de acontecimentos sem qualquer inevitabilidade."

Os sistemas pré-fabricados me deixam desconfiada, e a ciência aplicada à história me faz tremer. Quem mais se aproximou de uma explicação da história foi, acredito, Leão Trotski, que tanto fez a história como sobre ela escreveu. A causa nos acontecimentos históricos, disse ele, "sofre uma refração pela seleção natural de acidentes". Quanto mais refletimos sobre essa afirmação, mais verdade nela encontramos. Mais recentemente, um articulista anônimo no *Times Literary Supplement* liquidou definitivamente os sistematizadores. "O historiador", disse ele, "que coloca seu sistema em primeiro lugar dificilmente pode escapar da heresia de preferir fatos que melhor se ajustem a esse sistema". E concluiu: "A explicação que possa existir deve surgir na mente do leitor de história". É esse o meu lema.

Descobrir o que aconteceu na história é o bastante, de início, sem se tentar verificar cedo demais o 'porquê'. Acho mais seguro deixar o 'porquê' em paz, até que tenhamos não só reunido os fatos, como também colocado esses fatos em seqüência; para sermos exatos, em frases, parágrafos e capítulos. O processo mesmo de transformar uma coleção de personalidades, datas, calibres de canhões, cartas e discursos numa narrativa acaba forçando o "porquê" a aparecer na superfície. Ele surgirá por si mesmo, num belo dia, vindo da narrativa do que aconteceu. Surgirá de repente e nos baterá no ombro, mas, se não quisermos persegui-lo desde o início, *antes de* saber o que aconteceu. Se o fizermos, ele nos escapará para sempre.

Se o historiador se sujeitar ao seu material, em lugar de tentar impor-se a ele, então esse material acabará falando e dando as respostas. Já me aconteceu mais de uma vez. Descobri nas memórias de alguém que o grão-duque Nicolau chorou quando foi nomeado comandante-em-chefe russo, em 1914, porque, disse o memorialista, sentia-se incapaz para o cargo. Isso me pareceu um desses comentários maliciosos dos observadores contemporâneos contra os quais temos de estar alerta: não parecia verdade. O grão-duque era, ao que se dizia, o único 'homem' na família real; era conhecido pelas suas maneiras muito rudes, era admitido pela soldadesca e temido na corte. Não acreditei que se sentisse incapaz, mas, então, porque teria chorado? Eu poderia ter deixado de lado esse fragmento de informação, mas não queria. Precisava encontrar uma explicação adequada. (Deixar de lado as coisas que não se enquadram é escrever ficção, e não história.) Andei com a nota sobre o grão-duque durante vários dias,

pensando nela. Depois, lembrei-me de outras lágrimas. Percorri minhas notas e descobri uma sobre Churchill chorando, e uma também sobre Messimy, o ministro da Guerra francês. Compreendi imediatamente que não eram os indivíduos, mas as 'épocas' que explicavam as lágrimas. Minha frase seguinte escreveu-se quase que sozinha: "Havia uma aura sobre 1914 que provocava, nos que a sentiam, um estremecimento pela humanidade." Compreendi depois que essa frase expressava a razão pela qual tive vontade de escrever o livro, em primeiro lugar. O 'porquê', vejam vocês, tinha aparecido por si mesmo.

A mesma coisa aconteceu com a ordem de batalha de Joffre, na véspera das batalhas de Mame. Mas a ordem era curiosamente neutra e direta e recusava-se totalmente a estar à altura da ocasião. Tentei traduzi-la de muitas maneiras diferentes, mas de nada valeu. Irritei-me realmente com aquela ordem de batalha. E então, certo dia, quando a lia pela vigésima vez, ela falou de repente. Descobri que sua significação estava no próprio tom neutro e direto. Pude então citá-la ao fim do último capítulo e acrescentei: "Ela não gritava 'Avante!', nem concitava os homens à glória. Depois dos primeiros trinta dias de guerra em 1914 havia o pressentimento de que seria pequena a glória dela resultante."

Assim como a explicação se apresenta dessa forma ao autor, também as implicações, ou significado, para a nossa época surgem na mente do leitor. Essas lições, porém, quando presentes, devem nascer do material e não do autor. Não escrevi para instruir, mas para contar uma história. As implicações serão aquelas que o leitor capaz de pensar extrai do livro. É assim que deve ser, creio, porque o melhor livro é uma colaboração entre autor e leitor.

Quando acontece
a história?*

* *New York Times Book Review*, 8 de março de 1964.



TRÊS MESES DEPOIS da crise do Partido Conservador na Grã-Bretanha, em outubro último, um livro de Randolph Churchill, sobre o dia-a-dia do problema, tinha sido escrito e publicado. Precipitar-se sobre um acontecimento antes que a sua significação tenha tempo de separar-se das circunstâncias que o cercam pode ser mostrado a um espírito empreendedor, mas será útil? Um autor constrangido pode descobrir, passada a agitação, que seu assunto tem pouca significação. O recente predomínio dessas histórias ainda quentes nas listas dos editores suscita a pergunta: deve — ou, talvez, pode — a história ser escrita quando ainda fume?

Antes de irmos mais além, devemos primeiro responder à pergunta “o que é história?”. Os historiadores profissionais vêm debatendo essa questão, com veemência, há algum tempo. Um distinto expoente, E. H. Carr, da Universidade de Cambridge, fez dela o tema de suas Conferências Trevelyan e o título de um livro, em 1962.

Será a história, perguntava ele, o exame dos acontecimentos passados, ou serão estes próprios acontecimentos a história? Por sorte não li o livro senão depois de ter concluído uma tentativa minha de narrativa histórica, pois, se o tivesse feito, não teria ousado nunca começar. Em minha inocência, eu não tinha consciência de que a pergunta do sr. Carr jamais tivesse sido formulada. Supunha simplesmente que a história eram os acontecimentos passados, existindo independentemente, quer fossem examinados ou não.

Eu pensava que nós, que comentamos o passado, somos estranhos a ele; úteis, talvez, para seu entendimento, mas não parte integrante de sua existência. Supunha que a derrota dos gregos ante os persas teria dado a mesma direção à história ocidental, quer Heródoto a tivesse relatado ou não. Mas não é essa a posição do sr. Carr. “A crença num núcleo irredutível de fatos históricos que existem independentemente da interpretação do historiador”, diz ele, “é uma falácia absurda, mas muito difícil de vencer”.

À primeira leitura, isso me pareceu uma tolice absurda. Seria alguma pilhéria sutil? Mas um pensador dessa importância deve ser levado a sério, e.

depois de prolongada discussão silenciosa com o sr. Carr, da qual ele felizmente permaneceu ignorante, comecei a ver o que estava querendo dizer. Ou seja, suponho, que os acontecimentos passados não podem existir independentemente do historiador porque sem o historiador nada saberíamos sobre eles; em suma, que o passado não registrado é como aquela nossa outra velha amiga, a árvore que tombou na floresta primitiva, onde não havia ninguém para ouvir o som de sua queda. Se não havia ouvinte, teria havido som?

Recuso-me a ser assustada por esse enigma, pois ele faz a pergunta errada. O problema não é se a queda da árvore fez algum barulho, mas se deixou marca na floresta. Se deixou uma brecha que permita ao sol atingir uma espécie até então germinada nas sombras, se matou um animal dominante e transferiu o comando da matilha a outro, de características diferentes, ou se caiu numa trilha de animais provocando pequena modificação em sua rota habitual, da qual se seguiram grandes mudanças, aí sim a queda fez história, quer tenha sido ouvida ou não por alguém.

Declaro-me, portanto, uma firme crente na 'falácia absurda' de que os fatos históricos existem independentemente do historiador. Creio que, se o *Domesday Book** e todos os outros registros da época tivessem sido queimados, a transferência da propriedade da terra, dos saxões para os normandos, continuaria sendo um fato da história britânica. É claro que o *Domesday Book* era um registro, e não uma interpretação, e o que o sr. Carr diz é que os fatos históricos não existem independentemente da interpretação dos historiadores. Isso me parece insustentável. Ele bem poderia dizer que a uma grega não existe sem Kents.

As provas me parecem mais importantes do que a interpretação, e os fatos não história, quer sejam interpretados ou não. Creio que a influência da fronteira móvel sobre a expansão norte-americana foi um fenômeno independente de Frederick Jackson Turner, que o observou; creio ter sido o papel da classe ociosa independente de Thorstein Veblen; e que a influência do poder marítimo sobre a história foi independente do almirante Mahan. No último caso, há um possível argumento para a oposição, porque o livro do almirante, *The influence of sea power upon history*, empolgou de tal modo a política naval da Alemanha imperial e da Grã-Bretanha, nos anos anteriores a 1914, que, ao falar e descrever um grande fato histórico, ele próprio fez história. O sr. Carr poderia utilizar isso.

Enquanto isso, seu principal tema parece-me desnecessariamente metafísico. Contento-me em definir a história como os acontecimentos passados dos quais temos conhecimento, e não me preocupo com os fatos que desconhecemos — até que algum arqueólogo os desenterre.

Vejamos agora os historiadores. Quem são eles: os contemporâneos do acontecimento ou aqueles que vêm depois? A resposta é, obviamente, ambos.

* Censo das terras inglesas, mandado fazer em 1086 por Guilherme, o Conquistador. (N. do T.)

Entre os contemporâneos, os principais e indispensáveis são as fontes mais ou menos inconscientes: cartas, diários, memórias, autobiografias, jornais e revistas, documentos comerciais e governamentais. Eles constituem a matéria histórica bruta, e não a história. Seus autores podem estar escrevendo com um olho, ou possivelmente os dois, na posteridade, mas isso não faz deles historiadores. Para desempenhar essa função é necessária uma visão de fora e uma consciência do ofício.

Num nível um pouco diferente estão os registros do tipo “eu-estava-presente”, em geral de jornalistas, cujos relatos contêm, com frequência, pepitas de ouro de informações, enterradas numa massa de notícias diárias sem importância, que a passagem do tempo reduziu às devidas proporções. Alguns dos detalhes mais vivos que entraram em meu livro *The guns of August* vieram dos jornais: a boneca de pano esmagada sob a roda de um canhão alemão veio de Irvin Cobb; o cheiro de meiomilhão de corpos não lavados que pairava sobre as aldeias invadidas da Bélgica veio de Will Irwin; o incidente do coronel Max Hoffmann berrando insultos ao general japonês veio de Frederick Palmer, que cobriu a guerra russo-japonesa. O jornalismo diário, porém, mesmo quando recolhido em formato de livro, é, como as cartas e o resto, essencialmente uma fonte, e não história.

Ainda contemporâneos, mas dispensáveis, são os compiladores que apressadamente montam um livro de recortes e entrevistas, a fim de capitalizar o interesse do público, quando este é grande. Uma forma comum dessas montagens é a biografia improvisada, como *The Lyndon Johnson story*, que estava nas livrarias poucas semanas depois do fato que lhe deu origem. Em seu tratamento, os compiladores não oferecem nenhum enfoque novo, e, como historiadores, são desprezíveis.

Eliminadas todas essas variedades, resta um veio puro de historiadores conscientes, dos quais, entre os contemporâneos, há dois tipos. Primeiro, os observadores, que se dispuseram deliberadamente a fazer a crônica de um episódio de sua época — uma guerra, uma depressão, uma greve ou uma revolução social, o que quer que seja — e lhe dão a forma de uma narrativa histórica com caráter e validade próprios. *A guerra do Peloponeso*, de Tucídides, em proporções maiores, e *The making of a president*, de Theodore White, escrito com o mesmo espírito, embora numa escala comparativamente muito menor, são exemplos.

Segundo, os participantes ativos, ou interessados, que tentam elaborar uma história autêntica dos acontecimentos que conheceram, mas cujos relatos são inevitavelmente tendenciosos, por vezes de maneira sutil e imperceptível, por vezes grosseiramente, em consequência do papel no qual esses autores desejam aparecer. *A guerra judáica*, de Josefo, *History of the rebellion*, do conde de Clarendon, e *World crisis* e *Second World War*, de Winston Churchill, são clássicos dessa categoria.

Para o historiador que vem depois, também eles se tomam uma fonte. Estaremos de posse da história, quando temos esses relatos em mãos? Sim, no sentido de que estamos de posse do vinho quando se faz a primeira prensagem das uvas. Mas ainda não fermentou; e não envelheceu. A grande vantagem do historiador que vem depois é a distância conferida pela passagem do tempo. A distância dos acontecimentos que descreve e com uma visão mais ampla, pode-se ver melhor o que estava acontecendo na época e distinguir o que tinha significação do que não tinha.

O contemporâneo não tem perspectiva; tudo está no primeiro plano e parece ter o mesmo tamanho. Pequenos assuntos tomam-se grandes, e grandes questões não são por vezes percebidas porque seus contornos não podem ser vistos. Vietnã e Panamá recebem hoje títulos de quatro colunas, mas o historiador, dentro de cinquenta ou cem anos, os colocará num capítulo sob um título geral, no qual ainda não pensamos.

O contemporâneo, em especial se for participante, está dentro dos acontecimentos, o que não é uma vantagem total. O que ele ganha em intimidade pelo conhecimento pessoal — que não podemos ter nunca — perde a isenção. Ele não pode ver ou julgar com justiça os dois lados de uma disputa; por exemplo, a disputa sobre quem merece o principal crédito da vitória francesa na batalha do Marne, em 1914. Todos os cronistas contemporâneos eram partidários extremados ou de Joffre ou de Gallieni. Tão violenta era essa preferência que ninguém (exceto o presidente Poincaré) observou o que é tão claramente visível quando visto a distância, ou seja, que ambos os generais desempenharam papel essencial. Gallieni viu a oportunidade e deu-lhe um impulso; Joffre colocou o exército e os reforços em posição de luta, mas foram necessários cinquenta anos antes que essa divisão simples e justa pudesse ser feita.

A distância nem sempre confere objetividade. Dificilmente poderíamos dizer que Gibbon escreveu com objetividade sobre o Império Romano, ou Carlyle, sobre a Revolução Francesa. A objetividade é uma questão de grau. É impossível ao historiador que vem depois ser pelo menos *relativamente* objetivo, o que não é a mesma coisa que ser neutro ou não ficar com nenhum dos lados. O historiador neutro, ou puramente objetivo, não existe. Sem uma opinião, o historiador seria simplesmente um relógio com seu tique-taque, e além disso, ilegível.

Não obstante, a distância confere uma espécie de afastamento que resfria o julgamento e permite uma avaliação mais justa do que é possível a um contemporâneo. Há muito tempo, como jornalista novata, cobri a campanha de Franklin D. Roosevelt, durante a qual ele devia fazer um discurso importante em Pittsburgh ou Harrisburg, esqueci-me qual.* Quando deixamos o trem, um dos jornalistas permaneceu nele, confortavelmente, no carro-salão, com os pés

* Ver "Trem de campanha", p. 83.

para cima, explicando que, como partidário do New Deal, mas escrevendo para um jornal republicano, tinha de ser 'objetivo' e que podia "ser muito mais objetivo aqui mesmo do que a dez passos daquele sujeito". Estava usando uma distância espacial, embora não temporal, para adquirir objetividade.

Descobri pela experiência pessoal que não conseguiria escrever história contemporânea, caso tentasse. Algumas pessoas conseguem. William Shirer, por exemplo; elas não são afetadas pelo envolvimento. Mas eu sou, como descobri ao trabalhar em meu primeiro livro, *Bible and sword*. Tratava das relações históricas entre a Grã-Bretanha e a Palestina, desde a época dos fenícios até o presente. Originalmente, eu pretendia levar a narrativa através dos anos, do Mandato Britânico até a guerra Árabe-Israelense e o restabelecimento do Estado de Israel em 1948.

Passei seis meses na pesquisa da amarga história desses últimos trinta anos: os ataques e levantes árabes, as mesas-redondas, os livros brancos, o corte na imigração judaica, as comissões de inquérito, a ironia histórica final quando os ingleses, que tinham feito a Declaração Balfour, abalroaram o navio *Exodus* — toda uma história ignominiosa de um ou mais capítulos de apaziguamento.

Quando tentei escrever isso como história, não pude. Raiva, nojo e um sentimento de injustiça podem tornar certos autores eloquentes e provocar polémicas brilhantes, mas essas emoções sufocavam e deformavam minha pena. O tom de meu capítulo final pareceu-me totalmente diferente dos 17 capítulos que vinham antes. Eu tinha, de repente, transposto a linha e entrado na história contemporânea; tinha-me envolvido — e notava-se. Embora o editor quisesse uma narrativa atualizada, eu sabia que meu capítulo final, tal como escrito, destruiria a credibilidade de tudo que o antecedia, e não podia modificá-lo. Rasguei-o, abandonei seis meses de trabalho e terminei o livro em 1918.

Não estou dizendo que a emoção não tem seu lugar na história. Pelo contrário, acredito ser ela um elemento essencial da história, como da poesia, cuja origem Wordsworth definiu como "emoção lembrada com tranquilidade". A história é, como poderíamos dizer, emoção mais ação lembrada ou, no caso dos historiadores que vêm depois, objeto de reflexão feito na tranquilidade, depois de um exame minucioso e honesto dos registros. O primeiro dever do historiador é permanecer dentro das provas. Não obstante, é curioso que os poetas, não limitados por essa regra, se têm saído muito bem com a história, tanto a de sua época como a de épocas muito anteriores.

Tennyson escreveu *A carga da brigada ligeira* três meses depois dos acontecimentos em Balaclava, na Criméia. "O canhão em frente deles disparava e trovejava[...]. Faiscaram todos os seus sabres nus[...]. Mergulhado no fumo da batalha[...]. Atacado com tiros e granadas[...]. Quando pode sua glória apagar-se? Oh! que carga louca fizeram!" Sua versão, inclusive o dístico vitoriano

"Theirs notto reason why/Theirs butt do and die", * pode carecer da moderna virtude da incompreensibilidade, mas como história capta aquela combinação de glorioso e de ridículo que era uma carga de cavalaria do século XIX contra um canhão. Como disse um observador: *"C'est magnifique, mais ce n'est pas la guerre"* ("É magnífico, mas não é guerra"); e foi exatamente isso que Tennyson transmitiu melhor do que qualquer historiador.

Para mim, que cresci antes que o historiador norte-americano Bruce Catton começasse a escrever, a Guerra Civil surge sempre em termos de:

*Up from the meadows with corn
Clear in the cool September morn,
The clustered spires of Frederick stand.***

Também Whittier tratava de história contemporânea. Macaulay, por outro lado, escreveu 'Horatius at the bridge' cerca de 2.500 anos depois do acontecimento. Embora fosse um grande historiador e só secundariamente um poeta, lembraria alguém alguma coisa sobre Tarquínio, o Tirano, ou sobre a história romana antes de César, se não fosse pelos versos "Lars Porsena de Clúcio/Pelos Nove Deuses jurou", e o resto das setenta estrofes? Sabemos como a Revolução Norte-Americana começou pelas luzes sinaleiras da velha North Church, de Longfellow:

*One, if by land, and two, if by sea,
And I on the opposite shore will be,
Ready to ride and spread the alarm
Through every Middlesex village and farm.****

Os poetas familiarizavam um número maior de pessoas com a história do que os historiadores, e por vezes lhe deram um empurrão! Kipling o fez em 1899 com seu incitamento 'Assumam a Missão do Homem Branco', dirigido aos norte-americanos que, tendo sido mergulhados no imperialismo involuntário pela aventura do almirante Dewey em Manila, estavam totalmente perplexos sobre o que fazer nas Filipinas. "Mandai os melhores que gerastes", disse-lhes Kipling com firmeza,

*To wait in heavy harness,
On fluttered folk and wild—
Your new-caught, sullen peoples,
Half-devil and half-child.*

* "A eles, não pensar no porquê/A eles, apenas fazer e morrer."

** Das prados ricos de cereais/Claros na fria manhã de setembro/As amontoadas, agulhas das torres de Frederick se levantam. (N. do T.)

*** Um, se por terra, e dois, se por mar,/E eu na margem oposta estarei/Pronto a montar e espalhar o alarme/Por toda aldeia e fazenda do Middlesex. (N. do T.)

*Take up the White man's burden,
The savage wars of peace —
Fill full the mouth of Famine
And bid the sickness cease;*

*Take up the White Man's burden —
Ye dare not stoop to less.**

O conselho, publicado em duas páginas centrais de *McClure's Magazine*, foi citado por todo o país dentro de uma semana e reconciliou rapidamente a maioria dos norte-americanos com o gasto de balas, brutalidade e traição que logo se mostrou necessário para implementá-lo.

Kipling tinha um dom peculiar de reconhecer a história de perto. Ele escreveu 'Recessional' em 1897, na época do Jubileu de Diamante da rainha, quando sentiu uma autoglorificação, uma espécie de arrogância, no estado de espírito nacional, que o atemorizou. Em *The Times* na manhã do dia seguinte, quando o público o leu, seu lembrete,

*Lo, all our pomp of yesterday
Is one with Nineveh and Tyre!
Judge of the Nations, spare us yet
Lest we forget — lest we forget!***

criou uma profunda impressão. Sir Edward Clark, o ilustre advogado que defendeu Oscar Wilde, ficou tão sensibilizado pela mensagem que considerou 'Recessional' "o maior poema escrito por qualquer dos homens que estão vivos".

O que os poetas fizeram foi transmitir o *sentimento* de um episódio ou de um momento da história, tal como o experimentaram. A tarefa do historiador é dizer o que aconteceu, dentro da disciplina dos fatos.

O que a imaginação é para o poeta, os fatos são para o historiador. Seu critério é exercido na seleção desses fatos; sua arte, em organizá-los. Seu método é narrativo. Seu assunto é o relato do passado de um homem. Sua função é torná-lo conhecido.

* Para servir, em pesado amês/Um povo alarmado e selvagem;/Os seus soturnos, recém-colhidos povos,/Meio diabos, e meio crianças.//Assumam a missão do Homem Branco/as selvagens guerras de paz;/Enchem bem a boca da Fome/E ordenem à doença que cesse://Assumam a missão do Homem Branco/Não ousem rebaixar-se a menos. (*N. do T.*)

** Vejam, toda a nossa pompa de ontem/É igual à de Nínive e Tiro!/Juiz das Nações, poupa-nos ainda,/Para que não esqueçamos, para que não esqueçamos!(*N. do T.*)

A história em gramas*

* *Harper's Magazine*, julho de 1965.



UMA FESTA dada por ocasião de sua reabertura no ano passado, o Museu de Arte Moderna de Nova York serviu champanha a cinco mil convidados. Uma atenta repórter do *Times*, Charlotte Curtis, observou que havia oitenta caixas que, como informou aos seus leitores, somavam 960 garrafas, ou 7.680 doses de 84g. Através desse detalhe a festado Museu tomou-se, de alguma forma, viva; uma elegante comemoração nova-iorquina. Vê-se a multidão, as mulheres examinando-se mutuamente as roupas, a troca de cumprimentos, e tem-se a agradável sensação de elegância e importância transmitida pela champanha — mesmo que, a um drinque e meio por pessoa, não fosse uma escala exatamente libertina. Tudo isso é transmitido pelo detalhe da repórter. É assim, parece-me, que a história, bem como o jornalismo, deve ser escrita. É o que Pooh-Bah, em *The mikado*, quis dizer, quando, contando como a cabeça da vítima estava sobre o seu pescoço e fez-lhe três reverências na execução de Nanki-Poo, ele acrescentou que se tratava de um “detalhe corroborativo que pretendia dar verossimilitude artística a uma narrativa que sem isso seria árida e não convincente”. Não que a narrativa de Charlotte Curtis fosse árida ou não convincente; pelo contrário, era precisa, factual e um modelo sob todos os aspectos. Mas o que a tornava excelente, o que a fazia viva e memorável, era o uso do detalhe corroborativo.

A frase de Pooh-Bah o coloca, na minha opinião, como um grande historiador ou, pelo menos, como o formulador de um importante princípio de historiografia. É certo que o seu detalhe corroborativo foi inventado, o que é uma impostura quando se é historiador, e ficção, quando não se é. Apesar disso, o que importa é o reconhecimento de sua importância. Ele sabia que o detalhe proporciona a verossimilitude, que sem isso a narrativa é árida e pouco convincente. Nem ele nem eu descobrimos esse princípio, é claro; os historiadores há muito o utilizam, desde Tucídides, que insistia nos detalhes de topografia, “a aparência das cidades e localidades, a descrição dos rios e portos, os aspectos peculiares dos mares e países, e suas distâncias relativas”.

O detalhe corroborativo é o grande corretivo. Sem ele, a narrativa e a interpretação históricas podem deslizar simplesmente para o que não é válido. É um disciplinador. Força o historiador que o utiliza e respeita a apegar-se à verdade, ou ao que pode descobrir de verdade. Impede que o historiador alce vôo para teorias de sua própria invenção. Nessas alturas toynbeeanas o ar é estimulante e o panorama é vasto, mas as pessoas e as casas lá em baixo são pequenas demais para serem vistas. Por mais convencido que o historiador esteja da validade das teorias que concebe, se não forem apoiadas e ilustradas pelo detalhe corroborativo, têm tanto valor como história quanto o relato de Pooh-Bah sobre a execução imaginada.

É mais prudente, creio, chegar a uma teoria através das evidências do que o inverso, como fazem tantos revisionistas, hoje. É mais compensador, em qualquer caso, reunir os fatos primeiro e, no processo de arrumá-los em forma narrativa, descobrir uma teoria ou uma generalização histórica que surge por si mesma. Nisso reside, para mim, a emoção, a caça ao tesouro intrínseca ao ato de escrever história. No livro em que estou trabalhando agora e que trata do período de vinte anos antes de 1914 (e o leitor deve-me perdoar se todos os exemplos são tirados de meu próprio trabalho, mas isso é, afinal de contas, aquilo que conhecemos melhor), focalizo um momento durante o Caso Dreyfus, na França, em que, no dia da reabertura do Parlamento, todos esperavam que o Exército tentasse um golpe de Estado. Observadores ingleses o previam, soldados foram levados para a capital, o pretendente monárquico foi convocado à fronteira, as multidões apupavam e agitavam as ruas, mas o dia passou e nada aconteceu: a República continuava de pé. Àquela altura eu já tinha reunido tantos detalhes corroborativos indicando um golpe de Estado que tive que explicar por que ele não aconteceu. De repente, tive de parar para pensar. Depois de algum tempo, escrevi: "À direita faltava a química necessária a um golpe — um líder. Tinha seus pequenos fanáticos, embora vociferantes; mas para demitir o governo estabelecido de um país democrático é necessário ajuda externa ou o estofo de um ditador." Isso é uma generalização histórica, creio; modesta, na verdade, mas na minha medida. Cheguei a ela levada pela necessidade do material e senti-me imensamente satisfeita e orgulhosa. Esses momentos não ocorrem todos os dias; por vezes, apenas uma vez num capítulo, se tanto, mas, quando surgem, deixam-nos com um adorável senso de realização.

Sou uma discípula do grama porque desconfio da história aos quilos, cujos fornecedores estão mais preocupados em estabelecer o significado e propósito da história do que com o que aconteceu. Será necessário insistir num propósito? Ninguém pergunta ao romancista por que escreve romances, nem ao poeta qual é a finalidade de se escreverem versos. Os lírios do campo, pelo que me recordo, não tinham de demonstrar uma finalidade. Porque a história não pode ser estudada e escrita e lida por si mesma, como o registro do comportamento

humano, o mais fascinante de todos os assuntos? A insistência numa finalidade transforma o historiador num profeta — e isso é uma outra profissão.

Voltando ao assunto: o detalhe corroborativo não produzirá sempre uma generalização, mas muitas vezes revelará uma verdade histórica, além de manter-nos com os pés na realidade histórica. Quando eu estava pesquisando o general Mercier, o ministro da Guerra responsável pela condenação original de Dreyfus e que no curso do caso tornou-se o herói da direita, descobri que nas festas do *haute monde* as senhoras se levantavam quando o general Mercier entrava na sala. É o tipo de detalhe que para mim vale uma semana de pesquisa. Ilustra a sociedade, as pessoas, o estado emotivo do momento, mais vivamente do que qualquer coisa que eu pudesse escrever e em menor espaço também, o que constitui uma vantagem adicional. Resume, cristaliza, visualiza. O leitor pode vê-lo; além do mais, fica na lembrança, é memorável.

O mesmo ocorre, verbal embora não visualmente, com uma afirmação do reitor Eliot, de Harvard, feita em 1896 num discurso sobre arbitramento internacional, uma grande questão da época. Eu estava escrevendo sobre a nascente tradição dos Estados Unidos como nação antimilitarista, antiimperialista, segura dentro de suas costas, nada tendo a ver com os funestos armamentos e exércitos permanentes da Europa, constituindo-se num exemplo de força desarmada e de probidade. Procurando material para ilustrar a tradição, encontrei numa notícia de jornal estas palavras de Eliot, que não vi citadas por mais ninguém: “A construção de uma marinha”, disse ele, “e a presença de um grande exército permanente significam[...] o abandono do que é caracteristicamente americano.[...] A construção de uma marinha, e em particular de encouraçados, é uma política inglesa e francesa. Não deve ser nunca a nossa.”

Como isso é soberbo! Sua segurança, sua convicção, sua autoridade olímpica — o que isso não revela do homem, da época, da idéia? Naquelas palavras eu vi claramente, pela primeira vez, a natureza e a qualidade da tradição antimilitarista norte-americana, do que foi chamado de sonho norte-americano — era um detalhe não apenas corroborativo, mas revelador de um aspecto da história.

Se não conhecermos tais detalhes, podemos ser desencaminhados. Em 1890, o Congresso autorizou a construção dos três primeiros encouraçados norte-americanos e, dois anos depois, de um quarto. Pouco depois, em 1895, os Estados Unidos entraram numa importante disputa com a Grã-Bretanha, conhecida como a crise venezuelana, na qual houve muito sacudir de punhos e gritos chauvinistas de guerra. Três anos depois estávamos em guerra com a Espanha. Esta já não era uma potência naval como a Inglaterra, é claro, mas, mesmo assim, não era desprezível. Eu quis saber qual era exatamente o poderio naval dos Estados Unidos na época de ambas as crises. Quantos encouraçados autorizados em 1890 estavam realmente no mar cinco anos depois? Quando os

patriotas exaltados berravam pela guerra em 1895, que navios tínhamos para proteger nossos litorais, para não falarmos em tomar a ofensiva? Pareceu-me que tal informação devia ser conhecida.

Para meu espanto, ao procurar a resposta nos livros didáticos sobre o período, nada pude encontrar. Os historiadores da ascensão norte-americana como potência mundial, da era da expansão, da política externa norte-americana, ou mesmo da Marinha, não se preocuparam com o que evidentemente lhes pareceu um detalhe irrelevante. Mas não era irrelevante para os governantes da época, que tinham a responsabilidade das decisões de paz ou de guerra. Textos sucessivos da história dos Estados Unidos são publicados todos os anos, cada qual repetindo sobre essa questão mais ou menos o que o seu antecessor disse antes, sem nenhum esclarecimento novo. Para conhecer os fatos tive finalmente de escrever ao diretor do Departamento de História Naval, da Marinha, em Washington.

O que desejo ressaltar não é quantos encorajados tínhamos prontos em 1895 e 1898 (o que hoje eu sei), mas por que esse fato concreto, material, não estava presente no tratamento dado ao assunto pelos historiadores profissionais. "Árida e não convincente", disse Pooh-Bah sobre a narrativa sem fatos, juízo com o qual concordo.

Quando encontro uma generalização, ou uma afirmação de caráter geral na história, não apoiada por exemplos, fico imediatamente em guarda. Minha reação é: "Mostre-me." Se um historiador escreve que chovia pesadamente no dia em que a guerra foi declarada, isso é um detalhe corroborativo de uma afirmação, digamos, de que o dia estava sombrio. Mas, se ele escreve apenas que foi um dia sombrio sem mencionar a chuva, quero saber quais são as suas provas, o que tornou o dia sombrio. Ou se ele escreve: "A população estava num estado de espírito beligerante"; ou: "Foi um período de grande ansiedade", está fazendo afirmações gerais que não têm nenhum poder de convicção para mim, se não forem ilustradas por alguma prova. Eu escrevo, por exemplo, que a sociedade francesa elegante na década de 1890 imitava os ingleses, nas maneiras e nos hábitos. Imaginando-me como o meu próprio leitor — uma fuga complicada que ocorre durante todo o tempo em minha mesa — minha reação é, decerto, "Mostre-me." As duas frases seguintes mostram. Escrevo: "Os Crestulhes e os Breteuils eram íntimos do príncipe de Gales, *le betting* era um hábito de Longchamps, *le Derby* era realizado em Chantilly, *le steeplechase* em Auteuil e um membro indesejado era *black-boulé* no Jockey Clube. Charles Huns, o original de Swan, tinha "*Mr.*" impresso em seus cartões de visita.

Mesmo se o detalhe corroborativo não servir a uma finalidade histórica válida, seu uso torna a narrativa mais gráfica e inteligível, mais agradável, em suma, mais legível. Ajuda a comunicação, e a comunicação é, afinal de contas, a finalidade maior. A história escrita em termos abstratos nada me comunica. Não posso compreender o abstrato, e, como o autor tende a criar o leitor à sua

própria imagem, suponho que meu leitor também não o possa entender. Sem dúvida eu o subestimo. Certamente muitos pensadores sérios escrevem em termos abstratos, e muitas pessoas os lêem com interesse e proveito e mesmo, suponho, com prazer. Respeito essa capacidade, mas sou incapaz de fazer o mesmo.

Meu detalhe visível favorito em *The guns of August*, por alguma razão inexplicável, é sobre o grão-duque Nicolau, tão alto (1,97m) que, quando instalava o seu quartel-general num vagão ferroviário, seu ajudante-de-ordens pregava uma fita de papel branco no batente da porta, para que ele se lembrasse de abaixar a cabeça. Por que esse detalhe insignificante, depois de vários anos de trabalho e de todo material condensado num livro de 450 páginas, me ficamais nitidamente na memória, não posso explicar, mas assim é. Fiquei tão encantada com a fita de papel branco que construí todo um parágrafo descrevendo o quartel-general russo em Baranovici, a fim de colocá-la nele, logicamente.

Num outro caso o processo falhou. Eu tinha lido que o presente de aniversário do *kaiser* à sua mulher era o mesmo, todos os anos: 12 chapéus escolhidos por ele próprio, os quais ela era obrigada a usar. Vemos com isso o valor do detalhe corroborativo para revelar a personalidade. Este vale todo um livro sobre o *kaiser*, ou mesmo sobre a Alemanha. Representa, porém, uma tragédia menor de *The guns*, pois nunca consegui aproveitá-lo. Tomo minhas notas em fichas, e a que registrava os chapéus começou fazendo parte das fichas para o primeiro capítulo. Não tendo sido usada, foi transferida para um lugar provável no segundo; novamente não foi usada e continuou a percorrer todos os capítulos até repousar num lugar final, num pacote marcado "Não usadas".

Um detalhe sobre o general *sir* Douglas Haig, igualmente revelador da personalidade ou, de qualquer modo, dos costumes e condições no corpo de oficiais britânicos, acabou encontrando seu lugar. Era o fato de que, durante a campanha do Sudão, na década de 1890, ele mantinha "um camelo carregado de clarete" na sua bagagem pessoal, que o acompanhava pelo deserto. Além de ser um fragmento vivo de história social, a frase em si, "um camelo carregado de clarete", é uma beleza, uma maravilha de aliterações. Isso, porém, suscita todo um outro assunto, a questão da linguagem, que precisa de um artigo exclusivo, para exame adequado.

Tendo chegado a ele por inadvertência, direi apenas que devemos estar alerta para o poder independente que têm as palavras de afetar a escrita da história. As palavras têm um poder autônomo, quase atemorizador, de produzir na mente do leitor uma imagem ou idéia que não estava na intenção do autor. Obviamente, elas funcionam dessa maneira em todos os tipos de escrita, mas a história é particularmente sensível porque temos o dever de ser exatos, e o uso descuidado das palavras pode deixar uma falsa impressão que não se pretendia. Pelo menos 50% dos críticos de *The guns* comentou o que consideraram minha denúncia da burrice dos generais. Nada disso estava no meu pensamento

quando escrevi. O que eu pretendia mostrara que os generais estavam presos numa armadilha de circunstâncias, formação, idéias e impulsos nacionais de sua época e de seus países individuais. Eu não estava tentando mostrar burrice, mas tragédia, fatalidade. Muitos críticos compreenderam isso, pessoas claramente inteligentes, perceptivas (os que compreendem sempre o são), mas um número demasiado grande continuou a usar a palavra 'burrice', para minha crescente consternação.

Esse poder das palavras, de escapar do controle do autor, é um problema fascinante que, não sendo o objeto inicial de minha discussão, posso apenas mencionar aqui. Mais uma alusão antes de deixá-la de lado: para mim, o problema está no fato de que a arte de escrever me interessa tanto quanto a arte da história (e espero que não seja uma provocação dizer que vejo a história como arte, e não como ciência). Quando escrevo, sou seduzida pelo som das palavras e pela interação de som e sentido. Recentemente, ao começar um parágrafo, escrevi: "Ocorreu então a intervenção que inclinou irrecuperavelmente o ramo dos acontecimentos." Pretendia ser uma indicação para o leitor. (De vez em quando, numa narrativa histórica, depois da explicação de um pano de fundo bastante complicado, sentimos a necessidade de sacudir uma bandeirinha vermelha que diz: "Acorde, leitor; alguma coisa vai acontecer.") Infelizmente, depois de concluir o parágrafo, fui obrigada a reconhecer que o incidente em questão *não* tinha inclinado irrecuperavelmente o rumo dos acontecimentos. Mesmo assim, eu não queria abrir mão de uma frase tão bem-feita. Devia deixá-la porque estava bem escrita, ou cortá-la, porque não era boa história? A história predominou, e a frase foi perdida pela posteridade (embora, como vêem, eu a tenha salvo aqui). As palavras constituem material sedutor e perigoso, a ser usado com cautela. Sou, em primeiro lugar, escritora ou historiadora? A velha discussão começa dentro de minha cabeça. Mas nem sempre é preciso haver uma dicotomia, ou disputa. As duas funções não precisam estar, e de fato não devem estar, em guerra. A meta é a fusão. A longo prazo, o melhor escritor é o melhor historiador.

Em busca desse objetivo, volto aos gramas. O mais efetivo grama de detalhe visual é o que indica alguma coisa do caráter ou das circunstâncias, além das aparências. Roupas descuidadas que culminam com meias brancas caídas corroboram uma descrição de Jean Jaurès como sendo a imagem esperada de um líder trabalhista. Para transmitir ao mesmo tempo a aparência e o temperamento coléricos e o esnobismo de oficial de cavalaria de *sir* John French, é interessante dizer que ele usava uma meia de cavalarião em lugar do colarinho e gravata, o que lhe dava a aparência de estar sempre na iminência de sufocar.

O melhor detalhe corroborativo que encontrei relacionava-se com lorde Shaftesbury, o eminente reformador social vitoriano, autor da Lei Fabril e das leis sobre o trabalho infantil, que apareceu em meu primeiro livro, *Bible and Sword*. Em um homem, disse um contemporâneo, do mais puro, mais pálido,

mais imponente exterior em Westminster, em cuja cabeça clássica “todos os cachos de cabelo pareciam dobrar-se com um senso de dever”. Para transmitir tanto a aparência como o caráter de um homem, e a aura de sua época, ao mesmo tempo, aquela frase é sem igual.

Os romancistas têm a vantagem de poder inventar detalhes corroborativos. Desejando retratar, digamos, um personagem melancólico, introspectivo, criam qualidades físicas adequadas. O historiador tem que se satisfazer com o que pode encontrar, embora por vezes possa enfatizar o que encontra, usando uma imagem familiar à bagagem mental do leitor. Dizer que o general Joffre se parecia com Papai Noel transmite imediatamente uma imagem que achei particularmente adequada quando a escrevi. Eu pensava na enorme barriga de Joffre, no seu rosto balofo, seu bigode branco e sua aparência suave e benévola, e esqueci que Papai Noel tem barba, que Joffre naturalmente não tinha. Mesmo assim, o espírito da imagem foi adequado. Devemos ter cuidado de escolher uma imagem reconhecível para esse objetivo. Em meu atual livro, tenho um personagem melancólico e introspectivo, lorde Salisbury, primeiro-ministro em 1895, supremo produto, embora longe de ser típico, da aristocracia britânica; um homem pesado, com uma barba crespa e uma testa grande e calva, sobre quem escrevi que era chamado de Hamlet da política inglesa e se parecia com Karl Marx. Devo dizer que fiquei realmente muito satisfeita com essa frase, mas meu editor ficou apenas intrigado. Acontece que ele não conhecia a aparência de Karl Marx, portanto, a comparação não lhe transmitia nenhuma imagem. Se ela falhou na primeira prova, certamente não teria êxito com o leitor médio, e por isso eu a cortei, com tristeza.

As fontes dos detalhes corroborativos devem ser, naturalmente, contemporâneos ao assunto. Além das habituais memórias, cartas e autobiografias, não devemos esquecer os romancistas e os jornais. O inspirado pormenor das senhoras que se levantavam para o general Mercier vem de Proust, como muitos outros detalhes brilhantes. Por exemplo, durante o Caso Dreyfus as senhoras faziam com que a frase “*A bas les juifs*” fosse inscrita em suas sombrinhas. Proust é muito valioso não só pela sua abundância, como também por estar todo o seu material limitado a um estreito segmento da sociedade, que conhecia pessoal e intimamente — é como uma mulher descrevendo a sua própria sala. Um outro romance que se passa no mesmo período, *Jean Barois*, de Roger Martin du Gard, considerado uma grande obra de ficção sobre o Caso Dreyfus, nada me proporcionou que eu pudesse usar, talvez porque lhe faltasse o detalhe visual — pelo menos o detalhe surpreendente e memorável. Eram só conversas e idéias, interessantes sem dúvida, mas como fonte eu quero alguma coisa que possa ver. Quando se lê Proust, pode-se ver Paris da década de 1890, coches de aluguel e lâmpadas a gás, os frequentadores dos clubes fechados fazendo suas visitas, usando luvas brancas com costuras em linha preta, cartolas cinzentas forradas de couro verde.

Isso talvez ilustre a distinção entre um romancista mais dotado e outro menos dotado, e que se aplica também, creio, aos historiadores. As idéias, por si só, não são carne e sangue. Com demasiada freqüência a história erudita é escrita em termos de idéias e não de atos; ela diz o que as pessoas escreveram, e não o que fizeram. Escrever, digamos, uma história de 'progressivismo' na América, ou do socialismo na era da Segunda Internacional, citando editoriais, livros, artigos, discursos e assim por diante, das principais figuras, é fácil: foram as pessoas que mais escreveram, em toda a história. Se, porém, compararmos o que disseram e escreveram com o que realmente estava acontecendo, surge um quadro bastante diferente. No momento, estou escrevendo um capítulo sobre os socialistas, e me sinto como alguém que está sob as cataratas do Niágara num pequeno barco a remo. Encontrar e apegar-se a qualquer coisa concreta e factual sob sua torrente de palavras é uma luta épica. Creio que a razão disso reside no fato de as pessoas que estão fora do poder sempre falarem mais do que as detentoras desse poder. O historiador precisa ter cuidado com esse fenômeno — dar-lhe peso, como dizem os estatísticos — para que seu resultado não seja desequilibrado.

Voltando aos romances como material, devo mencionar *The Edwardians*, de V. Sackville-West, que me proporcionou informações precisas e abalizadas sobre questões em relação às quais os memorialistas em geral são discretos. Como Proust, essa autora escrevia sobre um mundo que conhecia. Nas festas das grandes casas, diz-nos ela, as anfitriãs levavam em consideração os casos amorosos conhecidos ao distribuir os quartos de dormir aos convidados, e cada um deles tinha seu nome num cartão preso à porta. Também os poetas são úteis. Referindo-me, nesse capítulo sobre a Inglaterra eduardiana, ao importante papel do cavalo na vida da aristocracia britânica, e descrevendo a emoção da caçada, usei um verso de um soneto de Wilfrid Scawen Blunt: "Meu cavalo é aliado e eu sou um deus." Anatole France me proporcionou, através de um personagem em *M. Bergeret*, as palavras para descrever o sentimento do francês em relação ao Exército, na época do Caso Dreyfus: o Exército significa "tudo o que resta do nosso glorioso passado. Consola-nos no presente e dá-nos esperanças para o futuro". Zola expressou o medo que a burguesia tinha da classe operária através da mulher do gerente, em *Germinal*, que, na marcha dos mineiros em greve viu "a visão vermelha da revolução[...] quando numa sombria noite no final do século o povo, finalmente sem rédeas, fará correr o sangue da classe média". Em *The guns* há uma descrição do Exército francês em retirada depois da batalha das Fronteiras, com suas calças vermelhas desbotadas e cor de iljolo claro, dólmas rasgados e em farrapos, olhos fundos em rostos sem barbear, os reparos dos canhões antes recém-pintados de cinzento, agora arranhados e cobertos de lama. Isso me veio do romance de Blasco Ibañez, *Os quatro cavaleiros do apocalipse*. H. G. Wells, com seu *Mr. Britling*

sees it through, mostrou-me o sentimento que predominava na Inglaterra quando da deflagração da guerra, de que ela encerrava uma “enorme esperança” de alguma coisa melhor posteriormente, de uma oportunidade de acabar com a guerra, uma “oportunidade tremenda” de refazer o mundo.

Não sei se os professores permitiriam o uso de tais fontes numa tese, mas não vejo porque um romancista não nos forneça material tão autêntico quanto o jornalista ou o general. Para determinar o que se pode extrair justificadamente de um romance, usa-se o mesmo critério aplicado a qualquer relato não-fictício: se um detalhe se harmoniza com o que sabemos da época, do lugar, das circunstâncias e das pessoas, é aceitável; se não se a justa, não é. Quanto a mim, prefiro citar Proust, ou Sackville-West ou Zola, do que um colega profissional; como é hábito acadêmico. Nunca pude ver nenhum sentido em referirmo-nos ao vizinho da universidade ao lado como fonte. Para mim, isso não constitui fonte nenhuma: quero saber de onde veio, originalmente, um fato, e não quem o usou pela última vez. Quanto à referência a um livro de nossa autoria como fonte, isso me parece o cúmulo do absurdo. Disseram-me que os alunos são obrigados a citar historiadores secundários para mostrar que conhecem a bibliografia, mas se eu estivesse distribuindo diplomas, exigiria conhecimento direto das fontes primárias. As histórias secundárias são necessárias quando partimos de uma ignorância total de um assunto, e muito lhes devo pela orientação, sugestões, bibliografias e visão geral dos acontecimentos, mas, depois que me colocaram no caminho, prefiro seguir o resto da estrada sozinha. Se eu fosse professora, reprovava qualquer aluno que se contentasse em citar uma fonte secundária como sua referência para um fato. Situá-lo de novo em suas origens, nós mesmos, significa descobrir toda espécie de material novo do qual podemos fazer a nossa própria seleção, em lugar de nos satisfazermos com o uso de alguma coisa já selecionada por outro.

Embora não tenha relação com os romances, eu gostaria de dizer uma palavra especial para o *Who's who*. Entre outras coisas, é em geral exato, porque as entradas são escritas pelas próprias pessoas. E mais, ele as mostra como desejam aparecer e com isso revela, muitas vezes, o caráter e até mesmo um pouco da época. H. H. Rogers, sócio da Standard Oil e grande homem de negócios da década de 1890, descreveu-se de maneira simples e concisa como ‘capitalista’, o que evidentemente era, aos seus olhos, alguma coisa desejável e da qual se orgulhava de ser. A história social de um período está encerrada naquela autodescrição. Quem se intitularia capitalista, hoje?

Quanto aos jornais, gosto mais deles pelo sabor da época do que pelas informações factuais. Devemos ter cuidado ao usá-los para os fatos, porque as notícias publicadas num dia são em geral modificadas ou negadas, ou consideradas boatos no dia seguinte. É absolutamente essencial nada extrair de um jornal sem acompanhar a história durante vários dias, ou até que desapareça do noticiário. Mas para o tempero do momento, porém, os jornais são insuperáveis.

No *New York Times* de 10 de agosto de 1914 li uma notícia sobre uma tentativa de oficiais alemães, disfarçados com uniformes ingleses, raptarem o general Leman em Liège. O repórter dizia que os ajudantes do general, “enfurecidos pela covarde violação das regras da guerra civilizada, não pouparam ninguém”.

Essa frase teve um tremendo efeito sobre mim. Nela, vi toda a diferença entre o mundo antes e depois de 1914. Nenhum repórter poderia escrever isso hoje, nem poderia usar a palavra ‘covarde’, ou aceitar como natural o conceito de ‘guerra civilizada’, ou, ainda, escrever sem constrangimento “não pouparam ninguém”. Hoje, a frase é constrangedora; em 1914, refletia a maneira de pensar das pessoas e os valores nos quais acreditavam. Foi essa frase que me levou a fazer um livro sobre o mundo antes da guerra.

As mulheres são uma fonte especialmente boa para o detalhe físico. Elas parecem notá-lo mais do que os homens, ou pelo menos considerá-lo mais digno de ser registrado. O conteúdo da mochila de um soldado alemão em 1914 incluía linha, agulhas, ataduras, fósforos, chocolate, fumo, segundo fiquei sabendo pelas memórias de uma norte-americana que vivia na Alemanha. O alemão russo que vagava pela fronteira para ser abatido pelo *kaiser* em Rominten veio de um livro de uma inglesa que era governanta da filha do *kaiser*, *Lady Warwick*, amante durante algum tempo do príncipe de Gales, até ter lamentavelmente esposado o socialismo, é indispensável para a sociedade eduardiana, menos pelos comentários maliciosos do que pelos hábitos e comportamento. A princesa Daisy de Pless fala interminavelmente sobre as intermináveis festas sociais da nobreza, mas de vez em quando nos proporciona uma informação surpreendente. Uma delas, que usei em *O telegrama Zimmermann*, foi a descrição de como o *kaiser* se queixou a ela, num jantar, do mau tratamento recebido no caso do *Daily Telegraph*, e como, no excesso de emoção, “uma lágrima caiu sobre o seu charuto”. Nas memórias de Edith O’Shaughnessy, mulher do primeiro secretário da embaixada norte-americana no México, está a descrição do embaixador alemão, Von Hintze, que se vestia e se comportava, em tudo, como um inglês, exceto no uso de um grande anel de safira no dedo mindinho, que ele denunciava. Nenhum homem teria observado isso.

No fim, decerto, o melhor lugar para se encontrar o detalhe corroborativo é no próprio local, se puder ser visitado, como fez Heródoto na Ásia Menor, ou Parkman na trilha do Oregon. Veja-se a questão das atrocidades alemãs em 1914. Nada exige um tratamento mais cuidadoso, porque, devido às desilusões do pós-guerra, ‘atrocidade’ passou a ser uma palavra em que ninguém acreditava. Supunha-se que, como os alemães não tinham na verdade cortado as mãos das crianças belgas, também não tinham fuzilado reféns nem incendiado Louvain. Os resultados dessa descrença eram perigosos porque, quando os alemães se transformaram em nazistas, as pessoas não queriam acreditar que fossem tão maus quanto pareciam, e o apaziguamento tornou-se a ordem do dia. (Parece-me, quanto a isso, que seria o caso de colocarmos em uso a história,

e que uma certa prudência seria aconselhável, hoje.) Ao escrever sobre o terrorismo alemão na Bélgica em 1914, dei-me o trabalho de só usar relatos feitos pelos próprios alemães ou, nuns poucos casos, por norte-americanos, que então eram neutros. A prova mais contundente, porém, foi a que vi 45 anos depois: as filas de túmulos no cemitério da igreja de uma aldeia belga junto ao rio Mosa, com os nomes e datas e uma frase: "*fusillé par les Allemands*". Ou o marco de pedra na estrada perto de Senlis, a 40km de Paris, gravado com a data de 2 de setembro de 1914 e os nomes do prefeito e seis outros reféns civis fuzilados pelos alemães. A profissão dos reféns, gravada ao lado dos nomes — aprendiz de padeiro, pedreiro, garçom de café — contribuíam para a convicção. É essa a verossimilitude que Pooh-Bah e eu também procuramos.

O desejo de encontrar o detalhe significativo, mais a disposição de abrir a mente para ele, e deixar que fale, constitui metade do equipamento do historiador. A outra metade, relacionada com idéia, ponto de vista, razão de escrever, o 'porquê' da história, fica fora deste comentário, embora eu não desconheça sua importância. A arte de escrever é o terceiro elemento. Se a lista não fecha a conta, é porque a história é comportamento humano, e não aritmética.

O historiador como artista*

* *New York Herald Tribune Book Week*, 6 de março de 1966.



OSTARIA de lhes dar uma boa notícia. Voltei recentemente de uma temporada de esqui em Aspen, onde em certa ocasião dividia cadeira dupla de teleférico com um publicitário de Chicago. Disse-me que era o responsável por todos os textos de sua firma, em todos os meios de comunicação: TV, rádio e palavra impressa. Com a autoridade que isso lhe dava, assegurou-me — e o cito — que “escrever está voltando. *Livros* estão voltando.” Não lhes posso dizer como fiquei satisfeita, e sabia que vocês também ficariam.

Agora que sabemos que a escrita tem seu futuro assegurado, quero falar de um tipo particular de escritor — o historiador — não apenas como historiador, mas como artista, isto é, como um escritor criador no mesmo nível do poeta ou romancista. O que vou dizer parecerá menos uma falta de modéstia se vocês tomarem a palavra ‘artista’ como eu a concebo, não como uma forma de louvor, mas como uma categoria, como escriturário, operário ou ator.

Por que se supõe geralmente que com a palavra escrita o processo criativo é propriedade exclusiva de poetas e romancistas? Gostaria de sugerir que o pensamento aplicado pelo historiador à sua matéria pode ser tão criativo quanto a imaginação aplicada pelo romancista à sua. E, quando se trata da escrita como arte, Gibbon será necessariamente menos um artista das palavras do que, digamos, Dickens? Ou Winston Churchill menos do que William Faulkner ou Sinclair Lewis?

George Macaulay Trevelyan, que foi professor de história moderna na Universidade de Cambridge e grande defensor da história como literatura, em oposição à história como ciência, disse num famoso ensaio sobre sua musa que idealmente a história devia ser a exposição de fatos sobre o passado, “em todo o seu valor emocional e intelectual, a um amplo público, através da difícil arte da literatura”. Note-se: “amplo público”. Trevelyan sempre deu ênfase à escrita para o leitor comum, em contraposição à escrita apenas para os colegas eruditos, porque sabia que quando escrevemos para o público temos de ser *claros* e *interessantes*, e esses são os critérios que determinam um bom texto. Ele não

tinha paciência com a idéia de que só a escrita imaginativa é literatura. Os romances, dizia, se forem maus, não são literatura, ao passo que até mesmo os folhetos, se forem bastante bons, o são; e cita os escritos por Milton, Swift, Burke.

A “difícil arte da literatura” é uma boa frase. Trevelyan era um mau lavrador desse campo, e sabia disso. Devo admitir logo que sempre me *senti* como artista quando trabalho num livro, mas não acho que deva dizer isso, a menos que alguém o tenha dito primeiro (é como esperar uma proposta de casamento). Agora que um ocasional comentarista de livros, aqui e ali, fez a observação, acho que posso falar do assunto. Não vejo por que a palavra deve limitar-se sempre aos autores de ficção e poesia, enquanto nós outros somos amontoados sob a desprezível denominação de ‘não-ficção’, como se fôssemos restos. Não me sinto como uma ‘não-alguma coisa’, sinto-me bastante específica. Gostaria de inventar um nome para substituir ‘não-ficção’. Na esperança de encontrar um antônimo, procurei ‘ficção’ no dicionário e verifiquei que era definida em oposição a ‘fato, verdade e realidade’. Pensei por algum tempo em adotar *l’VR*, representando fato, verdade e realidade, como meu novo termo, mas é desajeitado. ‘Escritores da realidade’ é o mais próximo que cheguei do que desejava, mas não posso denominar-nos de ‘realistas’, pois a palavra já tem outros usos, embora na realidade ela me agrade. ‘Realistas’, se pensarmos bem, é uma expressão muito boa e é exatamente da esfera da realidade que os autores de não-ficção tratam: a realidade do homem, da conduta humana. Então, as categorias poderiam ser poetas, romancistas e realistas.

Devo acrescentar que não concordo totalmente com a definição do dicionário, de que a ficção é aquilo que se distingue do fato, da verdade e da realidade, porque a boa ficção (em oposição às porcarias), mesmo que nenhuma relação tenha com os fatos, habitualmente ‘baseia-se’ na realidade e ‘percebe’ a verdade — e com freqüência de forma mais verdadeira do que certos historiadores. É exatamente essa qualidade de percepção da verdade, de extraí-la de circunstâncias irrelevantes e transmiti-la ao leitor, ou ao observador de uma imagem, que distingue o artista. O que o artista tem é uma visão ‘extra’, e uma visão ‘interior’, acrescida da capacidade de expressá-la. Ele oferece uma visão, ou um entendimento, que o observador ou leitor não teria ganho sem a ajuda dessa visão criativa do artista. É o que faz Monet num daqueles tremeluzentes rios que espelham álamos, ou El Greco no tempestuoso céu sobre Toledo, ou Jane Austen, sintetizando toda a sociedade no sr. e sra. Bennet, e *Lady Catherine* e o sr. Darcy. Nós, realistas, pelo menos aqueles de nós que aspiram a escrever literatura, fazemos a mesma coisa. Lytton Strachey captou uma realidade sobre a rainha Vitória e os vitorianos eminentes, e o estilo e a forma que criou para retratar o que viu mudaram toda a abordagem da biografia, desde então. Rachel Carson captou uma realidade sobre a praia, ou a fonte silenciosa. Thoreau, sobre Walden Pond, De Tocqueville e James Bryce sobre a América, Gibbon sobre Roma, Karl Marx sobre o capital, Carlyle sobre a Revolução Francesa.

Seus trabalhos baseiam-se no estudo, observação e acumulação de fatos, mas será que alguém supõe que esses realistas não usaram sua imaginação? Certamente que sim; foi isso que lhes deu uma visão extra.

Trevelyan escreveu que o melhor historiador era aquele que combinava o conhecimento dos fatos com “o mais amplo intelecto, a mais calorosa simpatia humana e a maior capacidade de imaginação”. As duas últimas qualidades não são diferentes das necessárias a um grande romancista. São parte imprescindível do equipamento de um historiador porque são o que lhe permite ‘compreender’ os fatos acumulados. A imaginação amplia os fatos existentes, extrapola-os, por assim dizer, oferecendo com isso um porquê que faltava sobre o que aconteceu. A simpatia é essencial ao entendimento do motivo. Sem simpatia e imaginação o historiador pode copiar números de um rol de contribuintes para sempre — ou contá-los pelo computador, como se faz agora —, mas jamais poderá conhecer ou ser capaz de retratar as pessoas que pagavam os impostos.

Ao dizer que me sinto como uma artista, significa que me vejo constantemente percebendo uma verdade histórica (pelo menos, o que *me* parece ser verdade), ao explorar uma sugestão. Em seguida, após uma cuidadosa coleta de dados, transmitindo-a ao leitor, e não fazendo uma lista de todos os fatos que recolhi, como fazem os doutores, mas exercendo o privilégio de seleção que tem o artista.

Na verdade, a idéia de *The proud tower* evoluiu dessa maneira, a partir de várias dessas percepções. O impulso inicial foi um verso que citei em *The guns of August*, do poeta socialista belga Émile Verhaeren. Depois de toda uma vida como pacifista, dedicado às idéias sociais e humanitárias, que segundo então se acreditava apagariam as fronteiras nacionais, ele se viu tomado de ódio pelo invasor alemão e desiludido com tudo aquilo em que acreditava antes. E apesar disto, como escreveu, “como me parece que neste estado de ódio minha consciência diminui, dedico estas páginas, com emoção, ao homem que eu era”.

Fiquei muito emocionada com isso. Sua confissão pareceu-me tão pungente, tão evocativa de uma época e de um estado de espírito, que me levou a tentar recapturar aquela era desaparecida. Levou ao último capítulo da *The proud tower* sobre os socialistas, a Jaurès como o socialista autêntico, aos seus versos proféticos (“Convoco os vivos, choro os mortos”), e ao seu assassinato como o final perfeito e dramaticamente certo para o livro, tanto cronológica como simbolicamente.

E havia também lorde Ribblesdale. Devo isto à revista *American Heritage*, que em outubro de 1961 publicou um trabalho sobre Sargent e Whistler, com uma bela reprodução do retrato de Ribblesdale. No quadro de Sargent, o lorde olhava para o mundo, como eu escrevi mais tarde em *The proud tower*, “numa atitude de uma arrogância, uma elegância e uma autoconfiança tão naturais, como nenhum homem da época posterior jamais teria”. Também nesse caso

havia uma era desaparecida que se associava, em minha mente, ao verso de Verhaeren, "o homem que eu era", como dois glóbulos de mercúrio formando uma única massa. Daí nasceu a idéia do livro. Ribblesdale, decerto, foi a sugestão que acabou por se tornar o capítulo inicial sobre os patrícios. Essa é a recompensa do olho do artista: sempre nos leva à coisa certa.

Tal como o vejo, o processo criativo tem três partes. Primeiro, a visão extra com a qual o artista percebe uma verdade e a transmite pela sugestão. Segundo, o meio de expressão: a língua para os escritores, a tinta para os pintores, o barro ou a pedra para os escultores, o som expresso em notas musicais para os compositores. Terceiro, plano ou estrutura.

Quando se trata de linguagem, nada mais satisfatório do que se escrever uma boa frase. Não é agradável escrever de maneira desorganizada, desinteressante, numa prosa com a qual o leitor tem de lutar como areia molhada. Mas é um prazer realizar, quando se pode, uma prosa clara e corrente, simples e ao mesmo tempo cheia de surpresas. Isso não acontece por acaso. Exige habilidade, trabalho árduo, um bom ouvido e prática constante, tal como é necessário a Jascha Heifetz para tocar violino. As metas, como já disse, são a clareza, o interesse e o prazer estético. Sobre a primeira, gostaria de citar Macaulay, grande historiador e grande escritor, que escreveu certa vez a um amigo: "Como é pouco conhecida hoje a importantíssima arte de tornar o sentido claro! Quase nenhum escritor popular, exceto eu, pensa nela."

Quanto à estrutura, minha forma pessoal é a narrativa, que não é a de todos os historiadores, posso dizer — na verdade, é antes vista com desconfiança hoje pelos acadêmicos avançados, mas não me importo porque ninguém poderia persuadir-me que contar uma história não é a coisa mais desejável que um escritor possa fazer. A história narrativa não é tão simples, nem tão direta, quanto poderia parecer. Exige organização, composição, planejamento, tal como a pintura — *A vigília noturna*, de Rembrandt, por exemplo. Ele não organizou todas aquelas figuras, algumas em primeiro plano e outras atrás, e a luz caindo sobre elas de determinada maneira, sem muita tentativa e erro, e numerosos desenhos preliminares. Dá-se a mesma coisa ao escrever-se história. Embora o resultado final possa parecer ao leitor natural e inevitável, como se o autor tivesse apenas de seguir a seqüência dos acontecimentos, não é tão fácil assim. Por vezes, para prender a atenção, o fato crucial e as circunstâncias que o causaram têm de ser colocados em ordem inversa — o fato primeiro e a causa depois, como em *O telegrama Zimmermann*. Temos de jogar com o tempo.

Em *The proud tower*, por exemplo, os dois capítulos ingleses foram originalmente concebidos como um. Dividi-os e distanciei-os bastante para dar ao livro uma sensação de avanço, de movimento cronológico progressivo. A história dos anarquistas, com suas idéias e atos mostrados em contraponto, foi um problema de disposição. No capítulo de Haia, a seção intermediária sobre a Exposição de Paris de 1900 foi planejada originalmente como uma peça central isolada, que marcasse a passagem do século, até que comeci a vê-la

como uma ponte ligando as duas conferências de Haia, lugar que agora parece ser o seu.

A estrutura é principalmente um problema de seleção, uma tarefa angustiante, porque há sempre mais material do que se pode usar ou colocar numa história. O problema é como e o que selecionar de tudo o que aconteceu sem, pelo próprio processo de seleção, exagerar ou amenizar, o que seria uma violência à verdade. Não se pode colocar tudo; o resultado seria uma massa informe. O trabalho consiste em encontrar uma linha narrativa sem se afastar dos fatos essenciais, ou sem deixar de fora qualquer fato essencial e sem deformar o material para que sirva às nossas conveniências. Há a tentação de agir assim, mas, se o fizermos com a história, seremos invariavelmente desmascarados pelos acontecimentos posteriores. Sofri essa tentação uma ou duas vezes, e sei.

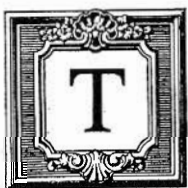
A mais difícil tarefa de seleção que tive aconteceu no capítulo Dreyfus. Tentar deixar de lado os fatos sobre o *bordereau*, a caligrafia e as falsificações — todos os elementos do processo, distinto do caso — para focalizar o que aconteceu à França e, ao mesmo tempo, dar ao leitor bastante informações de fundo para permitir-lhe compreender o que estava acontecendo, quase me levou ao desespero. O ritmo da escrita se reduziu ao mínimo, ao ponto de, num certo dia terrível, chegar ao meu escritório às 9h e passar ali todo o dia, até às 17h, sem nada escrever. Todos os que são escritores sabem como isso é aterrorizador. Sentimos ter chegado ao fim de nossa capacidade; que não terminaremos o livro; que talvez nunca mais possamos escrever.

Há outros problemas de estrutura peculiares ao preparo de um livro de história. Como explicar o pano de fundo, e mesmo assim fazer com que a história avance; como criar suspense e manter o interesse numa narrativa cujo final (como quem ganhou a guerra) é, para dizer o mínimo, conhecido. Se alguém disser que isso não exige uma escrita criativa, só posso lhe responder que tente escrever história.

O livro de Truman Capote, *A sangue-frio*, por exemplo, que trata da vida real, como o meu, é notável pela sua estrutura. Podemos vê-lo planejar, dispor, compor seu material até conseguir a sua estrutura perfeitamente equilibrada. Isso é arte, embora o autor seja demasiado indiscreto, e a composição demasiado elaborada, para se qualificar como história. Seu método de investigação, além disso, não é tão novo quanto ele pensa. Capote está simplesmente aplicando ao material contemporâneo o que os historiadores vêm fazendo há anos. Heródoto deu início ao método há mais de dois mil anos, percorrendo toda a Ásia Menor, fazendo perguntas. Francis Parkman foi viver entre os índios; caçou, viajou e comeu com eles, para que suas páginas se impregnassem de compreensão. E. A. Freeman, antes de escrever *The Norman conquest*, visitou todos os lugares pisados pelo conquistador. Novo nessa técnica, Capote talvez se tenha ingenuamente impressionado com ela. Usa-a num esforço deliberado para elevar o que se poderia chamar de jornalismo 'criativo' ao nível de literatura. Muitos, de Heródoto e Trevelyan, vêm fazendo a mesma coisa com a história, há muito tempo.

A oportunidade do historiador*

* Conferência, American Historical Association, dezembro de 1966. *Saturday Review*, 25 de fevereiro de 1967.



ENDO EM VISTA o atual declínio do romance e o declínio paralelo da poesia e do drama, o interesse do público voltou-se para a literatura da atualidade. Pode ser que, numa época de crescente incerteza e de preocupação crônica, a voz do historiador se ja a mais necessária, e mais ainda porque as outras parecem inadequadas, com frequência absurda. Embora as razões possam ser discutidas, creio que o historiador tem uma clara oportunidade de tornar-se o principal intérprete, na experiência literária, do papel do homem na sociedade. É sua a tarefa de proporcionar tanto a matéria que satisfaça o interesse do público, quanto a compreensão da condição humana, sem a qual qualquer leitura é insípida.

Os historiadores já desempenharam esse papel. Embora não tenhamos números sobre os leitores na Grécia e Roma clássicas, é evidente, pelos seus continuadores e imitadores, e pelas referências posteriores, que Heródoto, Tucídides e Xenofonte, Tácito, Políbio, Josefo, Plutarco, Lívio e os outros eram vozes expressivas para seus contemporâneos. Desde a deflagração da Segunda Guerra Mundial, as estatísticas sobre o comércio de livros refletem o crescente apetite do público pela biografia, autobiografia, ciência, sociologia e história — em especial a história contemporânea.

A última categoria — como nos últimos tempos nos fizeram saber de modo enfadonho — tem seus problemas especiais, embora na longa tradição da biografia autorizada a família do biografado tenha geralmente encontrado meios mais discretos do que os judiciais para conservar o controle sobre aspectos pessoais. A maneira simples de manter os assuntos particulares como tais é não falar deles — nem ao autor autorizado, nem tampouco ao 'contratado'.

Não cito como prova do interesse do público pela literatura de atualidades o fato de que desde 1964 a não-ficção, ou o que é assim chamado, tenha vendido mais do que a ficção, na proporção de dois por um, porque isso apenas reflete a compra maciça de livros de culinária e dos que prometem paz de espírito (os dois mais vendidos); mais os livros de *voyeur*, isto é, sobre a vida sexual das outras pessoas, histórias em quadrinhos e os livros do tipo *faça-você-mesmo*.

sobre cuidado de crianças, decoração doméstica, cura da artrite, contagem de calorias, golfe, etiqueta, e a recente descoberta: como evitar problemas com os testamentos. Pondo de lado os não-livros, qualquer que seja o critério — número de títulos publicados, escolhas em clubes do livro, encadernados e brochuras, novos títulos e reedições —, as categorias relacionadas com a realidade mostram, todas, maiores aumentos do que a ficção.

As pessoas estão se voltando para os livros que tratam da realidade para obter do homem e da sociedade uma imagem mais autêntica do que a oferecida pelos romances contemporâneos. Buscar a razão pela qual a verdade ficcional perdeu-se, é parte da tarefa do historiador. O fracasso dos romancistas é uma consequência, parece-me, da experiência histórica do século XX, que desde a Primeira Guerra Mundial tem sido a de uma desilusão cumulativa do homem consigo mesmo. A idéia do progresso foi a maior baixa daquela guerra, e sua consequência foi a descrença, confirmada por um segundo conflito mundial e pelas implicações das câmaras de gás nazistas. Depois, a obtenção de um poder letal ilimitado pelo homem foi agravada pela terrível pressão do excesso de população, de modo que vivemos hoje sob o peso de um estranho paradoxo, que nos ameaça simultaneamente com gente em excesso no mundo, e um poderio excessivo para destruir essa população. Finalmente, enfrentamos problemas crescentes — na poluição do ar e da água, na destruição do equilíbrio da natureza, no ruído esmagador do voo supersônico — de que não conseguimos viver sem poluir nosso ambiente.

A experiência bastou para destruir, em grande parte de nossa geração, a crença herdada na bondade do homem. Gilbert Murray identificou o mesmo desespero do mundo entre os gregos, depois de um prolongado período de guerras internas, e o atribuiu a um sentimento da “pressão de forças que o homem não podia controlar, nem compreender”.

O homem do século XX não é uma criatura a ser invejada. Antigamente, ele se acreditava criado pela centelha divina. Agora, perdida essa confiança orgulhosa, e contemplando sua história recente e seus problemas atuais, já não pode, como o Salmista, respeitar-se como estando “um pouco abaixo dos anjos”. Não se pode ver hoje, como fez Michelangelo no teto da capela Sistina, na calma e nobre imagem de Adão recebendo a centelha do dedo de Deus. Dominado pela incerteza quanto à finalidade humana e à finalidade divina, põe em dúvida sua capacidade do bem, e até mesmo de sobreviver. Perdeu a certeza, inclusive a certeza moral e ética, e restou-lhe um sentimento de falta de compromisso, de falta de finalidade e aversão a si mesmo, que a literatura naturalmente reflete. O resultado é aquilo que o *Times Literary Supplement* chamou de escola de ficção do ‘Ugh!’.

Autores que não gostam do gênero humano ocuparam o mundo literário. A corrente principal de seu trabalho resume-se no recente romance anunciado como um tratado “fascinante” de “aventuras mais ou menos alcatórias,

relacionadas com roubo, homossexualidade, proxenetismo, sadismo, voyeurismo, sexo grupal". Inexplicavelmente, faltaram as drogas. Como todos nós sabemos, isso não é a exceção, mas a rotina, e o drama, nos tristes exemplos que chegam hoje ao palco, empenha-se em fazer o mesmo. Os personagens preferidos da ficção corrente são os marginais, os inadaptados na vida, em cujos assuntos, ou destino final, é impossível manter interesse. Eles não suscitam a pergunta que é a essência da narrativa, "O que acontece depois?", porque não nos importa o que lhes aconteça.

Talvez a falha não seja dos romancistas, mas da época de que seus personagens são filhos — anti-heróis que refletem um sentimento geral do homem como vítima. Talvez o romancista de hoje não possa sinceramente criar um protagonista que se jase sobre seu destino e capitão de sua alma, porque o homem, na imagem de Henley, parece obsoleto. Esse homem pertencia ao confiante século XIX, ao passo que o século XX encontra seu expoente nos perdedores, "belos perdedores", segundo o título de um recente romance, embora poucos pareçam merecer o adjetivo. Édipo foi um perdedor, como também o rei Lear, mas sua perda foi universal e profunda, e não insignificante.

Como o drama e a ficção já não apresentam um equilíbrio verdadeiro da atividade e dos motivos humanos, não é de espantar que estejam perdendo público. Segundo uma notícia da capital, "Washington oficial não lê os romances contemporâneos" pela razão exposta por um membro do subgabinete com as seguintes palavras: "Tentei ler esses romances e desisti. Por que gastar meu tempo com livros[...] cujo personagem principal passa 350 páginas hesitando entre atravessar a rua ou ir ao banheiro?"

Ele tem certa razão. Ler, como escrever, é o maior dom com que o homem se dotou, por meio do qual podemos realizar viagens ilimitadas. Iremos gastá-lo recolhendo o lixo da humanidade? Sem dúvida o esquálido e indigno, o vil e depravado são parte da história humana, tal como a borra é parte do vinho, mas é o vinho que importa. A perversão sexual e as drogas alucinógenas, como disse Eliot Fremont-Smith sobre um romance recente, "não são o que nos impulsiona, nem constituem a essência da história humana".

Cabe portanto ao historiador a tarefa de dizer sobre o que é a história humana, e quais são as forças que realmente nos impulsionam. Isso não é dizer que a história exclui o esquálido e o depravado, mas, ocupando-se como se ocupa da realidade e sujeita como está a certa disciplina, ela se ocupa deles em proporção com o todo.

Os historiadores começam com uma grande vantagem sobre a ficção, pelo fato de que nossos personagens, sendo públicos, estão dotados do poder de afetar o destino. São os capitães e os reis, os santos e os fanáticos, os traidores, vilões, bandidos, os descobridores e exploradores, os pensadores e criadores, e até mesmo, ocasionalmente, os heróis. São significativos, se não necessariamente admiráveis. Podem ser maus ou corruptos, loucos, estúpidos ou mes-

mo pretensiosos, mas pelo menos, em virtude das circunstâncias, do acaso, do cargo ou do caráter, têm importância. São os agentes, e não os pacientes da ação e, em consequência, muito mais interessantes.

Os leitores querem ver o homem fazendo o seu destino ou, pelo menos, lutando com ele, e esse é o estofa da história. Eles querem saber como as coisas aconteceram, por que aconteceram, e, em particular, aquilo que eles próprios vivenciaram, tal como, depois de um calor recorde, ou uma pesada nevasca, a primeira coisa que procuramos no jornal da manhã é a coluna do tempo. Agora mais do que antes, quando o lugar do homem no mundo nunca foi tão questionado, quando 'alienação' é a palavra predominante, o público também espera encontrar certa orientação quanto ao destino, certo padrão ou significado de nossa presença neste globo giratório. Quer os historiadores acreditem ou não, como indivíduos, numa configuração ou em outra, ou alguém nenhuma, as evidências que temos a apresentar proporcionam tranquilidade, ao mostrar que o homem já atravessou outras eras sombrias.

Quando eu era uma jovem mãe, surgiu uma série de livros sobre o comportamento infantil, escritos pelo dr. Arnold Gesell e seus colegas da Yale Clinic, na qual se descobria que o comportamento mais anormal, perturbador ou evidentemente psicótico de nosso filho era o padrão comum da idade do grupo que inocentemente brincava atrás da cortina de observação do dr. Gesell. Nada foi mais reconfortante. Os historiadores fornecem uma cortina para olhar o passado, através da qual podemos ver o homem, numa ou noutra época, praticando todos os horrores, indecências ou idiotices de que é capaz hoje. Tudo já foi registrado, em gênero quando não em número. Não estou dizendo que a história possa ser tão tranquilizadora quanto Gesell, porque a diferença de grau que enfrentamos hoje é tão grande — na velocidade e impacto dos mecanismos que criamos — que os problemas e perigos se multiplicam mais depressa do que a nossa possibilidade de imaginar soluções. A lei de aceleração de Henry Adams está-se mostrando perigosamente exata. Não obstante, a lei de Adams é uma das orientações que os historiadores têm a oferecer. A história e o estudo do passado, tanto recente como distante, não revelarão o futuro, mas não um farol indicador do caminho e um alimento útil contra o desespero.

Os historiadores não podem ter esperança de assumir o papel principal na literatura, sem concorrência. No verão passado, Albert Rosenfeld, editor de ciência da revista *Life*, escreveu um artigo dizendo que os escritores criativos devem voltar-se para a ciência para reanimar a literatura, porque: "É ali que está a ação." Há uma grande desafiadora verdade nessa afirmação. A ciência é formidavelmente relevante e dinâmica. "As grandes obras escritas em qualquer época", continuou Rosenfeld, "lançam certa luz sobre os principais dilemas contemporâneos". Isso é igualmente convincente. Se a ciência puder despertar grandes escritores que façam na aeronáutica espacial, ou na genética, ou na energia nuclear, o que Rachel Carson, por exemplo, fez com o mar que nos

cerca, eles certamente conquistarão uma grande parcela do interesse público. O principal obstáculo é a linguagem. A grande literatura sobre a ciência tem de vir de dentro da disciplina, e tudo dependerá de um raro talento que possa romper as malhas de um vocabulário técnico e expressar-se em palavras de uso comum.

Também nesse caso nós temos uma vantagem. Os historiadores podem — embora nem todos o façam — fazer-se compreender em linguagem cotidiana, na linguagem usada desde Chaucer até Churchill. Tenhamos consciência do sofrimento de nossos colegas, os cientistas behavioristas, que, usando um jargão proliferante, encerram-se num canto — ou ala de isolamento — de ininteligibilidade. *Eles* sabem o que querem dizer, mas ninguém mais sabe. Os psicólogos e os sociólogos são os que mais longe foram nessa doença, e são provavelmente incuráveis. Sua condição podia ser motivo de pena, se não desconfiássemos que foi provocada deliberadamente. Sua retirada para o arcano teve o objetivo de separá-los da grande massa dos incultos, de marcar o fato de que possuem uma especialidade que não dividem com outros, que é indivisível. Não importa que suas descobertas sejam iluminadoras; se os cientistas behavioristas só escrevem para serem compreendidos entre si, terão o fim dos mandarins.

A comunicação é, afinal de contas, o objetivo para o qual a linguagem foi inventada. Para que a história compartilhe suas descobertas com um público que delas necessita, é preciso praticar a comunicação como arte, como fez Gibbon, ou Parkman. A história tem, claro, outras partes; além desta outra famosa propriedade, é divisível em três: a investigadora ou pesquisa, a didática ou teoria e a narrada ou comunicação. Os elementos que entram na comunicação é que me interessam, porque a história, ao que me parece, nada é, se não for comunicada. A pesquisa proporciona o material e a teoria um padrão de reflexão, mas é através da comunicação que a história é ouvida e compreendida.

Com o risco de dizer o óbvio, vale a pena observar que o sucesso da comunicação depende do encantamento (uso a palavra no seu sentido mais sério) da narrativa. “Os escritos são inúteis”, declarou Theodore Roosevelt, falando como presidente da American Historical Association, em 1912, “a menos que sejam lidos, e não podem ser lidos a menos que sejam legíveis”.

A história que se comunica com mais sucesso, no que diz respeito ao público, pode ser determinada, num certo sentido, pelas listas anuais dos dez livros mais vendidos. Até 1960 o mais vendido em história era *Outline of history*, de H. G. Well, publicado originalmente em 1921, e que permaneceu entre os dez mais durante três anos seguidos, reaparecendo na lista em edição mais barata em 1930. É o único livro de história, até 1960, que vendeu mais de dois milhões de exemplares — mais, o que é estranho, do que *O relatório*

Kinsey. Desde então, a obra mais vendida em história vem sendo *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, de William L. Shirer, que pelas últimas notícias vendeu três milhões de exemplares só nos Estados Unidos.

Esses nomes sugerem o que os dados confirmam. Nas décadas de 1920 e 1930, quando os livros sérios tinham melhor probabilidade de alcançar os dez mais, os mais vendidos em biografia histórica e história simplesmente (em distinção à história pessoal e acontecimentos correntes) incluíam quatro acadêmicos, James Harvey Robinson, Charles Beard, Carl Van Doren e James Truslow Adams por três vezes; e 12 não-acadêmicos, Emil Ludwig com quatro livros, Hendrik van Loon com três, Lytton Strachey, Claude Bowers, Van Wyck Brooks, André Maurois, Francis Hackett, Stefan Zweig com dois livros cada, Will Durant, Frederick Lewis Allen, Margaret Leech e Douglas Southall Freeman, com um livro. Na década de 1940, quando os livros de guerra assumiram a liderança, um professor, Arnold Toynbee (com sua condensação em um volume) e uma não-professora, Catherine Drinker Bowen, alcançaram os dez mais. Depois disso, com exceção de Shirer e *The Rothschilds*, de Frederic Norton, o efeito atolante dos não-livros começa, e temos de procurar logo depois dos dez mais, entre os livros bem vendidos durante o ano sem entrarem, porém, na lista final. Tomando apenas a década de 1960, entre eles estão três professores, Garret Mattingly, Samuel Eliot Morison, Arthur Schlesinger Jr., e nove autores independentes, Winston Churchill, Bruce Catton, Alan Moorehead, Thomas Costain, Walter Lord, Cecil Woodham-Smith, e eu mesma, com dois ou mais livros cada, Stewart Holbrook e George Kennan com um livro cada.

Estar entre os mais vendidos não é necessariamente uma indicação de qualidade, mas é uma medida de comunicação. Não causa surpresa o fato de os autores independentes se terem saído melhor, já que comunicar é o seu negócio — sabem como fazê-lo. Conquistar e manter o interesse do público é o seu objetivo, como tem sido o de todos os contadores de histórias, desde Homero. Talvez o historiador acadêmico, o professor, sofra pelo fato de ter um público cativo, primeiro no supervisor de sua dissertação, depois na sala de aula. Fazer com que o leitor continue virando as páginas não é a sua principal preocupação.

Minha intenção não é exacerbar a distinção entre o historiador profissional e o chamado amador, mas esclarecer seus termos. 'Profissional', significando alguém que tem formação básica que leva a um diploma profissional e que exerce a profissão dentro de uma universidade, é um termo válido, mas 'amador', usado para quem está fora da universidade, sem um diploma, é uma denominação errada. Uma formação básica estabelece, certamente, uma diferença da qual eu, que não a tive, tenho profunda consciência, por vezes com pesar, outras com satisfação. Eu preferiria, porém, reconhecer a diferença distinguindo entre acadêmicos e independentes, ou entre eruditos e escritores, e não entre profissionais e amadores, porque a questão não é a do grau de profis-

sionalismo, e sim de qual profissão. Os professores são historiadores profissionais; nós que não lecionamos somos escritores profissionais. Na medida em que eles tomam de empréstimo nossa função, e nós tomamos de empréstimo a sua matéria, cada um de nós tem muito a aprender com o outro.

Uma objeção feita com frequência aos independentes é que eles estão insuficientemente familiarizados com os fatos, ou são descuidados em relação a estes. Um exemplo extremo é o Cortez de Keats, olhando para o Pacífico com uma presunção louca, silencioso sobre um pico em Darien. Keats errou no nome, é claro, mas a idéia estava certa. Pelo poder de um fraseado maravilhoso e o exercício de uma imaginação de poeta, ele imortalizou um momento histórico. É possível que a sua visão do homem no pico seja mais importante, para transmitir a história, do que o nome do homem. Deixando de lado os poetas, os historiadores devem, é claro, oferecer as duas coisas. Não há necessidade de escolher entre a exatidão e a beleza: uma deve estar vestida com a outra.

Em bolsões de sobrevivência podem haver certos historiadores que ainda conservam a velha idéia imposta pela história científica, de que, como outro presidente da American Historical Association, Walter Prescott Webb, disse: "Há alguma coisa de historicamente inconveniente no escrever bem", que "existe um grande abismo entre a verdade e a beleza, e o erudito que tenta superá-lo merece cair nele e afogar-se", e que "o verdadeiro estudioso deve escolher a verdade e é melhor que ela seja feita tão feia que ninguém duvide de sua virgindade". Se alguém ainda acredita nisso, a comunicação não é para eles.

Para o primeiro elemento da comunicação, Webb deu o perfeito critério tríplice: a convicção do autor, de que tem alguma coisa a dizer, que vale a pena ser dita, e que pode dizê-la melhor do que ninguém, e acrescentou, "não para os poucos, mas para os muitos". Pois, juntamente com a compulsão de escrever, deve estar o desejo de ser lido. Nenhuma página se torna viva, a menos que o escritor veja, do outro lado de sua mesa, o leitor, e busque constantemente a palavra ou frase que levará a ele a imagem desejada e despertará a emoção que deseja criar nele. Sem a consciência de um leitor vivo, o que o autor escreve morrerá em sua página. Macaulay era um mestre desse contato com o leitor. Sua irmã Hanna chorou, ao ouvir a leitura da *History of England*. Que escritor poderia desejar mais?

Quando se trata do conteúdo, a inspiração — o que Webb chama de momento de síntese, a chispa reveladora de uma idéia sintetizadora — é evidentemente de grande ajuda. Ele descreve seu próprio momento de revelação quando a idéia lhe veio de que a passagem da vida das florestas para a vida das planícies teve uma significação dramática para os norte-americanos. O almirante Mahan teve seu momento quando, a partir do estudo do fracasso de Aníbal em controlar as comunicações marítimas com Cartago, surgiu a idéia

da influência do poder marítimo sobre a história. Esse momento é emocionante, mas não, creio eu, essencial. Um tema pode muito bem começar como umatese e não envolve, como ocorre com uma teoria predominante, uma subreptícia tentativa de ajeitar os fatos. A idéia integradora, ou a revelação, evolui então da lógica interna do material, no curso de sua elaboração. A partir da coleta do particular, chegamos ao geral, àquele brilhante Graal que buscamos todos, da generalização histórica. Não me parece necessário formulá-la antecipadamente. O processo é mais persuasivo e a idéia integradora mais convincente se o leitor a descobrir por si mesmo, a partir dos fatos que lhe são apresentados.

Todas as teses correm o risco de obsolescência. Os caminhos da história, disse o grande historiador da fronteira norte-americana, Frederick Jackson Turner, estão “semeados de destroços” de verdades outrora conhecidas e aceitas, rejeitadas por uma geração posterior. A revisão e a contra-revisão quebram nas praias da história com o mesmo ritmo das ondas. Mesmo assim, uma inspiração autêntica, ou uma idéia integradora como a de Mahan ou de Turner, será válida e esclarecedora para a sua época, qualquer que seja a sua fortuna subsequente.

Embora algumas pessoas discordem, a intuição também ajuda. O historiador intuitivo pode chegar ao entendimento de uma circunstância remota da mesma maneira que Demócrito, o predecessor de Aristóteles, chegou à idéia do átomo. Sua mente, refletindo sobre fenômenos observados, elaborou uma teoria da matéria como sendo composta de um número infinito de partículas móveis. O processo pode ter sido cerebral, mas seu ímpeto foi intuitivo. Os discípulos rigorosos da história como ciência podem desprezar o processo intuitivo, mas essa atitude resulta de serem mais católicos do que o papa. O verdadeiro cientista conhece o seu valor. É uma flecha disparada no ar que, com frequência, atinge o mesmo alvo que levará meses para o historiador científico, com seu nariz no chão, alcançar a pé.

De todos os instrumentos do historiador, a crença na grandeza de seu tema é o mais estimulante. Parkman, no prefácio a *Montcalm and Wolfe*, descreve seu assunto, a Guerra dos Sete Anos no teatro norte-americano, como “a mais importante e profunda questão já discutida neste continente”. Seu resultado determinou o aparecimento de uma Revolução Norte-Americana. “Com ela começou um novo capítulo nos anais do mundo.” É assim que o autor deve considerar seu assunto. Isso faz com que nenhum leitor possa deixar o livro de lado.

O entusiasmo, que não é exatamente a mesma coisa, tem um efeito não menos estimulante. Isso foi reconhecido pelo almirante Mahan que, ao estudar a luta da Grã-Bretanha com Napoleão, foi tomado de uma particular admiração por Pitt. “Sua natureza firme”, escreve Mahan, “despertou-me um entusiasmo que não procurei conter; pois acredito que o entusiasmo não seja um mau espírito na realização da história, para nós mesmos e para os outros”.

A recomendação de Mahan acaba com o mito da 'objetividade pura', quando usado com o sentido de 'sem tendências'. Como John Gunther disse certa vez sobre o jornalismo: "Um repórter sem tendências seria um vegetal." Se algo como um historiador 'puramente objetivo' pudesse existir, seu trabalho seria ilegível, como comer serragem. A tendência só é enganosa quando disfarçada. Depois de ler *The proud tower*, um antigo membro do governo Asquith censurou-me em carta por representar de maneira errônea, em sua opinião, o seu partido. "Sua tendenciosidade contra os liberais é evidente", escreveu ele. Respondi que era melhor que fosse evidente, do que oculta. Pode, então, ser levada em conta. Não posso negar que adquirir aversão pelo sr. Asquith, como, por outras razões, também por Henry Adams. Há certas pessoas na história das quais simplesmente não gostamos, e, desde que não estejam vivas para se sentirem ofendidas, não vejo razão para esconder isso. Não tomar partido em história seria tão falso quanto não tomar partido na vida.

O historiador tenta ser objetivo no sentido de aprender o máximo possível e apresentar da forma mais simpática possível os motivos e condições de ambos os lados, porque assim fazendo torna o drama mais intenso, e mais verossímil. Não pretendamos, porém, que isso signifique não ter partido, como se os historiadores fossem meros registros que abriam mão do exercício do juízo. A tendência é uma preferência, que é o exercício do julgamento, bem como uma fonte de compreensão. Como se reconhece, para ela contribui o condicionamento emocional, mas isso é resultado da dedicação. Os grandes historiadores dedicaram-se, com muita frequência, a uma causa ou um protagonista, como Mommsen com Júlio César, ou Michelet com o glorioso poder do povo.

O modo como a dedicação pode gerar o entendimento e intensificar a comunicação fica evidenciado de forma insuperável por G. M. Trevelyan em *Garibaldi and the thousand*, uma das mais belas obras de história produzidas neste século, creio, tanto na investigação como na narrativa. A dedicação de Trevelyan ao seu herói é explícita. Descrevendo a trilha aberta pelas pegadas desde a Villa Spinola até o ponto de embarque em Gênova, diz numa nota de rodapé: "Tive a honra de descer por ela" com um veterano dos mil. Não há dúvida sobre a sua posição. Seu envolvimento pessoal levou Trevelyan a visitar todos os lugares relacionados com os Garibaldini,* a seguir suas pegadas, entrevistar os que estavam vivos, até conhecer as pessoas, o terreno, a vista, os sons, os cheiros, distâncias e tempo, em suma, ter o sentimento, de todos os cenários da ação sobre a qual iria escrever.

Quando os mil marcharam para a batalha de Calatafimi, escreve Trevelyan, "seus corações estavam leves com o sentimento de que eram mais invencíveis do que todos os italianos, de que sua singular campanha era poesia tornada

* Exército de voluntários seguidores de Giuseppe Garibaldi, também conhecidos como 'os mil' ou 'os camisas vermelhas'. (N. da E.)

realidade". A qualidade da emoção não é aqui, como ocorre com frequência, criada pelos sentimentos do historiador e transferida para seus personagens, mas resultado das evidências. Uma nota dá o original da carta de um dos Garibaldini à mãe, dizendo-lhe: "*Questa spedizione è così poetica.*" ("Essa expedição é tão poética.") Ao se aproximarem da batalha, cedo pela manhã, passam por um vale verde. "Na florescência do início do verão siciliano", escreve Trevelyan, "o vale, fresco com a chuva da noite anterior, e onde o rouxinol canta ao alvorecer, estava pronto para exalar seus odores ao sol nascente. A natureza parecia harmonizar-se com o coração de Garibaldi e seus homens". Também nesse caso ele trabalha a partir de provas, em diários e cartas, de que chovera na noite anterior e que o rouxinol tinha cantado. Nesses dois trechos, transmitiu o frescor miraculoso e a nobreza que a expedição de Garibaldi representava para o espírito liberal do século XIX. Pôde fazer isso, primeiro, devido à sua sensibilidade para com o material e, segundo, porque ele próprio estava harmonizado com o coração de Garibaldi e seus homens.

E também quando o corneteiro tocou a alvorada, "a música inesperada soou em meio à calma como uma convocação à alma da Itália". Com o verbo ('soou'), o leitor ouve o corneteiro, e no trecho "como uma convocação à alma da Itália", experimenta a emoção de quem ouviu o toque. Sem sentir que lhe estão dizendo isso, fica sabendo do significado, para a história, daquela expedição.

Visitar o local antes de escrever, mesmo que tenha sido cenário de aventuras há muito mortas, é, por assim dizer, começar um negócio com dinheiro no banco. Dizia-se de Arthur Waley, o grande orientalista que morreu há alguns meses, que nunca visitou a Ásia, e que se declarava satisfeito com a imagem ideal do Oriente em sua imaginação. Para o historiador, seria uma posição arriscada. No local, os motivos tornam-se claros, surgem razões, explicações e origens das coisas que, sem isso, teriam permanecido obscuras. Como fonte de compreensão, para não falarmos de seu papel como corretivo de idéias fixas e noções errôneas, nada é mais valioso do que conhecer pessoalmente o cenário e, mais ainda, viver a vida que lhe é intrínseca. Sem essa intimidade, Francis Parkman não teria sido o mestre que é.

O herói de Parkman era, na realidade, a floresta. A experiência ensinou-lhe a amá-la, e a temê-la, e compreendeu tanto sua selvajaria como sua beleza. Naqueles longos dias de cegueira intermitente, quando não podia escrever, sua mente deve ter-se ocupado das recordações de visões da floresta, de tal modo que elas surgem no texto com uma clareza excepcional. Quando um explorador rema pelo lago no outono, "as rochas cobertas de musgo se duplicam no espelho aquático" e os sumagres na margem brilham como rubis contra o abeto verde-escuro. Ou o colonizador da fronteira, voltando ao entardecer, vê "uma coluna de fumaça azul subindo tranquilamente no ar parado da tarde" e corre, indo encontrar os troncos fumegantes de sua cabana e os corpos escalpelados de sua mulher e seus filhos.

Visão, conhecimento e experiência não fazem um grande escritor; só com o domínio da língua, que se tornará a voz deles. Também desse domínio dispunha Parkman. Quando os ingleses vão descer as corredeiras do alto St. Lawrence, olham para o rio cujas “ondas estouvadas precipitavam-se e saltavam ao sol, belas e terríveis como jovens tigres que brincassem”. Na escolha dos verbos, substantivos e imagens, isso é uma obra-prima. É apenas uma descrição física, certamente; não um grande pensamento. Mas é necessário um perfeito domínio das palavras para expressar os grandes pensamentos, quando se têm grandes pensamentos.

Mergulhado nos documentos, passou a vida pesquisando, tal como mergulhara na floresta. Parkman compreendeu as durezas e a resistência, a energia séria e o implacável combate subjacentes à criação da nação norte-americana. Conhecia os diferentes grupos de combatentes como se com eles tivesse vivido, e podia escrever com igual simpatia sobre os franceses ou os índios, os ingleses ou os coloniais. Vejam os seus cortesãos franceses do século XVII, “as borboletas de Versalhes [...] enfrentando a morte com uma bravura descuidada, em seus pequenos chapéus de três pontas, perucas empoadas, casacos bordados e punhos rendados. Seus criados lhes serviam gelados nas fronteiras, sob o canhão de cidades sitiadas”. Neste caso, os gelados nas trincheiras são uma mostra da visão seletiva do historiador. Ele escolheu um detalhe vivo para representar um todo maior, que destila uma era e uma cultura.

A destilação é seleção, e a seleção, como não serei a primeira a afirmar, é a essência da história. É o processo essencial de composição, o mais difícil, o mais delicado, o mais passível de erro, como também de arte. A capacidade de distinguir entre o que é, e o que não é, significativo é *sine qua non*. A incapacidade de estabelecer essa distinção significa que o objeto da história, para não falarmos do interesse do leitor, perde-se numa confusão de matéria não diferenciada. São necessárias, simplesmente, coragem e confiança para fazer escolhas e, acima de tudo, para deixar certas coisas de lado.

Na história como na pintura, escreveu o grande estilista Macaulay, colocar-se tudo leva a um resultado ‘menos’ verídico, e não ‘mais’ verídico. O melhor quadro e a melhor história, disse ele, são aqueles “que mostram partes da verdade que melhor produzem o efeito do todo”. É uma regra tão óbvia, que se torna intrigante porque tantos historiadores parecem praticar hoje o inverso, tendendo para a inclusão de tudo. Talvez a razão seja a timidez: medo da crítica por terem deixado de fora alguma coisa ou, por uma seleção não criteriosa, de não se conformarem à tese dominante do momento. Nesse caso, o autor independente tem uma vantagem sobre o historiador profissional: não precisa ter medo de correr o risco.

Finalmente, o historiador não pode passar sem a imaginação. Parkman, procurando, como sempre, fazer com que o leitor “sinta a situação”, escolheu, para descrever a região entre o Hudson e Montreal, o ponto de observação de um

ganso selvagem que voasse para o norte, na primavera. Vê a linha azul do rio, a massa escura das florestas e o brilho dos lagos, as linhas geométricas e os taludes dos fortes levantados pelo homem, “com a bandeira dos Bourbons como um pequeno ponto branco tremulante” marcando Ticonderoga, e “o deserto montanhoso dos Adirondacks como um tempestuoso mar congelado”. Ao ler esse trecho, senti a emoção do conde de Monte Cristo ao abrir o cofre do tesouro. Não teria sido notável para nós, habituados às viagens aéreas, imaginar o recurso da visão de um pássaro, mas Parkman nunca tinha deixado a terra. Foi um puro esforço de imaginação, colocar-se atrás do olho do ganso, ver a bandeira como um ponto branco tremulante e as montanhas, naquela frase perfeita, como “um tempestuoso mar congelado”.

Por maior que isso seja, o uso da imaginação é ainda mais necessário em relação ao comportamento humano e à ação das circunstâncias sobre os motivos. Torna-se um esforço deliberado de empatia, essencial para compreendermos e interpretarmos as ações das figuras históricas. Com personagens antipáticos, é ainda mais necessária. O historiador deve colocar-se dentro deles, como Parkman se colocou dentro do ganso selvagem, ou como eu tentei me colocar dentro de *sir* John French, num esforço para compreender a diminuição de sua vontade de lutar. Tão logo foi feito o esforço, a explicação surgiu por si mesma. Pude sentir a opressão, o peso da responsabilidade, a consciência da ausência de quaisquer reservas treinadas para substituir a Força Expedicionária Britânica, se esta se perdesse. O esforço para se colocar dentro do personagem é, obviamente, um caminho para a revelação. É o *Einfühlung* que Herder exigia dos historiadores: o esforço de “sentir-se uno com todas as coisas”. O intérprete das escrituras hebraicas, como ele disse, deve ser “um pastor com pastores, um camponês em meio de um povo agrícola, um oriental com os povos primitivos do Leste”.

Descrever hoje a tarefa do historiador em termos de história narrativa, e em termos de dois praticantes românticos, Parkman e Trevelyan, poderá parecer antiquado, numa época em que as técnicas interdisciplinares, as matérias horizontais como demografia e mecânica computadorizada da quantificação são as áreas novas. Mas estes são métodos de pesquisa, e não de comunicação, entre outras razões porque as pessoas que os utilizam tendem a perder contato com a linguagem comum: pegaram a doença do jargão. Seus esforços são dirigidos, creio, para a descoberta de padrões subjacentes na história e no comportamento humano que, presumivelmente, poderiam ser úteis no entendimento do passado e no controle do futuro, ou mesmo do presente. Se a quantificação revelará alguma coisa que não poderia ter sido percebida pela dedução, é algo que ainda não está claro. O que parece faltar aos estudos que vi é um certo bom

retido,
As novas técnicas revelarão, estou certa, material sugestivo e abrirão novos horizontes no pensamento, mas não transformarão a história em ciência, tal

como não poderão jamais transformá-la em literatura. Os fatos acontecem, mas para se tornarem história precisam ser comunicados e compreendidos. Para isso, a história precisa de escritores — de preferência, grandes escritores. De um Trevelyan, que pode descobrir e compreender o *così poetica* numa carta de um soldado e usar isso de maneira adequada. Um Parkman, que pode ver e sentir, e descrever com um talento de Shakespeare. Ambos, não será necessário dizer, pesquisadores do seu próprio material primário. Ser um historiador realmente grande, disse Macaulay, “é a mais rara das distinções intelectuais”. Para os que tentam, a oportunidade está aí, e o público espera.

Os problemas da biografia do general Stilwell*

* Conferência, National Archives Conference on Research in the Second World War, junho de 1971, Maryland Historian, outono de 1971.



TEMPO DE COMEÇAR fazendo uma correção. Meu livro sobre Stilwell não é realmente uma biografia militar, embora o protagonista seja um soldado. O livro é, na verdade, dois em um, como um ovo com duas gemas: Stilwell e a experiência norte-americana na China, tendo ele sido escolhido para representar essa experiência — para servir, como disse no prefácio, como veículo do tema, que não é militar. O tema maior é a experiência sino-americana. Para torná-la compreensível ao leitor, e para escrever uma narrativa, era necessário um veículo humano. Escolhi Stilwell para essa função, e, quanto mais pesquisei, mais válida a escolha me pareceu. Ele servia perfeitamente, penso, mas o fato de ser um soldado foi, para os meus objetivos, mais ou menos incidental. Não era a essência; era simplesmente a forma tomada pela sua carreira.

No que se relaciona com as fontes para o aspecto militar, tive apenas dois problemas: para o período da Segunda Guerra Mundial há fontes demais, questão à qual voltarei mais adiante. O outro era menor: o que aconteceu durante as manobras de 1940-41? Foi então que Stilwell conquistou a reputação de tático e líder de campanha que o levou a ser considerado o comandante nº 1 do Exército norte-americano, e a ser escolhido, depois de Pearl Harbor, para o primeiro comando exterior durante a guerra. As manobras não parecem ser um assunto muito bem documentado; na verdade, para um assunto público da época, elas têm a distinção singular de serem *subdocumentadas*. Mas como biógrafo de Stilwell, eu evidentemente tinha de descobrir o que as manobras haviam demonstrado. Não basta conhecer o resultado: é preciso mostrar como aconteceu.

Esse problema é freqüente na história militar: sempre sabemos o resultado de uma batalha, a dificuldade está em reconstituir o curso dos acontecimentos *durante* a luta. Só quando é chegado o momento de se escrever a narrativa é que descobrimos que realmente não se sabe o que aconteceu. Tive esse problema com a perda da Alsácia em agosto de 1914. Nesse caso, nunca descobri o suficiente para deixar a situação clara em minha mente. Forjei-a, mas ninguém percebeu.

Desta vez, passei intermináveis horas pesquisando. Li todas as críticas no *Infantry Journal*. O OCMH (Office of the chief of Military History) apresentou uma história do Terceiro Exército na qual Stilwell comandava uma divisão durante as primeiras manobras, mas não me informava nada. A melhor fonte, por estranho que pareça, foi a imprensa, o que dificilmente se poderia dizer dela mais tarde, quando a guerra era de verdade na China e na Birmânia.

Aquela altura, o público norte-americano lia contos da carochinha, baseados em grande parte nos comunicados chineses, que poderiam ensinar alguma coisa ao barão de Munchausen. Durante algum tempo, presumidamente de acordo com a teoria de que nos aproximamos mais da verdade à medida que nos afastamos da Ásia, o *New York Times* cobriu de Londres a campanha da Birmânia! Todo o conto de fadas do esforço de guerra chinês tornou-se, em si mesmo, um fator da história, porque as atitudes e mitos que criou influenciaram nossa política — o que é uma outra história.

Isso levou-me, porém, à proposição de que a imprensa faria bem em nunca publicar coisas que não tivessem sido testemunhadas pessoalmente pelos seus repórteres. Deixaria de lado todos os comunicados, notícias para a imprensa, discursos distribuídos. Imaginem! Os jornais sem os comunicados de imprensa! Estaríamos lendo o que aconteceu, e não aquilo que alguém quer que acreditemos que aconteceu — e poderíamos até, nalgum dia maravilhoso, não ter nada que ler. Propus isso certa vez a Turner Catledge, quando o *Times* publicou uma notícia sobre um suposto ataque aéreo israelense que, segundo o Cairo, tinha matado cinquenta civis, enquanto Tel Aviv dizia que nenhum avião tinha levantado vôo. Por que não mandar um repórter ao local, perguntei ao sr. Catledge? Porque o trabalho de publicar o comunicado e o desmentido ao comunicado? Ele disse alguma coisa sobre o fato de serem um jornal que registra, mas não vejo muita utilidade em registrar alguma coisa que pode não ter acontecido nunca, apenas porque algum departamento de propaganda a colocou num comunicado. Isso é ser, simplesmente, bobo. Os comunicados têm tanta relação com o que aconteceu como a astrologia tem com a verdadeira ciência das estrelas.

Voltando às manobras, o melhor relato foi o que encontrei num livro de recortes de jornais da família Stilwell, uma verdadeira mina de coisas maravilhosas, que nunca encontraria num jornal de registro, mas que sofria da grave deficiência de que nem a data, nem o nome do jornal, estavam anotados em nenhum dos recortes. Não será necessário dizer que o álbum de recortes foi, para dizer um mínimo, um pesadelo para o pesquisador.

Do ponto de vista dos historiadores da Segunda Guerra Mundial, minha pesquisa caracterizou-se por duas não-ortodoxias: nenhuma autorização oficial e nenhum gravador. Quanto à primeira, posso dizer que ao iniciar minhas relações com o Pentágono solicitei devidamente a autorização, como me mandaram fazer; tive minhas impressões digitais recolhidas, preenchi um questionário

tão longo quanto uma pintura de rolo chinesa — dois, na verdade: um para o Departamento de Defesa e outro para o Departamento de Estado, embora não possa dizer que estivesse satisfeita com a idéia de que teria de submeter minhas notas sobre material reservado e o trabalho final à sanção oficial. Quanto mais eu pensava nisso, menos a idéia me agradava. Mas enquanto a máquina burocrática funcionava, eu trabalhava nos documentos de Stilwell, na mansão da família, em Carnel, e na *Hoover Library*, onde os papéis do general relacionados com a Segunda Guerra Mundial estavam guardados. Algum tempo *depois* que a Hoover os adquiriu, o Exército começou a pensar no assunto e examinou os documentos, retirando os mais 'sensíveis' (se é essa a palavra) dos relatórios sigilosos, deixando, felizmente, uma folha de papel em branco no lugar dos papéis retirados, como símbolo mudo de sua passagem. Isso não foi tão frustrante quanto poderia parecer, já que descobri que cópias do material retirado ficaram nos arquivos de Carnel. Tendo acesso ao arquivo de Stilwell e a outras coleções particulares, e com a pesquisa e documentação espantosamente minuciosa feita pelos meus predecessores, Riley Sunderland e Charles F. Romanus, no setor militar, e Herbert Feis, no setor diplomático, e com a publicação dos volumes de Relações Exteriores sobre a China durante todo o ano de 1944, para que eu precisava de autorização?

Um advogado, consultado sobre outro assunto relativo ao livro, opôs-se enfaticamente ao uso de qualquer autorização que exigisse a apresentação do trabalho final para aprovação. Àquela altura, seis meses depois da solicitação, se já devido às obscuridades do meu passado ou ao torpor burocrático (não sei qual das duas hipóteses), a autorização ainda não tinha sido concedida. O problema era: seria possível sustar um processo, mesmo que não estivesse produzindo nada? O advogado aconselhou-me a simplesmente escrever ao secretário-geral do Exército e pedir que minha solicitação fosse cancelada, porque não precisava mais dela; o que foi feito, afastando um peso de minha mente. Posteriormente, sempre que encontrava uma referência a um documento que desejava ver pessoalmente, eu escrevia ao pessoal, sempre muito atencioso, da Divisão Militar daqui, do Arquivo ou do OCMH, e perguntava se tal e tal documento podia ser liberado. Em todos os casos, com uma única exceção, creio, isso foi possível. Em alguns episódios, como o da intervenção do coronel McHugh, através do secretário Knox, para que Stilwell fosse chamado de volta, e que tanto irritou o general Marshall, pude estabelecer os fatos por meio do simples expediente de recorrer às fontes privadas, nesse caso os papéis de McHugh, em Cornell, onde a carta ultra-secreta a Knox descansa, tranqüila e inocentemente, e acessível a todos. Isso basta, quanto à autorização — ela é uma questão exagerada.

Quanto ao fato de não gravar minhas entrevistas com os participantes, só posso dizer que as máquinas me deixam nervosa. Isso pode ter alguma relação com o fato de ser mulher. As mulheres estão habituadas a praticar a conversação

como uma coisa pessoal, mesmo com um estranho — talvez mais ainda com um estranho — e não posso imaginar-me ligando uma máquina em frente a alguém, e dizendo: “Agora, fale”. Além disso, tenho certeza de que não saberia fazê-la funcionar. Por isso, levei um caderno de notas, em lugar do gravador, um desses que cabem no bolso, e que estava sempre pronto para uma necessidade, prevista ou não. As páginas soltas, sendo do mesmo tamanho das minhas fichas, podiam ser arquivadas comodamente junto com outro material pesquisado.

As entrevistas foram, é claro, uma das fontes mais úteis, mas já disse tudo sobre isso num discurso na conferência sobre história oral, há dois anos, e, como tenho horror de discursos velhos, não vou repeti-lo aqui. Há um aspecto, porém, do qual tive sempre uma dolorosa consciência, e ainda mais desde a publicação do livro, e esse aspecto eram os colaboradores de Stilwell com os quais eu *não* conversei. Tenho agora numerosas cartas de veteranos da China, Birmânia e Índia, e de antigos funcionários diplomáticos na China, algumas delas com anedotas, frases ou informações que eu poderia ter usado, mas nenhuma, creio, ou apenas uma, que teria modificado meu pensamento.

Uma fonte incomparável, e que me parece indispensável, para os historiadores da Segunda Guerra Mundial, é o filme. E não apenas para ilustração, mas para a descrição física, para as realidades do lugar e da gente, o que não se pode conseguir de nenhuma outra forma, e para as centelhas de percepção e compreensão através dos meios visuais. Creio ter aprendido mais sobre a propaganda chinesa com um filme da parada militar feita para Wendell Wilkie em Chungking, e mais sobre Stilwell com um outro que o mostra deitado na poeira ao lado de um soldado chinês no campo de treino de Ramgarh, mostrando como usar um fuzil, do que com qualquer outra coisa. Há uma sala, no andar superior desta instituição, onde podemos passar dias felizes entre rolos de filmes, aprendendo sempre.

Dentro do mesmo princípio, não há nada como a pesquisa no local, mas isso, é claro, nos dias pré-Ping-Pong, me era negado. Como o melhor sucedâneo, fui a Hong-Kong e Formosa, para sentir o clima da China, e para entrevistar um grupo de veteranos chineses da 38ª Divisão que lutaram sob o comando de Stilwell. Mesmo não sendo na China continental, essas visitas foram produtivas para a compreensão, por exemplo, do problema criado pelo fato de os chineses considerarem indelicado dizer “não”. Eu sabia que isso tinha causado grandes problemas para Stilwell, mas só pude compreender quanto depois que a mulher de um oficial norte-americano em Formosa me falou de sua dificuldade em organizar jantares, porque os chineses sempre aceitavam o convite, quer pretendessem ir, quer não. Ela nunca sabia quanta comida devia preparar ou quantos lugares reservar. É igualmente difícil dirigir uma guerra se os comandantes de divisões dizem que sim, que estarão prontos para a ação num determinado momento e lugar, e não aparecem.

Isso, quanto à pesquisa. Gostaria de falar sobre os problemas da escrita propriamente dita, não só porque me interessam mais, mas também porque o leigo em geral subestima a escrita e se impressiona demais com a pesquisa. As pessoas estão sempre me dizendo, em tom de admiração: "E toda a pesquisa que você deve ter feito!", como se essa fosse a parte difícil. Não é; escrever, como é um processo criativo, é muito mais difícil e leva duas vezes mais tempo.

Eu uso a forma narrativa porque é a que me vem naturalmente. Há, é claro, outra forma igualmente importante e válida de história, escrita com o objetivo de colocar o material e as conclusões do autor no papel. Esses autores preocupam-se menos em comunicar do que em estabelecer os fatos. São historiadores primeiro, e escritores em segundo lugar, quando o são, ao passo que eu sou primeiro uma escritora, cujo assunto é a história, e cujo objetivo é a comunicação. Tenho sempre presente o leitor como um ouvinte cuja atenção deve ser mantida, para que não se vá embora. Em minha mente, há um quadro do contador de histórias itinerante de que fala Kipling, com sua tigela de arroz, que conta histórias e lendas antigas a um círculo de aldeões, à luz de uma fogueira. Se ele vê figuras afastando-se do círculo em meio à escuridão, e o público diminuindo, sabe que sua tigela de arroz não ficará cheia. Precisa manter o interesse dos ouvintes para comer. Eu sinto com o leitor uma ligação que tem a mesma premência.

Como forma, a narrativa tem uma validade inerente por ser a chave do problema da causação. Os acontecimentos não ocorrem em categorias — econômicas, intelectuais, militares —, mas sim em seqüência: quando são dispostos em seqüência o mais rigorosamente possível, obedecendo até mesmo a ordem dos dias e semanas, por vezes mesmo da hora, a causa e o efeito, que podiam ser obscuros, setornam-se claros. Mas nem sempre é possível narrar tudo numa seqüência consecutiva, direta, porque há sempre ocasiões em que os fatos estão ocorrendo simultaneamente, em lugares diferentes. Em agosto de 1914 os acontecimentos que levaram à batalha das Fronteiras, na frente ocidental, e à batalha de Tannenberg, na frente oriental, processavam-se ao mesmo tempo, colocando o narrador num embaraço. O mesmo problema aconteceu com Stilwell, quando a crescente deterioração e o lançamento da última ofensiva japonesa ocorreram na China, enquanto ele comandava a campanha de volta através da Birmânia. Interromper os acontecimentos de um lugar, para dizer o que está acontecendo em outro, prejudica a tensão dramática e só faz confundir a mente do leitor, muito embora seja assim que as coisas acontecem na realidade. É preciso manipular um pouco a realidade e levar os acontecimentos até um clímax natural num lugar, antes de passar ao outro.

Na organização, porém, embora nem sempre no produto acabado, a cronologia é a espinha dorsal. Quando comecei a escrever *The guns of August* pretendia começar com os canhões disparando, para que os leitores não pensassem que se tratava de mais um livro sobre as origens diplomáticas —

Sara jevo e tudo mais. Eu tinha preparado uma complicada disposição de quatro capítulos nos quais a guerra começava em cada país, e era seguida por uma visão retrospectiva interna em cada um, para explicar o pano de fundo. Era tão bem estruturado quanto uma fuga de Bach, mas quando terminei esses capítulos, meu editor não soube o que fazer com eles. Ao relê-los, eu também não soube. Ele sugeriu que tentasse fazer a coisa cronologicamente. Isso era tão simples que tinha-me parecido pouco artístico, mas, quando as visões retrospectivas foram recolocadas no lugar que lhes pertencia, o resultado pareceu tão simples e natural quanto se fosse pré-ordenado. Desde então, evitei estruturas complicadas.

A cada livro, encontramos novos problemas de organização e apresentação. Evidentemente, o tema duplo de *Stilwell* — a biografia do homem e as relações entre os dois países — constituía uma grande dificuldade, mas foi uma escolha minha, e era peculiar ao livro, portanto não posso generalizar a partir dessa experiência, exceto para dizer 'nunca mais'. Cada vez que eu começava um novo capítulo sentia-me como Jacó lutando com o anjo durante toda a noite. Embora fosse trabalho árduo, o tema duplo justificava-se, creio, porque a figura de Stilwell como um ponto focal permanente proporciona interesse humano e drama, enquanto as relações gerais sino-americanas dão ao assunto a sua importância.

O cenário chinês do livro foi um outro problema. Significava, como eu sabia durante todo o tempo, que o leitor não tinha pontos de referência familiares. Se escrevemos um livro que se passa na Europa ou nos Estados Unidos, podemos supor que o leitor tenha uma imagem mental da localização da França e Alemanha, do Texas e Alasca, ou de onde ficam as Montanhas Rochosas ou os Grandes Lagos. A mesma coisa ocorre com relação às pessoas. Uma vez apresentado a Francis Drake e Walter Raleigh, ou a Robert Oppenheimer e Edwin Teller, o leitor não terá dificuldade em vê-los distintamente. Mas o que vai fazer com Sun Li-jen e Li Tsung-jen, dois personagens destacados do meu livro, ou com Yen Hsi-shan, Wang Ching-wei, Wei Li-huang, Chang Tso-lin, Chan Tsung-chang e todos esses outros monossílabos triplices, para não falar nas províncias: Kwangtung e Kwangsi, que são contíguas, Kiangsu e Kungsi, que não são, Honan e Hunan, Shensi e Shansi, e todo o resto? Tentei no princípio evitar o uso desses nomes e localizar os lugares em relação a rios e cidades mais conhecidos, mas isso logo mostrou-se impossível. As províncias da China não podem ser evitadas, como não se podem evitar os estados norte-americanos.

Especialmente num cenário estranho como a China — embora a regra deva ser válida para todos os escritos históricos — jamais tentei introduzir o nome de um lugar sem procurar localizá-lo em relação a algum outro já mencionado, nem apresentar uma pessoa sem descrever algum atributo seu que a fixasse na mente do leitor. Pessoas e lugares devem ter identidades reconhecíveis,

pois sem isso o leitor se afoga num mar de desconhecidos; deixará de perceber o significado disto ou daquilo e, mais cedo ou mais tarde, entendiado pela incompreensão, irá embora.

O simples desfilar de nomes, sem se dar o trabalho de localizá-los ou personalizá-los, é apenas preguiça do autor ou, então, é uma exibição e não tem mérito: qualquer pessoa pode fazer isso, como pode também duplicar a extensão de sua bibliografia, se assim o desejar. Nunca pude compreender por que os historiadores praticam essas citações de nomes para adquirir reputação. Em *France under the republic*, de D. W. Brogan, por exemplo, podemos contar trinta nomes por página, todos sem rosto. Michael Howard adquiriu recentemente a reputação de importante historiador militar com um livro sobre a guerra franco-prussiana. Podemos abri-lo ao acaso em qualquer página e encontrar frases como esta: "O imperador colocou o 5º Corpo de Faily sob seu comando e, a 5 de agosto, enquanto as divisões do 1º Corpo se concentravam em torno de Froeschwiller e Felix Douay mandava a divisão de Conseil Dumesnil do 7º Corpo, por trem, de Belfort, Macmahon convocava Faily para levar suas tropas para o sul, pelos Vosges." Na frase seguinte ficamos sabendo que as unidades de Faily estavam dispersas entre Sarreguemines e Bitche e que não podiam mexer-se enquanto não fossem substituídas por soldados de Rohrbach. Na mesma página há um mapa simplificado onde não se vêem nenhum desses nomes. Tenho certeza de que o sr. Howard sabe tudo sobre a guerra franco-prussiana, e seu livro foi muito elogiado, mas deixou o leitor tonto. Com ele, não consegui fazer uma idéia da batalha de Froeschwiller, mas apenas saber como *não* descrever uma batalha.

Outra dificuldade peculiar ao livro de Stilwell, especialmente na segunda metade, foi o excesso de documentação. Além dos diários e cartas de Stilwell, levando a escala dos acontecimentos até um registro diário que eu não queria, havia uma enorme massa de registros militares e diplomáticos: mensagens, relatórios, memorandos, atas de conferências, mais todo o material da controvérsia da China — os livros brancos, as séries de Relações Exteriores, os intermináveis depoimentos perante comissões de inquéritos do Congresso, em volumes de milhares de páginas. Desde o advento dos meios mecânicos de reprodução, tem havido uma multiplicação de material que não pode ser examinado senão por equipes de pesquisadores. O século XX será, provavelmente, o túmulo do historiador individual. (Na verdade, não acredito nisso. Embora tal sorte pareça lógica, acredito que de alguma maneira ele sobreviverá, illogicamente.) Temos hoje o problema oposto ao do pesquisador da história antiga, que sofre da pobreza de registros e deve trabalhar com moedas, túmulos e artefatos. A partir de Gutenberg, as fontes se ampliam. O século XIX é realmente o grande período, com amplas informações de todos os gêneros, mas sem o excesso de hoje.

Com o aparecimento do gravador, um monstro com o apetite de uma solitária, temos agora um novo problema do que chamo de sobrevivência anti-

ficial. O esforço necessário para se escrever um livro, até mesmo de memórias, exige disciplina e perseverança, que até então impunham uma certa seleção natural ao que sobrevivia em letra de fôrma. Mas com todo tipo de pessoas sendo estimuladas a falar, sem esforço e interminavelmente, para um gravador, incitadas diariamente por um acólito da história oral, alguns veios de ouro e uma enorme massa de trivialidades estão sendo preservados, os quais, de outra forma, teriam ido para o pó. Apresso-me a acrescentar que, entre os veios de ouro, duas das mais ricas fontes que encontrei foram duas entrevistas verbais com o general Marshall, gravadas pelos historiadores do Exército em 1949. Marshall, porém, era uma figura de cúpula, que valia a pena gravar.

Em consequência do excesso de documentação, lutei constantemente com os problemas de escala no livro de Stilwell. Era como se eu fosse um cartógrafo tentando desenhar um mapa numa escala de 100km por centímetro, mas trabalhando com levantamentos detalhados numa escala de um quilômetro por centímetro. Seguindo a trilha do diário e dos documentos oficiais, eu poderia ficar envolvida por alguma questão que foi absorvente na época, e passar dias descrevendo os acontecimentos de terça a sexta-feira, quando o que eu devia fazer era o desenvolvimento geral entre, digamos, maio e novembro. Tive de parar e perguntar: que importância tem esse material, na perspectiva a longo prazo?

Em consequência, muitas páginas foram postas de lado, por exemplo, a missão Henry Wallace. Como ele era vice-presidente, a visita de Wallace e suas conversações com Chiang Kai-shek assumiram enorme importância na ocasião e provocaram uma onda de paixões, intrigas e, naturalmente, prolíficos relatórios de todos, direta ou indiretamente interessados. A área de pesquisa abria-se como a foz do Yang-tsé, e, no seu rastro, a narrativa também. Tive, porém, a incômoda sensação de que alguma coisa estava errada. E, então, um dia alguém me perguntou qual fora a significação da missão Wallace, e eu me senti responder: "Nenhuma". Ela não teve realmente nenhum efeito no curso dos acontecimentos, em nenhuma direção.

Devido a todos os relatórios citáveis que provocou, essa missão foi um bom exemplo do efeito enfeitante dos documentos diplomáticos. Um episódio como esse exerce o mesmo efeito que o Everest sobre Mallory. Nós o descrevemos porque ele está ali. Depois, vemos que não representa nada. Teria sido uma falsidade histórica deixar totalmente de lado a missão Wallace, por isso condensei-a o mais que pude, mesmo tendo de abandonar uma maravilhosa caracterização de Wallace por alguém que disse: "Henry cortaria a sua mão direita por uma idéia, e a dos outros, também." Foi com pena que deixei isso de lado, mas, como Wallace já não surgia como uma personalidade, a frase não tinha lugar.

A escala maior não pode ser obtida saltando-se jovialmente por sobre epígrafas e períodos de tempo. É necessário condensar, o mais duro trabalho que

conheço, e selecionar, o mais delicado. A seleção é tudo, é a prova do historiador. O produto final é resultado daquilo que o historiador escolheu para incluir, bem como daquilo que preferiu deixar de lado. Colocar tudo, simplesmente, é fácil — e seguro — e resulta numa dessas obras de noventa e nove páginas, nas quais o autor abdicou e deixou ao leitor todo o trabalho.

Selecionar é distinguir o que tem significação do que é insignificante. A seleção deve ser honesta, isto é, fiel às circunstâncias, e justa, isto é, realmente representativa do todo, e nunca tendenciosa. Pode ser usada para revelar o significado numa pequena amostra. Como disse Robert Frost: "O artista precisa apenas de uma amostra." Na residência de Chiang Kai-shek, a rápida visão dos sapatos dos homens do serviço secreto aparecendo debaixo de cortinas vermelhas, relatada por alguém que estava presente, era uma pequena seleção que retratava toda uma atmosfera. Da mesma forma, as cartas do coronel Carlson ao presidente Roosevelt (que, incidentalmente, não tinham sido divulgadas antes) cristalizavam, creio, a visão americana idealizada da China, na época.

Devemos resistir à seleção que faz coisas demais. É o caso de um item ou incidente que, pelo fato de fazer parte da narrativa, parece ser representativo e deixa o leitor com uma impressão que pode não ser totalmente justificada. O autor, desta forma, exerce uma tremenda influência, que não é fiscalizada senão pela sua própria consciência.

Lembro-me de ter enfrentado uma dessas escolhas no clímax do colapso na Birmânia, quando Stilwell tentava desesperadamente organizar o transporte e a alimentação para a retirada, antes que ela se transformasse num caos. O general chinês que era o oficial de ligação pessoal com Chiang Kai-shek não podia ser encontrado porque estava em outro lugar, empenhado em organizar a retirada, para a China, de um Rolls-Royce que tivera a satisfação de adquirir do governador-geral britânico, em troca de dois jipes. Eu pretendia fazer coroar esse incidente com um aforisma dos tempos dos senhores de guerra da década de 1920: "Na guerra chinesa, não se conhecem comandantes que tenham ficado pobres." Embora isso pudesse ser razoavelmente verídico, teria dado aos leitores norte-americanos a impressão de que todos os generais chineses eram venais — o que só é verdade em termos norte-americanos. Não sou autoridade sobre a China, mas conheço o bastante para saber que seria totalmente falso escrever sobre ela tomando como referência os valores ocidentais. Por isso, cortei o aforisma e o Rolls-Royce também. Isso ilustra o raciocínio em que se fundamenta uma seleção negativa.

Parece que estou-lhes dando exemplos, principalmente, do que deixei de lado, e isso reflete a minha constante luta. Fiz um voto, quando comecei, de que manteria o livro com menos de quinhentas páginas, e no curso desse esforço deixei de lado, ou pudei radicalmente, tudo o que achei que podia ser cortado, ou que não interessava ao meu tema principal. Ultrapassei minha meta em 51 páginas, mas não foi por falta de tentar.

Isso me leva a outro princípio: não discutir as evidências em frente ao leitor. Os processos de raciocínio do autor não cabem numa narrativa. Devemos resolver nossas dúvidas, examinar as provas conflitantes, determinar os motivos atrás das cortinas e discutir as nossas fontes nas notas de referência, e não no texto. Entre outras coisas, isso mantém o autor invisível, e, quanto menos a sua presença for sentida, maior é a sensação de proximidade que o leitor tem com os acontecimentos. Entre outras coisas, eliminando a discussão estabelecemos um tom de foi-assim-que-aconteceu que o leitor aceita rapidamente. Ele não quer se aborrecer com muitos “talvez” ou “pode ser”, “de um lado” e “por outro lado”, quer acompanhar a ação, confiando em que foi assim que as coisas aconteceram.

Para identificação do período, é também essencial eliminar-se a visão retrospectiva. Tento não me referir a nada que não fosse conhecido na época. De acordo com a regra de Emerson, tudo que se escreve deve ser lido à luz das circunstâncias que provocaram esse texto. Para compreender as opções de que dispunham as pessoas de outra época, temos de limitar-nos ao que sabiam, a ver o passado com as suas próprias roupas, e não com as nossas. Para mim, isso é um princípio absoluto, embora saiba que muitos historiadores o negarão enfaticamente. De acordo com eles, a história é a interpretação dos acontecimentos passados em termos de suas consequências, à luz do conhecimento dos valores do presente, sobre eles lançada. A história da China de Kuomintang, segundo essa escola, é contada à luz da vitória comunista final, embora na realidade nenhum dos responsáveis pela política da década de 1930 acreditasse seriamente que dentro de dez ou 15 anos a China seria governada pelos comunistas. Um relato feito à luz do presente deve ser falso para com o passado, enquanto a outra escola sustenta que a visão de dentro do passado resulta num juízo falso para os dias de hoje. É uma diferença de posição filosófica, cuja solução é improvável.

Concluindo, posso dizer que embora não me considere uma historiadora militar, concordo quanto à necessidade da história militar, ainda que seja apenas para mostrar ao público em geral que o conflito é um tema central na vida humana, desde a pré-história até o presente. Exceto quanto aos estudos especializados, creio que a história militar não deva ser tratada como uma categoria à parte, mas junto à história política, econômica e intelectual, como parte de um todo, cuja finalidade é mostrar como era uma determinada sociedade, num determinado momento. Esse objetivo, ao que me parece, deve ser o do historiador. Foi o que tentei em *The proud tower*, razão pela qual o prefiro dentro dos meus livros.

1. The first part of the paper is devoted to a discussion of the various methods which have been proposed for the determination of the rate of reaction of a substance with oxygen.

2. The second part of the paper is devoted to a discussion of the various methods which have been proposed for the determination of the rate of reaction of a substance with oxygen.

3. The third part of the paper is devoted to a discussion of the various methods which have been proposed for the determination of the rate of reaction of a substance with oxygen.

A biografia como prisma da história*

* Conferência, Simpósio sobre a Arte da Biografia, National Portrait Gallery, 14 de novembro de 1978. *Telling Lives: The Biographer's Art* (Washington, D.C., New Republic Books, 1979).



O SERVIR-ME da biografia em meu trabalho, utilizo-a menos devido ao tema, ou ao indivíduo, do que como um veículo para descrever uma época, como no caso de Coucy em *Um espelho distante*; ou um país e seu estado de espírito, como no caso do presidente da Câmara Reed e de Richard Strauss, em *The proud tower*; ou uma situação histórica, como no caso de *Stilwell and the American experience in China*. Pode-se dizer que essa abordagem um tanto oblíqua não me qualifica para o título de biógrafa, e com razão. Não me vejo como tal; a biografia é apenas uma forma que usei uma ou duas vezes, envolvendo a história.

Creio ser esse método válido por várias razões, não sendo a menor delas a de ter precedentes ilustres. A National Portrait Gallery usa o retrato para mostrar a história. Plutarco, o pai da biografia, usou-a para exemplos morais, para mostrar a recompensa proporcionada ao dever cumprido, as armadilhas da ambição, a queda da arrogância. Seus fatos e anedotas biográficas, artisticamente dispostos em *Vidas paralelas*, destinavam-se a agradar e edificar o leitor, inculcando-lhe ao mesmo tempo princípios éticos. Todo artista criador — entre os quais incluo Plutarco e, se não for pretensão excessiva, eu mesma — tem os mesmos dois objetivos: expressar sua visão própria e comunicá-la ao leitor, observador, ouvinte, ou qualquer outro consumidor. (Devo acrescentar que, no que concerne à prática da história e da biografia, 'criador' não significa, como pensam alguns, aquele que inventa, mas sim dar ao produto uma forma artística.)

O escritor deseja normalmente comunicar-se com o leitor de uma maneira agradável e interessante, embora não necessariamente edificá-lo. Eu não penso em edificar, porque em nossa época temos a tendência a esquivar-nos dos moralismos, e, não obstante, creio que o prazer estético com a boa redação ou com qualquer das artes e um maior conhecimento da conduta humana, ou seja, da história, têm, ambos, o poder de edificar.

Como um prisma da história, a biografia atrai e mantém o interesse do leitor no assunto maior. As pessoas interessam-se pelas outras pessoas, pelas for-

tunas dos indivíduos. Se eu pareço enfatizar o interesse do leitor mais do que a pura necessidade do escritor, é porque, para mim, o leitor é a outra metade essencial do autor. Entre eles há uma ligação indissolúvel. Se são necessários dois para fazer amor, ou guerra, ou jogar tênis, também são necessários dois para completar a função da palavra escrita. Nunca senti que meus escritos tivessem nascido, ou tivessem uma vida independente, enquanto não fossem lidos. É como um bolo, cuja razão está em ser comido. Logo, primeiro é preciso prender o leitor.

Segundo, a biografia é útil porque abrange o universal no particular. É um enfoque que permitetanto ao autor limitar seu campo a dimensões praticáveis, como ao leitor compreender mais facilmente o assunto. Se o âmbito da narrativa for muito amplo, o tema central esvai-se, torna-se difuso e perde a forma. Não tentamos o todo, mas o que é autenticamente 'representativo'.

Coucy, como comecei a percebê-lo no início de minhas pesquisas sobre o século XIV, ofereceria mais e mais facetas do prisma necessário. Desde a morte de sua mãe na peste negra até a sua morte maravilhosamente adequada no fiasco culminante da cavalaria, que encerrou o século, sua vida parecia estar destinada ao historiador. Ele sufocou a revolta camponesa conhecida como *jacquerie*; casou-se com a filha mais velha do rei da Inglaterra, adquirindo uma fidelidade dupla de grande interesse histórico; libertou seus servos em troca do devido pagamento (numa carta que sobrevive); fez campanha três vezes na Itália: em Milão, Florença e Gênova; comandou um exército de bandidos mercenários, o pior flagelo da época, numa aventura inútil na Suíça, seu único fracasso; escolheu o ano certo para visitar novamente a Inglaterra, 1376, o ano do julgamento de John Wycliffe, do Bom Parlamento,* e da morte do Príncipe Negro, por ele presenciada; acompanhou o imperador em todas as representações, desfiles e festividades, durante a visita imperial a Paris; foi escolhido pela sua eloquência e tato para negociar com os rebeldes urbanos de Paris, em 1382, e para fazer parte das conversações de trégua com os ingleses, nas quais um dos membros do grupo contrário era Geoffrey Chaucer; foi agente ou enviado do papa, do duque da Bretanha e de outras personagens difíceis em situações delicadas; foi protetor e amigo de Froissart e dono do mais antigo exemplar existente da *Crônica*; seu castelo foi celebrado num poema por Deschamps; assistiu à competição literária das *Cent ballades*, da qual seu primo, o Bastardo de Coucy, foi um dos autores; com a morte de seu sogro, o rei Eduardo, devolveu sua mulher e a Ordem da Jarreteira à Inglaterra; sua filha foi "divorciada em Roma por meio de falsos testemunhos" pelo marido dissoluto; comandou uma expedição ao além-mar, à Tunísia; fundou um mosteiro em Soissons; testemunhou no processo de canonização de Pedro de Luxemburgo; aos cinquenta anos, foi desafiado para uma justa (numa carta que sobrevive) pelo

* No original, Good Parliament. (N. da E.)

conde de Nottingham, alto dignitário inglês, de 23 anos, como a pessoa mais capaz de conferir “honra, valor, fidalguia e grande renome” a um jovem cavaleiro (embora, pelo que posso deduzir, Coucy estivesse muito ocupado para se preocupar com ele); estava, é claro, em companhia do rei, na sensacional cena de loucura em que Carlos VI perdeu o juízo, e presenciou a macabra “dança dos selvagens”, depois; foi seu médico quem assistiu o rei e quem mais tarde ordenou que em seu túmulo sua efígie fosse substituída por um esqueleto, o primeiro do gênero no culto da morte; finalmente, como “o mais experiente e mais hábil de todos os cavaleiros da França”, foi o líder da última Cruzada, e ao se aproximar da morte teve a única experiência medieval que lhe faltava até então: um milagre comprovado. Em suma, ele oferece chaves para todos os assuntos — casamento e divórcio, religião, insurreição, literatura, Itália, Inglaterra, guerra política e uma maravilhosa variedade das pessoas mais interessantes da época, do papa ao camponês. Entre elas, posso talvez ter forçado a inclusão de Catarina de Siena, mas quase todas as outras na realidade atravessaram o caminho de Coucy, nalgum momento.

Tendo feito nele a minha escolha, quanto mais eu descobria ao acompanhar-lhe os passos através das crônicas e genealogias, mais ele oferecia. O estudo de sua tempestuosa dinastia, que remontava ao século X, com as aventuras nas leis, na guerra e no amor, de seus antepassados incontroláveis, para não dizermos ferozes, era em si mesmo um prisma perfeito do início da Idade Média, o que me era necessário como pano de fundo. Quando encontrei a estranha e maravilhosa cerimônia dos *Rissoles*, realizada anualmente no pátio de Coucy-le-château, com suas origens remontando a uma mistura de fontes pagãs, bárbaras, feudais e cristãs, eu sabia que ali à minha frente estava a sociedade medieval em microcosmo e, como disse no livro, as muitas camadas dos elementos do homem ocidental.

Tanto quanto Coucy, o presidente Reed ou czar Reed, como era chamado, também foi um achado para os Estados Unidos na passagem para o século XX. Tão logo descobri o monumento independente e inflexível que era o homem, soube que tinha o que precisava para o capítulo norte-americano de *The proud tower*, um livro sobre as forças atuantes na sociedade nos últimos anos antes de 1914. Reed era evidentemente “escrevível” — se posso inventar uma palavra, o que é contra os meus princípios —, a ponto de parecer inacreditável que, exceto por uma biografia política rotineira publicada em 1914 e um pouco inspirado estudo acadêmico de 1930, nada tenha sido escrito sobre ele desde sua morte em 1902. Senti que Reed era minha propriedade pessoal e fui tomada do receio de que alguém visse suas possibilidades e publicasse alguma coisa nos anos que antecederam o meu livro — do qual ele era apenas uma par-

te em oito. Os romancistas estão livres, acredito, desse medo que nos persegue desde o momento em que encontramos um assunto emocionante até então não estudado. Parecia-me inacreditável que Reed continuasse invisível aos outros. E, tão logo escrevi o capítulo, tive a precaução de conseguir com a American Heritage a sua publicação em separado, um ano antes que o livro, como um todo, estivesse concluído.

Reed era um enfoque ideal, principalmente porque, como antiimperialista, representou os perdedores daquela era de nossa história. Em geral são os vencedores que aparecem nos livros de história. Todos nós conhecemos o destino manifesto, McKinley, Teddy Roosevelt e o almirante Mahan, mas é espantoso como uma questão se torna muito mais dramática se as opiniões dos adversários — no caso, os antiimperialistas — recebem o mesmo destaque e a disputa é contada como se o resultado estivesse ainda pendente.

Embora os acontecimentos do capítulo estejam limitados a menos de uma década, aprendi mais sobre as idéias que formaram nosso país do que em todos os anos desde que comecei a estudar. Reed levou, através da causa antiimperialista, a Samuel Gompers, E. L. Godkin, Charles Eliot Norton, William James, Charles William Eliot (e que personagem escrevível ele era!), Carl Schurz, Andrew Carnegie, Moorfield Storey e às suas atitudes e crenças em relação aos Estados Unidos. Todas as tradições norte-americanas refletiam-se ali. Nosso desenvolvimento até aquela época, e na verdade desde então, estava encerrado no prisma da luta sobre a expansão.

Na forma, o trabalho sobre Reed é um esboço biográfico, que constitui uma forma em si, com uma longa história literária. Em geral esses esboços são agrupados num volume coletivo, às dúzias, como os ovos: *Os doze Césares*, *Doze contra os deuses*, *Doze homens maus*, e outros. A vantagem dessa forma é que se pode extrair a essência — o encanto ou drama, o significado histórico ou filosófico ou qualquer outro — da vida do personagem sem ter de acompanhá-lo por todos os seus anos de maturidade, seus desvios, e os períodos sem maior significação que existem em todas as vidas. Reed foi uma excelente escolha por muitas razões: pela sua aparência enorme e inesquecível — era um gigante físico de 1,90m, pesando 135kg, sempre vestido totalmente de preto, com enorme rosto sem barba, parecendo um melão grande; e devido ao seu espírito notável, seu caráter dominante, sua paixão moral e a trágica ironia que ligou as duas grandes lutas de sua vida: uma sobre o *quorum* silencioso e a outra sobre o tratado que assumia a soberania sobre as Filipinas. A primeira, com sua ação louca, era o sonho de um escritor, e a segunda enfocava a luta das idéias na passagem do século, que marcou a mudança da velha para a nova América do Norte.

O *quorum* silencioso era um costume pelo qual a minoria da Câmara dos Deputados podia derrotar qualquer projeto de lei, recusando-se a responder 'presente' quando era feita chamada de verificação de *quorum* para a votação.

Como presidente republicano da Câmara, Reed estava decidido a acabar de uma vez por todas com esse recurso que transformava o processo congressional numa farsa. E o conseguiu, como escreveu um repórter, em cenas “de tamanha agitação, indignação candente, denúncias violentas e de condições realmente perigosas”, como nunca havia-se visto antes no plenário. Houve um pandemônio, os democratas espumavam de raiva, uma centena deles levantou-se imediatamente, berrando, para pedir a palavra. Um deputado, um pequeno ex-general da cavalaria confederada, não podendo chegar à frente da mesa devido ao grande número de deputados nas passagens, veio lá do fundo “pulando de mesa em mesa como um pássaro pula de galho em galho”. O único democrata que não se ergueu naquele momento foi um enorme representante do Texas, que ficou sentado, expressivamente afixando sua faca na bota.

Lembrar a cena, aqui, é um prazer que me permito: diverti-me muito ao escrevê-la. No fim, depois de cinco dias de furiosa batalha, Reed triunfou e conseguiu impor uma nova série de normas para a votação, assegurando que a vontade da maioria seria respeitada. Foi um longo passo, como ele disse, na direção de um governo responsável. Cinco anos depois, quando da votação sobre a anexação do Havaí, e, posteriormente, sobre o tratado que assumiu o controle das Filipinas (ao que Reed, como antiimperialista, se opôs ferrenhamente), o objetivo da batalhado *quorum* foi posto à prova com um inevitável destino moral, contra ele. Ainda presidente, Reed poderia — recorrendo a toda a sua autoridade e manipulando todos os recursos parlamentares dos quais era mestre — ter sufocado a votação, mas, se o fizesse, anularia a reforma obtida antes. Tinha de escolher entre seu ódio à conquista externa e suas próprias normas. Sabendo muito bem o valor do que tinha realizado, só podia fazer uma escolha. Sua vitória sobre o *quorum* silencioso deu a vitória ao sentimento expansionista que ele desprezava.

Para mim, isso parecia um drama clássico, e sempre pensei que daria uma boa peça teatral, se algum dramaturgo de sensibilidade a quisesse escrever. Nenhum deles quis, talvez porque os dramaturgos de hoje prefiram encontrar tragédias nas vidas das pessoas comuns, na pálida Laura em seu zoológico de vidro, na morte de um caixeiro-viajante, na solidão que clama pela volta da pequena Sheba. Há em nossa época alguma coisa avessa à grandeza, embora, sem dúvida, o drama e a frustração sejam tão autênticos para a humanidade quanto o tema de *As troianas*.

Outra descoberta para *The proud tower* foi Richard Strauss, que serviu de prisma para uma visão da Alemanha imperial às vésperas de 1914. Eu não queria traçar o retrato habitual da Alemanha guilhermina em termos de Guilherme II, dos militaristas e da crise de Agadir, de tudo aquilo, enfim. A

tarefa de reescrever o que já é conhecido não encerra atrativos para mim. Não sinto estímulo para escrever a menos que esteja aprendendo alguma coisa nova e contando ao leitor algo de novo, no conteúdo ou na forma. Nunca pude entender como os ingleses conseguem interessar-se pela produção de todas aquelas vidas da rainha Vitória, Wellington, Cromwell, Mary, rainha dos escoceses volumosas e banais. Para o autor, trabalhar no material desses livros deve ser como sentar-se todas as manhãs para uma refeição de creme de trigo: não há surpresas.

A escolha de Strauss, que significava ter de escrever com conhecimento sobre música, da qual não disponho de formação especial, parecia quase que um desafio demasiado grande. A razão disso era que, sabendo-me francamente preconceituosa contra os alemães, achei que tanto para mim quanto para o leitor seria uma coisa nova e interessante abordá-los através do que de melhor tinham a oferecer, e não do pior; através das artes, e não do militarismo, e através daquela arte em que se destacavam: a música. O resultado foi que tive um prazer. Strauss era satisfatoriamente teutônico; a sua mulher, com seu fanatismo pela arrumação doméstica e seus gritos de raiva, ainda mais. Como Coucy, Strauss levava a tudo: através de seu *Zaratustra*, a Nietzsche, uma chave para o período; através de sua *Salomé*, à decadência do fim do século; através da regência da Ópera de Berlim, à capital da Alemanha, às cervejarias, à sociedade alemã e ao Sieges Allee com suas brilhantes fileiras marmóreas de Hohenzollerns protegidos por elmos, em atitudes triunfantes; a Guilherme II que se imaginava um "príncipe amante das artes"; a Viena, através do colaborador de Strauss, Von Hofmannsthal; à brilhante explosão, ao início do novo século, do balé russo de Diaghilev, dos fovistas liderados por Matisse, da dança de Isadora Duncan, da escultura de Rodin, da *Sagração da primavera* de Stravinski, do escândalo do desempenho de Nijinski como o fauno de Debussy, e a toda a loucura e fecundidade daquela febril undécima hora que buscava expressar-se na emoção e na arte. Não tive de trabalhar Strauss para montar o tema, estava tudo na sombria profecia de Romain Rolland, depois de ouvir Strauss reger o *Zaratustra*: "Ah-ah! A Alemanha, como toda-poderosa, não manterá seu equilíbrio por muito tempo. Nietzsche, Strauss, o *kaiser* — o neroísmo estão no ar!" Igualmente sensível, o crítico austríaco Hermann Bahr ouviu no *Elektra* de Strauss "um orgulho nascido do poder ilimitado", um desafio da ordem "atrafada de volta para o caos". Isso é a biografia soldada à história.

A vida de 'Vinegar Joe' Stilwell foi o mais perto que cheguei de uma biografia formal, embora a concebesse desde o começo como um veículo para o assunto maior da experiência americana na China. Stilwell não foi um achado como Coucy; era a escolha óbvia e natural. Sua carreira ligou-se à China du-

rante todo o período das modernas relações sino-americanas a partir de 1911, ano da Revolução Chinesa, até o penúltimo ano da Segunda Guerra Mundial, quando foi o comandante norte-americano na China. Stilwell representou, ao que me parece, o melhor que os Estados Unidos tentaram fazer na Ásia, e ele próprio era um norte-americano característico, e ao mesmo tempo bastante atípico para ser diferente e notável como indivíduo. O peculiar nele é que deixou uma impressão diferente em diferentes leitores; alguns terminaram o livro admirando-o, outros não gostando dele, o que apenas mostra o que todo escritor sabe: que um certo número de leitores encontrará em nosso livro não aquilo que escrevemos, mas aquilo que levam para ele.

Ou talvez eu não tenha conseguido, com Stilwell, obter uma caracterização firme, o que pode refletir certa ambivalência. Sem dúvida, eu o admirava, e críticos disseram que eu era, na verdade, uma defensora demasiado veemente. Não obstante, nunca tive certeza de que poderia gostar dele na vida real, ou que ele, para dizer o mínimo, me teria aceito. Talvez tenha sido uma sorte nunca termos nos encontrado, embora tivesse passado por Pequim, em 1935, quando ele era adido militar.

Isso suscita uma pergunta: quem é o biógrafo ideal? Aquele que conheceu o biografado ou aquele que não o conheceu? Atribui-se geralmente, a Boswell, acredito, a mais perfeita biografia já escrita (ou antes, recordação pessoal, pois não foi realmente uma biografia). As outras biografias que se destacam através dos tempos são principalmente as escritas por amigos, parentes ou colegas do biografado: as *Memórias de São Luís*, de Joinville; as *Memórias de Luís XI*, de Comine; os três monumentos escritos por genros: *A vida de Agrícola*, de Tácito, *Sir Thomas More*, de William Roper, e a *Vida de sir Walter Raleigh*, de John Lockhart; *Lincoln*, pelos seus dois secretários, John Nicolay e John Hay; *Gladstone* pelo seu colega lorde Morley.

Esses biógrafos tinham uma intimidade excepcional com o biografado e além disso são bastante sinceros e sensíveis, podem reconstituir uma vida que nós, não familiarizados com nosso biografado, nem contemporâneos dele, poderemos jamais igualar. Se o biógrafo contemporâneo tiver o gênio de Boswell como repórter e escritor, o resultado pode ser excelente. Por outro lado, pode deformar, conscientemente ou não, pelo acesso a informações em excesso, e produzir um armazém em lugar de um retrato. O trabalho de Lockhart enche milhares de páginas em nove volumes; o de Nicolay e Hay, o mesmo, em dez volumes. Infelizmente, em questão de superabundância, o biógrafo secundário de hoje não fica muito atrás.

A vida mais imediata é, naturalmente, a autobiografia ou os diários, as cartas e as memórias autobiográficas. Elas constituem a matéria-prima da história: as *Confissões*, de Santo Agostinho e de Jean-Jacques Rousseau; o *Diário*, de Pepys; a *Autobiografia*, de Ben Franklin; as *Memórias*, de Saint-Simon; as cartas da Marquesa de Sévigné; os diários de John Evelyn, Charles Greville e

dos irmãos Goncourt; a *Apologia*, do cardeal Newman; e, acho que devo acrescentar, aquele auge do empreendimento autoconsciente, a *Educação de Henry Adams*. Mesmo quando tendenciosas ou mentirosas, essas obras são valiosas, porque constituem uma categoria diferente da biografia, no sentido que nos interessa aqui.

Quando tentamos pensar em quem são os grandes biógrafos secundários, não se destacam culminâncias como entre os principais. Há, decerto, os quatro Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, que seguiram de perto, mas não estavam familiarizados com seu tema. Embora nos contem o que sabemos da vida de Jesus, seu motivo era mais propagandístico do que biográfico: a difusão do evangelho (que quer dizer boa nova) de que o messias tinha chegado. Desde então, podemos escolher: o *Cromwell*, de Carlyle, talvez, *Eleanor de Aquitânia*, de Amy Kelley, *Christopher Columbus*, de Sam Morison, *Florence Nightingale*, de Cecil Woodham-Smith, *Henry James*, de Leon Edel, *Mark Twain e Steffens*, de Justin Kaplan. Com minhas desculpas a eles, porém, acho que os biógrafos principais ainda levam vantagem.

Eu nunca estarei entre eles porque me parece que o historiador, quer seja ou não biógrafo, precisa de distância. Propuseram-me uma ou duas vezes que escrevesse a biografia de meu avô, Henry Morgenthau, Sr., um homem encantador e realizador, mas embora eu o ame e reverencie, recuo ante a simples idéia. Amor e reverência não são o estado de espírito adequado para um historiador. Escrevi um pequeno trabalho sobre um aspecto particular de sua vida,* mas nunca pude fazer mais do que isso.

Não tenho envolvimento pessoal com os personagens que escolhi. O mais próximo que estive disso foi, é claro, ao trabalhar sobre os papéis de Stilwell, então guardados na mansão da sra. Stilwell, em Carmel, quando me tornei amiga de membros da família, que foram e são pessoas muito boas e, tenho a satisfação de dizer, continuaram minhas amigas mesmo depois da publicação do livro. As relações de amizade, devo reconhecer, exerceram inevitavelmente uma certa inibição tácita sobre qualquer coisa desagradável que eu tivesse de escrever sobre o falecido general, se assim desejasse. Mas não posso me lembrar de nada que eu tivesse amenizado, exceto, talvez, a linguagem pesada que se encontra no seu diário. As limitações, no caso, tinham menos relação com as sensibilidades da família do que com as minhas. Não tendo sido criada com o hábito dos palavrões e imagens explicitamente escatológicas, era-me impossível repeti-los, mas omitir o que me parecia então uma indicação de caráter violava a minha consciência de historiadora. Acabei contornando o problema por uma referência generalizada, embora não específica, ao vocabulário. Portanto, como fui desde então, à educada e delicada linguagem da última década, acho agora que levei o problema a sério demais. Não fazia idéia de como eram comuns e banais essas palavras, nas conversas entre homens.

* Ver 'O dilema assimilacionista: a história do embaixador Morgenthau', p. 149.

Mais difícil foi a horrível referência de Stilwell a Roosevelt, como o “Perna de Borracha”, que realmente chocou-me. Eu sabia ser ele uma das pessoas que não gostavam normalmente de Roosevelt, do tipo que se vê na famosa caricatura de Peter Arno (“Vamos aos Trans-Lux para apupar Roosevelt”), e que tinha um talento para inventar apelidos maldosos, mas zombar de uma deficiência física parecia-me imperdoável. Num verdadeiro dilema sobre incluir ou não esse detalhe, realizei considerável pesquisa entre as pessoas da geração de Stilwell sobre o fenômeno da aversão a Roosevelt, e descobri até mesmo todo um livro sobre o assunto. Isso mostrou que, em comparação com muitas coisas ditas nesses círculos, o hábito de Stilwell era rotineiro, e por isso o incluí, ainda que me sentisse como se estivesse pegando uma barata. Embora menor, esse episódio mostra como o biógrafo pode envolver-se emocionalmente com o biografado.

Quer na biografia ou na história contada diretamente, o objetivo do autor é — ou devia ser — manter a atenção do leitor. Sherazade só sobreviveu porque conseguiu manter o sultão interessado em suas histórias, querendo saber o que aconteceria em seguida. Embora eu não sofra uma pressão assim tão vital, quero, apesar disso, que o leitor vire a página e continue a fazê-lo até o fim. Isso só acontece quando a narrativa avança com firmeza, e não quando entra num impasse, sobrecarregada de todos os detalhes descobertos na pesquisa, significativos ou não.

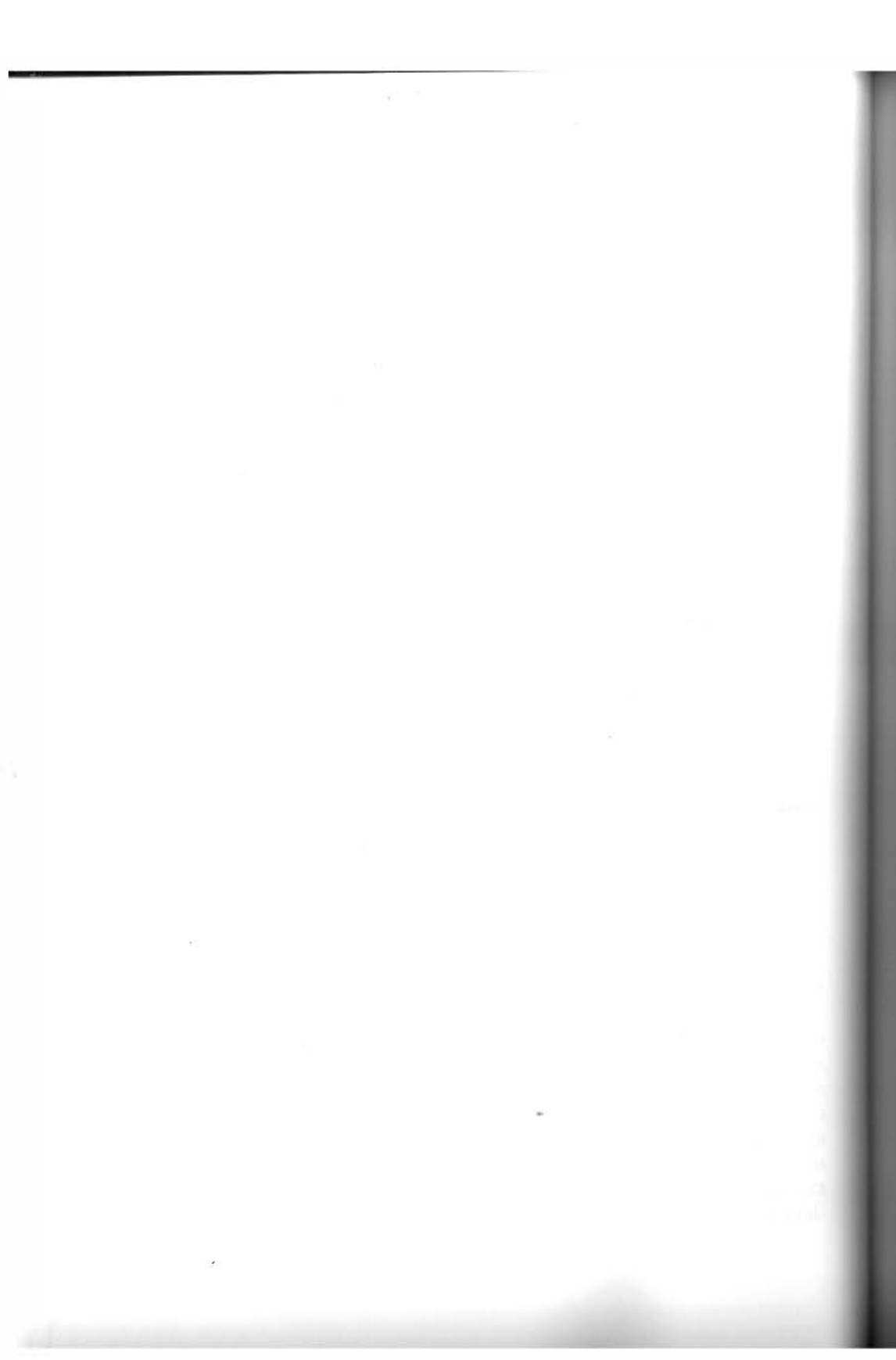
Infelizmente, a biografia vem sendo dominada nos últimos tempos por uma escola que abandonou a seleção em favor da inclusão de tudo. Isso me parece ser parte do espírito de antiexcelência de nossa época, que insiste na igualdade de tudo e com isso reduziu-se à teoria de que todos os fatos são do mesmo valor e que o biógrafo ou historiador não deve pretender exercer um julgamento. A isso só posso dizer que, se o historiador não pode exercer julgamento, não devia estar no ofício. Um retratista não consegue a semelhança dando aos botões da manga e aos cordões dos sapatos o mesmo valor da boca e dos olhos.

As biografias de hoje nos mostram a vida do personagem reconstituída dia a dia, do nascimento à morte, incluindo todo vestido ou calças novas, todos os poemas de juventude, todas as viagens, todas as cartas, todos os empréstimos, todo convite aceito ou recusado, todo recado telefônico, todos os drinques em todos os bares. Lytton Strachey, o pai da biografia moderna mais legível, embora não mais confiável, e um artista até o último detalhe, ter-se-ia horrorizado de ver-se hoje objeto de uma das biografias tipo rol de roupa, em dois grandes volumes. Seu próprio lema era: “A exclusão de tudo o que é redundante e de nada do que é significativo.” Se esse conselho é hoje ignorado, por outro lado a influência de Strachey sobre a interpretação psicológica foi excessiva. Nas biografias anteriores a Strachey, a vida íntima, como os dois terços de um *iceberg* que ficam sob a água, permanecia em grande parte invisível e não era investigada. Depois dele e, é claro, de Freud, os segredos ocultos, especul-

mente se forem negativos, constituem a meta do biógrafo e a delícia dos leitores. Afirmar-se — embora eu não saiba com que razões — que o público tem o direito de conhecer o lado oculto, e o biógrafo ocupa-se em penetrar os recessos mais recônditos e descobrir os fracassos e as transgressões que o biografado empenhou-se em ocultar. Se antes a biografia se dedicava a levantar estátuas de mármore, hoje dedica-se, segundo as palavras de André Maurois, “a puxar leões mortos pela juba”.

Sendo dotada de um forte e instintivo sentimento de privacidade, não me sinto obrigada a espionar a vida privada de um biografado e revelar o que ele gostaria de manter em segredo, a menos que isso se ja evidentemente relevante. “Que interessa ao público conhecer os desregramentos de Byron?”, perguntou Tennyson. “Ele deu ao público uma bela obra, e o público deve satisfazer-se com isso.” Tennyson tinha razão. Precisamos realmente saber que certa personagem famosa molhava as calças aos seis anos e praticava sexo oral aos sessenta? Creio ter sido possível que Shakespeare fizesse as duas coisas. Se fossem encontradas provas disso hoje, qual seria então a verdade sobre ele, as novas descobertas, ou o *Rei Lear*? Iriam as peças interessar-nos mais ao termos conhecimento das digressões excretórias ou amorosas do autor?

Sem dúvida, muitos responderiam ‘sim’, sem hesitar, a essa pergunta. Parece-me, porém, que, na medida em que a biografia é usada para ilustrar a história, o voyeurismo não tem lugar nela. Felizmente, no caso do maior escritor inglês, quase nada sabemos, e provavelmente quase nada saberemos, sobre a sua vida privada. Gosto desse vazio, desse milagre, desse grande monumento flutuante, que não tem qualquer explicação.



SEGUNDA PARTE



O PRODUTO



Trem de campanha*

* *The Nation*, 10 de outubro de 1936.



“A Í VEMO CHEFE, agora”, disse um dos jornalistas, com indiferença. Estava escuro na plataforma da estação, com apenas algumas luzes brilhando no trem. Repórteres e fotógrafos que iam acompanhar aquela viagem de campanha estavam espalhados por ali em pequenos grupos, conversando, vestidos com seus impermeáveis. O presidente tomou o trem em silêncio. Não houve saudações, ninguém disse nada. Apenas um agente do Serviço Secreto, de pé na plataforma traseira, com todos os músculos alertas, a cabeça voltando-se de um lado para outro, os olhos penetrando os grupos de homens lá em baixo, como se quisesse prevenir qualquer hostilidade, provocava alguma excitação.

Nossa primeira parada, na manhã seguinte, foi Thomas, pequena cidade mineira da Virgínia Ocidental. Devido à chuva, ninguém sabia se o presidente faria a viagem de carro pelas montanhas, como estava programado. O dr. Ross McIntire, seu médico, chegou à plataforma, olhou preocupado para o céu, sacudiu a cabeça ao estender a mão para a chuva e entrou novamente. “O velho doutor Mac não está gostando”, disse um dos repórteres. “Ele fica preocupado se o presidente molha os pés.” Mas Roosevelt saiu, de qualquer modo, e, ao subir no carro aberto, gritos agudos eclodiram nas encostas dos morros, onde pessoas, vindas de quilômetros de distância, esperavam pacientemente na chuva para ver o presidente. Seus rostos, enquanto por elas passávamos, tinham uma leve expressão de espanto, mas também de grande satisfação por serem visitadas pela celebridade número um do país.

Fizemos cinco paradas em cidades de mineração, cada qual maior e mais triste do que a outra. As multidões também aumentavam de tamanho e de entusiasmo, até chegarmos a Fiamont, onde havia mais de 15 mil pessoas amontoadas na estação, nas ruas, na ponte e nos telhados das casas. A cada parada eu me enfiava no meio da multidão, na esperança de ouvir comentários reveladores, mas tudo o que escutei foi: “Lá está ele! Não, aquele não é ele. Claro que é”, o que não ajudava em nada as previsões de como seriam dados os oito votos eleitorais da Virgínia Ocidental. Não havia convidados importantes em nosso

grupo, mas pouco antes de cada estação parávamos rapidamente e vários senhores, fumando charutos, bem alimentados, com grossos sobretudos, embarcavam. Eram, nas palavras dos irreverentes jornalistas, “os coronéis locais”. Apareceriam na plataforma traseira, sorrindo e acenando graciosamente para a multidão, que se sentia muito orgulhosa ao ver seus líderes locais viajando com o presidente.

Nessas paradas, os repórteres corriam para ouvir o presidente manifestar sua alegria por ver a fumaça saindo das chaminés novamente e falar do telegrama que “acabava de receber”, anunciando o primeiro ano, nos últimos 55, sem falências de bancos nacionais. Quando ele terminava, todos embarcavam de novo, desapareciam em compartimentos separados e enchiam imediatamente o trem com o ruído das máquinas de escrever. Ao nos aproximarmos de Pittsburgh, indagamos porque não tinha sido distribuída nenhuma cópia do discurso, e alguns disseram que o atraso era para evitar que um possível espião de Landon telegrafasse o seu conteúdo a Al Smith, em Nova York. Na verdade, embora muitos jornais pró-Landon estivessem representados, havia, na realidade, poucos jornalistas favoráveis a ele. Um deles disse-me que, enquanto 80% dos donos de jornais são republicanos, 80% dos jornalistas, individualmente, são pró-Roosevelt. E há ainda a história de um levantamento, ainda não divulgado, feito pelo *Herald Tribune* entre cinquenta redatores, cujo resultado foi 45% a favor do presidente. Quando um dos correspondentes disse que ia ficar no trem e ouvir o discurso de Pittsburgh pelo rádio, para que o entusiasmo da multidão não colorisse sua história, perguntei por que queria ser tão objetivo. “Quando se é partidário do New Deal e se escreve para um jornal republicano”, disse ele, “temos de ser o mais objetivo possível”.

A julgar pela recepção que Pittsburgh deu a Roosevelt, a Pensilvânia, que tem sido republicana desde Lincoln, tem boa possibilidade de passar a ser democrata pela primeira vez, no próximo mês de novembro. Mal ouvindo o que o presidente dizia, a multidão gritava a plenos pulmões, tocava apitos e sacudia lençóis, sempre que ele fazia uma pausa para respirar. Em certo momento, quando disse: “E, durante a última guerra, acumulamos uma dívida nacional de 25 bilhões”, a multidão respondeu “Hurra!”. E quando o governador Earle deu sua lista de homens maus da Pensilvânia — os Mellons, Pew, Ware — a multidão reagiu com um rugido, “Buu!”, a cada nome, terminando com o maior e mais enérgico “Buu!” de todos quando o governador, prolongando o *s final* num longo som sibilado, gritou “os Du Ponts!”. Quando a banda tocou “The Star-Span-gled Banner” e o presidente ficou de pé, ereto, o perfil imóvel e sério parecia (conscientemente, talvez) uma daquelas cabeças de Washington enculpadas numa montanha. Um ajudante deu-lhe uma leve cotovelada, e, sem olhar para baixo, o presidente pegou o chapéu e o atravessou no peito, no gesto adequado de reverência patriótica. Um gesto quase imperceptível, mas que fez dele novamente um mortal. Em todos os lugares pelos quais passamos, com sua

voz poderosa e sua presença dominadora, ele foi, invariavelmente, o melhor orador do programa.

Em Jersey City, na manhã seguinte, a eterna pergunta dos repórteres: “Ei, Bill, em quantas pessoas você calcula a multidão?”, foi muito repetida, ao percorrermos a incrível manifestação promovida pelo prefeito Hague, que estava demonstrando a sua fidelidade ao homem que chamou de “um doente”, quando liderou o movimento ‘DetenhaRoosevelt’ em Chicago, em 1932. Ao nos arrastarmos pelos cinco quilômetros de aclamações, bandeiras sacudidas por crianças (metade do público produzido por Hague estava aquém da idade eleitoral) fomos recebidos com exclamações de “Ah, são a gente da imprensa... veja, você têm boa vida... me dá uma carona?... ah, vejam uma mulher jornalista, alô beleza.”

Em Nova York, nenhuma máquina partidária produziu, as multidões que surgiram espontaneamente para aclamar o presidente. Exceto em Park Avenue. Ali, as calçadas estavam tão cheias quanto habitualmente, e as únicas cabeças que assomavam às janelas eram as dos criados. Isso faz lembrar a história, que ninguém juraria que não era apócrifa, de Knox em San Francisco. Ao passar pelas ruas, de carro, alguém na multidão gritou: “Viva Roosevelt!”. O grito foi repetido por outros e Knox começou a ficar vermelho, até que uma mulher do comitê republicano que o acompanhava voltou-se e disse: “Não se importe, coronel, são apenas os operários.”

“Perdicaris vivo
ou Raisuli morto”*

* *American Heritage*, agosto de 1959.



UMA PERFUMADA NOITE MEDITERRÂNEA de maio de 1904, o sr. Ion Perdicaris, um idoso e rico norte-americano, jantava com sua família num terraço coberto de parreiras da praça dos Rouxinóis, em sua mansão de verão nos montes, acima de Tânger. Além de um grou fêmea domesticado e de dois macacos que comiam flores de laranjeiras, faziam parte da família a sra. Perdicaris, seu filho de um casamento anterior, Cromwell Oliver Varley, que era súdito britânico, embora usando um grande nome de trás para frente, e a sra. Varley. De repente, uma cacofonia de gritos, ordens e latidos de cachorros estourou na ala dos criados, nos fundos. Supondo ser a gritaria mais um episódio na disputa crônica entre a governanta alemã e o cozinheiro franco-zuavo, a família dirigiu-se para lá, para acabar com o pandemônio. Encontraram o mordomo, que passou correndo por eles, perseguido por vários mouros armados, aos quais, a princípio, tomaram pelos seus próprios guardas. Surpreendentemente, essas pessoas atiraram-se sobre os dois cavalheiros, amarraram-nos, agrediram dois criados com a coronha dos fuzis, derrubaram a sra. Varley, puseram uma faca no pescoço de Varley quando este tentou socorrer a mulher, arrastaram a governanta que gritava ao telefone: "Ladrões! Socorro!", cortaram o fio e empurraram seus prisioneiros para fora da casa, com amas às costas.

No portão da casa esperava um belo mouro de barba negra, com olhos faiscantes e um perfil grego que, levantando o braço num gesto teatral, anunciou com a entonação de Henry Irving no papel de rei Lear: "Eu sou Raisuli!" Atemorizados, Perdicaris e Varley souberam então que estavam frente a frente com o renomado berbere, senhor do Rif e último dos piratas da Barbária, cuja luta pessoal pelo poder contra seu senhor nominal, o sultão do Marrocos, materializava-se periodicamente em incursões, rapina e interessantes formas de pilhagem em Tânger. Ele ordenou então que seus prisioneiros fossem postos nos seus cavalos e, prudentemente roubando o melhor animal de Perdicaris para si mesmo, um cavalo preto, disparou um tiro como sinal de partida. A cavalgada dos bandidos, numa louca confusão de gritos, tiros, cavalos empinados

e corpos pisados, lançou-se pela montanha rochosa, evitando a estrada, e desaparecendo na noite, na direção dos montes Atlas.

Logo depois, Samuel R. Gummere, cônsul-geral dos Estados Unidos, teve seu jantar interrompido por uma telefonista, que transmitiu o alarme dado da mansão. Após uma apressada visita ao cenário do crime, onde comprovou os fatos, acalmou as mulheres histéricas e colocou guardas, Gummere voltou para conferenciar com seu colega *sir* Arthur Nicolson, o ministro britânico. Ambos os diplomatas viram perspectivas alarmantes de perigo para todos os estrangeiros no Marrocos em consequência da última incursão de Raisuli.

Os assuntos já anárquicos do Marrocos tinham-se tornado ainda mais confusos devido à *entente* anglo-francesa, que contava um mês de vida. De acordo com ela, a Inglaterra, em troca de liberdade de ação no Egito, dava à França a mesma prerrogativa no Marrocos, para grande desgosto de todos os marroquinos. O sultão Abdul-Aziz era um jovem bem-intencionado, mas impotente, equilibrando-se com dificuldade num trono manco do último país muçulmano independente a oeste de Constantinopla. Era títtere de um grupo corrupto, chefiado por Ben Sliman, o hábil e maldoso grão-vizir. Para manter seu jovem senhor inofensivamente ocupado enquanto ele controlava as rédeas, para não falarmos das finanças e do governo, Ben Sliman despertou no sultão o gosto, que alimentava de todas as maneiras, por extravagantes produtos de luxo de fabricação estrangeira. Mas os gostos de Abdul-Aziz ultrapassaram os limites. Não se satisfazendo com numerosas bicicletas, seiscentas máquinas fotográficas, 25 pianos de cauda e um automóvel de ouro — embora não houvesse estradas —, ele queria também reformas ocidentais. Estas, que exigiam empréstimos, prontamente oferecidos pela França, abriram o tradicional caminho para a penetração estrangeira. Os caprichos ocidentais do sultão, e as dividas também ocidentais, provocaram ressentimentos entre as tribos fanáticas. Rebeliões e levantes vinham mantendo o país em luta havia alguns anos, e as rivalidades européias complicavam o caos. A França, já profundamente envolvida na Argélia, pressionava as fronteiras marroquinas. A Espanha tinha interesses especiais no litoral mediterrâneo. A Alemanha tinha os olhos postos no Marrocos, pensando nas oportunidades comerciais e numa localização cômoda de bases navais para abastecimento de carvão. A Inglaterra, vigiando a Alemanha, estava disposta a esquecer velhas brigas com a França e tinha acabado de aderir à *entente*, em abril. O governo do Marrocos, irritado com o que considerava uma traição da Inglaterra, odiando como odiava a França, acossado pela rebelião, à beira da bancarrota, sofria de mais uma praga. Era o xarife Mulai Ahmed ibn-Muhammed er Raisuli que agora aproveitava sua oportunidade. Para mostrar a fraqueza do sultão, aumentar proporcionalmente seu prestígio e obter concessões políticas como resgate, ele raptou o destacado morador norte-americano, sr. Perdicaris.

"Situação séria", telegrafou Gummere ao Departamento de Estado a 19 de maio. "Solicito navio de guerra para reforçar exigências." Nenhuma solicitação poderia ser melhor recebida pelo presidente Theodore Roosevelt. Ainda não tendo completado 46 anos, esbanjando vigor, ele tinha prazer em fazer da Marinha o veículo de sua exuberante visão da política nacional. No momento do seqüestro de Perdicaris enfrentava, para dentro de um mês, uma convenção para a indicação do candidato presidencial, que lhe poderia dar o que mais ambicionava: a oportunidade da reeleição "pelas minhas próprias qualidades". Embora não houvesse possibilidade de a convenção indicar algum outro nome, Roosevelt sabia que ela seria dominada por políticos profissionais e conservadores, unânimes na sua aversão por "aquele maldito vaqueiro", como o tinha chamado o falecido e reverenciado líder deles, Mark Hanna. Essa perspectiva não intimidava Roosevelt. "O presidente", disse seu grande amigo, embaixador Jean Jules Jusserand, da França, "está no melhor dos espíritos. Ele sempre está no melhor dos espíritos". O presidente mandou imediatamente para o Marrocos não um, mas quatro navios de guerra, todo o esquadrão do Atlântico Sul, que devia fazer escala sem demora em Tenerife, nas Canárias, para se abastecer de carvão, e onde podia receber ordens de partir imediatamente para Tânger. Roosevelt sabia que o esquadrão era comandado por um homem exatamente adequado às circunstâncias, o almirante French Ensor Chadwick, veterano da batalha de Santiago, onde ganhou uma medalha, e que, como Roosevelt, era ardente discípulo das enérgicas teorias do almirante Alfred Thayer Mahan sobre a instrumentalidade naval.

O homem de Roosevelt na política externa era aquele melancólico e culto cavalheiro, John Hay, que tinha sido secretário particular de Lincoln, que queria apenas ser poeta e, para seu grande aborrecimento, era secretário de Estado. No dia do rapto ele estava ausente, fazendo um discurso na Feira de St. Louis. Seus subordinados, porém, identificaram Gummere, que era o principal funcionário diplomático em Tânger na ausência de qualquer ministro norte-americano e tinha seis anos de experiência naquele posto, como um homem a ser ouvido. A vítima, Perdicaris, era também um homem de certo peso, nome conhecido no Departamento de Estado graças a uma cruzada pública que tinha promovido em 1886-87, contra certos abusos diplomáticos ocorridos em Tânger. Seu companheiro naquela batalha fora o próprio Gummere, então um novato do serviço diplomático e amigo e conterrâneo de Perdicaris, de Trenton, Nova Jersey.

"Navios de guerra serão enviados a Tânger o mais depressa possível", telegrafou o Departamento a Gummere. "Dentro de três ou quatro dias, talvez, chegará um." 'Navios', no plural, era agradável, mas não a demora prometida. Gummere receava que as possibilidades de libertar Perdicaris e Varley fossem pequenas. Nicolson concordava, sombriamente. A única esperança, para ambos, era insistir junto ao governo do sultão para que cedesse às exigências que

Raisuli pudesse fazer como preço para libertar os prisioneiros. E, o que era muito inconveniente, o governo estava geograficamente dividido: seu ministro do Exterior, Mohammed Torres, morava em Tânger, ao passo que as legações estrangeiras ficavam localizadas em Fez, enquanto o sultão, o grão-vizir e a corte ali estivessem, e que ficava a três dias de viagem de camelo ou de mula, no interior. Gummere e Nicolson disseram a Mohammed Torres que esperavam uma aquiescência imediata às exigências de Raisuli, quaisquer que fossem, e enviaram seus vice-cônsules para Fez, para defender a mesma posição, vigorosamente, junto ao sultão.

O ministro francês, St. René Taillandier, fez a mesma coisa, mas como a *entente* anglo-francesa era ainda muito nova para ter apagado velhos ciúmes, agiu durante todo o caso mais ou menos independentemente. A França tinha suas razões para querer ver Perdicaris e Varley devolvidos com segurança o mais depressa possível. Seu seqüestro tinha agitado a colônia estrangeira e haveria pânico dentro em breve, se eles não fossem salvos. A aproximação da frota norte-americana parecia exigir ação igual da França, como principal potência na área, mas ela estava ansiosa para evitar uma demonstração de força. Estava “muito nervosa”, escreveu o almirante Chadwick mais tarde, ante a perspectiva de ter de assumir diretamente o controle dos “oito ou dez milhões mais fanáticos e perturbadores do mundo”; tinha esperado iniciar sua penetração da forma mais discreta possível, sem irritar ainda mais os sentimentos marroquinos contra ela. Apressadamente, St. René Taillandier mandou dois nobres mediadores a Raisuli: os jovens irmãos xarifes da família Wazan, que ocupavam uma espécie de primado religioso entre os xarifes e aos quais a França achava que valia a pena subvencionar como seus protegidos.

Enquanto esperavam uma palavra dos mediadores, Gummere e Nicolson conferenciaram preocupadamente com um velho entendido no Marrocos, Walter B. Harris, correspondente do *Times* de Londres, que também tinha sido seqüestrado por Raisuli no ano anterior, para forçar o paxá, ou governador local, de Tânger a cancelar uma expedição punitiva contra ele. Esse paxá, que era uma espécie de xarife de Nottingham para Raisuli no papel de Robin Hood, era irmão de leite de Raisuli e seu principal desafeto. Os dois brigavam desde que o paxá prendera Raisuli oito anos antes, através de um ardil. Mandou soldados para perturbar e explorar as tribos de Raisuli, e incendiou suas aldeias. De tempos em tempos enviava emissários para atraírem seu inimigo a conversações. Raisuli emboscou e matou os soldados e mandou de volta os emissários, ou seus pedaços. A cabeça de um deles foi entregue num cesto de melões. Outro voltou inteiro, embebido em gasolina e em chamas. Os olhos de um terceiro foram queimados com moedas de cobre quentes.

Apesar dessas táticas sombrias, disse Harris a Gummere e Nicolson, seu captor era um excelente conversador, falava sobre filosofia nos mesmos tons da aristocrata mourisca e negava ter interesse no resgate em si. “Os homens

acham que me interesse pelo dinheiro”, disse a Harris, “mas ele só é útil para a política”. Tinha solto o jornalista em troca da liberdade de seus correligionários que se encontravam nas prisões do governo, mas desde então a maioria deles fora presa novamente. Desta vez, as exigências de Raisuli seriam maiores, e o sultão estaria menos inclinado a aceitá-las. Sir Arthur lembrou-se de que, na última ocasião, Mohammed Torres se tinha “comportado como um velho brutamontes” e entregue a sorte de Harris nas mãos do Senhor, quando, na verdade, como Nicolson observou, Harris estava “nas mãos de um diabo”. Sir Arthur tinha sofrido muito. “Detesto”, confessou ele, “ter de me humilhar e negociar com esses miseráveis bandidos, a três horas de Gibraltar”. Gummere pensou com tristeza em seu pobre amigo Perdicaris. “Não posso esconder de mim mesmo nem do Departamento”, escreveu naquela noite, “que só com negociações extremamente delicadas podemos ter esperanças de evitar conseqüências mais terríveis”.

Nos Estados Unidos, o caso Perdicaris foi uma sensação chegada em boa hora para competir com as oscilações distantes da Guerra Russo-Japonesa. Um norte-americano rico e velho mantido preso por um bandido cruel mas romântico e a Marinha norte-americana correndo para salvá-lo: ali estava um drama pessoal mais imediato do que as confusões provocadas por generais de nomes impronunciáveis brigando numa região que ninguém conhecia. A ação imediata e enérgica do presidente em favor de um único cidadão preso por ladrões numa terra estranha fez de Perdicaris um símbolo do novo papel dos Estados Unidos no cenário mundial.

Mas o homem, em si, não estava muito preparado para o papel. Desenterrando todas as informações possíveis, os jornais descobriram que era filho de George Perdicaris, natural da Grécia, que se naturalizara norte-americano, lecionara grego em Harvard, casara-se com uma senhora de posses da Carolina do Sul, ganhara uma fortuna com o gás de iluminação, instalara-se em Trenton, Nova Jersey, e fora durante algum tempo cônsul dos Estados Unidos em sua terra natal. O filho ingressou em Harvard na turma de 1860, mas deixou-a logo no primeiro ano, para estudar no exterior. Para um jovem que tinha 21 anos na deflagração da Guerra Civil, sua história nos anos seguintes era estranhamente obscura, o que a imprensa atribuiu ao conflito entre seu pai, simpatizante da União, e sua mãe, ardente partidária dos confederados. Posteriormente, o filho viveu viajando pela Inglaterra, Marrocos e Trenton, como dilettante de literatura e artes, escrevendo artigos para revistas, uma peça em versos e pintando um quadro chamado *Vida na tenda*. Tinha construído a agora famosa Villa Aidonia (também conhecida como praça dos Rouxinóis), em 1877, e se instalara permanentemente em Tângerem 1884. Ali, recebia luxuosamente amigos ingleses e norte-americanos, entre tapetes orientais, damascos, porcelanas raras e erlidos mouriscos de calças vermelhas e jaquetas bordadas a ouro. Era conhecido como benfeitor dos mouros e mantenedor de uma organização filantrópica

privada que dotara Tânger de um moderno sistema sanitário. Montava um esplêndido cavalo árabe, sendo seguido de sua mulher numa mula branca; escrevia um ocasional exercício literário ou produzia um quadro alegórico, e desfrutava uma vida de cavalheiro eduardiano, em meio a um elegante bri-cabraque.

Um novo telegrama do Departamento de Estado pedia a Gummere que insistisse em esforços 'energéticos' das autoridades para libertar Perdicaris e punir seu seqüestrador — "se possível", dizia o telegrama, curvando-se à realidade. Gummere respondeu que essa era a dificuldade: em meio às suas rochas nativas, Raisuli estava imune às represálias. O sultão, que tinha um mal-trapilho exército de cerca de dois mil homens, vinha há anos tentando, em vão, prendê-lo. Gummere ficou muito agitado. Era necessária uma ação conjunta das grandes potências para impedir novos seqüestros de cristãos; o Marrocos estava "mergulhando rapidamente num estado de completa anarquia"; o sultão e seus conselheiros eram fracos, ou pior ainda, os governadores eram corruptos, e dentro e m pouco "nem a vida, nem a propriedade, estarão seguras".

A 22 de maio o Wazan mais jovem voltou com as condições de Raisuli. Exigia tudo: imediata retirada das tropas governamentais do Rif; demissão do paxá de Tânger; prisão de certos funcionários que o tinham prejudicado no passado; libertação dos seus partidários que estavam presos; pagamento de uma indenização de setenta mil dólares pessoalmente pelo paxá, cujas propriedades deviam ser vendidas para apurar a quantia; nomeação de Raisuli como governador de dois distritos em torno de Tânger, que deviam ficar isentos de impostos e cedidos a ele de maneira absoluta; e, finalmente, salvo-conduto para todos os homens das tribos de Raisuli circularem livremente nas cidades e nos mercados.

Gummere ficou horrorizado; Mohammed Torres declarou que seu governo jamais concordaria. Enquanto isso, os residentes europeus, cada vez mais agitados, acorriam de propriedades próximas, com protestos indignados, pedindo uma força policial, guardas e navios armados. Os mouros locais, estimulados pela audácia de Raisuli, mostravam-se agressivos. Gummere, olhando para o horizonte à espera da fumaça das chaminés do almirante Chadwick, esperava uma explosão a qualquer momento. A situação era "intranquã", telegrafou ele; o progresso das conversações, "muito insatisfatório"; navios "ansiosamente esperados. Podem ser apressados?"

O povo norte-americano esperava a chegada de Chadwick tão ansiosamente quanto Gummere. A emoção cresceu quando a imprensa noticiou que o almirante Theodore F. Jewell, comandante do Esquadrão Europeu, que levava um atraso de três dias em relação a Chadwick, receberia ordens de reforçá-lo, se a emergência continuasse.

Tânger recebeu novas notícias dos xarifes de Wazan, segundo as quais Raisuli não só se recusava, absolutamente, a reduzir suas exigências, como

tinha acrescentado até mesmo uma condição ainda mais impossível: uma garantia inglesa e norte-americana do cumprimento dos termos pelo governo marroquino.

Sabendo que seu governo não se podia responsabilizar pelo cumprimento ou não de promessas de outro governo, Gummere telegrafou, desesperado, essas condições a Washington. Tão logo tomou conhecimento delas, Roosevelt chamou “apressadamente” o secretário Hay, que já tinha voltado à capital. “Eu lhe disse”, escreveu Hay em seu diário, naquela noite, “que considerava as exigências do bandido Raisuli absurdas e a garantia pedida para tais exigências, por nós e pela Inglaterra, impossíveis de serem oferecidas”. Roosevelt concordou. Foram decididas duas medidas, imediatamente postas em prática: o esquadrão do almirante Jewell recebeu ordens de reforçar Chadwick em Tânger, e foi feito um pedido oficial à França para que usasse seus bons ofícios. (Reconhecendo a situação especial da França no Marrocos, essa medida, tomada consciente-mente, tinha significação internacional na sequência de crises que levaria, passando por Algeciras e Agadir, a 1914.) Roosevelt e Hay acharam que tinham feito o máximo. “Espero que eles não matem o sr. Perdicaris”, escreveu Hay num tom não muito otimista, “mas uma nação não pode se degradar para evitar que um cidadão se seja maltratado”.

Uma imprensa sem inibições disse ao público que, em resposta ao “insultuoso” ultimato de Raisuli, “todas as forças navais” em águas europeias estavam recebendo ordens de se dirigir ao local. Inspirada pelas lembranças de soldados norte-americanos perseguindo Aguinaldo nas Filipinas, a imprensa sugeria que, “se outros meios falharem”, os fuzileiros poderiam fazer uma marcha forçada para o interior “para punir os marginais pelos seus crimes”. Esses comentários aterrorizaram Gummere, que sabia terem os fuzileiros tantas possibilidades contra os berberes no Rif quanto os casacos vermelhos do general Braddock contra os índios nos Alleghenies. E, além disso, o primeiro fuzileiro a desembarcar simplesmente levaria Raisuli a matar seus prisioneiros.

Em 29 de maio o Wazan mais velho trouxe a informação de que Raisuli ameaçava fazer exatamente isso, se todas as suas exigências não fossem atendidas dentro de dois dias. Dois dias! Estavam no século XX, mas no que se referia às comunicações com Fez, bem poderiam estar na época das cruzadas. Não obstante, Gummere e Nicolson mandaram mensageiros ao encontro de seus vice-cônsules em Fez — ou para interceptá-los, se já tivessem partido —, com ordens de pedir uma nova audiência com o sultão e obter dele a aceitação das condições de Raisuli.

Às cinco e meia da manhã seguinte uma forma cinzenta entrou no porto. Gummere, acordando de um sono perturbado, ouviu a boa notícia de que o almirante Chadwick tinha chegado, finalmente, a bordo de sua capitânia, o *Brooklyn*. Aliviado, e ao mesmo tempo preocupado com a possibilidade de que o espírito militar evidenciasse mais coragem do que tato, correu a conferenciar

com o almirante. Nele, encontrou um oficial incisivo e decidido, cuja inteligência rápida percebeu imediatamente a situação. Chadwick concordou em que a pressão devia ser aplicada sobre Mohammed Torres. Embora lá em cima, nas montanhas, a paciência do bandido pudesse estar acabando, as formalidades do protocolo diplomático, mais os floreios extras exigidos pela prática muçulmana, determinaram uma troca de visitas de cortesia antes que o caso pudesse ser discutido. Almirante e cônsul fizeram imediatamente uma visita ao ministro do Exterior, que retribuiu a cortesia indo ao navio, na mesma tarde. Era algo a ser visto, escreveu Chadwick a Hay, seu desfile real pelas ruas: “uma massa de belas roupagens de lã branca, as velhas canelas desnudas e os pés descalços, com exceção de seus chinelos amarelos”, enquanto “aqueles selvagens se inclinavam e beijavam seu ombro, enquanto ele avançava”.

Mohammed Torres foi saudado por uma salva de canhões do navio e por uma guarda de honra dos três outros navios do esquadrão, que tinham acabado de chegar. Sem se impressionar com essas atenções, ele continuou a rejeitar as condições de Raisuli. “Situação crítica”, informou Chadwick.

A situação era ainda mais crítica em Washington. Em 1º de junho chegou ao Departamento de Estado uma carta extraordinária. Seu signatário, um certo A. H. Slocumb, negociante de algodão de Fayetteville, Carolina do Norte, dizia ter lido com interesse sobre o caso Perdicaris e, inadvertidamente, fazia uma pergunta surpreendente: “Mas Perdicaris é norte-americano?” No inverno de 1863, continuava o sr. Slocumb, estivera em Atenas, e Perdicaris ali fora “com a finalidade expressa, como ele mesmo disse, de se naturalizar cidadão grego”. Seu objetivo era evitar o confisco, pela Confederação, de valiosa propriedade na Carolina do Sul, herdada de sua mãe. Slocumb não podia ter certeza se Perdicaris tinha retomado a cidadania americana, mas estava “certo” de que ele tinha-se tornado súdito grego há quarenta anos, e dizia que os arquivos de Atenas confirmariam essa informação.

O rubor que subiu às faces oficiais, só podemos imaginar. O diário de Hay, em 1º de junho, registra que o presidente mandou chamá-lo, e ao secretário da Marinha, Moody, “para algumas palavras sobre o caso Perdicaris” mas, irritantemente discreto, Hay não foi além disso. Segue-se um silêncio de suspense de três dias entre a carta de Slocumb e o documento seguinte no caso. Em 4 de junho, o Departamento de Estado pediu ao nosso ministro em Atenas, John B. Jackson, que investigasse a acusação, “importante, se for verdadeira”, acrescentou o Departamento, enfrentando bravamente a situação. Embora Slocumb não tivesse mencionado 1863, o telegrama a Jackson pedia também que examinasse os registros dos dois anos anteriores. Ao que tudo indica, o Departamento de Estado andara fazendo investigações frenéticas, por conta própria, durante o intervalo. Em 7 de junho, Jackson telegrafou respondendo que uma pessoa chamada Ion Perdicaris, classificada como artista, solteiro, de 22 anos, tinha realmente se naturalizado grego em 19 de março de 1862.

A posteridade jamais saberá o que Roosevelt ou Hay pensaram ou disseram naquele momento, porque os arquivos não encerram nenhuma indicação. Mas nem o vigoroso presidente nem o suave secretário de Estado eram homens de se assustarem facilmente. O jogo tinha de continuar até o fim. O esquadrão de três cruzadores do almirante Jewell já tinha chegado para reforçar Chadwick, elevando para sete o total de navios de guerra norte-americanos em Tânger. A esquadra, a bandeira, a honra norte-americanas estavam em jogo. Iniciou-se o tráfico de influências em capitais estrangeiras. Hay tinha pedido os bons ofícios da França, o ministro francês do Exterior, Théophile Delcassé, estava exercendo pressão pessoalmente. Um navio de guerra britânico, o *Prince of Wales*, também tinha chegado a Tânger. A Espanha queria saber se os Estados Unidos estavam entrando no Marrocos.

E, exatamente naquele momento, o governo do sultão, sucumbindo à pressão francesa, ordenou a Mohammed Torres que concordasse com as exigências de Raisuli. Quatro dias depois, a 12 de junho, um empréstimo francês ao governo do Marrocos foi assinado em Fez, no total de 62,5 milhões de francos, garantido pelas rendas alfandegárias de todos os portos marroquinos. Não era um momento tático para revelar a alegação fraudulenta do sr. Perdicaris.

Ele ainda não estava fora de perigo, pois Raisuli recusava-se a libertá-lo antes que todas as exigências fossem cumpridas, e as autoridades mostravam-se evasivas. Washington estava em palpos de aranha. Impossível revelar agora a nacionalidade de Perdicaris; igualmente impossível retirar a frota e abandonar aquele que o mundo ainda julgava ser um norte-americano à mercê dos bandidos.

O suspense foi mantido, nos dias seguintes, por uma série de telegramas de Gummere e Chadwick, relatando sucessivos impasses nas negociações com Raisuli. Quando o sultão mostrou-se relutante em atender a todas as exigências antecipadamente à libertação, Raisuli simplesmente aumentou seu preço, exigindo que quatro distritos, e não dois, lhe fossem cedidos, e voltando à idéia de um aval anglo-americano. "Como se vê, não há limites para a insolência desse canalha", escreveu Hay em nota ao presidente a 15 de junho. Roosevelt, respondendo no mesmo dia, concordou que tinham feito "tudo o que poderíamos fazer por Perdicaris" e só podiam agora "exigir a morte daqueles que lhe fizeram mal, se isso acontecer". E rabiscou um pós-escrito alarmante: "Creio que seria bom entrar em negociação com a Inglaterra e a França para o exame da possibilidade de uma expedição para punir os bandidos, se a declaração de Gummere quanto à impotência do sultão for verdadeira."

Nada se fez para implementar essa sugestão porque os telegramas de Gummere passaram a manifestar uma cautelosa esperança. No dia 19 ele dizia que tudo se tinha arranjado para que a libertação ocorresse a 21. Mas a 20 tudo estava suspenso. Raisuli suspeitou da boa-fé do governo; suspeita que Gummere e Chadwick evidentemente partilhavam, pois culpavam pelo atraso as

“intrigas das autoridades locais”. Finalmente, o exasperado Gummer telegrafou no dia 21, dizendo que a posição dos Estados Unidos estava “ficando humilhante”. Pedia poderes para dar um ultimato ao governo marroquino, exigindo uma indenização para cada novo dia de demora, apoiado por uma ameaça de desembarque de fuzileiros e ocupação da alfândega, como garantia. O almirante Chadwick concordava, em telegrama à parte.

A Convenção Nacional Republicana se reunia em Chicago, a 21 de junho. “Há muitos murmúrios descontentes”, escreveu Roosevelt naquele dia ao seu filho Kermit, “mas eles não ousam opor-se à minha indicação. [...] Qual será o resultado da eleição, ninguém pode dizer”. Segundo um jornal, se tivesse sido feita uma consulta entre líderes do Partido Republicano, em qualquer momento no decorrer daquele ano, o resultado mostraria uma maioria contra a indicação de Roosevelt. O país, porém, concordava com Viscount Bryce, para quem Roosevelt era o maior presidente desde Washington — o que levou um amigo de Roosevelt a lembrar a observação de Whistler, quando lhe disseram que era o maior pintor desde Velásquez: “Por que falar em Velásquez?” O país queria ‘Teddy’, e, por mais desagradável que isso fosse, os políticos viram as pichações no trem de campanha. Quando da morte de Mark Hanna, quatro meses antes, a oposição atuante tinha desmoronado, e os líderes descontentes estavam chegando a Chicago para aceitar o inevitável da maneira menos elegante possível.

E estavam ainda mais aborrecidos porque Roosevelt e seus estrategistas, preparando-se contra qualquer possível evasão, tinham organizado o processo de tal maneira, antecipadamente, que não havia nada para os delegados fazerem: não havia cabalas, conchavos, brigas, acordos em salas cheias de fumaça. *Harper's Weekly* divulgou o resumo feito por um delegado do Alabama: “Não há ninguém que possa fazer alguma coisa”, e acrescentou: “Não é uma convenção Republicana, não é convenção de espécie alguma, é Roosevelt.”

A desatenção e a monotonia que predominaram foram infelizes. Embora Billie Root, Henry Cabot Lodge e outras escolhas pessoais de Roosevelt ocupassem os postos-chave, a maioria dos delegados e profissionais do partido sequer adotaram uma aparência de entusiasmo. A frieza ostensiva da delegação de Nova York, estado natal de Roosevelt, foi tal que um repórter previu que todos voltariam para casa com pneumonia. Não havia bandas, desfiles e, pela primeira vez em quarenta anos, centenas de lugares estavam vazios.

Roosevelt sabia que tinha a indicação no bolso, mas durante toda sua vida, tal como Lincoln, teve um medo constante de ser derrotado em eleições. Estava preocupado com a possibilidade de que a aversão e a desconfiança tão claramente manifestadas em relação a ele em Chicago crescessem e explodissem nas urnas. Era preciso fazer algo para motivar os mal-humorados e dispersar a tristeza da convenção, antes que esta deixasse uma impressão duradoura no público.

Naquele momento, chegou o pedido de Gummer, de um ultimato. Também nesse caso não temo indagações do que aconteceu nas altas esferas, mas

presidente e secretário devem ter concordado com a sua histórica resposta, dada em poucas horas. A única prova relevante que temos é uma afirmação verbal feita ao biógrafo de Hay, o falecido Tyles Dennett, por Gaillard Hunt, chefe do Departamento de Cidadania do Departamento de Estado durante o caso *Perdicaris*. Hunt disse que mostrou a correspondência sobre a cidadania de *Perdicaris* a Hay, e mandou que este a mostrasse ao presidente. Ao vê-la, Roosevelt resolveu não tomar conhecimento dessa dificuldade e instruiu Hay, através de Hunt, que enviasse o telegrama imediatamente. Não há datas para isso, razão pela qual ficamos com a impressão de que Roosevelt só foi informado dos fatos nesse último momento — suposição que nos parece improvável.

Quando Roosevelt se decidia a alcançar um objetivo, não se preocupava muito com a legalidade do método. Antes de qualquer medida excepcional, pedia a opinião de seu consultor-geral, Philander Knox; mas Knox admirava o jeito que o presidente tinha de não levar em conta os seus conselhos. Certa vez, quando sua opinião foi pedida, ele respondeu: “Ah, sr. presidente, por que mancharmos esta bela ação com qualquer pecha de legalidade?” Outro conselheiro íntimo, o almirante Mahan, quando Roosevelt lhe perguntou, como resolver o problema político de anexação das ilhas do Havaí, respondeu: “Não faça nada, mas... tome as ilhas primeiro e resolva depois.” O problema de *Perdicaris* talvez parecesse suscetível do mesmo tratamento.

A oportunidade era irresistível. Todos os jornalistas que o conheceram testemunharam o extraordinário senso da notícia de Roosevelt, de sua habilidade de criar notícias, de dramatizar-se para o público. Tinha talento para isso. “Conscientemente ou não”, disse o jornalista Isaac Marcosson, “ele foi o melhor agente de imprensa de todos os tempos”. O risco era grande, claro, pois seria muito constrangedor se os fatos transpirassem durante a próxima campanha. É possível que o próprio risco tenha seduzido Roosevelt, pois gostava de brincadeiras e do perigo pelo perigo. Se pudesse combinar o perigo com o que William Allen White chamou de “uma intriga divertida”, sua satisfação era completa.

No dia seguinte, 22 de junho, o memorável telegrama: “Este governo quer *Perdicaris* vivo ou *Raisuli* morto”, vibrou pelo cabo do Atlântico com a assinatura de Hay, e foi simultaneamente distribuído à imprensa norte-americana. Não era um ultimato porque Hay o tinha deliberadamente esvaziado de significado, acrescentando a Gummere: “Não desembarque fuzileiros ou ocupe as alfândegas sem instruções específicas do Departamento”. Essa frase, porém, não prejudicou o efeito: não foi comunicada à imprensa.

Em Chicago, ‘tio’ Joe Cannon, o alicioso presidente *perene* da Câmara dos Deputados, que era também presidente da convenção, bateu seu martelo e leu o telegrama. A convenção eletrizou-se. Delegados subiram nas cadeiras e deram gritos. Bandeiras e lenços foram acenados. Apesar da assinatura de Hay, todos viam os dentes de Roosevelt, tema constante de centenas de caricaturas,

brilhando, brancos, atrás dela. “Magnífico, magnífico!”, declarou o senador Depew. “O povo quer um governo que defenda seus cidadãos, mesmo que seja necessária a esquadra para isso”, disse o deputado Dwigth, de Nova York, expressando a essência do sentimento popular. “Roosevelt e Hay sabem o que estão fazendo”, disse um delegado do Kansas. “Nosso povo gosta de coragem. Apoiamos qualquer coisa que esses dois homens façam.” “Uma atitude decidida e que se harmoniza com meus sentimentos”, disse outro delegado. A genialidade de sua entonação e da frase, escreveu um repórter, “deu ao candidato o máximo de vantagens da emoção que era necessária”. Embora o público tendesse a atribuir a autoria do telegrama a Roosevelt, o *Sun*, de Baltimore, observou que o sr. Hay também sabia fazer a águia gritar, quando queria. O diário de Hay concorda com isso. “Meu telegrama a Gummere”, escreveu ele comodamente no dia seguinte, “teve um sucesso imprevisto. É curioso como uma impropriedade concisa empolga o público”.

Depois de indicar Roosevelt por aclamação, a convenção dissolveu-se com animação. No Marrocos, chegara-se a uma solução antes do recebimento do telegrama. Raisuli estava disposto, por fim, a soltar seus presos. Montado num “grande cavalo cinzento de batalha”, acompanhou pessoalmente Perdicaris e Varley na descida das montanhas, observando no caminho o admirável efeito das sombras rosas e violetas lançadas pelo sol nascente sobre as rochas. Foram ao encontro do grupo que trazia o resgate, com trinta mulas carregadas de caixas de dólares de prata espanhóis, na metade do caminho. O pagamento foi feito, os prisioneiros trocados, e Perdicaris despediu-se, como escreveu mais tarde, “de um dos mais interessantes e bondosos cavalheiros nativos” que já tinha conhecido, cuja “gentileza e cortesia singulares[...] fez com que o apreciássemos”. Ao anoitecer, ao entrarem Tânger, viu os sinaleiros luminosos dos navios de guerra norte-americanos piscando com as notícias de sua libertação. Perdicaris foi tomado de emoção patriótica ante “tal prova da solicitude de seu país pelos seus cidadãos e pela honra de sua bandeira!”. Poucos são os norte-americanos, escreveu a Gummere numa obra-prima de equívocos, “que podem ter apreciado tão agudamente quanto eu o que a presença de nossa bandeira em águas estrangeiras significava em tal momento em tais circunstâncias”.

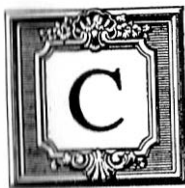
Só depois, quando tudo estava terminado, o Departamento de Estado informou a Gummere como tinha sido realmente grande a razão de gratidão de Perdicaris. “Tomado de espanto” e muito indignado, Gummere arrancou de Perdicaris uma confissão completa, por escrito, de seu segredo de quarenta anos. Ele reconheceu que não tinha, nos anos que se seguiram, tomado medidas para recuperar sua cidadania norte-americana porque, como explicou engenhosamente, tendo nascido norte-americano, desagradava-lhe a idéia de ter de se naturalizar e por isso “continuei a me considerar cidadão norte-americano”. Compreendendo perfeitamente que o governo dos Estados Unidos não estava em condições de tomar nenhuma medida contra ele, Perdicaris não deu grandes demonstrações de arrependimento.

Perdicaris retirou-se para a Inglaterra, onde passou o resto de sua vida. Raisuli tornou-se governador dos distritos de Tânger, em lugar do falso paxá. Os franceses, tendo em vista as recentes desordens, adquiriram o direito de policiar o Marrocos (provocando a notória ação do *kaiser* em Tânger). O sultão, enfraquecido e humilhado pela vitória de Raisuli, foi destronado pouco depois por um irmão. Gummere foi oficialmente congratulado e depois nomeado ministro no Marrocos e delegado norte-americano à Conferência de Algeciras. Sir Arthur Nicolson tirou prolongadas férias, os irmãos Wazan receberam fuzis Winchester belamente decorados com inscrições adequadas do sr. Roosevelt, Hay recebeu a Grande Cruz da Legião de Honra e Roosevelt foi eleito em novembro pela mais expressiva maioria popular já dada a um candidato presidencial.

“Quanto a Paregórico, ou será Pericarditis?”, escreveu Hay ao secretário assistente Adeo em 3 de setembro, “é um assunto escuso. Devemos mantê-lo extremamente confidencial, pelo presente”. Conseguiram. Os funcionários que dele tinham conhecimento ficaram em suspense durante a campanha, mas não houve vazamentos então, nem durante o ano seguinte, nem durante a vida de Hay ou a vida de Roosevelt. Em consequência desse episódio, o governo de Roosevelt apresentou uma nova lei sobre a cidadania, submetida ao Congresso, em 1905, e aprovada, em 1907, mas o nome do errante cavalheiro que a inspirou nunca foi mencionado durante os debates. A verdade sobre Perdicaris permaneceu ignorada do público até 1933, quando Tyle Dennett a revelou, num parágrafo de sua biografia de John Hay.

Woodrow Wilson no divã de Freud*

♦ *The Atlantic*, fevereiro de 1967.



COMO OS NORTE-AMERICANOS não são, em geral, um povo associado à tragédia, é estranho e inesperado que a mais trágica figura da história moderna — a julgar pela grandeza das expectativas e as proporções do fracasso — tenha sido um norte-americano. Durante os dois anos críticos dos profundos sofrimentos do mundo, 1917-19, Woodrow Wilson foi o depositário das esperanças dos homens. Ele personificava os anseios dos homens de boa vontade, ao acreditar que alguma coisa boa sairia de tudo aquilo, que o imenso sofrimento, agitação e perturbação não seriam em vão, que a agonia deveria ser as dores do parto de um mundo melhor. Numa série de pronunciamentos que pareciam dar forma aos melhores desejos dos homens, Wilson proporcionou a fórmula desse mundo melhor — que não deve ser vista como uma frase vazia, mas, no seu primeiro e belo arrebatamento, como uma promessa —, um mundo “seguro para a democracia”, seguro contra a guerra, seguro contra a tirania, a fome e a injustiça, seguro contra a opressão de um povo por outro. Sentia-se que ele tinha feito ao mundo uma promessa; não era apenas agente simples que acreditava nele, mas também os requintados, homens de negócios e intelectuais. Foram estes que se amarguraram mais com a decepção posterior, pois sentiram ter feito o papel de tolos. Quando o tratado de Versalhes fez as suas esperanças fracassarem, eles se sentiram pessoalmente enganados e traídos.

Dois homens muito atingidos por essa raiva e esse ressentimento foram Sigmund Freud e William Bullitt. Sua colaboração parece a princípio estranhamente improvável: o velho, famoso e cansado europeu, um gênio, um dos raros e autênticos desbravadores de todos os tempos, e o jovem norte-americano, corajoso, independente, e de boa vontade, mas volátil e “adrenálfico” (para usarmos o neologismo de um observador arguto), um aventureiro picareresco na política, um Tom Jones da diplomacia. Essa combinação aparentemente estranha produziu um livro fascinante, mas deformado. Como uma análise das molas profundas da motivação de uma das mais complexas e intrigantes personalidades públicas que já viveu, é agudamente esclarecedor e, com algu-

mas reservas, convincente: faz com que as contradições do comportamento de Wilson se expliquem com um 'clique' quase que audível. Mas, como análise geral do homem como um todo, é lamentável, e como interpretação dos fatos, não se sustenta. É boa psicologia, mas má história; má porque é inválida, perigosa porque nos engana quanto à localização das responsabilidades.

As circunstâncias passadas têm influência direta no conteúdo. Como especialista do Departamento de Estado para Assuntos da Europa Oriental, com apenas 28 anos, Bullitt, que antes tinha participado do Navio Ford da Paz, foi com a delegação norte-americana para a conferência de Paz de Paris, em 1919, com o mesmo estado de espírito expresso pelo seu contemporâneo e colega da delegação britânica, Harold Nicolson: "Estávamos preparando não apenas a paz, mas a paz eterna. Havia à nossa volta o halo de uma missão divina.[...] Estávamos querendo fazer coisas grandes, permanentes, nobres." Para Bullitt a oportunidade surgiu quando foi mandado à Rússia para negociar as condições de paz com o regime bolchevique, que Wilson considerava "a prova cabal da boa vontade". Acompanhado de Lincoln Steffens e partilhando de sua conclusão ("Vi o futuro, e ele funciona"), Bullitt voltou com a oferta de Lenin, de condições de paz incrivelmente favoráveis. Sua recepção foi um golpe entontecedor.

Como o tratado, com todas as suas falhas, depois de uma demora angustiante, estava naquele momento em vias de conclusão, e o problema bolchevique poderia provocar muitos desentendimentos, Wilson, que geralmente fugia da realidade, recusando-se a encará-la, não recebeu Bullitt, não leu seu relatório nem quis ouvir o que ele tinha a dizer. Embora isso pudesse ser criticado como uma atitude pró-germânica e bolchevique, Bullitt anunciou numa carta pública ao presidente, dizendo que "um trabalho eficiente em favor de uma nova ordem mundial" já não era possível como servidor de seu governo. Partiu em seguida para a Riviera, dizendo aos repórteres que pretendia "ficar deitado na praia e ver o mundo ir para o inferno". Chamado posteriormente a depor no Senado, forneceu ao senador Lodge bom material, que ajudou a derrotar a ratificação do tratado pelos norte-americanos, sendo por isso denunciado como traidor do seu partido e encerrando, ao que parecia, a sua carreira pública. É certo que Bullitt tinha uma renda pessoal, mas nem todos que podem ter a coragem de suas convicções a exercem.

Também Freud tinha depositado grandes esperanças em Wilson, que foram desiludidas. Foi "um dos numerosos casos" em sua vida, segundo seu biógrafo dr. Ernest Jones, em que "otimismo e credulidade" levaram a uma decepção e desencanto inevitáveis. A experiência confirmou a aversão que Freud tinha pelos Estados Unidos, país que considerava um "erro gigantesco". Disse a Max Eastman em 1929: "Seu Woodrow Wilson foi o maior idiota do século, e talvez de todos os séculos. E foi provavelmente um dos maiores criminosos — inconscientemente, tenho certeza." Quando o dr. Jones, numa conversa semelhante, observou que a complexidade dos problemas após a guerra impediam

que uma paz ideal fosse ditada por qualquer homem, Freud respondeu seccamente: "Então ele não devia ter feito todas aquelas promessas." No prefácio, ele diz que desde o princípio Wilson "não me era simpático", e essa aversão aumentou à medida que se informava a respeito dele e que "mais seriamente sofríamos as conseqüências de sua intrusão em nosso destino". As quatro últimas palavras são altamente reveladoras de um ponto de vista, talvez natural, para quem nasceu nas potências centrais.

Na década de 1920, quando a segunda mulher de Bullitt era paciente de Freud, este o ajudou num período difícil, e os dois tomaram-se amigos. Seu estudo conjunto de Wilson foi iniciado em 1930, quando, ao saber que Bullitt planejava escrever um livro sobre o tratado de Versalhes e seus autores, Freud prontamente ofereceu-se para colaborar no capítulo sobre Wilson. O projeto logo cresceu, transformando-se numa análise de Wilson, apenas. Não poderia ter havido assunto mais tentador para o exercício do método freudiano. Wilson tinha combinado o poder mundial com extraordinárias contradições de caráter, que para Freud revelavam um torturante conflito íntimo. Qual a natureza do conflito? E seria realmente uma causa do poder de Wilson, bem como de seu fracasso? O desafio representado por essa pergunta era, evidentemente, irresistível. Embora no processo habitual a psicanálise exija dois participantes, o divã nesse caso não estaria tão silencioso como no caso de Moisés, sobre quem Freud também tentou a análise sem paciente. Wilson tinha morrido há apenas seis anos, e não três mil, deixando uma massa de indicações contemporâneas.

Embora o trabalho estivesse concluído em 1932, certas discordâncias não esclarecidas entre os autores impediram sua publicação naquela época. Só em 1938, depois que Freud for transferido com segurança de Viena para Londres — transferência essa da qual Bullitt, então embaixador na França, foi peça importante — é que houve acordo entre os dois. Foi firmado então um contrato, autorizando a publicação do livro por Bullitt, e, se isso deveu-se ao sentimento de gratidão de Freud, então já gravemente enfermo, vindo a morrer no ano seguinte, é impossível dizer. A publicação foi misteriosamente retardada por quase trinta anos; segundo Bullitt, como cortesia, até a morte da sra. Wilson. A explicação parece inadequada, já que a sra. Wilson morreu em 1961 (Bullitt sobrevive), e de qualquer modo os autores pretendiam, originalmente, publicá-lo em 1932. É inegável que certas questões estão sem resposta, mas não a ponto, ao que parece a esta comentarista, de justificar as atuais preocupações da comunidade de psicanalistas, que consideraram essa obra póstuma do mestre como se fosse alguma coisa entre um Primeiro Fólio de Shakespeare forjado, e os Protocolos de Sião. As dúvidas sinistras lançadas sobre a autenticidade da participação de Freud no livro parecem infundadas. A redação pode ter sido, ou não, principalmente de Bullitt, mas, mesmo que Freud tivesse apenas ditado a sua contribuição, idéias e preconceitos característicos afirmam a sua presença. Além disso, seu espólio está participando dos direitos autorais.

A premissa básica dos autores é que o tratado de Versalhes foi a grande traição, da qual o mundo sofreu, desde então; e que ela resultou da incapacidade de Wilson fazer com que os Aliados cumprissem a promessa dos Quatorze Pontos e outros princípios wilsonianos; que ele tinha o poder de conseguir isso, mas evidenciou um colapso moral e uma “degeneração mental” em Paris que foram consequência de seus conflitos psicológicos interiores; portanto, que todos nós, a partir de então, sofremos com as neuroses de Wilson.

Apesar de uma falha gritante nesse argumento, que comentarei mais adiante, ele tem a atração simples de todas as explicações pessoais da história. Culpar as falhas pessoais de Wilson em Versalhes é a saída fácil, seguida, entre outros, por J. M. Keynes, em seu *Economic consequences of the peace*. Nela se tem insistido tanto que se justifica um exame mais profundo do presidente, cujo secretário de Guerra, Lindley M. Garrison, declarou jamais tê-lo compreendido, duvidando que alguém pudesse. “Ele foi o caráter mais extraordinário e complexo que conheci.”

A neurose central, revelada pelos autores, e que exerceu profundo e inconsciente domínio sobre toda a vida de Wilson, fazendo com que fosse, como o Daniel Webster de Whittier, “levado pelo demônio pelas trevas infinitas”, foi a fixação no pai. A relação entre eles foi, na verdade, bastante notável para ter atraído a atenção de outros, notadamente de Alexander e Juliet George, em seu estudo *Woodrow Wilson and colonel House*, publicado em 1956. Reconhecendo em Wilson “uma devastadora dificuldade interior, pela qual pagou um preço terrível”, os Georges usaram a fixação paterna como o sintoma revelador. Freud e Bullitt analisaram-no através de componentes freudianos, mostrando como isto determinou a evolução de Wilson e explica os frequentes episódios de comportamento autodestruidor, que sempre pareceram tão incompreensíveis. Os autores se valem de fatos conhecidos sobre a adulação ao pai, a submissão e a subserviência total ao pai, suas dores de cabeça crônicas, má digestão, ‘colapsos’ e outros sintomas psicossomáticos, suas amizades, ódios e brigas exageradas, e outros indícios.

Em suma, a análise descobre um homem no qual uma evidente submissão ao pai lutava com uma hostilidade inconsciente, que se tinha de manifestar numa passagem ao ato de hostilidade em relação à figura substituta do pai, como Dean West, em Princeton, e o senador Lodge; ao mesmo tempo, a submissão tinha de ser compensada por um torturante superego, cujas exigências excessivas “pretendiam dele realizações tão divinas que nenhuma realidade o podia satisfazer”. No animado campo de batalha freudiano do id, o conflito se processa de muitas formas. Há os tons complicados de narcisismo: a identificação com o pai, ministro presbiteriano, tornava-se a identificação com Deus

e, inversamente, como o pequeno 'Tommy' Wilson, com Jesus; há amizades excessivas com figuras pequenas, insignificantes, de 'filhos' — Hibben, Tumulty, House — que terminavam sempre num sentimento de traição; há identificação com a mãe, provocando ou demandando concessões e sujeições 'femininas' às figuras paternas, no caso de Lloyd George e Clemenceau; há a necessidade de repetir; e, acima de tudo, o inflexível superego.

Nascido de seu profundo sentimento de inferioridade, quando criança, em relação ao pai, que em si mesmo era em parte causa e em parte efeito da espantosa e quase inacreditável circunstância de que Wilson só aprendeu o alfabeto aos nove anos, e só aprendeu a ler correntemente aos 11, seu tirânico superego não se satisfazia com nenhum sucesso. Nenhum degrau escalado era bastante alto, nem mesmo a presidência dos Estados Unidos; ele tinha de tornar-se salvador do mundo. A Liga das Nações deveria ser o Graal, prova de seu título de salvador. As iniquidades do tratado não tinham importância, desde que ele também criasse a Liga, pois a sua existência resolveria todos os problemas. A Liga era a "racionalização que lhe tornou possível acreditar que tinha realmente salvo o mundo". Wilson *tinha* de conseguir a Liga para salvar sua alma, mas na luta com Lodge ele próprio estabeleceu condições que tornaram impossível a vitória. Em termos freudianos, isso se torna o desejo de morte, o que para esta comentarista parece supererrogativo, pois a batalha com o pai, representado por Lodge, mais as exigências de seu superego e a terrível verdade em seu coração de que o tratado, mesmo incluindo a Liga, não era a paz que tinha prometido ao mundo, bastavam para destruir qualquer homem. A 2 de outubro de 1919 ocorreu o ataque de paralisia pela trombose no cérebro e, tal como há 13 anos, no meio de sua louca luta com West, em Princeton, suas artérias reagiram com o estouro de um vaso sanguíneo no olho.

Assim resumida, a análise é menos convincente do que no livro, onde todos os detalhes, exemplos e elementos corroborativos, de episódio a episódio, formam uma lógica inerente que tem a mesma qualidade de certas interpretações dos sonhos: quando são certas, encaixam-se maravilhosamente, e sentimos logo que são justas. Sem isso, nenhuma campanha toca. Nesse caso, a campanha soou. Sentimos que Wilson, ele próprio um sonho tão estranho, está explicado.

Certos aspectos parecem não ter merecido a devida atenção, entre eles o fato de Wilson só muito tarde ter aprendido a ler; as repercussões disso para uma criança mentalmente dotada e de família intelectual não podiam ter deixado de ser devastadoras; outro aspecto, e é estranho que não tenha sido focalizado, são as relações de Wilson com as mulheres. As referências fáceis à identificação com a mãe e às suas mulheres como 'substitutas maternas' são feitas ao lado da declaração clara de que até a morte da primeira sra. Wilson ele "não teve o menor interesse sexual por qualquer outra mulher". Estou perfeitamente disposta a acreditar nisso, mas, citando minhas próprias notas à margem do livro, "como é que eles sabem?". Que provas têm dessa negativa? (O livro,

incidentalmente, não tem notas ou referências de nenhum tipo, e as citações são feitas sem atribuição.) Quanto à segunda sra. Wilson: "Contentemo-nos", dizem os autores vagamente, em observar que Wilson "encontrou novamente um peito materno no qual descansar". Tendo em vista aspectos mais positivos d essa relação não mencionados no livro, inclusive o fato de que Wilson habitualmente chamava a sua segunda mulher de 'menininha', a referência materna feita pelos autores parece um pouco leviana.

O sexo, em termos leigos, na verdade recebe uma ênfase surpreendentemente pouco explícita num trabalho que tem como co-autor o pai da revolução sexual. (Noto isso menos como uma queixa do que como uma surpresa.) Até mesmo as amizades masculinas são tratadas como facetas do problema pai-filho, e não como homossexualidade latente, o que é um alívio para aqueles cuja taça de tédio já se encheu com essa característica da nossa atual produção literária.

Até aqui, a exploração que os autores fazem do inconsciente de Wilson é esclarecedora e valiosa, apesar do estilo irritante. Entre outros defeitos, eles têm o hábito desgastante da repetição, não só de frases, como também de episódios inteiros, contados duas ou três vezes, na mesma linguagem, como se o leitor fosse um deficiente mental, incapaz de lembrar o que leu no capítulo anterior. Mais fundamental é a abordagem basicamente irresponsável. Os autores deixaram que predisposições emocionais dirigissem a sua investigação, o que levou a uma reflexão pouco disciplinada, a afirmações exageradas (o tratado de Versalhes foi "a sentença de morte da civilização européia") e a conclusões falsas.

Um autor que se ocupe da realidade do mundo, em distinção à ficção, tem, no que me parece, a obrigação para com o leitor de tratar os fatos com toda a honestidade possível. É fácil, até mesmo com um mínimo de habilidade com as palavras, deixar uma impressão tendenciosa no leitor, fugindo ao mesmo tempo à responsabilidade de ser explícito. Mas a maioria dos autores que respeitam a sua profissão tentam resistir a essa tentação. Freud e Bullitt entregam-se a ela. Repetidamente, por exemplo, usam termos sugestivos, mas imprecisos, como "degeneração mental" e "degeneração" ("a degeneração mental que o levou a assinar o tratado de Versalhes"), e falam de psicose, evitando uma afirmação precisa que poderia ser questionada ("ele quase mergulhou na psicose" ou "ele estava se aproximando rapidamente daquela terra psíquica[...] na qual uma cadeira de hospício pode ser o trono de Deus"). Isso é bonito, mas será histórico? O fato pode ser histórico, e, na verdade, as provas apresentadas pelos autores, em especial as citações realmente assustadoras dos últimos e frenéticos discursos de Wilson sobre a Liga, sugerem que ele estava realmente psicótico no período final, desde Versalhes até o seu colapso. Mas o dever do historiador, especialmente num assunto tão palpitante como a psicose de um presidente, é dizer as coisas claramente, sem fugir à responsabilidade com o uso de uma metáfora obscura.

Freud diz, no prefácio, que ao estudar a vida de Wilson “surgiu uma certa simpatia por ele[...] misturada com piedade”, que cresceu até “tomar-se tão esmagadora que se sobrepôs a qualquer outra emoção”, e assegura que o mesmo aconteceu com Bullitt. Se assim foi, a piedade não chegou à letra de fôrma. A aversão e o desprezo dominam estas páginas. Tão forte é a predisposição dos autores que nos espantamos constantemente com o fato de não perceberem como essa inclinação lhes afeta o pensamento. Ver o dr. Freud mostrar conotações do inconsciente freudiano é uma experiência um pouco estranha, como ver uma peça de Pirandello dentro de uma peça. Por exemplo, os autores descrevem Wilson como “feito” embora, a julgar pelas centenas de retratos que vimos dele, fosse razoavelmente apresentável. Dizem que desde jovem teve maus dentes, óculos “desfigurantes”, pele baça, doentamente manchada, orelhas protuberantes, pernas curtas, estômago “doente”, e que era um hipocôndrico nervoso, enfermiço, implicante, bastante repulsivo. Será esse o homem que duas mulheres amaram dedicadamente? Não sei se a sra. Galt estava apaixonada por ele ou apenas seduzida pela presidência, mas não há dúvidas quanto aos sentimentos de Ellen Axson. “Ele é o homem mais maravilhoso do mundo”, escreveu ela, “e o melhor”.

A aversão evidencia-se também nas coisas tomadas do inteligente, mas venenoso, livro de William Bayard Hale, *Story of a style*, publicado em 1920. Embora, de acordo com o dr. Jones, Freud tenha lido esse livro “com gosto”, Bullitt, em seu prefácio, o omite cuidadosamente da lista de obras consultadas por eles.

Mantida sob controle, a predisposição pode dirigir e dar forma a uma investigação, mas Freud permitiu-se os indisciplinados preconceitos de um personagem, com resultados por vezes risíveis. O trecho sobre os Estados Unidos é certamente seu. De acordo com ele, Wilson pôde distinguir-se nos Estados Unidos porque estes foram uma nação “protegida da realidade durante o século XIX por uma dedicação, que herdou, aos ideais de Wyclif, Calvino e Wesley”, e porque os ‘não faça’ da tradição lolar da produziram uma atmosfera propícia às mulheres e aos homens femininos, mas “intolerável” para um homem masculino. Se Wilson tivesse sido criado na “relativa liberdade da civilização europeia”, continua o argumento, teria de enfrentar os seus conflitos interiores.

Ficamos quase sem saber o que fazer, ante essa invenção. Além de usar duas vezes ‘lodardo’, quando quer dizer ‘puritano’ (coisa muito diferente), de supor que o puritanismo era estranho aos homens masculinos (Cotton Mather? Oliver Cromwell?), de transferir numa única magnífica penada toda a tradição protestante da Europa para os Estados Unidos e de retratar a Europa na era vitoriana como um lugar onde as cortinas da racionalização caíam ‘cedo’, o trecho também imagina uma América do Norte que é a terra fantástica de Peter Pan. Isso exemplifica uma característica do método psicanalítico que é seu pior inimigo, o hábito da extensão rápida do que é sensível e profundo para o que é fático.

Os autores não dão a Wilson o crédito pelas idéias. Alegam, o que é absurdo, que seu programa legislativo de presidente foi inspirado pelo romance do coronel House, *Philip Dru*, sofrendo eles evidentemente de total desconhecimento do movimento e das idéias progressistas. Quando Wilson toma uma posição definida, fazem dela uma explicação minimizante; desconhecem ou subestimam suas políticas positivas; são generosos com o sarcasmo. Quando forçados a admitir que o superego de Wilson o levou a “feitos consideráveis”, apressam-se a acrescentar que também fez dele, no fim, “não um dos maiores homens do mundo, mas um grande fiasco”. Sua ênfase recai sempre no fracasso, não no êxito. É certo que o fim de Wilson, a partir da Conferência de Paz, foi um fiasco, mas não a totalidade de sua vida, nem aquilo pelo que é lembrado.

Como os autores explicam os seus “feitos consideráveis”? Facilmente. Era uma questão de retórica. Uma oratória soberba foi o segredo de sua influência. Apresentam Wilson como obcecado pela oratória, como sem dúvida estava. (Em termos freudianos, a oratória, ao que parece, é um ‘prazer oral’ e a boca é uma ‘arma feminina’. Não vejo sentido nisso.) Mas que os seus discursos tenham sido apenas as roupas verbais do imperador, o fingimento de um espírito vazio, não basta para explicar um homem cujos papéis estão agora sendo publicados em quarenta volumes, que teve estofo para encher uma biografia oficial de oito volumes há trinta anos, mais uma outra, recente, de igual extensão, em preparo, bem como incontáveis outras análises e estudos num período de cinquenta anos. Atrás dos discursos de Wilson havia um pensamento e uma crença profunda, bem como idéias que atingiam o coração dos homens, despertavam seus espíritos e provocavam esperanças. Que ele também era fraco, que se auto-enganava, que era rígido e por vezes hipócrita, até mesmo desonesto, autodestruidor, insuportavelmente farisaico, impiedoso, rancoroso e mesquinho, é igualmente verdade, mas não toda a verdade.

Ao permitir que a sua propensão controlasse o seu julgamento, o que os autores produziram foi “o perfeito modelo de um canalha cristão”, de Mencken, com dores de cabeça. Isso não é adequado. Não explica a duradoura influência de Wilson, nem a dedicação, adoração e respeito dos homens bons, que foi capaz de inspirar. O enigma de Wilson permanece.

Mais séria do que seu retrato unilateral do homem é a deformação da história pelos autores. O exemplo mais espantoso é sua afirmação de que durante oito meses, de outubro de 1915 a maio de 1916, “o supremo desejo de Wilson era levar os Estados Unidos à guerra”, à base de um acordo a ser celebrado com os Aliados, permitindo-lhes ditar a paz. É essa a análise que fazem das negociações que cercaram o Memorando House-Gray, e supõe que a sedução combinada do ser líder da guerra e árbitro da paz era irresistível para Wilson, porque a primeira condição libertaria sua hostilidade para com o pai e a segunda satisfaria a exigência do superego de se tornar o salvador do mundo. O argumento é convincente, se aceitarmos a premissa freudiana de que as pulsões inconscien-

tes controlam invariavelmente os atos conscientes, mas a história do homem mostra que por vezes controlam, outras não. É bem possível que um desejo subconsciente de guerra como uma saída para a hostilidade possa ter existido no íntimo de Wilson, mas o fato histórico é que sua disposição consciente do permanecer neutro predominou. Sem dúvida o coronel House estava naquela época, por uma forte convicção pessoal, tentando levar os Estados Unidos à guerra. Jogando com as ambições e fraquezas do presidente, e informando-o mal, judiciosamente, ele pode ter levado Wilson a acreditar, por algum tempo, que a aceitação de suas condições pelos Aliados era possível (desconhecendo os tratados secretos dos Aliados, House pode ter achado que era). Mas que a entrada dos Estados Unidos na guerra fosse o "supremo desejo" de Wilson, ou que ele estivesse "fazendo o possível" para isso é, para sermos delicados, bobagem.

Mostrar Wilson como um belicista, o oposto do que ele professava ser e todos acreditavam que fosse, é o tipo de mágica em que Freud se comprazia. Freud sempre "teve interesse especial", diz o dr. Jones, "por pessoas que não eram o que pareciam ser". Estava convencido de que Shakespeare era na realidade Bacon, ou o conde de Oxford, e descobriu, com satisfação, que Moisés não era judeu, mas egípcio. Dar rédea a percepções intuitivas pode ser divertido, mas não é história, não é ciência. Essas disciplinas exigem que a intuição seja posta à prova pelas evidências. Freud, devido às mudanças que provocou nos hábitos de pensamento, com efeitos sobre a arte, a literatura, a filosofia, a medicina, as relações sociais e na verdade quase todos os aspectos da vida moderna, é uma das figuras mais destacadas do mundo, mas quando chamou seu método de "a ciência do inconsciente", estava fixando um padrão ao qual não correspondeu.

Chegamos agora à falha gritante da argumentação. É a suposição de que, nas condições predominantes depois do armistício, na paixão do sentimento anti-alemão, nas feridas dos vencedores, nos antagonismos e nacionalismos libe-rados pela divisão de três impérios, uma paz ideal era possível; em suma, que Wilson tinha o poder de ditar uma paz justa e deixou de exercê-lo.

Tudo o que lhe bastava fazer, dizem os autores, era ter enfrentado Clemenceau e Lloyd George com armas 'masculinas': ameaçar abandonar a conferência, denunciar publicamente os Aliados como os "inimigos da paz" e retirar o apoio financeiro e a ajuda econômica dos Estados Unidos. Na verdade, como Wilson sabia muito bem, era impossível arriscar uma ruptura aberta, ainda que fosse apenas por seu próprio interesse, pois com o rompimento desaparecia qualquer esperança de uma Liga. Em lugar de ser saudado como salvador, ele teria sido denunciado como destruidor e, além disso, como pró-germânico. Mas,

indiferentes à história, os autores prosseguem. “Um estalar do chicote financeiro de Wilson”, informam-nos eles com característica moderação, poderia ter posto Lloyd George “de joelhos”. “Uma ameaça” de deixar que a França enfrentasse sozinha a Alemanha, apenas, poderia ter levado Clemenceau “às concessões” (o que sugere um desconhecimento enorme do Tigre). Wilson, dizem eles, “ainda tinha mais homens dispostos a atender ao seu chamado e segui-lo na batalha do que qualquer outro político, antes ou depois. Ele ainda era o líder de todos os idealistas do mundo”. Duas frases menos traduzíveis em realidade ou mais carentes de fatos concretos seria difícil imaginar. Os idealistas do mundo, se os autores se estão referindo às multidões que aclamaram Wilson em delírio quando ele chegou à Europa, estavam agora, se francesas, clamando pelas indenizações e pelo Sarre; se italianos, por Trentino e Fiume; se ingleses, pelo “enforcamento do *kaiser*” e por “apertar a laranja até saltar os caroços”.

A versão dos autores, de uma conferência da paz com Wilson estalando o látego que teria posto as potências Aliadas “em submissão” é outro produto da fantasia. Desconhece aqueles que tinham lutado mais. Apresenta os Aliados como conspiradores contra os nobres “idealistas do mundo”, e não, o que estaria mais perto da verdade, como os esgotados e sofridos sobreviventes de uma guerra terrível, que perderam a melhor parte de uma geração e, no caso da França, sofreram destruição, pilhagem e ruína de uma grande parte de seu território, e que estavam decididos a fazer com que a vitória produzisse ganhos que pagassem os longos anos de hemorragia. Supõe que Wilson, pelo simples exercício de um pouco de masculinidade, não teria problemas em arrancar uma paz ‘justa’ a partir das reivindicações de uma dúzia de nacionalidades, da reformulação de fronteiras, das promessas conflitantes dos tratados secretos, da distribuição de mandatos, da divisão do espólio das colônias alemãs e dos domínios turcos, da disposição de áreas de soberania entre pretendentes árabes, da adjudicação das reivindicações ao carvão da Silésia, ao petróleo de Mosul e a outras ricas presas, da aplicação da ‘autodeterminação’ aos austríacos no Tirol italiano, aos alemães sudetos da Boêmia, aos armênios da Turquia, aos montenegrinos na Iugoslávia, e uma vintena de outros grupos dentro de fronteiras estrangeiras, da solução de velhos problemas insolúveis como Constantinopla e os estreitos, Dantzig e o corredor polonês, da condição da Palestina, das brigas de gregos e iugoslavos sobre Salônica, dos poloneses e tchecos sobre Teschen, dos romenos e sérvios sobre a Transilvânia, dos ingleses e franceses sobre a Síria, dos chineses e japoneses sobre Shantung, e até mesmo dos sionistas e anti-sionistas sobre a pátria nacional, com os interessados em todas essas questões, e em muitas outras, em Paris, pressionando suas reivindicações, enquanto o espectro dos bolcheviques e da revolução na Alemanha pairavam ao fundo.

Não foi apenas a psique de Wilson que falhou nessa situação, nem foi por sua culpa apenas que o tratado de Versalhes ficou aquém do ideal. A falha foi de toda a humanidade.

Teria bastado aos autores analisar a natureza das neuroses de Wilson, o que fizeram de maneira brilhante e convincente. Não era necessário pretender que elas fossem a causa histórica do que chamam de 'paz maligna' de Versalhes. Eles gostam da simplificação exagerada e da explicação única para os grandes acontecimentos. Havia em Bullitt, escreve seu companheiro de New Deal, Raymond Moley, "um rastro profundo e algo perturbador de romantismo". Como embaixador, ele viu a política externa como "cheia de luzes e sombras, tramas e contratramas, vilões e uns poucos heróis", um estado de espírito perigoso se não estiver sujeito à "influência moderadora de alguma autoridade em controle". Pode ser perigoso tanto para o historiador como para o embaixador.

Numa escala maior, Freud tem alguma coisa da mesma qualidade. Como criador, impulsionado por extraordinária energia de espírito, ele era capaz de grandes saltos à frente, de modo que habitualmente extrapolava todo um sistema a partir de um detalhe: via o oceano numa gota d'água, percebia uma lei do comportamento humano num lenço que se deixava cair. Esses maravilhosos saltos da observação para a dedução, do particular para o geral, abriram para o mundo toda uma nova área de pensamento, mas não estavam submetidos àquela 'autoridade controladora'. Freud foi um aventureiro do espírito, e a maior verdade a seu respeito foi dita por ele mesmo: "Não sou realmente um homem de ciência.[...] Sou por temperamento um *conquistador* — um aventureiro, se quisermos traduzir a palavra — com a curiosidade, a ousadia e a tenacidade que pertencem àquele tipo humano." O conquistador e o romântico são colaboradores naturais.

As revelações inegáveis deste livro sobre a motivação de uma figura crucial de nosso passado suscita a pergunta: o que pode fazer o método freudiano pela história? A resposta deve ser que, como instrumento de esclarecimento, pode muito, com uma condição: que seja, pelo amor de Deus, aplicado por um historiador responsável.

Como os EUA
entraram na
Primeira Guerra Mundial*

* *New York Times Magazine*, 5 de maio de 1967.



2 DE ABRIL DE 1917 os Estados Unidos entraram, como novo participante, na competição pelo poderio mundial, da qual não puderam sair mais, desde então, apesar de várias tentativas. Até então, apesar de nossa decidida beligerância na Guerra Hispano-Americana, não éramos considerados uma das grandes potências, se ja por eles, ou no todo, por nós mesmos. A participação norte-americana na Grande Guerra foi o começo de nossa maioria nos assuntos mundiais.

No meio século transcorrido desde então, houve uma modificação fundamental do equilíbrio internacional, com os centros do poder espalhando-se da Europa para a periferia. A curul mundial vaga pelo colapso da Grã-Bretanha foi ocupada pelos Estados Unidos, não sem reações e protestos contra o nosso destino. Subindo de recém-chegado entre os grandes para uma das duas potências dominantes do mundo num prazo de cinquenta anos, os EUA estão novamente em guerra, não mais como inexperientes e despreparados, mas como veteranos, hábeis, preparados, maciçamente equipados, com métodos sofisticados, mas ainda de propósitos vacilantes e sem uma meta que se possa definir. Foi a esse destino que a primeira experiência nos levou? Como os Estados Unidos se envolveram? Tiveram escolha? “Com a ajuda de Deus”, disse o presidente Wilson naquele 2 de abril, há cinquenta anos, “não poderemos agir de outro modo”. Poderíamos ter agido!

A Grande Guerra nunca foi para nós uma parte tão profunda de nossa tradição nacional quanto a Guerra Civil ou a Segunda Guerra Mundial. De alguma forma, ela é menos ‘nossa’. O homem médio pensa nela em termos de ases da aviação voando em carlingas abertas, de um lugar chamado Chateau-Thierry, de uma canção chamada *Over there*, de uma forma de transporte chamada “40 e 8”, e de um soldado de perneiras que se tornou presidente Truman, mas o que significa em nossa história, não poderíamos dizer facilmente. Quando esta escritora propôs, em 1955, a um possível editor um livro sobre o telegrama Zimmermann, um dos grandes fatores que levaram à participação norte-americana na guerra, a recomendação recebida foi a de abandonar a ideia,

porque se tratava da 'guerra errada': o público só se interessava pela Civil, e pela Segunda. Era, na verdade, uma afirmação justificável, mais ou menos a mesma a que chegou um historiador em 1930, que, uma década depois do fim da Primeira Guerra, constatou estar o povo norte-americano ainda "irritado e desnordeado" por ela.

Essas palavras, que descrevem tão bem nossa atitude para com a guerra no Vietnã, estabelecem um elo entre as duas experiências. A primeira foi governada por uma velha ilusão, e a atual, por outra, nova. A Segunda Guerra Mundial, por outro lado, com o imperativo de Pearl Harbor oferecendo uma causa e uma finalidade compreendidas, não semeou nenhuma dúvida ou autodesconfiança. Era claro o motivo por que tínhamos entrado e qual o objetivo em vista. Mas, como será certamente o caso com o Vietnã, durante vinte anos travou-se uma controvérsia histórica sobre como e por que entramos nela; e a questão continua a ser investigada e reexaminada.

Os revisionistas das décadas de 1920 e 1930, alimentados pela desilusão do pós-guerra, rejeitaram a opinião aceita de que nossa participação tinha sido consequência inevitável da agressão alemã e navios neutros, em favor de teorias conspiratórias, de um tipo ou de outro. Viram o fator causativo na propaganda britânica, no lucro capitalista, e em outras forças ocultas e sinistras. Investigando estatísticas de comércio e finanças, correspondência privada e todas as formas de motivos disfarçados, os revisionistas trouxeram à luz muito material significativo e enfoques novos. Mas sua tese auto-acusatória exigia uma visão retrospectiva compensatória em favor da Alemanha, e exatamente quando apresentavam com mais vigor os seus argumentos, a Alemanha, voltando à ofensiva com Hitler, os desfez.

Desde então, como é a moda cíclica na história, a contra-revisão está liderando o caminho de volta ao que era óbvio desde o começo. As cambalhotas dos revisionistas — seja que Roosevelt tramou Pearl Harbor ou que o Terceiro Reich, como que o bizarro historiador inglês A. J. P. Taylor, foi levado à agressão pelas democracias — desfrutaram a notoriedade dos sensacional, mas os fatos acabam por esmagá-los, no fim.

Quando da deflagração da guerra, em 1914, a atitude predominante nos Estados Unidos era de autocongratulação, por não termos nada a ver com aquilo; e havia a intenção firme de não virmos a ter. Num sumário clássico — vindo adequadamente de uma pequena cidade no coração do Meio Oeste —, o *Plain Dealer* de Wabash, Indiana, disse: "Nunca apreciamos com a intensidade de hoje a sabedoria de nossos antepassados ao emigrarem da Europa." As caricaturas de jornal mostravam habitualmente o Tio Sam separado por uma grande massa d'água de um grupo de figurinhas distantes, que brigavam furiosamente. Numa dessas caricaturas, ele se lembrava de que a oportunidade de sua vida era "ficar firme, manter as mãos nos bolsos e a boca fechada"; em outra, aparecia ombro a ombro com o presidente Wilson, com as costas firmemente voltadas para os 'hárbaros' da Europa, que gotejavam sangue.

A crença na segurança de nosso isolamento foi fortalecida por Wilson que, empenhado em conseguir a nova liberdade pela reforma interna, irritou-se com a ameaça de interferência de além-mar no seu programa. Ele declarou em dezembro de 1914 que o país não se devia deixar “desequilibrar” por uma guerra “com a qual nada temos, cujas causas não nos podem atingir”. (O tom já conhecido iria repetir-se num eco mais famoso 25 anos depois, na referência de Neville Chamberlain à Tchecoslováquia como “um país distante do qual nada sabemos”).

Para Wilson, era justificável, em agosto de 1914, pedir ao povo norte-americano que fosse “imparcial tanto no pensamento como na ação [...] neutro tanto de fato como de nome”. Mas em dezembro, quando a expectativa de uma guerra rápida tinha desaparecido no Marne e os exércitos enfrentavam-se num impasse mortal, a guerra já atingia os Estados Unidos. Forçado a reconhecer que as atividades econômicas norte-americanas não poderiam ser paralisadas, Wilson tinha, em outubro, revogado sua proibição anterior de empréstimos aos beligerantes. Foi a base para o laço econômico, que a partir de então, em força e volume cada vez maiores, ligou os Estados Unidos aos Aliados. Permitindo a extensão do crédito comercial, possibilitou aos Aliados adquirirem nos Estados Unidos suprimentos dos quais as potências centrais, em virtude do controle aliado dos mares, estavam em grande parte privadas. Essa medida provocou uma explosiva expansão da indústria e comércio norte-americanos, bem como dos investimentos norte-americanos no exterior, e colocou a economia nacional no mesmo lado para o qual pendia o sentimento popular predominante.

Pois o país como um todo tinha simpatias pelos Aliados, apesar de seus sentimentos antibeligerantes. O presidente participava dessa tendência: “Notci nele”, escreveu o coronel House, depois do primeiro mês de guerra, “uma antipatia pela atitude alemã, tão grande quanto no resto do país”. O conselheiro Von Haniel, da embaixada alemã em Washington, tentando pôr fim a certas ilusões de seus chefes, lembrou-lhes de que o sentimento norte-americano era o desdobramento de ligações naturais com a Inglaterra, “na história, no sangue, na língua, sociedade, finanças, cultura”, e que “no caso presente o instinto comercial e o sentimento apontam na mesma direção”. Ele mostrou bem a essência da situação.

Ao mesmo tempo em que suspendeu a proibição de empréstimos, Wilson concordou em permitir o comércio irrestrito em munições, contrariando uma proposta anterior de embargo. As duas medidas não foram tomadas no interesse aliado (embora fossem vantajosas aos Aliados), mas no interesse norte-americano, pois o governo, tal como Von Haniel, conhecia a força do “instinto comercial” do país e temia que um embargo desviasse as compras aliadas para o Canadá, Austrália e Argentina. A proibição de empréstimos e o embargo às munições teriam dado uma expressão realista ao isolamento que o povo e seu presidente acreditavam desfrutar. Mas teria privado o país da riqueza de compras sem limites, e os norte-americanos não queriam sofrer por sua neu-

tralidade. Esperavam, pelo contrário, tirar proveito dela. Com essas duas medidas econômicas tomadas antes que a guerra completasse três meses, o fato, se não a ilusão, do isolamento estava morto.

Em fevereiro de 1915 a Alemanha declarou o bloqueio subaquático da Grã-Bretanha, a ser posto em prática pela guerra submarina "sem restrições", o que significava atacar sem aviso navios mercantes encontrados na zona de guerra. Como violação dos tradicionais direitos neutros à liberdade dos mares, isso constituía, como disse Wilson indignado, "uma ameaça extraordinária ao comércio". O presidente norte-americano estava obrigado a resistir, muito embora a oposição intensificasse o risco de envolvimento na guerra. Os desentendimentos com a Inglaterra eram freqüentes, motivados pelas suas incursões contra a liberdade dos mares, na forma da Declaração de Londres, da doutrina da viagem contínua, do contrabando, do direito de revistar navios, dos confiscos e outros aborrecimentos que, somados, representavam o velho conflito entre o direito dos beligerantes de impor o bloqueio e o direito dos neutros de comerciar. Mas as medidas britânicas, por mais que irritassem os legalistas do Departamento de Estado, não ameaçavam a vida, não enfureciam o público, nem prejudicavam seriamente o fluxo de bens, dirigido, em proporções esmagadoramente maiores, para os Aliados.

Em contraste, a aceitação do papel atribuído aos submarinos teria significado o fim do comércio exterior. A ameaça explícita às vidas civis de neutros significava que os norte-americanos deviam abster-se de usar as estradas públicas dos oceanos, ou que o governo norte-americano teria de exercer pressão suficiente, sem fazer pender a precária balança da neutralidade para o rompimento aberto, para que os alemães recuassem. De qualquer modo, com esse fato, a guerra não só nos tinha atingido, como envolvido.

Nos dois anos que se seguiram, as atividades alemãs no mar, na Bélgica e nas conspirações de espões e sabotadores nos Estados Unidos contribuíram constantemente para enfraquecer a neutralidade norte-americana, com resultados que teriam sido os mesmos, com ou sem a propaganda aliada.

A violação da neutralidade belga pelos alemães, o ato inicial da guerra, tinha provocado indignação norte-americana e feito com que a Alemanha perdesse, logo de saída, a razão. Criou no espírito público a imagem de um país agressivo. Isso não constitui uma modificação súbita, pois a imagem do bondoso professor alemão, personificada pelo dr. Bhaer, que se casava com Jo em *Little women*, há muito fora substituída, sob a influência da Alemanha guilhermina, pelo arrogante oficial prussiano. A indignação norte-americana inicial teria, sem dúvida, acabado na indiferença se, antes de completar um mês de hostilidades, não tivesse sido novamente provocada e confirmada pelo incêndio de Louvain e sua velha biblioteca. O horror provocado por esse ato foi profundo, pois devemos lembrar que a época ainda se situava no extremo mais distante do abismo de 1914-18, quando as pessoas se permitiam reações simples, sentimentos, e acreditavam que, quanto ao progresso moral, a sociedade avançava.

O ministro norte-americano na Bélgica, Brand Whitlock, ex-prefeito reformista de Toledo, permaneceu em Bruxelas em constante contato entre a potência ocupante e a população, razão pela qual os norte-americanos sentiam uma preocupação especial pelo infortúnio dos belgas, desde o fuzilamento de reféns até a fome crescente, que provocou a criação da Comissão de Ajuda Hoover. O Relatório Bryce sobre as atrocidades, divulgado pela Inglaterra e assinado — e não por acaso — pelo inglês mais conhecido nos Estados Unidos, o ex-embaixador em Washington e autor de *The American commonwealth*, caiu em terreno preparado. Deu origem a muitas histórias exageradas de atrocidades, mas não foi a propaganda inglesa que montou o julgamento e a execução de Edith Cavell. Esse fuzilamento de uma mulher, uma enfermeira, uma humanitarista, realizado com a infalível afinidade alemã pelo gesto que tem mais probabilidades de provocar indignação na opinião mundial, selou o conceito do Huno.

Acima de tudo, as deportações em massa, iniciadas em 1916, de 300 mil belgas, para realizar trabalhos forçados na Alemanha, provocaram mais irritação de que qualquer outra coisa, desde o *Lusitania*. Seja ou não devido à sensibilidade em relação ao tema da escravidão, os norte-americanos — pelos menos, os daquela época — consideraram particularmente chocante que cidadãos brancos de um país ocidental fossem levados para o trabalho forçado. A repulsa, noticiada por Von Haniel, “é geral, arraigada, e sincera”.

O afundamento, em maio de 1915, do *Lusitania*, navio da Cunard Lines (que levava, além de passageiros não-combatentes, uma carga de munições para armas leves), deteriorou ainda mais a imagem alemã e trouxe para o primeiro plano a questão da guerrasubmarina. Considerado pelos alemães um transporte de munições que usava como proteção a sua condição de não-combatente, o navio foi afundado sem advertência, isto é, sem que se permitisse aos passageiros tomar os barcos salva-vidas, antes de ser disparado o torpedo. Das cerca de duas mil pessoas a bordo, 1.195 morreram, inclusive 124 norte-americanos. Na semana anterior dois navios dos Estados Unidos tinham sido atacados, com duas mortes de norte-americanos.

Assim, os direitos, tanto dos neutros como dos não-combatentes, estavam em jogo. Seguiram-se negociações tensas e demoradas, durante as quais a tarefa quase impossível de Wilson era obrigar a Alemanha a reconhecer tais direitos, sem recorrer à ameaça final de guerra, a última coisa que ele desejava. Wilson teve de traçar seu caminho ao longo de uma estreita faixa, entre os precipícios da guerra, de um lado, e, do outro, a abdicação dos direitos dos neutros, como queria o seu secretário de Estado, William Jennings Bryan. Representando a posição pacifista de que nenhum interesse merecia ser defendido com o risco de guerra, Bryan tomou-se o porta-voz da exigência de que os norte-americanos fossem advertidos (ou como certas pessoas queriam, proibidos) para não viajar em navios beligerantes.

Nessa exigência estava consubstanciada uma questão central, que transcendia o problema do comércio norte-americano ou dos direitos neutros. A verdadeira questão era a nossa posição como grande potência. Os Estados Unidos não podiam permitir que os submarinos impedissem seus cidadãos de usar os caminhos do mar, sem perder com isso o respeito das outras nações, a confiança de seus próprios cidadãos e seu prestígio perante o mundo. Não podiam proibir seus próprios habitantes de exercer seus direitos, escreveu Wilson ao senador Stone, presidente da Comissão de Relações Exteriores e um dos principais isolacionistas, “sem admitir com isso sua própria importância como nação”. Era essa a essência da questão, e ainda mais porque admitir a impotência, agora, seria solapar a ambição que o presidente já acalentava: mediar a guerra e salvar o mundo de sua própria impiedade.

Wilson rejeitou a proposta de manter os cidadãos norte-americanos fora dos navios beligerantes como um gesto “ao mesmo tempo de fraqueza, e inútil” e que, mostrando os Estados Unidos numa atitude de “constrangimento e protelação”, “enfraqueceria fatalmente toda a nossa posição”. Bryan, vendo sua insistente e reiterada opinião como secretário de Estado ignorada, demitiu-se, para tornar-se, a partir de então, uma trombeteante voz da ala pacifista. Embora sua saída aliviasse os jantares diplomáticos de Washington do regime de abstinência e suco de frutas, imposto pelo edito do secretário, não tomou as coisas mais fáceis para Wilson, que ainda tinha de fazer valer sua posição contra aos submarinos, sem ir à guerra. A pressão do dilema provocou estas palavras memoráveis: “Existe o caso de uma nação estar tão certa que não precisa convencer outras, pela força, de que está certa. [...] Existe o caso de um homem ser orgulhoso demais para lutar.”

Embora o discurso provocasse manifestações de descontentamento dos intervencionistas, devido à “covardia” de Wilson, reafirmou a força do sentimento nacional de “manter-se firme contra a guerra” que o caso do *Lusitania* tinha quase apagado.

Wilson, em notas consecutivas a Berlim, esgrimindo, refutando, rejeitando, reiterando, acabou vencendo. Depois de outra crise provocada pelo afundamento de *Arabic* em agosto de 1915, com a perda de 44 vidas, inclusive dois norte-americanos, ele obteve uma promessa alemã de não afundar os navios sem aviso. Mas toda a questão voltou à tona pelo afundamento do *Anaconda*, em novembro, e do *Sussex*, em março de 1916, e só foi resolvida com a renovação da promessa alemã, ante a advertência do presidente de que sem ela os Estados Unidos não teriam outra saída senão o rompimento de relações. De fato, esse resultado deveu-se menos à firmeza de Wilson do que ao reconhecimento, pela Alemanha, de que tinha um número insuficiente de submarinos para afundar uma tonelagem que compensasse o risco da beligerância norte-americana. Enquanto isso, seus espiões trabalhavam dia e noite para eliminar essa inadequação.

Durante esses meses, todas as vezes que um torpedo abria o seu sulco fatal nas águas, redobravam os gritos dos isolacionistas para que os norte-americanos ficassem fora das zonas de guerra. Quando uma resolução nesse sentido foi apresentada ao Congresso pelo senador Gore, de Oklahoma, e pelo deputado McLemore, do Texas, em fevereiro de 1916, Champ Clark, do Missouri, presidente da Câmara, liderou uma delegação que foi à Casa Branca informar a Wilson que ela seria aprovada por dois a um. Depois de consumir quatro milhões e meio de palavras de debate, a resolução acabou sendo arquivada, mas não sem ter conseguido 175 votos a favor.

Com o prolongamento da guerra e a intensificação dos ódios e sofrimentos, com repercussões de outro lado do Atlântico, a opinião pública dos Estados Unidos perdeu sua confortável coesão inicial. Os gaviões e as pombas de 1916, equivalentes aos intervencionistas e isolacionistas da década de 1930, eram, respectivamente, defensores de uma nação preparada para qualquer eventualidade, e pacifistas, tendo entre eles, a grande massa do povo, ainda solidamente, embora não fanaticamente, contrária ao envolvimento.

A equivalência com o presente é, porém, inexata, devido à forte inversão ideológica que ocorreu em nossa história depois de 1945. A atitude do povo norte-americano para com o conflito externo no século XX dividiu-se entre os que consideravam o inimigo, ou inimigo potencial, uma ameaça aos interesses e ao modo de vida norte-americanos e, portanto, eram intervencionistas; e os que não admitiam tal perigo e, em consequência, queriam que ficássemos em casa tratando de nossos próprios negócios. A Constituição de cada grupo dependeu da natureza do inimigo. Quando, como nos anos anteriores a 1945, o inimigo estava à direita, nossos intervencionistas vinham, em geral, da esquerda. Quando, como a partir de 1945, a União Soviética e a China comunista substituíram as potências direitistas da Alemanha e Japão, como nossos opositores, as facções norte-americanas mudaram de papéis. A direita tornou-se intervencionista e a esquerda, isolacionista. Os antigos defensores dos 'Estados Unidos primeiro'; que costumavam protestar contra o envolvimento fora de nossas fronteiras, passaram a ser gaviões clamando por mais e maiores intervenções — ou seja, escalada. Os antigos intervencionistas, que outrora queriam lutar logo contra os fascistas, agora se vêem como pombas, no papel de isolacionistas, a que não estão habituados. É esse reagrupamento que fez com que a maioria das pessoas de mais de 25 anos se sentisse tão pouco à vontade.

Em 1916 as ideologias de direita e esquerda eram menos claras. Os intervencionistas mais vigorosamente antigermânicos vinham das classes superiores e cultas, em especial da costa Leste, onde o militarismo prussiano (ex-

pressão então em uso) era considerado o maior inimigo da democracia, e cujo triunfo não se poderia permitir. O presidente emérito de Harvard, Eliot, considerou a derrota das potências centrais "o único resultado tolerável dessa vergonhosa guerra". O presidente do Supremo Tribunal disse: "Se eu tivesse menos trinta anos, iria para o Canadá alistar-me."

Clérigos eminentes, como Henry Van Dyke e Lyman Abbott, não eram menos entusiastas, e o presidente da American Historical Association, William Roscoe Thayer, anunciou em resposta ao conselho inicial de Wilson, de imparcialidade de pensamento, que só um "eunuco moral" poderia ser neutro no sentido implícito à "frase maléfica" do presidente. O novo secretário do Estado, Roberto Lansing, estava convencido de que uma vitória alemã "significaria a derrubada da democracia no mundo" pelas forças do despotismo militar, opinião compartilhada pelo seu predecessor republicano, Elihu Root, para não falarmos do mais próximo conselheiro do presidente, o coronel House, e do homem que mais o desprezava, o ex-presidente Theodore Roosevelt.

As opiniões do Leste articulando, porém, eram mais influentes do que representativas. O resto do país, com seu centro de gravidade a 1.500 quilômetros de qualquer oceano, ainda tinha a marca do 'fique fora'. O isolacionismo centralizava-se, embora não se limitasse a ele, ao Meio-Oeste predominantemente republicano, com sua população 'hifenada' de germão-americanos em Milwaukee, Chicago, St. Louis e outras cidades, suas tradições populistas, e seus radicais agrários, chamados de filhos-do-burro-selvagem. Os estados de onde vinham os líderes isolacionistas no Congresso contam toda a história: o presidente da Câmara de Deputados, Champ Clark, e o senador Stone, de Missouri; os senadores Hitchcock e Norris, de Nebraska; La Follette, do Wisconsin; Gore, de Oklahoma e, do Sul, Vardaman, do Mississippi, e o deputado Claude Kitchin, presidente da Comissão de Orçamento, da Carolina do Norte.

As divisões ideológicas sobrepunham-se às geográficas. Progressistas e socialistas, embora odiando as autocracias, eram em grande parte, mas não na totalidade, isolacionistas, porque não queriam que a guerra interferisse nas reformas internas, e também por uma aversão inata à Europa. Não queriam nenhum envolvimento externo com o Velho Mundo, de cujas brigas e exércitos permanentes e regimes reacionários seus pais tinham fugido para a promessa da América do Norte. Qualquer que fosse a formação ou a posição, todos se uniam num argumento dominante: o apoio à guerra era provocado por banqueiros e homens de negócios, visando ao lucro. David Starr Jordan, presidente da Universidade de Stanford e pacifista, retratou o Tio Sam como estando "jogando seu dinheiro junto com Morgan & Co. no poço sem fundo da guerra". La Follette denunciou os especuladores como os verdadeiros promotores da tese de que o país devia estar preparado, e Eugene Debs, líder do Partido Socialista, declarou que preferia ser fuzilado como traidor a "ir à guerra por Wall Street".

Previendo que poderíamos, e acreditando que devíamos, entrar na guerra, os grupos pró-Aliados iniciaram uma campanha em favor dos preparativos, em 1915. Apoiados pelas Ligas do Exército e da Marinha, formaram comitês de segurança nacional e direitos norte-americanos, organizaram marchas, distribuíram livros, filmes e folhetos identificando o preparo com o patriotismo, apresentaram no Congresso um projeto de lei para ampliar as forças de reserva para um exército continental de quatrocentos mil homens, e pediram uma verba de quinhentos milhões de dólares para a criação de uma "Marinha adequada". Com o crescimento da agitação, barulhentemente liderada por Theodore Roosevelt, as forças governamentais se alarmaram, temendo que, se resistissem a ela com um movimento pela neutralidade, provocariam o aparecimento de uma questão partidária, na qual os republicanos se apresentariam como o partido do patriotismo, e os democratas se identificariam com a "debilidade".

Assim sendo, Wilson aderiu à tese do preparo para qualquer eventualidade, participou de marchas usando chapéu de palha, apoiou o projeto do Exército para aumentar as forças regulares, de oitenta mil para 140 mil homens, e as reservas para quatrocentos mil, e aprovou um plano quinquenal de construção naval de dez encouraçados, 16 cruzadores, cinquenta destróieres e cem submarinos. Fez discursos pelo Meio-Oeste em favor do projeto do Exército, mas não conseguiu convencer os isolacionistas da necessidade de forças armadas adequadas. Esse resultado não foi surpreendente, já que ele equilibrava todos os seus eloquentes pedidos de preparação "não para a guerra, mas para uma defesa nacional adequada", com uma confissão igualmente eloquente de sua, e do país, "profunda paixão pela paz".

Na primavera de 1916 travou-se intenso debate, no Congresso e no país, sobre o projeto do Exército. Os progressistas trovejaram contra o militarismo, como filho da ambição capitalista e destruidor do sonho norte-americano. Os intervencionistas insistiram em que os Estados Unidos deviam entrar na batalha das democracias contra a tirania (um argumento prejudicado pela constangedora aliança dotzar), para que a liberdade política sobrevivesse. Marchas em favor do preparo tornaram-se maiores e mais barulhentas: um desfile gigantesco na Quinta Avenida durou 12 horas, com 125 mil civis, homens e mulheres, duzentas bandas de música e cinquenta grupos de tambores, milhares de observadores que aplaudiam nas calçadas, e holofotes nos últimos esquadrões, que marcharam à noite. Indiferentes, uma maioria de deputados republicanos na Câmara aprovou a advertência aos cidadãos norte-americanos para que não viajassem em navios mercantes armados, indicando sua firme preferência pela moderação, em detrimento dos direitos dos neutros.

Um espantoso e inesperado testemunho da profundidade do sentimento pacifista surgiu na convenção democrática em St. Louis, em junho. Os diligentes de campanha de Wilson tinham planejado fazer do patriotismo o tema, com as bandas tocando o hino nacional em lugar do 'Dixie' e explosões de

entusiasmo 'espontâneo' pela bandeira. Essas manifestações foram pouco animadas, mas o expressivo discurso do ex-governador Martin Glynn, de Nova York, dizendo que a tradição norte-americana era ficar fora da guerra, qualquer que fosse a aprovação, deflagrou uma explosão e um "delírio de satisfação". Feito para despertar o sentimento pacifista, tinha sido aprovado antecipadamente pelo presidente que, tanto quanto qualquer outro político profissional interessado na reeleição, buscava um consenso. Quando Glynn citou os precedentes históricos, o público começou a cantar: "O que fizemos? O que fizemos?"; e o orador gritava, em resposta: "Não fomos à guerra!" Delegados aplaudiam, sacudiam bandeiras, pulavam em seus lugares. Quando Glynn, assustando-se um pouco com o que tinha provocado, tentou voltar ao texto preparado, eles gritavam: "Não! Não! Continue! Queremos mais! Mais! Mais!" Dançavam nos corredores, "semiloucos de alegria[...] gritando como meninos de escola e berrando como sirenes".

Glynn mostrou que o pacifismo, em lugar de ser alguma coisa não muito masculina, estava certo, era patriótico e norte-americano. O efeito foi "simplesmente eletrizante". Os líderes da convenção ficaram alarmados. O presidente McCombs escreveu apressadamente numa folha de papel: "Mas estamos dispostos a lutar, se necessário", assinou e passou-a a Glynn, que concordou com um gesto de cabeça e respondeu: "Cuidarei disso." Mas já então fascinado com o efeito que provocara na multidão, não o fez. Os planos políticos foram desorganizados. A campanha de Wilson teve de ser revista para fazer da paz a principal questão. Os republicanos, repudiando Roosevelt, indicaram Hughes numa plataforma de "neutralidade clara e sincera" e perderam em novembro para a frase criada pelos dirigentes da campanha de Wilson: "Ele nos manteve fora da guerra."

Foi essa exploração do sentimento pacifista que obteve a apertada vitória, graças aos votos dos estados do Oeste, em nova aliança com o Sul. Isso permitiu a Wilson recuperar para o Partido Democrata aquilo que Bryan não tinha conseguido obter por três vezes: o apoio da maioria dos estados predominantemente agrícolas.

Os quatro últimos meses que antecederam a beligerância dos Estados Unidos começaram com o esforço planejado por Wilson, em dezembro e janeiro, para acabar com a guerra pela mediação. Seu conceito de uma "paz sem vitória", embora considerado pelo senador La Follette "a maior mensagem do século", não tinha atrativos para os beligerantes. Como nenhum dos lados queria que o presidente norte-americano estabelecesse os termos de um acordo de paz, e ambos desejassem a vitória total, a tentativa de Wilson, de negociar uma paz, falhou.

Enquanto isso a Alemanha, tendo construído uma frota de duzentos submarinos, resolveu correr o risco da hostilidade norte-americana, em favor de um esforço total para vencer a guerra. Em 31 de janeiro de 1917, ela notificou

Washington de sua intenção de reiniciar a guerra submarina sem restrições no dia seguinte. Todos os navios neutros seriam "impedidos pela força" de chegar à Inglaterra. Uma única exceção, na forma de um navio norte-americano de passageiros por semana, seria permitida, desde que não levasse contrabando, atracasse somente em Falmouth, apenas aos domingos, fosse marcado com três faixas verticais de um metro de largura pintadas alternadamente em branco e vermelho e usasse em cada mastro uma grande bandeira quadriculada de branco e vermelho.

Ante a perspectiva de chaminés pintadas como postes de barbeiros e uma bandeira parecida com uma toalha de mesa de cozinha, o historiador norte-americano J. B. McMaster não pôde conter sua indignação. O insulto implícito nessas ordens dadas a um importante país neutro mostrava que a Alemanha não tinha dúvidas quanto à resposta norte-americana. "Estamos contando com a probabilidade de guerra com os Estados Unidos", tinha dito o marechal de campo Von Hindenburg no Quartel-General Supremo, quando a decisão foi tomada, mas "as coisas não podem ficar piores do que estão agora. A guerra deve ser concluída por quaisquer meios, o mais cedo possível". O quartel-general se tinha convencido de que, no prazo previsto para que a guerra submarina derrubasse os Aliados, a assistência militar norte-americana "equivalaria a nada". Mas o chanceler civil Bethmann-Hollweg achava que a entrada dos Estados Unidos na guerra significava *finis Germaniae*.

No vértice do conflito, os Estados Unidos tinham se tornado, quisessem ou não, uma grande potência: como arsenal e banco dos Aliados, a cuja causa nossa economia, tanto quanto o nosso sistema político, estava agora ligada, e como obstáculo, enquanto continuássemos a abastecer os Aliados, a qualquer esperança alemã de vitória. Ceder a liberdade dos mares agora, depois de dois anos de luta pela manutenção do princípio, era incompatível com a posição de potência de primeira classe. Wilson não teve escolha, senão declarar o há muito evitado rompimento de relações. Imediatamente, os grupos pacifistas lançaram-se numa atividade febril, em reuniões de massa, para exigir que os navios norte-americanos ficassem fora das zonas de guerra, enquanto os intervencionistas agitavam-se, com a mesma veemência, em favor do armamento dos navios e da afirmação agressiva dos direitos norte-americanos.

Quando os navios começaram a amontoar-se nos portos norte-americanos, o comércio sentiu-se ameaçado de uma paralisação que afetaria toda a economia nacional. O gabinete alarmou-se seriamente. Embora Wilson tivesse a autoridade executiva para armar os navios, relutava em tomar a decisão que, inevitavelmente, daria começo ao tiroteio. Preferiu pedir autorização ao Congresso, provocando assim o grande debate e a obstrução do Projeto dos Navios Armados. No meio disso, estourou a revelação do telegrama do ministro do Exterior da Alemanha, Arthur Zimmermann, convidando o México para uma aliança, como beligerante. Como esquema para manter as forças norte-americanas

ocupadas em sua própria fronteira, oferecia-lhe a ajuda para reconquistar seus territórios perdidos do Texas, Arizona e Novo México. Interceptado e decifrado pelo serviço britânico de informações navais e posto à disposição dos Estados Unidos, o telegrama foi liberado para a imprensa a 1^a de março, na esperança de influenciar “o pequeno grupo de homens teimosos” no Senado. Não conseguiu esse objetivo, mas agitou o público norte-americano mais do que qualquer outra coisa desde a deflagração da guerra. Como proposta de ataque ao território dos Estados Unidos, convenceu os norte-americanos da hostilidade alemã para com este país.

A 9 de março o Congresso suspendeu os trabalhos sem aprovar a lei. O presidente deu ordem para que os navios fossem armados e esperou o “ato aberto”. Este ocorreu a 18 de março, com o torpedeamento, sem advertência, de três navios mercantes norte-americanos, com grandes perdas de vidas. Nesse momento, a derrubada do czar pela revolução preliminar na Rússia purificava convenientemente a causa dos Aliados, e o advento do novo grande converso à democracia, sob o regime de Kerenski, provocou entusiasmo nos corações liberais. Ao mesmo tempo, o número crescente de mortos pelos submarinos estava transformando o Atlântico num cemitério e criando uma possibilidade séria de derrota aliada.

Por mais duas semanas o presidente hesitou, numa agonia, afligido pelo seu sentimento, como tinha dito antes naquele mês, de que “questões fora de nossa vida como nação e sobre as quais não temos controle[...] apesar de nosso desejo de nos mantermos longe delas” estavam arrastando o país para uma guerra que ele não desejava. “Se qualquer nação neutra for arrastada”, dissera em novembro, “saberia apenas que estava sendo arrastada por alguma força que não podia resistir”.

É uma descrição exata da verdade. Não fomos manobrados artificialmente por um destino que poderia ter sido outro; o que nos dominou foram as realidades do conflito mundial. Numa das mais recentes de uma longa série de análises, Ernest May, de Harvard, em seu *the World War and American isolationism 1914-17*, publicado em 1959, concluiu: “Nenhuma análise detalhada pode determinar o momento em que ele [Wilson] poderia ter voltado as costas e seguido outro caminho”.

A 2 de abril Wilson foi ao Congresso pedir a aceitação formal do “estado de belligerência que nos foi imposto”. Culpou especificamente a guerra submarina: “uma guerra contra todas as nações”. Disse que a “neutralidade já não é possível, nem desejável” quando a paz do mundo e a liberdade do povo estão ameaçados “pela existência de governos autocráticos apoiados numa força que é totalmente controlada pela sua vontade, e não pela vontade do povo”.

A validade dessa proposição era um pouco enfraquecida pelo fato de ele ter acreditado ser a neutralidade possível e eminentemente desejável, em correspondência com essas mesmas nações, durante quase três anos. “Uma paz

constante”, descobria agora, “jamais poderá ser mantida, exceto pela associação das nações democráticas”. Citando o telegrama Zimmermann como prova de intenções hostis, disse que não podia haver segurança para as democracias na presença de autocracia prussiana, “essa inimiga natural da liberdade”. E assim por diante, até a peroração final: “Devemos tornar o mundo seguro para a democracia[...] o direito é mais precioso do que a paz.”

Nada do que Wilson disse sobre o perigo para a democracia poderia ter sido dito antes. Por esse motivo, poderíamos ter entrado em guerra seis meses, ou um ano, ou dois antes, com efeitos incalculáveis para a história. Exceto pela prova de hostilidade na retomada da guerra submarina e pelo telegrama Zimmermann, nossa causa teria a mesma validade, mas estaríamos então travando uma guerra preventiva — para impedir a vitória do militarismo alemão com seu perigo potencial para o nosso modo de vida — e não uma guerra a que fomos forçados. Esperamos, por isso, os atos claros de hostilidade que trouxeram a guerra até nós.

A experiência repetiu-se na Segunda Guerra Mundial. Antes de Pearl Harbor, a ameaça do nazismo para a democracia e a evidência da hostilidade japonesa para com os Estados Unidos eram bastante claras, ao nível político, para justificar uma guerra preventiva. Mas não eram assim tão evidentes para o povo norte-americano, e só lutamos quando fomos atacados.

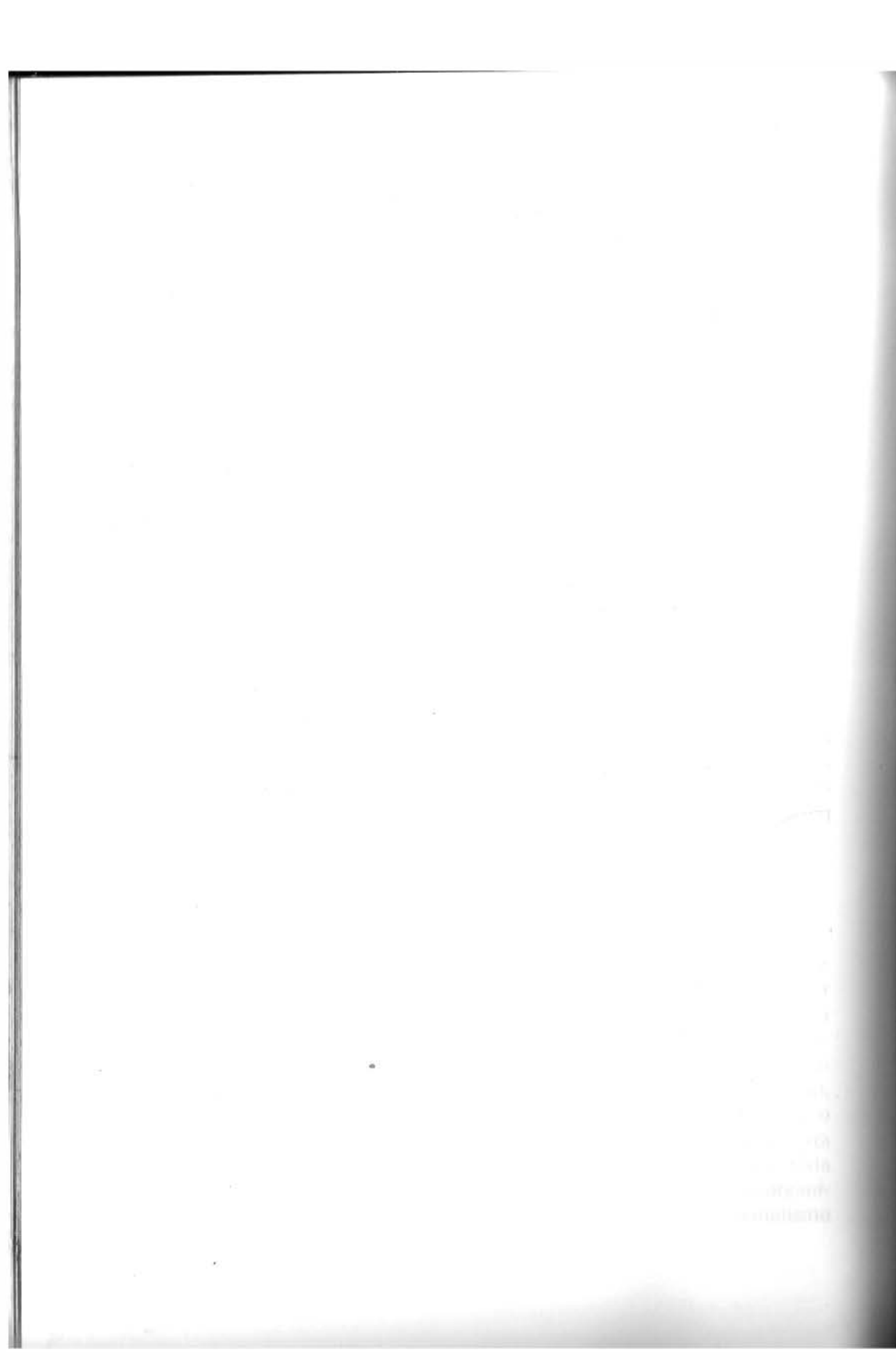
Em nossas guerras, desde então, a aceitação da responsabilidade pela direção, até mesmo pelo policiamento, das questões mundiais tem sido quase que demasiado pressurosa, tão pressurosa quanto antes era relutante. Naquilo que nossos líderes consideram percepção de um futuro perigo, fruto de visão ampla, e antes que nosso litoral ou nossos interesses concretos fossem sido atingidos, lançamo-nos em aventuras militares a meio mundo de distância, disso resultando que o país, em distinção ao governo, não sente que está lutando pela sua própria defesa. A Coreia foi totalmente impopular, e o Vietnã — onde demos um passo à frente, para uma guerra puramente preventiva para conter o comunismo chinês — ainda mais. Quando isso acontece, o instinto do país fica constrangido, as consciências ficam perturbadas, e a opinião, dividida.

Dois tipos de guerra, a aquisitiva e a preventiva, são difíceis de justificar, e a segunda ainda mais que a primeira. Embora a guerra aquisitiva possa ser considerada menos moral, até agora, na experiência humana, a moral abstrata não se tem destacado por determinar a conduta de estados, e uma boa e justificável razão para a ocupação de território, como a necessidade, ou o irredentismo, ou o “destino manifesto”, pode ser sempre encontrada. Além disso, as guerras aquisitivas tendem a ser rápidas, intensas e bem-sucedidas, e o sucesso nunca precisa de explicação. Mas não é possível provar que uma guerra preventiva era necessária, pois ninguém jamais poderá dizer o que teria acontecido sem ela. Dada a distância, em poderio moderno e recursos organizados, entre a China e os Estados Unidos, nosso medo exagerado do comunismo

chinês, tanto como ameaça para nós e como uma atração para o resto da Ásia, parece não se justificar como um "perigo claro e iminente". Nas garras de uma ilusão, não esperávamos, como nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, que o tiro do inimigo nos visasse.

Em abril de 1917 a ilusão do isolamento foi destruída. Os Estados Unidos chegaram ao fim da inocência e da exuberante liberdade da independência de solteiro. Não é surpresa que as responsabilidades do poder mundial não nos tenham deixado mais felizes. Para ajudarmos a nós mesmos a administrá-las, substituímos a ilusão do isolamento por uma nova ilusão de onipotência. Também essa cortina tem que cair.

Onde antes nos víamos como independentes e livres para nos distanciarmos, agora nos vemos como se estivéssemos dotados de uma missão de organizar o mundo à nossa imagem. Militarmente, poderíamos liquidar Hanói e, sem dúvida, Pequim também, amanhã, mas não podemos criar uma nova democracia, limpa, das cinzas nucleares. Qualquer que seja o nosso poder material ou político, não é suficiente para a onipotência. Não podemos modelar o mundo não-ocidental segundo nossos desejos, nem exigir aceitação de nossos conceitos de liberdade política e governo representativo. É demasiado tarde na história para exportar para as nações da Ásia e África, com populações analfabetas e subalimentadas, de centenas de milhões de pessoas, a democracia que evoluiu no Ocidente durante mil anos de experiências lentas, em pequena escala, desde a assembléia da aldeia saxônica até a Carta de Direitos. Aquelas populações não tiveram tempo para aprender isso, e a história não lhes vai dar tempo. Enquanto isso, vivemos no mesmo globo. O melhor aspecto da coragem é gastá-la aprendendo a viver com as diferenças, por mais hostis que sejam, a menos e até que possamos encontrar outro planeta.



Se Mao tivesse visitado Washington*

* *Foreign Affairs*, outubro de 1972.



UM DOS GRANDES 'SES' é uma das gritantes ironias da história estão no fato de que em janeiro de 1945, quatro anos e meio antes de conquistarem o poder nacional na China, Mao Tsé-tung e Chu En-lai, numa tentativa de estabelecer um relacionamento funcional com os Estados Unidos, prontificaram-se a ir a Washington para conversar pessoalmente com o presidente Roosevelt. O que foi feito dessa oferta foi um mistério, até que, com a liberação de material novo, sabemos agora pela primeira vez que os Estados Unidos não lhe deram resposta. Vinte e sete anos, duas guerras e x milhões de vidas depois, após um mal imensurável, provocado pelas descon-fianças mútuas e a fobia das duas grandes potências que não se falavam, um presidente americano, invertendo a viagem não realizada de 1945, foi a Pequim tratar com os mesmos dois líderes chineses. Poderiam as coisas ter sido diferentes?

A proposta original, transmitida a 9 de janeiro pelo major Ray Cromley, chefe interino da Missão de Observadores Militares Norte-Americanos, então em Yenan, no quartel do general Wedemeyer, em Chungking, dizia que Mao e Chu desejavam que seu pedido fosse enviado "às mais altas autoridades dos Estados Unidos". O texto (publicado aqui pela primeira vez) era o seguinte:

O governo de Yenan quer enviar aos Estados Unidos um grupo não-oficial, repetindo não-oficial para interpretar e explicar aos civis americanos e autoridades interessadas a atual situação e os problemas da China. O que se segue é a sugestão estritamente reservada dos mesmos: Mao e Chu estarão imediatamente à disposição, isoladamente ou juntos, para conferência preliminar em Washington se o presidente Roosevelt expressar o desejo de recebê-los na Casa Branca como líderes de um importante partido chinês.

Chu pedia transporte aéreo para os Estados Unidos, se o convite de Roosevelt fosse feito. No caso negativo, Mao e Chu queriam que sua oferta permanecesse secreta, a fim de proteger suas relações com Chiang Kai-shek, que atravessavam então um difícil período de negociações.

A mensagem, recebida em Chungking em 10 de janeiro, não foi transmitida, exceto como referência secundária em outro contexto, ao presidente, ao Departamento de Estado ou ao Departamento de Guerra. Foi retida em Chungking pelo embaixador Patrick J. Hurley, com a concordância forçada do general Wedemeyer.

Antes de examinar as circunstâncias e razões desse procedimento, imaginemos que, seguindo um processo mais normal, a mensagem tivesse sido devidamente encaminhada às “mais altas autoridades” e recebido uma resposta afirmativa, o que é 99% improvável, mas não absolutamente impossível. Se Mao e Chu tivessem então ido a Washington, se tivessem conseguido convencer Roosevelt da força real e crescente de seu subgoverno em relação ao decadente governo central, e se tivessem obtido o que teriam ido buscar — algumas armas, a suspensão da ajuda irrestrita dos Estados Unidos a Chiang Kai-shek e uma firme pressão dos americanos sobre ele para admitir os comunistas, em condições aceitáveis, num governo de coalizão (base a partir da qual esperavam expandir-se) — quais teriam sido as consequências?

Com seu prestígio e poder fortalecidos pela ligação norte-americana, a ascensão dos comunistas e a decadência de Kuomintang, ambos já então inevitáveis, teriam sido aceleradas. Três anos de guerra civil num país desesperadamente cansado da guerra e dos desgovernos poderiam ter sido, se não totalmente evitados, pelo menos reduzidos. Os Estados Unidos, sem a responsabilidade de terem prolongado a guerra civil pela ajuda constante ao perdedor certo, não teriam provocado então o profundo antagonismo do vencedor. Esse antagonismo não se teria materializado na detenção, no espancamento e, em certos casos, na prisão prolongada e deportação de funcionários consulares norte-americanos, na ocupação de nosso consulado em Mukden e em outras perseguições; e tais atos, por sua vez, poderiam não nos ter provocado a irritação que levou à decisão de não reconhecer o governo comunista. Se, na ausência de ressentimentos, tivéssemos estabelecido relações, em algum nível, com a República Popular da China, permitindo comunicação numa crise, e se os chineses não tivessem sido motivados, pelo ódio e suspeita dos Estados Unidos, a conjugar esforços com a União Soviética, é concebível que não tivesse havido a Guerra da Coreia, com todas as suas consequências negativas. Daquela guerra surgiriam dois espectros gêmeos de um comunismo chinês expansionista e de uma indivisível associação sino-soviética. Sem esses dois conceitos para perturbar os estadistas e alimentar os demagogos, nossa história, nosso presente e nosso futuro teriam sido diferentes. Poderíamos não ter chegado ao Vietnã.

Embora todos os elos dessa cadeia sejam um “se”, juntos eles nos revelam alguma coisa sobre a conduta e as excentricidades da política externa norte-americana. O que devemos perguntar é se tais excentricidades foram acidentais

apenas ou se a tendência era intrínseca? Havia uma alternativa ou o resultado era inevitável? Num exame retrospectivo em busca da resposta, percebe-se o fantasma do presente; e, da perspectiva de um quarto de século de distância, as linhas gerais são mais visíveis do que em meio ao amontoado de papéis no Pentágono, demasiadamente próximo.

Nas circunstâncias de 1945 há três pontos principais a lembrar. Primeiro, os japoneses ainda não estavam derrotados; segundo, a política norte-americana concentrava-se com insistência, e quase obsessivamente, na necessidade de levar nacionalistas e comunistas a alguma forma de coalizão; terceiro, a Missão de Observadores Militares Norte-Americanos, composta por nove membros, depois ampliada para 18 (conhecida como Missão Dixie), já estava em contato com os comunistas, pois funcionava em Yenan desde julho de 1944. Sua finalidade era organizar uma rede de informações usando pessoal e instalações comunistas, numa área estratégica vital para as operações futuras, e avaliar de modo geral a capacidade e os objetivos dos comunistas. Estes tinham-se tornado muito importantes, com a aproximação do desembarque americano na China — àquela época, ainda considerado parte do ataque final — e com a aproximação, também, da entrada da Rússia na guerra contra o Japão.

A coalizão era o fator principal dos planos norte-americanos porque só dessa maneira seria possível, embora ainda apoiando o governo legal, utilizar as forças e o território comunistas contra os japoneses, entrincheirados no norte. Uma unidade fabricada era mais imperativa, do nosso ponto de vista, devido à necessidade de evitar a guerra civil entre os partidos chineses. Isso era, acima de tudo, o que mais temíamos, porque poderia derrotar nosso objetivo principal: uma China estável, unida, para depois da guerra, e porque o caos civil seria uma tentação para os estrangeiros. Se o conflito irrompesse antes da derrota e repatriação dos japoneses, estes poderiam aproveitar-se para se agarrarem ao continente. E havia também a sombra da União Soviética. Na ausência da coalizão, temíamos que os russos usassem sua influência, quando entrassem na guerra, para estimular os comunistas e aumentar a possibilidade de uma China desunida depois da guerra. Já em maio de 1941, vale a pena notar, um estudo inédito feito pelo Conselho de Relações Exteriores sobre a inter-relação dos comunistas chineses, o Japão e a União Soviética, dizia: “É vital que não ocorra uma guerra civil na China.”

Em novembro e dezembro de 1944, foram realizadas negociações para uma coalizão tendo como intermediário o embaixador Hurley, com otimismo, entusiasmo e um mínimo de conhecimento das causas, natureza e história do problema. A 10 de novembro ele tinha conseguido estabelecer com os comunistas um Plano de Cinco Pontos para sua participação num governo de coalizão. Seus termos lhes teriam permitido uma relativa liberdade de ação política, ao mesmo tempo que reconheciam a liderança de Chiang e a autoridade conjunta

sobre as forças armadas. Como Mao e seus companheiros consideravam a coalizão um caminho para a ajuda norte-americana e, a longo prazo, para o poder nacional, estavam dispostos a pagar esse preço temporário. Para Hurley, que julgava serem os comunistas uma espécie de partido populista de camponeses e trabalhadores, cujo objetivo era uma parcela democrática no governo nacional, as condições pareciam tão exequíveis e um triunfo para a sua diplomacia, que assinou o documento juntamente com Mao.

A 16 de novembro, para consternação de Hurley, Chiang Kai-shek rejeitou o plano *in toto*, sob a alegação, como lhe disse, de que admitir os comunistas no governo, nas condições firmadas pelo embaixador, acabaria levando o controle desse governo para eles. Hurley, que identificava a permanência do generalíssimo com os interesses norte-americanos — e os seus próprios — estava disposto a adaptar imediatamente a coalizão às condições de Chiang. O embaixador não percebeu que estas não refletiam as realidades da China, embora o tivessem percebido seus auxiliares, que vinham observando as condições sob o Kuomintang há anos e tinham agora a oportunidade de visitar e investigar a zona comunista. Sua avaliação indicava um interesse diferente para os Estados Unidos, e a questão crítica passou a ser: o objetivo norte-americano seria a preservação do generalíssimo ou uma opção mais ampla que não envolvesse os Estados Unidos no destino de um “regime em franca decadência?”

Hurley e Wedemeyer eram conversos convictos da primeira tese. Não era fácil, na época, pensar na China sem Chiang Kai-shek. Sua grande fama como líder nacional dava à maioria dos estrangeiros a firme impressão de que ninguém mais poderia manter a China unida e que sua queda provocaria um caos. Era fácil para Hurley e Wedemeyer acreditar nele: o aparato do poder é muito persuasivo. Tanto o novo embaixador como o novo comandante queriam mostrar como podiam conseguir êxito onde o general Stilwell tinha falhado, e ambos acharam que o caminho óbvio para o sucesso era manter o passo como o generalíssimo.

Pressionado por Hurley para que fizesse uma contraproposta aos comunistas, Chiang propôs um plano de coalizão que colocaria as forças armadas comunistas sob controle nacionalista e, em troca, legalizaria o Partido Comunista. Hurley adotou prontamente o plano do generalíssimo, embora revogasse os termos que negociara com Mao, e fez todos os esforços, ajudado por Wedemeyer, para persuadir os comunistas e aceitá-lo. Eles, naturalmente, recusaram um acordo que teria significado submissão, e não coalizão. Concluindo que negociar com um mediador comprometido com o outro lado era inútil, interromperam as conversações e, a partir de então, deixaram de confiar em Hurley. Quando Wedemeyer argumentou que, se chegassem a um acordo com Chiang, os Estados Unidos poderiam enviar-lhes armas e suprimentos, não acreditaram, pois sabiam que Chiang controlaria a distribuição. Quando Hurley prontificou-se a visitar novamente Yenan para reiniciar as conversações,

foi rejeitado, e quando o coronel David D. Barret, chefe da Missão Dixie, procurou, a pedido, argumentar com os comunistas, Mao e Chu disseram-lhe que ainda tinham esperanças e precisavam das armas norte-americanas, mas não nas condições de Chiang. Disseram que os Estados Unidos estavam sustentando uma "árvore podre" em Chiang Kai-shek e que, apesar de tudo o que os norte-americanos pudessem fazer, ele estava "condenado ao fracasso". Barret deixou a entrevista certo de ter conversado com dois líderes que estavam "absolutamente seguros da força de sua posição".

As negociações estavam assim num beco sem saída, criando a necessidade de uma nova abordagem dos comunistas, que tinham feito um esforço sério, do qual esperavam ganhar muito. A essa altura, foram feitas certas tentativas exploratórias ao acaso, aparentemente não-planejadas, por fontes militares norte-americanas, que deixaram os comunistas animados, mas confusos. As propostas foram levadas a 15 de dezembro pelo coronel Barrett, e ao mesmo tempo, mas separadamente, pelo coronel Willis H. Bird, vice-chefe do OSS (Office of Strategic Services) na China. Os dois projetos relacionavam-se com desembarques, por via aérea, de unidades técnicas norte-americanas para operar em conjunto com forças comunistas. O plano do coronel Bird, o mais ambicioso, envolvia a "cooperação completa" de todas as forças armadas comunistas "quando o uso estratégico fosse exigido" pelo comando norte-americano. Se esse plano pretendia deixar de lado o generalíssimo, ou se o coronel Bird chegou a considerar esse aspecto do problema, não é mencionado em seu relatório bastante confiante, que alega, porém, que "o comando local já obteve em princípio o mais completo apoio dos comunistas..."

O coronel Barrett apresentou duas propostas autorizadas pelo chefe do estado-maior de Wedemeyer, o general Robert B. McClure. Este submeteu a primeira, limitada entre quatro mil a cinco mil soldados técnicos norte-americanos, ao general Chen Cheng, chefe do estado-maior do generalíssimo, e obteve o tipo de resposta ambígua que um chinês usa para disfarçar um 'não' e um norte-americano toma como sendo um 'talvez'. A segunda proposta, mais surpreendente, de 27 de dezembro, encerrava garantias verbais de McClure a Barrett de que tinha sido aprovada pelo embaixador Hurley. Projetava, depois de uma vitória na Europa, uma cabeça-de-ponte em Shantung e o desembarque de toda uma divisão de pára-quedistas norte-americanos, de cerca de 28 mil homens, para os quais se desejava saber se os comunistas poderiam proporcionar abastecimentos que não fossem armas e munições, até que a rotina do Exército dos Estados Unidos pudesse encarregar-se disso. Os comunistas disseram que sim, embora Barrett não pudesse deixar de indagar se, por trás da reserva chinesa, eles não estariam um pouco tontos com a responsabilidade e as suas implicações.

Frente a tais perspectivas, sem saber ao certo até que ponto tinham sido autorizadas pela cúpula, os comunistas sentiam, compreensivelmente, uma neces-

sidade de esclarecimentos através de um contato direto com Washington, deixando Hurley de lado. Mais do que esclarecimentos, queriam reconhecimento. A oferta de fazer a longa viagem — que teria sido a primeira de Mao fora da China — mostrava a sua seriedade. Hoje, depois de 25 anos de violentas denúncias de Mao contra os Estados Unidos, considerando-os o inimigo natural — e condenado — do campo socialista (rivalizadas pelo velho Dulles, Nixon da primeira fase e outros do nosso lado), a pergunta óbvia é: seriam os comunistas chineses ideologicamente ainda bastante flexíveis, em 1945, para desejarem realmente uma aproximação com os Estados Unidos?

Antes de qualquer outra coisa, os comunistas chineses eram pragmáticos. A pureza ideológica lhes havia sido quase fatal na década de 1920, e eles aprenderam a adaptar a ação política à realidade presente, estando prontos a negociar, para sobreviver ou conseguir vantagens, com qualquer adversário ideológico que a situação exigisse. Se podiam tratar com Chiang Kai-shek, como tinham feito em 1936 e estavam dispostos a fazer de novo, por que não com os Estados Unidos? Pode-se reconstituir o que esperavam conseguir a partir das longas conversas que Mao e Chu tiveram com John S. Service, conselheiro político da Missão Dixie, que as relatou em detalhe.

Em primeiro lugar queriam convencer o presidente Roosevelt de que eles, e não o Kuomintang, representavam o futuro da China. Sabiam que o tempo trabalhava a seu favor, que o mandato dos céus se estava modificando, lenta e irresistivelmente. Se pudessem deixar isso claro nos círculos de Washington, onde a política era decidida, então os Estados Unidos poderiam ser convencidos a diminuir seu apoio a Chiang e, com isso, apressar a transformação. Segundo, queriam acesso, como membros de um governo de coalizão, às armas norte-americanas e outras munições, como acontecia com Tito, sua contrapartida comunista na Europa. Tendo como base sua utilidade contra o inimigo, achavam que tinham os mesmos direitos. O armamento era a sua deficiência mais séria; tinham o controle do Norte da China, além das linhas japonesas, e atrás delas, graças a uma organização surpreendente, mas sem armas suficientes para correr o risco de uma batalha real. Esperavam, em Washington, persuadir o presidente da validade de sua pretensão. Achavam que os Estados Unidos estavam cegos à situação real de declínio do Kuomintang e à ascensão dos comunistas, e que, se pudessem chegar a Roosevelt, poderiam deixar isso claro.

A fama de Roosevelt como um homem simpático aos oprimidos tinha chegado aos mais remotos cantos do mundo. Em *Cristo parou em Éboli*, Carlo Levi nos conta como, ao entrar numa cabana de uma miserável aldeia da remotíssima Calábria, viu na parede um crucifixo, um retrato do filho ausente

e outro retrato, de Roosevelt. Embora se já duvidoso que, com exceção dos cartazes de propaganda dos quatro chefes aliados, o presidente norte-americano aparecesse em qualquer parede das casas de Yen-an, ele estava presente nas cogitações dos líderes. Quando da reeleição de Roosevelt em 1944, Mao enviou-lhe uma mensagem de congratulações e recebeu uma resposta na qual Roosevelt dizia esperar uma "vigorosa cooperação com todas as forças chinesas" contra o inimigo comum, o Japão. Se não era uma resposta definitiva, era uma abertura pelo menos.

Os observadores norte-americanos em Yen-an encontraram seus anfitriões muito curiosos sobre os Estados Unidos, ansiosos por aprender o que pudessem de meios e técnicas, especialmente militares, desenvolvidos pelos norte-americanos. Mao, segundo o major Cromley, "assimilava intelectualmente qualquer coisa sobre os Estados Unidos que qualquer pessoa lhe pudesse dizer". Ele e seus colegas estavam impressionados com o constante avanço dos norte-americanos na campanha, extremamente difícil, do Pacífico, e compreendiam que essa seria a principal força na derrota do Japão. No mundo real onde agora tinham de caminhar, os Estados Unidos, com seu dinheiro, seus recursos e sua atual presença na Ásia, eram o país com que tinham de tratar, naquele momento.

"Não podemos correr o risco de qualquer conflito com os Estados Unidos", disse Mao a Service. Não se preocupavam com a contaminação por uma ideologia rival, porque tinham confiança na vitória final de sua própria ideologia. Queriam o reconhecimento norte-americano pelo que tinham feito e eram capazes de fazer, e com isso o reconhecimento como um partido importante, e não como fora-da-lei. Queriam a condição de beligerantes, como participantes da próxima vitória aliada, para que não fossem ignorados na organização da China de pós-guerra, nem na Organização das Nações Unidas. E certamente sabiam que uma ligação americana os ajudaria a enfrentar o dia não muito agradável em que a bota pesada da União Soviética pisaria a Manchúria. Em suma, queriam descobrir na fonte se, supondo-se que Chiang continuasse a rejeitar a coalizão, havia "qualquer possibilidade", como Mao perguntou a Service, de um "apoio norte-americano ao Partido Comunista Chinês". Queriam saber onde estavam pisando.

O fator determinante era a sua certeza de que assumiriam a soberania da China. E nisso estava o problema que acabou por se tornar a rocha na qual naufragaram as relações dos comunistas com os Estados Unidos. Seu ponto de vista foi exposto com clareza por Mao já em agosto de 1944: "O fornecimento de armas norte-americanas apenas ao Kuomintang será, na prática, uma interferência, porque permitirá a Chiang opor-se à vontade do povo da China". Embora isso possa ter sido um juízo subjetivo da vontade do povo, era mais realista do que as outras posições, e como tal reconhecidas pelos observadores norte-americanos que tinham o dever de avaliar as evidências. Como "o único grupo na China que tem um programa com uma atração positiva para o

povo”, como disse John P. Davies, segundo-secretário da embaixada norte-americana, adido como conselheiro político ao comando local, os comunistas eram o primeiro grupo na moderna história chinesa a ter “apoio popular positivo e generalizado.[...] O destino da China está com eles, e não com Chiang.” Pareceu-lhe que os Estados Unidos, ao decidirem sua política, deviam ter isso em mente.

As recomendações dos funcionários de carreira, tanto na China como no Departamento de Estado, na época, era de que o apoio irrestrito a Chiang Kai-shek não constituía a melhor maneira de conseguir a unidade no país: criava nele um falso sentimento de força, que o tornava intransigente e, portanto, mais capaz de precipitar a guerra civil do que evitá-la. Os especialistas na China achavam que os Estados Unidos deviam preservar a liberdade de estabelecer contatos com os comunistas, que certamente conservariam o Norte da China e muito provavelmente ficariam com a Mandchúria depois da guerra, porque só através do contato e da ajuda econômica poderíamos evitar que estes caíssem nos braços dos soviéticos. Os pedidos dos representantes norte-americanos na China de mais “flexibilidade de abordagem” tornaram-se quase que apaixonados. O apoio a Chiang não devia tornar-se, como disse um deles, “um fim em si mesmo”. As Divisões da China e do Extremo Oriente, no Departamento de Estado, tentaram levar essas vozes até o alto, até o nível das tomadas de decisões, chegando mesmo a sugerir que, se Chiang não mudasse de atitude, um reexame da política dos EUA não só se justificaria, como seria “muito provavelmente imperativo”.

A dificuldade estava numa situação muito comum na direção da política externa norte-americana: a voz dos especialistas no local não chegava até, ou não influenciava, o ouvido dos responsáveis por essa política, no caso, o presidente. Devido a um antigo preconceito contra os diplomatas de carreira, justificável em quase toda parte, exceto na China, Roosevelt sempre achou que seria melhor informado por um enviado pessoal, no caso, o embaixador Hurley.

A personalidade de Hurley é uma grande singularidade nesta história. Gostamos de pensar que os fatores históricos têm mais raízes na lei natural, são menos obras do acaso, do que no caráter de um personagem menor, que não foi heróico nem demoníaco. A história, porém, não obedece a leis, nem é ordenada, e com frequência reagirá à brisa de maneira tão descuidada quanto uma folha num lago.

Acontece que Hurley era um homem cuja vaidade, ambição e ego muito vulnerável envolveram-se nessa missão ao ponto da loucura. Nascido na cabana de um mineiro em Oklahoma, ele ascendera, através de uma adolescência de muito trabalho, até o exercício da profissão de advogado e a uma lucrativa

representação dos interesses petrolíferos dos índios choctaw. Um dos seus clientes mais recentes era a Sinclair Oil. Ganhara uma fortuna de 15 milhões de dólares, serviu no exterior na Primeira Guerra Mundial, tornou-se secretário de Guerra de Hoover e revestiu a áspera efervescência de uma origem pioneira com o envernizado republicanismo de Andrew Mellon. Alto, bonito, impressionante, vestia-se com o esmero de um Beau Brummell, e, quando recebeu instruções para usar roupas civis como embaixador, só pôde ser convencido a tirar o uniforme de general e as medalhas por intervenção direta do presidente. A vaidade era a segurança de Hurley.

Sua missão inicial na China, como enviado especial para facilitar a nomeação do general Stilwell como comandante-em-chefe das forças armadas naquele país, terminou numa inversão notável. Em lugar de Hurley convencer Chiang, foi Chiang quem convenceu Hurley a apoiar sua exigência de substituição de Stilwell. Hurley sentiu, portanto, uma dupla necessidade de tornar a coalizão um êxito. Destruíu suas possibilidades como mediador, porém, aliando-se ao generalíssimo para manter sua embaixada. Hurley era exatamente aquilo que Chiang sempre desejara como enviado: um homem com acesso direto ao presidente e sem nenhuma experiência da China, que era fácil de ser manipulado devido à sua vaidade. Quando o embaixador Gaus renunciou, na época da partida de Stilwell, Chiang ficou muito satisfeito em pedir que Hurley fosse seu sucessor. Numa mensagem pessoal a Roosevelt — enviada por intermédio de T. V. Soong a Hopkins, evitando o Departamento de Estado —, solicitou uma missão “mais permanente” para Hurley, que “tem toda a minha confiança” no trato com os comunistas e seria capaz, dessa forma, de fazer uma contribuição ao esforço de guerra, resolvendo o problema da coalizão. Roosevelt foi iludido: ele acreditava na eficácia da harmonia. Se nada mais tinha dado certo na China, talvez uma pessoa do gosto de Chiang Kai-shek acertasse. Hurley teve sua nomeação, e a deveu a Chiang.

Em consequência disso convenceu-se imediatamente de que sua missão e a política dos Estados Unidos (“minha política”, como por vezes dizia) eram “impedir o colapso do governo nacional” e “manter Chiang Kai-shek como presidente da República e generalíssimo dos Exércitos”. Tais instruções não constam dos documentos, e, apesar das alegações posteriores de Hurley, dificilmente poderiam ter sido verbais, já que estava na China quando foi nomeado. Devemos acrescentar, porém, que, quando manifestou essa visão de sua tarefa, numa rara comunicação ao Departamento de Estado, ninguém o desautorizou. Isso aconteceu em parte porque o Departamento de Estado não tinha autoridade sobre ele, que em geral não o consultava, e em parte porque não podiam decidir, a não serem generalizações nobres, exatamente qual era a nossa política na China. E ninguém sabia com certeza o que estava na cabeça do presidente.

Antes de chegar à China, a estimativa que Hurley fazia da situação era influenciada pela premissa, aceita sem duvidar, porque lhe fora transmitida

pessoalmente por Molotov, de que a União Soviética não estava interessada nos comunistas chineses, pois não eram realmente comunistas. A partir disso Hurley os subestimou, disse que sua força e apoio popular estavam sendo muito exagerados e insistiu em que, tão logo se convencessem de que a União Soviética não os apoiaria, eles se entenderiam com o governo nacional e se satisfariam com a condição de minoria. A coalizão seria fácil. "Há pouca diferença, se é que há", disse num relatório, entre o "princípio confessado" do Kuomintang e os comunistas: ambos "estão lutando por princípios democráticos". Essa bem pode ser a menos sofisticada afirmação jamais feita por um embaixador norte-americano, e reflete a característica recusa norte-americana de reconhecer a existência de divergências fundamentais; daí a suposição norte-americana de não haver nada que não possa ser negociado.

Hurley não aceitava a orientação de seu pessoal. Como estava mergulhado até o pescoço nas velhas e emaranhadas circunstâncias que pretendia resolver, rejeitava e ressentia-se violentamente com a opinião de qualquer pessoa que conhecesse mais sobre a China do que ele. Quando a coalizão explodiu no seu rosto e os problemas chineses resistiram à sua habilidade, privando-o do sucesso diplomático com o qual contava, só encontrou explicações para isso na crença paranóica de que foi vítima de uma trama dos seus subordinados desleais. Não lhe passou pela cabeça que poderia haver uma razão chinesa.

Partindo da premissa de que sua missão era manter Chiang Kai-shek, Hurley bloqueou a tentativa de Mao e Chu de ir a Washington, principalmente porque a intenção era deixá-lo de lado. Embora a mensagem dos dois líderes tivesse sido dirigida a Wedemeyer, e exatamente por essa razão, ela chegou a Hurley porque seu destinatário estava ausente, na Birmânia, na época, e tinha com ele o acordo de se comunicarem todas as informações. Uma segunda mensagem de Yen-an, no dia seguinte, dirigida a Wedemeyer e na base de "apenas para os olhos", citava Chu En-lai como tendo dito especificamente que "o general Hurley não deve receber essa informação, pois não confio na sua discrição". Também isso chegou a ele, com o efeito que podemos imaginar. Ao mesmo tempo, Hurley ficou sabendo, por informações passadas por agentes nacionalistas em Yen-an, das propostas militares de Bird e Barrett aos comunistas. Uma campanha tocou na sua cabeça: ali estava a razão pela qual os comunistas tinham rejeitado a coalizão. Tinha recebido uma oferta direta e já estavam propondo secretamente ir a Washington, passando por cima dele!

A proposta de Barrett tinha, é claro, vindo do comando local, mas Hurley não tomou conhecimento disso, devido à sua necessidade de encontrar alguma razão conspiratorial para o fracasso da coalizão. Alegando, furioso, que Bird e Barrett não tinham autoridade para fazer aquilo, informou o presidente, em 14 de janeiro, de que a iniciativa deles só chegou ao seu conhecimento quando "os comunistas deram indicação dela, solicitando a Wedemeyer passagens secretas para Mao Tsé-tung e Chu En-lai irem a Washington conferenciar com o presidente".

Só nesse contexto (repetido num segundo telegrama de 7 de fevereiro) Roosevelt foi informado do pedido comunista, que parecia então apenas o sub-produto de uma ação não autorizada de oficiais norte-americanos, solapando os esforços de Hurley em favor da coalizão.* O plano de cooperação militar com Yenan, disse Hurley, constituiria o “reconhecimento do Partido Comunista como beligerante amado” e levaria à “destruição do governo nacional [...] ao caos e à guerra civil e a uma derrota da política norte-americana na China”. Nesse ínterim, assegurava a Roosevelt, tendo descoberto e frustrado a manobra comunista, conseguira que Chu En-lai voltasse a Chungking para reiniciar as negociações.

Qual foi a reação do presidente? O pedido comunista chegou a Roosevelt em termos de condenação pelo seu embaixador. Recebeu-o, além disso, quando estava mergulhado nos preparativos para a conferência de Yalta e absorvido pelos assustadores problemas da vitória iminente. (O segundo telegrama de Hurley, mais completo, chegou depois que Roosevelt já tinha partido de Washington para Yalta.) Os crimes de guerra, o tratamento da Alemanha no pós-guerra, a reivindicação soviética de 16 lugares nas Nações Unidas, a fronteira polonesa, a prisão de Badoglio, a agitação na Jugoslávia e Grécia, a queda do governo iraniano para não falarmos da necessidade, segundo o secretário Stettinius, de uma “conversa reservada com o sr. Churchill sobre as compras de carne da Inglaterra na Argentina”, tudo isso no 13º ano de uma presidência cheia de crises, não deixou Roosevelt inclinado a provocar uma nova crise com o incontrolável Chiang Kai-shek.

Desnortado pelas dificuldades na China, desiludido com o generalíssimo, mas temendo os problemas que surgiriam se os Estados Unidos deixassem de apoiá-lo, Roosevelt queria procurar uma solução na iminente conferência com a Rússia. Sua esperança era obter a concordância de Stalin para apoiar o governo nacionalista, deixando assim os comunistas chineses sem outra saída senão ser a unidade. Conseguiu obter essa anuência em Yalta e voltou para tomar uma decisão sobre a nossa política na China. Cansado, doente e no último mês de vida, sua decisão encerrou este episódio.

* As acusações de Hurley, transmitidas pela Casa Branca ao general Marshall e por este, numa indagação peremptória, a Wedemeyer, provocaram a famosa briga entre este e Hurley, seguida de um acordo forçado entre ambos para uma explicação a Marshall que isolou o comando de Wedemeyer, ao mesmo tempo que não questionasse Hurley. Isso foi conseguido numa enrolada obra-prima que protegia a todos, exceto o coronel Barrett, que se esqueceu da precaução elementar do soldado, de obter suas ordens por escrito. Por insistência de Hurley, a que Wedemeyer não se opôs, a indicação de Barrett para promoção a general, já feita, foi retirada. Sua carreira foi a primeira a ser prejudicada, dentre várias, devido à necessidade de se encontrar bodes expiatórios na China.

Tendo a coalizão chegado a outro impasse, Hurley e Wedemeyer viajaram para Washington em março de 1945, para consultas. Vendo em sua presença na capital uma oportunidade para resolver a questão da política norte-americana, todos os conselheiros políticos da embaixada em Chungking, liderados pelo encarregado de negócios, George Atcheson, tomaram uma decisão sem precedentes. Com a concordância e "enfática aprovação" do chefe do estado-maior de Wedemeyer, dirigiram um longo telegrama ao Departamento de Estado, condenando a política do embaixador. Observavam que os comunistas representavam na China uma força em ascensão, que era "perigoso aos interesses norte-americanos a longo prazo" não tratar com eles, que, com a aproximação de um desembarque na China, havia pouco tempo para decidir se cooperavam ou não com eles. Recomendavam, portanto, "que o presidente informasse o generalíssimo, em termos claros, de que a necessidade militar exige que abasteçamos e cooperemos com os comunistas", e que essa decisão "não fosse retardada, nem dependesse da coalizão".

Depois de precipitar a reação explosiva de Hurley, que só viu nele um "ato de deslealdade", o telegrama foi levado ao presidente, com a recomendação do Departamento de Estado de que representava uma oportunidade para o reexame de toda a situação e, "em particular", a possibilidade de "fornecer material de guerra aos comunistas chineses, bem como a Chiang Kai-shek". O presidente o discutiu em duas conversas com Hurley, a 8 e 24 de março, não havendo, em ambas as ocasiões, registro da presença de nenhum representante do Departamento. Hurley, evidentemente, argumentou de maneira convincente que a concordância russa obtida em Yalta enfraquecia os comunistas o suficiente para que ele pudesse prometer a unidade na China "em fins de abril", como já tinha dito ao Departamento de Estado. Roosevelt, apegando-se ao objetivo inicial, e sempre otimista, decidiu em favor da política de Hurley, de tratar exclusivamente com o generalíssimo e não estabelecer ligação com os comunistas sem o seu consentimento. Na prática, isso rejeitava a recomendação do pessoal da embaixada e deixava a direção da política norte-americana ao aprendiz de embaixador. Tendo sido confirmado dessa forma, Hurley pôde insistir na exigência de que Atcheson e seus colegas envolvidos no telegrama, cinco dos quais, num grupo de seis, falavam chinês, fossem retirados da China. Isso foi feito quando de seu retorno.*

* O moral na embaixada estava muito baixo devido aos ataques de ódio e às vinganças de Hurley, razão pela qual os funcionários em Chungking, cujas carreiras eram vulneráveis a uma ação desfavorável por parte do chefe da missão, estavam ansiosos para serem transferidos ou, no caso de dois em licença nos Estados Unidos, para não voltar. Atcheson, como subordinado de Hurley, embora tendo uma posição inatingível, não podia continuar, ante a violenta objeção política. Hurley conseguiu, pessoalmente, o afastamento de Service, de quem suscitava nos, corretamente, o principal autor do telegrama, podendo o ditamenho ao secretário de Guerra,

Ao fazer sua escolha, o presidente sem dúvida acreditou, ou foi convencido por Hurley, que assim forçaria os comunistas a aceitarem as condições de Chiang para a coalizão. Mas só era possível acreditar nisso rejeitando a avaliação, feita pela embaixada, da seriedade e dinamismo do desafio comunista. Foi a última decisão importante da vida de Roosevelt. Poucos dias depois ele partia para Warm Springs, onde morreu.

Em março, quando o presidente tomou essa decisão, Mao e Chu, em conversa com Service, ainda enfatizavam e ampliavam seu desejo de cooperação e amizade com os Estados Unidos. A decepção sofrida pela falta de resposta à sua oferta de ir a Washington nunca foi mencionada — sem dúvida porque desejavam manter o assunto em segredo —, e na verdade nenhum dos conselheiros políticos adidos à Missão Dixie tinham conhecimento dela. Apoiado por Chu-Te, Liu Shao-shi e outros líderes do partido, Mao e Chu voltaram repetidamente ao tema de que a China e os Estados Unidos complementavam-se economicamente, pela necessidade que tinha a China de desenvolvimento econômico no pós-guerra e pela capacidade dos Estados Unidos de ajudarem e participarem dele. Tentando avaliar até que ponto essa convicção era autêntica, Service concluiu que Mao era sem dúvida sincero ao manifestar esperanças de evitar uma dependência exclusiva da União Soviética.

O afastamento, pouco depois, de Service e dos outros envolvidos no telegrama Acheson evidenciou, para os comunistas, a escolha norte-americana. Numa reação, os primeiros sinais de hostilidade aberta surgiram na forma de artigos de Mao na imprensa comunista. Limitados até então a ataques à “política de Hurley”, eles pareciam guardar ainda a esperança de uma modificação pelo sucessor de Roosevelt. Em seu discurso ao 7º Congresso do Partido, em junho, Mao parecia estar fazendo, ao mesmo tempo, uma advertência e um apelo. Se a escolha pró-Chiang por “um grupo do governo dos Estados Unidos” predominasse, disse ele, arrastaria o governo norte-americano “para a funda e fedorenta latrina do reacionarismo chinês” e “colocaria um peso esmagador sobre o governo e o povo dos Estados Unidos, mergulhando-os em intermináveis males e problemas”.

Depois da história sobre o Japão, as forças norte-americanas permitiram aos nacionalistas, que não tinham meios nem planos para a ocasião, receber a rendição japonesa no continente e retomar as cidades ocupadas. Os Estados

Henry L. Stimson (Service estava adido ao comando militar). No caso de Raymond Ludden (conselheiro político que servira com a Missão Dixie, e que depois de uma viagem de quatro meses pelo território comunista tinha relatado a possibilidade de que eles chegassem ao poder), Hurley obteve de Wedemeyer uma declaração de que “já não precisava dos serviços de Ludden”. Fulton Freeman, terceiro-secretário da embaixada, o especialista em língua japonesa yuni, e Arthur Ringwelt, ex-cônsul em Kweilin, recentemente transferido para Chung-king, que por mais tempo sofreram as vinganças de Hurley, foram transferidos. Com exceção de Acheson, que morreu pouco depois, as carreiras de todos esses homens sofreram maior ou menor prejuízo em consequência desse episódio. (Informações prestadas à autora por John S. Service.)

Unidos enviaram suas forças marítimas para importantes cidades e portos do Norte (Tientsin, Tsingtao, Pequim, Chingwangtao) para que esses centros e as ferrovias das áreas não ficassem com os comunistas, até que os soldados de Chiang, transportados por navios e aviões norte-americanos, pudessem chegar. Isso constituiu uma clara intervenção, aos olhos dos comunistas, já que sem ela suas forças teriam preocupado o Norte. Embora justificada pelos norte-americanos como sendo motivada pela necessidade premente de desarmar os japoneses, a ação era uma consequência lógica da decisão de apoiar Chiang, e foi recebida como tal pelos comunistas. A política foi confirmada, na visão deles, pela discriminação da Administração das Nações Unidas de Socorro e Reabilitação (UNRRA) e pela tolerância dos norte-americanos à prestação de serviço por soldados japoneses aos nacionalistas, razão pela qual passaram ao antagonismo — atitude que se tornaria definitiva no curso dos quatro anos seguintes.

Durante o ano de 1945, os esforços de coalizão, promovidos por Hurley, continuaram, em grande parte porque nenhum dos dois lados queria ser responsabilizado pela escolha do caminho da guerra civil, mas não havia nenhuma intenção efetiva. Não conseguindo aproximar nenhum dos lados da unidade que tinha prometido com tanta frequência e confiança, Hurley tornou-se cada vez mais inseguro e perturbado e, subitamente, renunciou em novembro de 1945, com uma famosa explosão, a primeira salva do macarthismo. Sua missão tinha sido solapada, disse ele, por uma seção do Departamento de Estado, que estava “tentando apoiar o comunismo em geral e, especificamente, na China”. Não pôde admitir, e talvez nunca compreender, que sua estimativa da situação tinha sido imperfeita e que os problemas chineses da atualidade escapavam à sua competência.

Depois de Hurley, a responsabilidade cabe ao presidente. A visão retrospectiva que hoje temos faz com que a sua rejeição às recomendações da embaixada pareça uma atitude míope, mas todo ato histórico deve ser examinado à luz das circunstâncias que o cercaram. Sem dúvida o fator primordial que o influenciou foi a concordância russa, obtida em Yalta. Tanto Roosevelt como Hurley acreditavam que a União Soviética tinha a chave e que seu compromisso secreto de um tratado de aliança com Chiang Kai-shek (posteriormente celebrado em agosto) eliminaria, com seus efeitos sobre os dois lados na China, o perigo de guerra civil.

Essa convicção só foi possível subestimando os comunistas como um fenómeno *chinês*, com raízes que se estendiam a cem anos de carências insatisfeitas e uma força vinda da necessidade nativa de revolução. Já em 1930, o embaixador Nelson Johnson, homem que não era dotado de talentos excep-

cionais, mas capaz de ver o óbvio, informava que o comunismo não era a causa do caos na China, mas sim o efeito de “certas condições fundamentais”. Uma voz tão pequena, porém, foi abafada com o passar do tempo pela opinião convencional segundo a qual, primeiro, os chineses jamais aceitariam o comunismo porque isso era incompatível com a estrutura da sociedade chinesa; e segundo, de acordo com a frase de Molotov que tanto impressionou Roosevelt, os comunistas chineses não eram realmente comunistas. Com essas premissas, era fácil convencer-se de que os comunistas não seriam os próximos governantes da China e que eram um partido de “desajustados” rebeldes que poderia vir a ser reabsorvido. Quando Hurley e Wedemeyer, durante essa visita, juntamente com o comodoro M. W. Miles, chefe de Informações Navais na China, conferenciaram com os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, “foram todos de opinião”, como relatou o almirante Leahy, “que a rebelião na China podia ser dominada por uma assistência relativamente pequena ao governo central de Chiang”.

Um segundo fator foi que nenhum defensor de outra interpretação, ninguém dentro do governo que pudesse opor-se efetivamente à versão de Hurley, tinha acesso regular a Roosevelt. Isso criava uma terrível lacuna. O presidente, sempre de acordo com Leahy, que vivia na Casa Branca, “tinha muita confiança na capacidade de Hurley desempenhar com exatidão as missões que lhe eram atribuídas no setor externo”. Além disso, se Leahy pode ser usado como fonte, a Casa Branca aceitou a tese de que Hurley foi solapado em seus esforços por um grupo de diplomatas de carreira enciumados, que fizeram “um conluio contra o novo embaixador, nomeado fora dos quadros regulares da diplomacia”.

Eis um raio de luz sobre o aspecto mais intrigante de nossa política chinesa: por que as informações e opiniões dos observadores experientes, mantidos no local com a finalidade expressa de informar o governo, foram tão constantemente e regularmente ignoradas?

A resposta está na profunda desconfiança norte-americana, que ainda predominava, pela diplomacia e pelos diplomatas, o sentimento que considerava as sedas impróprias para os norte-americanos. A diplomacia significa todos os costumes malignos do Velho Mundo, esferas de influência, equilíbrio de forças, tratados secretos, tríplices alianças e, durante o período entre as duas guerras, o apaziguamento do fascismo. Roosevelt refletiu esse sentimento em sua atitude para com a carreira do serviço diplomático, que considerava um grupo de esnobes recrutados entre as famílias ricas e tradicionais — como muitos realmente eram —, não representativos dos Estados Unidos e, provavelmente, funcionando como instrumentos dos ingleses.

Havia bastante verdade nessa imagem para fazer com que persistisse, apesar da aprovação da Lei Rogers de 1924, formalizando o serviço diplomático como uma carreira baseada em concurso de entrada e promoção por mérito. A própria lei resultou das críticas generalizadas às igrejinhas do Departamento de Estado, o que provocou uma investigação pelo Congresso.

Ironicamente, a reputação de esnobes não era, no todo, válida para a China que, não sendo considerada um posto muito desejável pelos apadrinhados, que preferiam o Quai d'Orsay e a Corte de St. James's, tinha sido preenchida por acadêmicos, filhos de missionários e homens trabalhadores, promovidos dos serviços consulares, como Johnson e Gauss, os dois embaixadores que antecederam Hurley. Por uma dupla ironia, exatamente esses homens não se dariam bem com a Casa Branca.

Hurley começou sua missão com preconceito igual contra o serviço diplomático. Quando o responsabilizou pelos seus problemas, acusou-o alternadamente de conspirar em apoio ao comunismo e de atrair os Estados Unidos para um bloco de poder "do lado do imperialismo colonial". Não foi o único a estabelecer essa estranha associação. Robert Sherwood, ao conferenciar com o estado-maior do general MacArthur em Manila, encontrou um complexo de perseguição que parecia conceber que o Departamento de Guerra, os chefões do estado-maior e até mesmo a Casa Branca estavam sob o domínio dos "comunistas e imperialistas britânicos".

Finalmente, o peso da opinião interna sobre Roosevelt deve ser levado em consideração. Se a influência de Chiang Kai-shek sobre a opinião pública norte-americana, como o arquétipo do anticomunista, era tal que sua causa deformou a política dos Estados Unidos durante uma década depois da guerra, e se nos foram necessários 27 anos para desatar o nó cego, e mesmo assim não totalmente, não teria sido fácil para Roosevelt desfazê-lo em 1945. O medo do comunismo estava à flor da pele, a tal ponto que no seu discurso final da campanha de 1944 o governador Dewey, candidato republicano, disse que os comunistas, como uma minoria pequena e disciplinada, agindo através de Sidney Hillman, tinham tomado o controle do movimento trabalhista norte-americano e "agora[...] estão tomando o controle do New Deal, através do qual pretendem controlar o governo dos Estados Unidos". Roosevelt, disse esse disciplinado e respeitável advogado, tinha leiloado o controle do Partido Democrata pela melhor oferta, isto é, Hillman e Earl Browder, a fim de perpetuar-se no cargo. Através dele, o comunismo destruiria as liberdades, a religião e a propriedade privada.

Se um homem como Dewey podia recorrer à tática da mentira deslavada e a uma acusação de uma irresponsabilidade sem par numa campanha política, Roosevelt era bastante experiente para saber que qualquer coisa poderia reviver tais acusações. O autocrata do império *Time-Life*, Henry R. Luce, era feroz nesse assunto, em especial com referência à China: suas publicações eram as trombetas da causa de Chiang. Convocados à luta pelos partidários de Chiang — alguns sinceros e apaixonados, como o ex-missionário médico, deputado Walter Judd —, os muitos inimigos do governo poderiam criar problemas sérios. Roosevelt concentrava-se então na próxima conferência em São Francisco para organizar as Nações Unidas e em suas esperanças de uma

aliança das quatro potências, depois da guerra, para manter a paz mundial. Era uma época em que os atritos deviam ser evitados a qualquer preço. Como a China era, de qualquer modo, secundária em relação à Europa — uma desvantagem que ela sofreu durante toda a guerra — não valeria a pena correr o risco que o telegrama Atcheson lhe pedia que corresse.

Assim, passou a oportunidade solicitada por Mao e Chu; os fatores que operam contra ela sugerem que nunca houve um 'se'. Não obstante, perdura um estranho e contraditório fragmento de evidência. Edgar Snow, o tipo de observador independente de quem Roosevelt gostava de receber informações, relatou uma conversa com o presidente, em março de 1945, na época da visita de Hurley e Wedemeyer a Washington. Roosevelt estava "desconcertado e ao mesmo tempo muito fascinado", disse Snow, pela complexidade do que estava acontecendo na China e queixou-se de que ninguém a explicava satisfatoriamente, inclusive Snow. "Ele compreendia que a nossa ajuda de guerra era na realidade uma forma de intervenção na China", ele "reconhecia a força crescente dos comunistas chineses como o governo efetivo da área da guerrilha"; ele perguntou "se eram comunistas de verdade e se os russos os estavam controlando", e indagou ainda "o que, concretamente, o Exército do Oitavo Caminho podia fazer com a nossa ajuda no Norte da China. Disse em seguida que íamos desembarcar suprimentos e oficiais de ligação no litoral do Norte do país, ao nos aproximarmos do Japão." Snow perguntou se, enquanto reconheçêssemos Chiang Kai-shek como o único governo, todos os suprimentos teriam de passar por ele. "Não podemos apoiar dois governos na China, não é?", indagou Snow.

"Bem, eu tenho trabalhado com dois governos, ali." O presidente levantou a cabeça, decididamente. "Pretendo continuar trabalhando até que possa juntá-los."

Isso é um enigma. Parece irreconciliável com a decisão de prestigiar Hurley, a menos que Roosevelt estivesse tão convencido de que ele realmente conseguiria a coalizão "em fins de abril" que sua intenção fosse enviar armas e assistência aos comunistas, depois que se tornassem parte do governo nacional.

Tendo em vista o elemento mais estranho desse caso, somos levados a perguntar se poderia ter havido um resultado diferente se o embaixador fosse um homem diferente. Um homem diferente também poderia não ter conseguido a coalizão, porque ninguém no mundo poderia ter imaginado condições aceitáveis para ambas as partes. Um homem diferente poderia ter facilitado, e não impedido, a visita de Mao e Chu a Washington, mas se ele fosse um homem diferente, em quem os dois líderes pudessem confiar, estes não teriam pedido para ir. Resta apenas a possibilidade remota de que um embaixador que prestasse atenção aos seus conselheiros, e ao mesmo tempo fosse ouvido pelo presidente, pudesse ter feito com que este adotasse uma opção mais ampla do que o cheque em branco ao generalíssimo.

Sem isso, parece que, pelos fatos, nossa política estava determinada não pelas estrelas, mas sim por nós mesmos e nossas inclinações; que o presidente, a população e a direção da política externa combinaram para chegar a um fim, negativo de nosso ponto de vista.

Essa resposta nebulosa encerrará algum princípio? Talvez apenas o de que toda modificação revolucionária cobra um preço em perdas, bem como em ganhos, e que a história continuará a nos apresentar problemas para os quais não existe uma solução boa e realizável. Insistir em que existe e nos empenharmos nela é correr o risco do destino reservado à arrogância. Conseguimos na China exatamente o oposto daquilo que era o nosso objetivo. A guerra civil, a única coisa que tentamos evitar em termos absolutos, acabou ocorrendo. Embora tivéssemos derrotado o Japão, a meta que teria dado sentido à vitória, uma China forte e unida, do nosso lado depois da guerra, não foi alcançada. Todo o nosso esforço baseou-se na validade do governo nacionalista, e foi perdido.

Nosso objetivo na China não devia ter sido o de mediar, nem solucionar o problema interno do país, o que estava totalmente fora do nosso âmbito, mas sim preservar relações viáveis e, na medida do possível, amigáveis com o governo chinês, qualquer que fosse ele. Não estávamos obrigados a tomar decisões entre duas opções; poderíamos ter adotado a atitude britânica, descrita por *sir* John Keswick como de uma “resignação levemente perplexa”. Ou, como o estudo da Brookings Institution, concluído em 1956, disse: os Estados Unidos “poderiam ter considerado sua política chinesa inexistente e encerrado todos os esforços para determinar o resultado dos acontecimentos”.

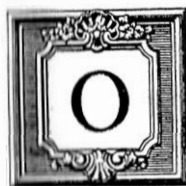
Não obstante, repetimos o erro. Um arquiteto de nosso envolvimento no Vietnã, o sr. Walt Rostow, insiste em que uma premissa fundamental da política norte-americana é o estabelecimento de um equilíbrio estável de forças na Ásia. Não é algo que o Ocidente possa realizar. A estabilidade na Ásia não é hoje realizável por nós, como não foi a unidade na China em 1945.

O problema básico à toda política: como usar o bom senso no governo, é fundamental à direção da política externa. Se o bom senso no governo nos elide, talvez a coragem pudesse substituí-lo — a coragem moral de acabar com os erros.*

* A autora deseja registrar, com agradecimentos, a assistência dos srs. Ray Cromley e John H. Service, e do sr. William Cuntliffe, da Military Records Division, Arquivo Nacional, que localizaram e obtiveram a liberação dos documentos relevantes.

O dilema
assimilacionista:
a História
do embaixador Morgenthau*

* Conferência, American Historical Association, dezembro de 1976. *Commentary*, maio de 1977.



CASO que tomou Henry Morgenthau, Sr., um exemplo do moderno dilema judaico é uma das ironias clássicas da história: pela sua pronta assistência à colônia judaica da Palestina em agosto de 1914, quando era embaixador norte-americano na Turquia, salvou-a da morte pela fome e provável extinção, preservando-a dessa forma para o futuro estado, que na sua opinião foi uma “falácia estupenda” e “o mais negro dos erros”. Medida em termos materiais, a ajuda foi pequena e o caso permanece desconhecido, a não ser por alguns investigadores. Teve, porém, decisiva e imensa importância histórica.

As circunstâncias foram as seguintes: a colônia judaica na Palestina, que somava cerca de 100 mil pessoas, consistia, de um lado, de crentes religiosos e empobrecidos que, no decorrer dos séculos, haviam acorrido para morrer em Jerusalém, junto com algumas famílias que nunca tinham deixado a Palestina e, do outro lado, de uma onda mais recente de sionistas conscientes, que tinham imigrado desde a década de 1880 e tentavam estabelecer-se em terras que lhes eram vendidas como nada valendo pelos latifundiários turcos e árabes. Quase todos dependiam de dinheiro do exterior ou, no caso dos novos colonos, da exportação de produtos agrícolas para o Ocidente e de certo subsídio da Diáspora. Ficariam cortados desses contatos se a Turquia se aliasse às potências centrais, o que, como Morgenthau previu e ao contrário das expectativas aliadas, iria ocorrer. Devido ao seu estreito contato, àquela época ainda cordial, com os líderes turcos — tão encantados com esse embaixador não-ortodoxo que lhe ofereceram um lugar no ministério turco —, sabia que a esperança de uma neutralidade turca era uma ilusão.

Em 27 de agosto ele telegrafou ao Comitê Judaico Norte-Americano em Nova York, o mais antigo grupo desse gênero organizado nos Estados Unidos para a defesa dos interesses judaicos e dos “direitos civis e religiosos dos judeus, em qualquer parte do mundo”. O comitê era o órgão do que se poderia chamar de *establishment* judaico da época, ou seja, principalmente os judeus alemães. Dedicados à assimilação em seu país de residência, eram *ipso facto*

opponentes do movimento sionista em favor de um estado judaico, embora não da Palestina como centro de instalação para os judeus perseguidos na Europa Oriental.

O telegrama de Morgenthau dizia que era necessária “imediate assistência” aos judeus da Palestina, e sugeria a soma de 50 mil dólares. Jacob Schiff, do comitê, e Louis Marshall, seu presidente, convocaram uma reunião e levantaram a soma sugerida em dois dias. Metade foi dada pelo comitê, 12.500 dólares foram doados por Schiff pessoalmente e outros 12.500 dólares pela Federação Norte-Americana de Sionistas. Os fundos foram então telegrafados para Constantinopla, transformados em ouro e levados numa maleta para Jerusalém pelo genro de Morgenthau, Maurice Wertheim, meu pai, que então lhe fazia uma visita.

Quando se tratou da distribuição, o ouro provocou uma onda de brigas internas entre as várias organizações locais, até que meu pai, então com 28 anos, apanhou a maleta, fechou-se numa sala contígua e lhes disse que não sairia enquanto não chegassem a um acordo. Ante esse ultimato, chegaram.

A significação da ajuda foi compreendida na época por um homem dedicado à pátria na Palestina, Judah Magnes, primeiro chanceler e primeiro reitor da Universidade Hebraica, o único líder sionista norte-americano importante a transferir residência para a terra de suas convicções. Falando numa reunião da Comissão Conjunta de Distribuição, em casa de Felix Warburg, em março de 1916, sobre a intervenção crucial de Morgenthau, ele disse que “nenhuma palavra será forte demais, nenhuma expressão exagerada” para descrever a tarefa histórica assim realizada.

Essa ajuda inicial estava longe, é claro, de resolver o problema que, tão logo os turcos entraram na guerra em novembro de 1914, tornou-se grave. Cerca da metade da população judaica na Palestina, inclusive muitos do grupo mais velho e a maioria dos novos colonos, era de nacionalidade russa e tinha preferido permanecer sem cidadania a ser tornar súditos otomanos. Estavam sujeitos agora a serem tratados pelos turcos como estrangeiros inimigos, sem recurso à proteção pela Rússia, de cujos pogroms tinham fugido. A expulsão, e mesmo o massacre tornaram-se ameaças iminentes, envolvendo o embaixador norte-americano em esforços incessantes para amenizar as duras e caprichosas medidas dos turcos, ao mesmo tempo que punha em movimento, com a ajuda de muitos outros, a assistência de seu governo e a dos aliados.

Sets mil judeus expulsos de Jafa foram levados pelo *Tennessee*, um navio de guerra norte-americano que estava na área, para o Egito, onde os ingleses permitiram sua entrada. Mais tarde o *Vulcan*, também da Marinha norte-americana, levou alimentos fornecidos pelas organizações assistenciais judaicas para a comunidade da Palestina, semimorta de fome. Um fluxo constante de alimentos recolhidos pelos judeus nos Estados Unidos — suficiente para uns poucos francos por mês para cada um dos cinquenta mil judeus que perderam

suas fontes de renda — tinha de ser entregue de alguma maneira, passando pela variável oposição turca, de um lado, e o bloqueio aliado da Síria e Palestina, do outro. A princípio, o ouro era enviado diretamente do Egito, a bordo de navios de guerra norte-americanos, mas, quando os Aliados fecharam essa entrada, Morgenthau recorreu à remessa de fundos pelo correio, de Constantinopla para o cônsul norte-americano em Jerusalém, que os distribuía aos necessitados. Com essas medidas, o núcleo do futuro Estado de Israel sobreviveu.

Outra contribuição para o futuro de Israel, que teve a mesma importância, embora de maneira diferente, foi o apoio que tornou possível o renascimento do hebraico como língua viva. Eliezer Ben Yehuda, o compilador — poderíamos dizer, o criador — do dicionário de hebraico moderno, foi levado para os Estados Unidos em 1914 sob auspícios sionistas para continuar seu trabalho em segurança, durante os anos de guerra. Mas os recursos para sustentá-lo e à sua família, enquanto ele trabalhava, bem como uma casa para morar e escola para suas filhas, foram arranjados por meu pai (que visitara Ben Yehuda em Jerusalém) e fornecidos em grande parte pelo pai *dele*, Jacob Wertheim, e uma comissão formada por Jacob Schiff, Felix Warburg, Julius Rosenwald e Herbert Lehman, os magnatas do chamado gueto dourado.

Por que eles se interessavam pelo renascimento do hebraico? Ou, antes, pela sobrevivência da colônia na Palestina? A resposta a isto — o laço inquebrantável com o grupo — é válida também para a excepcional sobrevivência dos judeus por mais de 19 séculos, sem estado ou território. É também parte do dilema assimilacionista.

A assimilação foi uma solução nascida do iluminismo, um sonho de adaptação dentro de uma sociedade gentia dominante, embora supostamente mantendo alguma coisa indefinível, chamada judaísmo. Se isso equivalia ou era mais do que a religião judaica, dependia da interpretação individual, mas, de qualquer modo, sua importância tendia a diminuir na associação com a assimilação. No grau e na natureza do conceito de assimilação havia um perturbador problema de fé torturada pela dúvida, e tão perturbador que não era discutido na frente de crianças. Creio que ele continuará sempre sem solução; que a assimilação nunca será totalmente conseguida, nem totalmente abandonada.

Os registros históricos sofrem uma certa deformação, pelo fato de que a voz dominante, como acontece em todo registro histórico, pertence aos vencedores, no caso, os sionistas. Os acontecimentos mostraram que estes tinham razão em relação ao renascimento de Israel e que os assimilacionistas estavam errados. Em consequência, os primeiros aparecem na história como os discípulos da verdade e os outros, como obstrucionistas, cegos e egóistas, objetos de desprezo e, por vezes, hostilidade. A maldade e a falsidade das recordações que Felix Frankfurter registrou sobre Morgenthau, publicadas depois que este estava morto e não podia responder, são um exemplo mesquinho.

Mas, enquanto os sionistas ofereciam o impulso, o ideal e a força propulsora, para não falarmos dos colonos, a verdade é que os líderes judaico-germanos na América do Norte, seja por sentimento de culpa ou como um seguro, ou por senso de responsabilidade, ou pela mistura dos três, deram o apoio sem o qual não teria havido população viva para se transformar em Estado. O trabalho de Louis Marshall, entre outros, foi essencial. Como principal porta-voz do *establishment*, cooperou com Chaim Weizmann para reativar a Agência Judaica, através da qual não-sionistas podiam ajudar a manter os colonos na Palestina. Nathan Strauss foi outro. Seu apoio à saúde pública e a outros projetos na Palestina, que se calcula tenham consumido dois terços de sua fortuna, é comemorado na cidade chamada Netanya, no litoral de Israel. Por fim, foi o filho de Morgenthau, Henry Jr., que, deixando o gabinete de Roosevelt, assumiu a presidência do Apelo Judaico Unido, em 1947-50, e levantou os fundos decisivos à sobrevivência de Israel nos cinco primeiros perigosos anos de Estado. Ele foi movido, não tenho dúvidas, pelo fracasso de seus incessantes esforços, quando secretário do Tesouro, para fazer com que Roosevelt tomasse medidas efetivas para salvar os judeus da solução final de Hitler.

Não será necessário dizer que o programa alemão de aniquilação foi a experiência que transformou os assimilacionistas em defensores do Estado judaico, os anti-sionistas em sionistas relutantes. E não foi Hitler sozinho quem provocou essa modificação, mas a reação das democracias ocidentais: a falta de protesto, as complicadas conferências internacionais que nada faziam, as evasivas, a convivência passiva na qual Hitler viu a sua deixa, a inexistência de qualquer operação de salvamento, a recusa norte-americana em abrandar a legislação sobre cotas de imigração quando os campos de morte eram a alternativa, a recusa em conceder abrigo até mesmo temporário, o bloqueio de navios de refugiados cheios dos que tinham sido salvos pelos esforços dos próprios judeus. Mais de novecentos a bordo do *St. Louis* foram mandados de volta para a Europa quando já avistavam as luzes de Miami, mais de setecentos a bordo do precário *Struma* foram mandados de volta à Palestina, para afundar, com todos a bordo, no mar Negro. Terá seu destino sido muito diferente de Auschwitz?

A acumulação desses fatos trouxe lentamente à luz o que tinha pairado por muito tempo nas sombras das antigas recordações: o anargo reconhecimento de que o mundo gentio — com todo o respeito devido a exceções notáveis e memoráveis — teria se sentido fundamentalmente aliviado com a solução final. Que o *establishment* judaico chegou a acreditar nisso em relação aos gentios, não se pode documentar, pois era dificilmente mencionado, demasiado doloroso para ser reconhecido, mas foi basicamente isso que abalou a fé dos assimilacionistas e produziu recursos em apoio a Israel.

Voltando ao dilema dos assimilacionistas, devemos ser cuidadosos, como sempre na prática da história, para não atribuir significados e motivos a fatos

vistos pelas lentes dos acontecimentos posteriores. Para uma pessoa da geração e formação de meu avô, o problema não era sentido originalmente como um dilema. Durante a primeira metade de sua vida, ele tinha perfeita consciência e estava absolutamente convicto do que queria e do que acreditava que pudesse obter nos Estados Unidos.

Sua Sião era aqui. O que ele queira era o mesmo que desejava a maioria dos imigrantes, numa época em que a liberdade brilhava no horizonte ocidental: norte-americanização. Isso não significava para ele o apagar de sua identidade; mas uma norte-americanização como judeu, com a mesma oportunidade de provar suas qualidades e o mesmo tratamento dado pela sociedade a todos.

Para que represente o problema, Morgenthau tem de ser fixado em termos de tempo, lugar e circunstâncias. Para o menino imigrante da década de 1860, a porta aberta norte-americana para a mobilidade ascendente e a crença que o século XIX tinha no progresso foram influências formativas iguais, ou talvez maiores, do que sua herança judaica. Esse é um aspecto que os não-judeus tendem a esquecer. Pensam no judeu como uma entidade imutável e não como produto do tempo e lugar, como qualquer outro ser humano.

Morgenthau nasceu em Mannheim, Alemanha, no mesmo ano que Louis D. Brandeis e Woodrow Wilson, 1856, e vinte anos depois de Andrew Carnegie, a maior história de sucesso de um menino imigrante. Criado, na primeira infância, em condições confortáveis, ele foi para os Estados Unidos com a família em 1865, aos nove anos, em consequência de reveses financeiros sofridos por seu pai, Lazarus Morgenthau, próspero fabricante de charutos. Lazarus tinha crescido em um ambiente judeu-alemão similar a uma cabana de troncos norte-americana. Filho de um chantre mal pago, com filhos demais, começou a vida como alfaiate itinerante, vendendo nas feiras as gravatas que ele mesmo fazia, e ampliando aos poucos a empresa, até transformá-la num negócio com empregados. Quando nasceu Henry, seu nono filho, tinha conseguido êxito na fabricação de charutos, com três fábricas e mil empregados. Tinha criados em casa e construiu o primeiro banheiro de Mannheim; pôde educar os filhos, satisfazer a paixão da família por teatro, ópera e concertos e praticar as filantropias tradicionais.

O efeito ruinoso das tarifas norte-americanas sobre os charutos, mais os argumentos de um irmão nos Estados Unidos, decidiram Lazarus Morgenthau a emigrar, aos cinquenta anos. Em Nova York, não conseguiu obter novo sucesso. Enquanto sua mulher tinha de aceitar pensionistas e os filhos tiveram de trabalhar fora, decidiu o que restava de sua notável energia e inventividade a levantar recursos para associações beneficentes judaicas, tendo inventado o espetáculo teatral beneficente. Convencendo os produtores e donos de teatro a doarem uma sessão, ele procurava pessoalmente as casas dos judeus destacados, vendendo bilhetes a altos preços. Tinha, porém, um temperamento inconstante que, nas condições difíceis da família, provocou a separação de sua mulher, idealista e trabalhadora.

Foram essas as origens e o ambiente dos quais surgiu Henry, o menino bem-sucedido graças ao seu esforço e com uma consciência judaica. Aprendendo inglês rapidamente, formou-se na escola secundária pública aos 14 anos, entrou no City College para tentar estudar direito, mas foi obrigado a deixá-lo antes do término do primeiro ano, para ajudar a manter a família, trabalhando como mensageiro com um salário de quatro dólares por semana. Depois de trabalhar num escritório de advocacia durante quatro anos, ao mesmo tempo em que lecionava numa escola noturna de adultos por 15 dólares semanais, conseguiu formar-se pela Columbia Law School e começou a advogar aos 21 anos. Organizou um escritório com dois amigos, em 1879, quando a média de idade dos associados era de 23 anos.

Muito marcado pela decadência financeira da família, e bastante ambicioso, estava disposto a fazer fortuna suficientemente sólida para suportar os caprichos econômicos, para sustentar a mãe e proporcionar aos filhos as vantagens que não desfrutara. Realizou sua meta praticando o direito imobiliário, concebendo a forma de condomínio nas transações imobiliárias e comprando, com visão e espírito de aventura, lotes próximos das futuras estações de metrô.

Enquanto ganhava dinheiro, sentia-se constantemente perturbado e inquieto, como evidencia o seu caderno de máximas morais, pelas exigências do idealismo político e de uma forte consciência social, que o levaram à participação ativa nos movimentos de reforma municipal para combater o sistema de casas de aluguel, a melhorar as condições de trabalho, depois de um grande incêndio no bairro onde ficavam as confecções, a associar-se com Lilian Wald no serviço social e, mais particularmente, a uma estreita ligação e amizade com um homem de idéias avançadas: o rabino Stephen S. Wise. É característico de Morgenthau ter sido atraído por uma figura radical, vinte anos mais jovem, e ter, quando Wise rejeitou as condições propostas pelos administradores do Templo Emanu-El, financiado a criação da libertária Sinagoga Livre, tendo sido seu primeiro presidente. O fato de Wise já ser atuante e franco secretário da Federação Norte-Americana de Sionistas evidentemente não constituiu nenhum dilema.

Sob esse aspecto, surpreende-me o fato de que os dois homens dos quais me lembro desde minha infância, como os representantes das questões judaicas para a minha família assimilacionista, eram, paradoxalmente, dois ardentes sionistas: Stephen Wise e Judah Magnes. Isso acontecia sem dúvida por serem eles homens de espírito e caráter destacados, mas me pergunto se não seria também porque seu principal assunto — a volta à Palestina — exercesse uma atração poderosa. O conceito de Magnes, de um Estado binacional árabe-judáico, impressionou muito meu pai. Eu pessoalmente não me recordo de nada muito significativo sobre Wise, exceto que ele era bastante assustador. Usava um enorme chapéu preto e, creio, uma capa da mesma cor, e quando o encontramos ao irmos para a escola no Central Park West, perto de sua sinagoga,

ele costumava tirar o chapéu com uma reverência e dizer, para uma criança de cerca de oito anos, com sua voz cheia: "Bom dia, srta. Wertheim", uma maneira pela qual ninguém pronunciava meu nome.

Magnes era diferente; havia nele uma qualidade que não posso descrever sem parecer sentimental: alguma coisa bela em seu rosto, alguma coisa que inspirava um desejo de seguir, até mesmo de adorar. Embora não tivesse com ele contato individual além de sentar-me à mesa de jantar e ouvir sua conversa, lembro-me de que ninguém me causava maior impressão. Falava sobre viagens pelas áreas selvagens da Palestina e de uma perigosa aventura no deserto — teria sido o Sinai? — onde ficou perdido e quase morreu. Beatrice Magnes, sua mulher, parecia-me igualmente admirável.

Num sentido oposto ao de meu avô, não havia dilema também para Magnes, embora ele e a sra. Magnes pertencessem ao *establishment*. É interessante que, dos líderes sionistas norte-americanos, tanto Magnes como Brandeis eram da segunda geração de norte-americanos, e Wise se aproximava disso, tendo chegado aos Estados Unidos, vindo de Budapeste, com 17 meses.

Voltando a Morgenthau: aos 56 anos, levado pelo aparecimento de Woodrow Wilson na cena política em 1912 e pela advertência médica de que um sopro no coração não lhe daria muito tempo de vida (um prognóstico que felizmente teve um erro de 35 anos), tomou a rara decisão de que já tinha ganhado bastante dinheiro e podia encerrar sua carreira financeira e entrar para o serviço público. A luta de Wilson contra as discriminações sociais nos clubes-restaurantes de Princeton era particularmente atraente para um judeu, que via nele a imagem do verdadeiro democrata dedicado à igualdade de oportunidade para todos os norte-americanos. Morgenthau doou cinco mil dólares por mês, durante quatro meses, para o lançamento da campanha presidencial de Wilson, assumiu a presidência da Comissão de Finanças dos democratas e, com uma doação pessoal adicional de dez mil dólares, tornou-se um dos maiores contribuintes individuais.

A recompensa não foi, como tinha esperado, um lugar no gabinete como secretário do Tesouro, mas uma embaixada menor — como era então considerada — na Turquia; e mais decepcionante ainda por ser um lugar reservado aos judeus. Dado o apaixonado desejo de Morgenthau de provar que o judeu podia e seria aceito nos Estados Unidos em igualdade de condições com qualquer outra pessoa, a oferta foi peculiarmente dolorosa. Foi decerto essa intensa confiança na igualdade de oportunidade para o judeu nos Estados Unidos, aliada ao medo de lhe ser atribuída uma outra fidelidade, que fizeram com que Morgenthau, e outros como ele, resistisse tanto ao movimento em prol de um estado judaico. Mais uma vez, temos de pensar em termos da época. A luta pela igualdade de posição estava então menos avançada do que hoje, e o anti-semitismo era mais acentuado. Judeus como meu avô, que tinham dedicado a vida à superação de tal condição, achavam que o sionismo político constituí-la mais uma causa para a discriminação.

Morgenthau, a princípio, rejeitou inicialmente a oferta de Wilson. Mudou de idéia sob a influência de Stephen Wise, que o persuadiu da importância de ter um judeu oficialmente em contato com a Palestina. Assumiu o posto em Constantinopla menos de um ano antes que a história desabasse sobre a capital turca, transformando-a num dos postos diplomáticos-chave do mundo. Morgenthau viu-se no papel de principal embaixador neutro, responsável pelas embaixadas aliadas, protetor e mediador de cristãos, judeus, armênios e de toda pessoa e instituição colhida no caos do império otomano. A tarefa exigiu todo o seu talento: presença de espírito, imaginação, humor e, acima de tudo, a capacidade de uma ação direta em que nenhum diplomata de carreira pensaria. Henry era elétrico, como minha avó acreditava: ela dizia que se sentia fraca quando o marido entrava na sala. A atividade espetacular de sua missão em Constantinopla não pertence a este ensaio, exceto na medida, creio, em que os elogios e o renome por ele conquistados apagaram a decepção inicial com a oferta de Wilson, reforçaram seu otimismo, ambição e crença na oportunidade norte-americana e, com isso, o seu anti-sionismo.

Nenhum dilema existiu em sua a juda aos judeus da Palestina. O impulso foi humanitário, redobrado pelo apego grupal. Faria a mesma coisa, senão mais, pelos armênios e, mais tarde, como comissário da Liga das Nações, pela reinstalação dos gregos. Seu senso do que significava ser um povo oprimido, em particular no caso dos armênios, nos quais via um paralelo com os judeus, certamente sublinham esses esforços. Ele continua sendo hoje um herói nacional para os armênios e tem uma rua com seu nome em Atenas, o que já é bastante, embora nenhuma em Jerusalém.*

O sionismo não se tornou um dilema agudo para seus adversários, senão por volta de 1917 quando, prevendo o fim do império turco, a agitação sionista em favor de uma pátria reconhecida cresceu. Para alguns membros do *establishment* judaico, a Declaração Balfour provocou quase que pânico. Àquela época, os sionistas estavam pressionando o presidente Wilson para que assumisse um compromisso público, e quando, em março de 1918, o rabino Wise liderou uma delegação à Casa Branca com esse objetivo, sem informar a Morgenthau, que era ainda presidente de sua sinagoga, ocorreu um triste rompimento. Morgenthau renunciou como presidente da Sinagoga Livre.

Em 1921 ele proclamou sua oposição ao sionismo num artigo extremamente combativo, que republicou na íntegra em sua autobiografia, dois anos depois. O sionismo, escreveu, é “uma proposta da Europa Oriental[...] que se tivesse êxito custaria aos judeus dos Estados Unidos a maior parte do que conquistaram em liberdade, igualdade e fraternidade”. Devido à sua oposição, viu riscos que os defensores do sionismo preferiam não ver: que a Declaração Bal-

* Desde a publicação deste artigo, o prefeito Teddy Kollek, o vivo gênio que preside os destinos de Jerusalém, tomou sem valor esta afirmação.

four era ambígua, que os habitantes árabes da Palestina se ressentiam do programa sionista e “pretendiam usar todos os meios à sua disposição para frustrá-lo”. Numa pesada polêmica de argumentos políticos, econômicos e religiosos, concluiu duramente que a meta sionista “jamais poderá e nem deve ser atingida”.

Aos oitenta anos, à sombra do holocausto, reconheceu que tinha interpretado erroneamente a história. Morreu aos 91 anos, um ano antes da criação do Estado de Israel.

O dilema para Henry Morgenthau foi realmente mais norte-americano do que judaico. Antes de Hitler e da desilusão final, ele não julgava necessária uma nacionalidade, porque acreditava que o futuro do judeu como pessoa livre estava nos Estados Unidos, o que podia ser ameaçado pela exigência de uma nacionalidade à parte. Em seu grande desejo de provar a assimilação, instalou sua casa de verão, quando tinha seus setenta anos, num baluarte do conservantismo branco, protestante e anglo-saxônico de Bar Harbor, Maine, convivendo com esnobes, para meu grande constrangimento quando o visitava. É possível que eles gostassem, ou admirassem Morgenthau — era um homem encantador, conhecido como tio Henry por todos, desde Franklin Delano Roosevelt até o policial que fazia a ronda — mas que desconsiderações talvez tenha tolerado, não sei. Não obstante, nunca, nem por um instante, tentou disfarçar sua identidade judaica, ou permaneceu passivo em relação ao seu povo. Pelo contrário, enfatizou os seus laços com ele, servindo de fundador, depositário e representante da Federação das Instituições Filantrópicas Judaicas, do Comitê Judaico Norte-Americano, do B'nai B'rith, do Hospital Monte Sinai em Nova York e de todos os tipos de organizações judaicas.

A assimilação, para ele, não significava adotar o cristianismo; significava ser aceito em Bar Harbor *como* judeu: era essa a essência da questão. Queria ser judeu e norte-americano, no mesmo nível dos melhores. Queria que os Estados Unidos funcionassem em termos de seus ideais de juventude — e é claro que isso não aconteceu. Talvez o dilema fosse do país, e não seu.

Kissinger:
auto-retrato*

* *New York Times Book Review*, 11 de novembro de 1979.



O SÉCULO PASSADO, o historiador Leopold von Ranke afirmou que as relações exteriores eram supremas entre as influências que condicionam a história das nações. Isso pode ser discutido, mas para o passado imediato é, certamente, sustentável. Ninguém envolveu-se mais profundamente, em nível tão influente, na direção das relações exteriores quanto o ex-secretário de Estado Henry A. Kissinger, ou teve tanto reconhecimento público de seu papel. Tornou-se uma figura cultuada, uma celebridade popular, assunto de inúmeros livros inteiros, estudos e análises. A publicação da sua própria versão é, portanto, algo como um acontecimento histórico.

Com algum alívio, posso informar que ele não contém alusão a Metternich. Como a tese de doutorado e o primeiro livro publicado por Kissinger, *A world restored*, tratava do príncipe Metternich, o ministro austríaco do Exterior, e da recomposição da Europa depois da tempestade de Napoleão, todos os que escreveram sobre Kissinger a partir de então fizeram uma comparação entre eles. Kissinger, escrevendo sobre si mesmo, não menciona Metternich — acertadamente, pois o mundo de que trata é tão diferente, que uma comparação é inadequada. As diferenças são importantes: quaisquer que fossem suas rivalidades, as nações do Congresso de Viena tinham uma perspectiva e um objetivo comuns — o restabelecimento do *status quo ante*. Hoje, as nações estão divididas entre duas ideologias opostas, e o mundo é dominado por duas superpotências antagônicas, empenhadas numa disputa. O equilíbrio de forças é inoperável; o Terceiro Mundo surgiu para perturbar qualquer equilíbrio; existe um novo centro de risco no Oriente Médio; as nações industriais estão escravizadas ao petróleo dos subdesenvolvidos; o arsenal nuclear obscurece tudo.

Nesse mundo, a tarefa de Kissinger, como ele a viu ao tomar posse no governo de Richard M. Nixon, em janeiro de 1969, era acabar com a guerra do Vietnã, administrar uma "rivalidade global" e a corrida armamentista nuclear com a União Soviética, revigorar a aliança com as democracias europeias e integrar as novas nações num "novo equilíbrio mundial".

Que êxito teve nessa missão? Ele próprio não faz uma avaliação geral, talvez porque não se tenha dado tempo para a reflexão. Preparar para publicação um texto de 1.476 páginas em dois anos e meio, desde a saída do cargo, é um feito olímpico que deixa pouca margem à filosofia. Kissinger estava com tanta pressa em justificar sua administração de acontecimentos complexos e turbulentos que parece não ter deixado passar um dia entre o ato e a escrita ou recuado um pouco para ganhar perspectiva. O livro é todo registro, e não avaliação. Ele escreveu muito e cedo demais.

Mergulhar na escrita parece ser a continuação de um hábito e uma condição de seu cargo. Suas pressões não lhe permitiam tempo para pensar, para examinar um problema de todos os ângulos e uma decisão em todas as suas consequências. Isso é sem dúvida uma falha do sistema, e não do caráter; a vida pública, como Kissinger reconhece, “é uma luta contínua para preservar uma possibilidade de escolha em meio à pressão das circunstâncias”. Uma razão a mais, certamente, para que, livre da pressão, se tome tempo para a reflexão.

O que temos é uma exposição interminável e com detalhes supérfluos de praticamente cada mensagem, encontro, viagem, negociação e conversação dos cinquenta meses entre sua nomeação, em novembro de 1968, até a assinatura da paz com o Vietnã do Norte, em fins do primeiro mandato do presidente Nixon, em janeiro de 1973. Não precisamos de todos os memorandos e idas e vindas diárias de Egon Bahr, Vladimir Semenov e dezenas de outros intermediários secundários, para compreender o que estava acontecendo. Na verdade, o quadro seria mais claro se Kissinger se tivesse dado o trabalho de cortar o insignificante e condensar sua história, como um todo. Como, por sua formação, ele sabe distinguir perfeitamente o registro total e a história, devemos supor que o registro — em sua versão — era o que desejava, e não tenho dúvidas de que os especialistas em armas estratégicas, URSS, OTAN, China, Chile, Oriente Médio, Índia, Paquistão e Vietnã consultarão esse registro durante anos.

Ele é animado — em certos momentos — por pequenas revelações, cenas vivas, retratos e vislumbres da mecânica, muitas vezes espantosa, da vida oficial. Por exemplo: sem nenhuma preliminar, em agosto de 1969, um funcionário da embaixada soviética perguntou a um representante do Departamento de Estado, num almoço, qual seria a reação dos Estados Unidos a um ataque soviético às instalações nucleares chinesas. O quadro de redatores de discursos de Nixon tinha um especialista para cada tom que o presidente desejava adotar. Em 1969 a China tinha apenas um embaixador servindo no exterior, no Cairo. Através de nomes apresentados particularmente por Kissinger ao embaixador Anatoly I. Dobrynin, foi obtida a libertação de 550 judeus soviéticos, de um total de oitocentos, que sofriam constrangimentos, durante um período de tempo. Numa viagem presidencial, os membros da comitiva oficial receberam um livreto com todos os atos e movimentos, detalhados até o minuto,

juntamente com gráficos que mostram onde cada um deve ficar. Tudo isso são surpresas, pelo menos para esta comentarista.

Há fagulhas, em meio a longos trechos: a “emoção” da primeira visita de cúpula, quando, com a abertura da porta do avião à chegada em Bruxelas, “fomos banhados pelas luzes fortes da televisão”, um tapete vermelho e uma guarda de honra estavam à espera, e o rei dos belgas aguardava ao pé da escada; a audiência com o papa, durante a qual uma fumaça surgiu de repente da roupa do secretário de Defesa Melvin Laird (em resposta à sugestão de Kissinger de que jogasse fora o charuto, ele o tinha escondido, aceso, no bolso). Há pequenas e incisivas lições de história apresentando, entre outros, os problemas do Paquistão e da Polônia. Há citações que são pérolas, como no caso de Dean Acheson, a quem perguntaram por que as reuniões de altos conselheiros duravam tanto tempo, e que respondeu: “Somos todos velhos e todos eloquentes.”

O autornão é tão bom em profundidades. Quando as tenta, por exemplo, nas reflexões sobre a era espacial, sua linguagem invariavelmente cai no sentencioso, para não dizer banal, e ele se parece menos consigo mesmo do que Gerald R. Ford. Sobre a “agonia do Vietnã”, ele vê o seu papel como “ajudando meu país adotivo a curar suas feridas, preservar sua fé [...] voltar a dedicar-se às grandes tarefas da construção, que o esperam”. Ou, no final da guerra, ele espera que os norte-americanos “cerrem fileiras” e que os povos da Indochina “alcancem talvez, finalmente, o futuro de tranquilidade, segurança e progresso [...] digno de seus sacrifícios”. Vindo do sardônico cavaleiro que certa vez, ao lhe agradecerem efusivamente por ter “salvo o mundo”, teria respondido: “Não há de quê”, isso é pura encenação, no mesmo nível da retórica de campanha caso fosse candidato a um cargo eletivo. Talvez seja.

É possível que isso explique sua pressa em publicar o livro, em tempo ainda de causar impressão, antes de novembro de 1980. Poderia o seu tremendo volume ser um documento de campanha, destinado a mostrar o autor como o mais informado, experiente e especializado, como o inelutável, o único possível secretário de Estado do próximo presidente republicano? Não posso acreditar que seus olhos estejam voltados para o Capitólio. O Senado não tem amplitude para o freqüentador de reuniões de cúpula, para a diplomacia de vaivém, para o homem que viajava de Tel Aviv a Pequim, dali a Moscou e depois a Bonn, o hóspede de Chequers e do Elysée. Imagino que é a essa vida do *jet set* do avião Força Aérea nº 1 que ele quer voltar.

Isso explicaria por que — por uma questão de dignidade — Kissinger como personalidade, o fenômeno do Super-K, o mundano, a delfia dos meios de comunicação de massa está ausente deste livro. Além de algumas referências bastante afetadas ao “meu deformado senso de humor”, não surge nenhum vislumbre, embora a atenção que lhe foi concedida deva ser um fator no registro que faz. “O poder é um afrodisíaco”, disse o próprio Kissinger — não

neste livro —, e, embora a popularidade seja uma coisa diferente, reforça o poder. Kissinger explica a sua popularidade com a imprensa da seguinte forma: como os jornalistas não gostavam do presidente Nixon, tendiam a dar crédito aos fatos mais favoráveis a “membros do governo mais admirados[...] e eu tornei-me o beneficiário desse estado de coisas”. Evidentemente, era mais do que isso: uma personalidade distinta fez-se sentir. Kissinger era reanimador, e a imprensa sucumbiu ao espírito e encantamento que ele sabia exercer, embora não se encontre praticamente nenhuma expressão disso neste livro.

De que forma o súbito destaque desse rechonchudo professor como astro do governo Nixon afeta a política externa norte-americana? Eu diria, especulando, que isso reforçou a fé que Kissinger já tinha, intelectualmente, em sua capacidade de manipulação e, portanto, numa confiança excessiva na negociação pessoal. Talvez tenha alimentado fantasias de onipotência. Embora seu texto seja impessoal, não é por modéstia. As ilustrações contam uma história diferente. De 65 fotografias, o próprio Kissinger aparece em 63, 28 das quais na companhia de Nixon, como se quisesse assegurar à posteridade seu estreito e constante acesso ao presidente. Parece que precisava até mesmo assegurar isso a si mesmo. A propósito da baixa classificação de seu cargo no protocolo, que o obrigava a sentar-se muito distante do centro nos jantares oficiais, disse: “Eu passava muito tempo calculando a distância que me separava da pessoa do presidente e as possibilidades de chegar ao meu carro antes que a limusine presidencial partisse”. Quem pode invejar a vida do mundo oficial às voltas com essas preocupações?

Se há uma chave para o conceito que Kissinger tem de um ministro do Exterior, ela está nesta frase: “Minha abordagem era estratégica e geopolítica; procurei relacionar os acontecimentos entre si, criar incentivos e pressões numa parte do mundo para influenciar os acontecimentos em outra.” Af está o ativista, o grande manipulador, convencido de que pode puxar as cordinhas que farão as nações, como títeres, representarem o que ele quer. Não importa quantas vezes elas negociam ou se recusem a isso, ele persegue seu objetivo com uma persistência e uma intensidade inabaláveis. ‘Geopolítica’ é a sua palavra favorita, aplicada a qualquer problema, em qualquer região, e é, na opinião de quem está de fora, a explicação para os erros norte-americanos. Nossa abordagem é demasiado geopolítica e não bastante local. Se tivéssemos prestado mais atenção à história do nacionalismo vietnamita, ou às tensões internas no Irã, não poderíamos (é de esperar) ter investido nossa política e apoio em regimes sem mandato válido do seu próprio povo. ‘Geopolítica’, da maneira pela qual Kissinger a utiliza, é apenas uma outra palavra para guerra fria. Significa o combate às maquinações do comunismo em qualquer lugar no mundo. A luta contra o comunismo é realmente séria mas, como já deveríamos ter aprendido a esta altura, o adversário está dividido e disperso, não é sólido, e o combate será perdido se não formos mais habilidosos em sua condução em termos locais.

O ativismo de Kissinger foi arriscado porque punha em movimento reações e conseqüências que não podiam ser controladas ou, em certas ocasiões, nem mesmo previstas, como aconteceu no Camboja e no Chile. Ele tinha sido advertido de que seria um erro tentar resolver o problema da presença norte-vietnamita no Camboja pela força, e que seria mais prudente, como disse alguém do Departamento de Estado, “aguardar os acontecimentos, falando pouco”. Se esse conselho tivesse sido seguido, o Camboja teria sido poupado de grandes sofrimentos, e Kissinger, de uma mancha que não se apagará.

Como os norte-vietnamitas foram inquestionavelmente os primeiros a violar a neutralidade do Camboja — como os alemães na Bélgica, em 1914 —, a atual controvérsia sobre a violação norte-americana é uma questão falsa. A culpa norte-americana está em estender a guerra a um país não participante e exigir que a nossa Força Aérea falsificasse deliberadamente a verdade. A forçada defesa de Kissinger — a alegação de que era preciso ficar calado para não criar para o príncipe Norodom Sihanuk a necessidade de um protesto, ou provocar a retaliação do Vietnã do Norte — não é convincente. Calar-se é uma coisa; precauções extremas de sigilo — que Kissinger deixa de mencionar —, ao ponto de transgredir nosso próprio código militar, é outra muito diferente.

Da mesma forma, a alegada justificativa de que soldados norte-americanos estavam sendo mortos por norte-vietnamitas com base no Camboja, parece uma indignação inadequada. Kissinger fulmina “uma ofensiva não provocada que matava quatrocentos norte-americanos por semana”, “o ultraje de uma ofensiva desonrosa e sangrenta”. Será que uma ofensiva deve ocorrer sem sangue? Haverá alguma coisa de particularmente chocante em matar soldados inimigos na guerra? Quando se trata de ‘desonroso’, não consigo acompanhar o raciocínio de Kissinger.

Ele fala muito de honra nestas páginas. “Honra norte-americana” e “inocência norte-americana” são termos que se repetem com a mesma frequência de “realidades” e “*realpolitik*”, com os quais se associam mal. Diz ele que os Estados Unidos entraram no Vietnã “em inocência, convencidos de que a cruel guerra civil representava o fio cortante de algum plano global”. Não entendemos por que a contenção do comunismo é considerada inocência. Em outro trecho ele diz que entramos na guerra por um “idealismo ingênuo”, o que parece estranho, vindo de Henry Kissinger, o negociador de duras realidades, que nada tinha de sentimental. Por que ele tenta, nesse livro, aparentar algo que não é, usando uma toga romana, por assim dizer, sobre uma cota de malha? Talvez, com um olho no cargo, para legitimar-se junto aos da direita.

A terrível tirania que baixou sobre o Chile, com a ajuda dos Estados Unidos, pertence ao período não coberto por esse livro, que se encerra em janeiro de 1973, mas presumivelmente será tratada no próximo volume de Kissinger. Nesse, ele inclui um capítulo sobre a decisão, pelo chamado Comitê 40, do qual era presidente, de autorizar gastos pela Central Intelligence Agency (CIA) para

influenciar as eleições chilenas de 1970. Temos aí um exemplo claro de ilegalidade norte-americana numa causa de guerra fria, mesmo que num primeiro momento tivesse pouca eficiência.

Com o cobre e a ITT como pano de fundo, Kissinger deixa de lado as referências à inocência norte-americana e se concentra na fervorosa defesa do perigo representado por Salvador Allende, a quem atribui a “intenção evidente” de promover a transição para o comunismo. A vitória eleitoral que se previa para Allende (por uma votação plural, mas minoritária) estabeleceria um outro Castro no hemisfério ocidental. Ele “iria dentro em pouco fomentar políticas antinorte-americanas, atacar a solidariedade hemisférica, fazendo causa comum com Cuba, e mais cedo ou mais tarde estabelecer relações estreitas com a União Soviética”, com efeitos profundos “contra interesses nacionais norte-americanos fundamentais”.

Se assim era — e Kissinger pode ser muito persuasivo — surge uma pergunta legítima. No interesse nacional, não era o dever dos Estados Unidos fazer o que pudessem para evitar um segundo estado comunista na América Latina? A resposta, neste caso, deve ser ‘não’, pois, qualquer que fosse a ameaça, Allende chegaria à presidência por meios constitucionais. É intolerável que os Estados Unidos interfiram nos assuntos internos de um Estado vizinho numa tentativa de deformar seu funcionamento. Distanciamos-nos muito da eleição de 1888, quando o embaixador britânico nos Estados Unidos aconselhou um correspondente seu, em carta particular, a votar em Grover Cleveland e, quando isso transpirou na imprensa, o afastamento do embaixador foi exigido, por ter interferido na política norte-americana. Não acredito que as relações internacionais possam ser guiadas pela moral, mas acredito na obediência, na medida do possível, às regras que elaboramos para a ordem social, pois sem isso a sociedade volta à anarquia — tão perigosa para a direita quanto para a esquerda.

Nos círculos ligados a Nixon, Kissinger era uma figura ambivalente, de quem a direita desconfiava pela sua amizade com Nelson A. Rockefeller, suas ligações com Harvard e Georgetown e pela flexibilidade em relação à Rússia. Mas, como agente de um presidente mais à direita do que qualquer outro desde McKinley, realizou progressos em áreas importantes: na China, no Oriente Médio, até mesmo na distensão com a Rússia e nos labirintos esfíngicos da limitação das armas estratégicas.

Uma coisa que os esmagadores detalhes do livro conseguem demonstrar é a variedade de assuntos dos quais Kissinger se ocupou; o árduo e incessante trabalho que isso exigiu e a movimentada agenda que ele manteve. Têxteis japoneses, Mercado Comum, *Ostpolitik*, mísseis antibalísticos e veículos de reentradas múltiplas independentes (ABMs e MIRVs), seqüestros palestinos, submarinos soviéticos em Cuba, mísseis soviéticos no Egito, canais para a China, Nixon para a Romênia, agitações polonesas, crise na Jordânia, guerras

no Paquistão, cúpula em Moscou, o Ano da Europa, a morte de Nasser, visita ao xá e, no meio de tudo isso, conferências — a princípio secretas e depois formais — em Paris com os norte-vietnamitas. Não era um trabalho para quem tivesse dúvidas, e estas seriam as últimas coisas que Kissinger teria. Tudo isso parecia-lhe exigir sua presença pessoal. Estava constantemente em movimento, conversando, viajando, o que pode não ter sido o uso mais criativo do seu tempo. Certa vez, nos anos anteriores à fama, quando um colega lhe perguntou o que achava do secretário de Estado John Foster Dulles, ele pensou por um momento e respondeu: “Ele via já demais.”

Kissinger contribuiu com uma política criativa no Oriente Médio, na rejeição daquele sonho da terra ideal: a solução “abrangente”. Compreendeu que a pacificação entre Israel e Egito não tinha possibilidade de êxito se fosse negociada como parte de uma paz geral e, como observa com admirável bom senso, “se não havia possibilidade de êxito, eu não via razão para nos envolvermos” nessa tentativa. Preferiu tentar um acordo provisório para abrir caminho para novos avanços. Isso deu origem ao processo passo a passo, dramatizado pelas suas idas e vindas na fase seguinte, e que acabou registrando progresso, onde não ocorrera nos últimos trinta anos.

No final, porém, embora a Rússia e o Oriente Médio possam ser mais importantes para o futuro, é o Vietnã que constitui a prova do homem e do estadista e de sua marca na história norte-americana. Tendo sido reconhecida a necessidade da retirada norte-americana por ambos os candidatos em 1968, o esforço para negociar os termos que salvassem as aparências ocupou Kissinger desde o dia de sua posse. A dificuldade estava no desejo do governo em negociar uma retirada que não parecesse um abandono de Saigon, que não destruísse a confiança de outros povos nos Estados Unidos, que “oferecesse uma solução justa e equitativa para todos”; em suma, que desse boa impressão dos Estados Unidos — o que, em termos, era uma contradição com a realidade da retirada. Devido aos protestos internos, a retirada já tinha começado enquanto as negociações ainda se processavam, o que equivalia a uma indicação a Hanói de que não teria de aceitar as condições norte-americanas. Um beligerante não tem de negociar termos “justos e equitativos” com um inimigo em retirada e que desistiu da vitória.

Durante as intermináveis conversações com os norte-vietnamitas em Paris, Kissinger foi descobrindo que Hanói não desejava uma solução de compromisso, que Hanói “não tinha intenção de retirar suas forças” do Sul, que Hanói “só se contentaria com a vitória”, que, em suma, era impossível conseguir “boas condições”, do nosso ponto de vista. O único elemento de negociação que não restava era fazer da continuação da guerra um risco maior para Hanói do que uma paz. Daí o bombardeio e a ofensiva contra os santuários norte-vietnamitas no Camboja. A ação militar não foi a busca de uma solução militar, mas um argumento de força para levar Hanói a um acordo sobre deixar Saigon e permitir que os Estados Unidos partissem, aparentando força.

O fracasso da política criativa foi o fracasso do compreender que a confiança nos Estados Unidos não estava sendo intensificada pelo espetáculo de nossa impotência militar numa guerra de guerrilha na Ásia. Um grande papel em política externa poderia ter sido desempenhado por um conselheiro que pudessemos ter levado a uma retirada, sob a alegação de que tínhamos feito tudo o que podíamos ou devíamos por Saigon, e que sua sobrevivência dependia dela mesma, ou não teria valor, como realmente aconteceu. Faltava a Kissinger a imaginação e, sem dúvida, a influência para essa solução. No fim, com bombardeio durante o Natal e tudo mais, depois de quatro anos de conversações e ao custo de mais 19 mil vidas norte-americanas e um número ignorado de vidas e destruição no Vietnã, as condições conseguidas não foram melhores do que poderiam ter sido logo de início. Os quatro anos de morte e devastação adicionais foram um desperdício.

Kissinger não reconhece nada disso. E compreende ainda menos a discordância interna que ocorria na época, embora se já um tema constante no livro e, sem dúvida, o fator que mais profundamente o perturbou. Trata-a como uma oposição indevida que, estimulando Hanói a protelar, frustrou suas negociações. Ele cita o *Wall Street Journal*, segundo o qual “os norte-americanos querem uma saída aceitável da Indochina, não um envolvimento maior”; a afirmação do *New York Times* de que a amarga experiência tinha “esgotado a credulidade do povo norte-americano e do Congresso”; e a afirmação do *Milwaukee Journal* de que “se [os sul-vietnamitas] não podem ficar de pé sozinhos agora, é tarde demais. Os Estados Unidos já não podem suportar as frustrações e perturbações internas que essa guerra sangrenta, trágica e imoral está custando”, sem, contudo, absorver a mensagem. Seu comentário é que o debate nacional estava “mergulhado na paixão de massa” e não que lhe estivesse dizendo alguma coisa que devia ter ouvido. A propósito da votação no Congresso para suspender as ações no Camboja, que finalmente bloqueou o Executivo em 1973, ele diz que o Camboja foi vítima do “colapso de nosso processo político democrático”, quando na verdade o que estava ocorrendo era o funcionamento, e não o colapso, desse processo. Não é seguro ter um alto cargo ocupado por alguém que não conhece a diferença.

Kissinger queixa-se de que “enfrentamos uma constante lacuna de credibilidade, internamente”, e que ele poderia ter obtido êxito, “se o público tivesse confiado em nossas metas”, mas nunca estabelece qualquer ligação entre a falta de confiança do público e os atos e políticas do governo que representava. Ele não tem percepção do dano concomitante: que o custo de uma posição dura pode ser demasiado alto; que uma política externa que aliena os cidadãos do país e provoca aversão e desconfiança em relação ao governo não vale o que poderia obter de ganhos contra o adversário; que a força de uma nação está, em última análise, em seu amor-próprio e confiança no que está certo; e que tudo o que prejudica isso, prejudica a nação.



Os melhores
momentos
da humanidade*

* Conferência Jefferson, Washington, D. C., abril de 1980. *American Scholar*, outono de 1980.



PARA SAIRMOS UM POUCO do pessimismo predominante, gostaria de falar algo sobre o que há de positivo, e até mesmo admirável, na capacidade da raça humana. Ultimamente, ouvimos muito pouco sobre isso. Nossa época não é de auto-estima, nem de autoconfiança, como foi, por exemplo, o século XIX, em que podemos ver a auto-estima escorrendo de seus retratos. Os vitorianos, especialmente os homens, retratavam-se céticos, nobres e esplendidamente elegantes. Nossa auto-imagem se parece mais com Woody Allen ou com um personagem de Samuel Beckett. Em meio à grande quantidade, os problemas mundiais e um pobre registro para o século XX, vemos nossa espécie — com razão — como em muito mau funcionamento: como trapalhões, quando não canalhas, como violentos, ignóbeis, corruptos, ineptos, incapazes de dominar as forças que nos ameaçam, fracamente sujeitos aos nossos piores instintos; em suma, decadentes.

O catálogo é familiar e válido, mas está-se tomando cansativo. O estudo da história nos lembra que a humanidade tem seus altos e baixos, e que durante os altos realizou muitas coisas corajosas e belas, fez esforços estupendos, explorou e conquistou oceanos e selvas, realizou maravilhas de beleza nas artes, criativas e maravilhas da ciência e progresso social; amou a liberdade com uma paixão que durante toda história levou os homens a lutarem e morrerem por ela repetidas vezes; buscou o conhecimento, exerceu a razão, desfrutou a alegria e os prazeres, praticou jogos com empenho, mostrou coragem, heroísmo, altruísmo, honra e decência; sentiu amor; conheceu o conforto, o contentamento e, ocasionalmente, a felicidade. Todas essas qualidades têm feito parte da experiência humana; e, se não receberam tanto destaque quanto as negativas, nem exerceram uma influência tão ampla e persistente quanto os males que praticamos, ainda assim merecem atenção, pois estão praticamente esquecidas.

Entre as grandes realizações, em nossa época, levamos o homem à lua e o trouxemos de volta em segurança, sem dúvida, um dos feitos mais notáveis da história. Pode-se desaproveitar esse esforço como improdutivo, demasiado caro e uma má escolha de prioridades em relação a necessidades maiores; o que po-

de ser verdade, mas não diminui a realização, em minha opinião. Se examinarmos, cuidadosamente, todos os positivos têm um lado negativo — por vezes maior, outras menor — e nem todas as realizações admiráveis têm motivos admiráveis. Algumas tiveram conseqüências tristes. Embora a maioria dos indícios mostrem que vamos de mal a pior, a capacidade humana é provavelmente o que sempre foi. Se o homem primitivo pôde descobrir como transformar o grão em pão e os juncos que crescem nas margens dos rios em cestos; se os seus sucessores puderam inventar a roda, controlar o ar abstrato para fazer girar um moinho, transformar a lã das ovelhas e os casulos de vermes em tecido, imagino que encontraremos uma maneira de resolver o problema da energia.

Vejam como os holandeses realizaram o milagre de transformar o mar em terra. Pelo fechamento progressivo de Zuider Zee nos últimos sessenta anos, acrescentaram meio milhão de acres ao seu país, ampliando-lhe a área em 8% e proporcionando casas, fazendas e cidades a quase um quarto de milhão de pessoas. A vontade de fazer o impossível, o espírito do “é possível” que se apossa de nossa espécie de vez em quando, nunca foi tão evidente quanto nesse ato de modificação da terra pela menor dentre as principais nações européias.

Uma área baixa, batida pelos ventos, cheia d'água, situada parcialmente abaixo do nível do mar, marcada de pântanos, rios, lagos e recortes, dando para o tempestuoso mar do Norte, com apenas frágeis dunas de areia como barreira natural contra as ondas, a Holanda, apesar de suas desvantagens físicas, transformou-se numa das nações de população mais densa e mais ordeira, próspera e, em certa fase de sua história, numa das nações dominantes do Ocidente. Durante séculos, desde que seus primeiros habitantes, fugindo de tribos inimigas, instalaram-se nos pântanos onde ninguém se dava o trabalho de perseguir-los, os holandeses lutaram contra a água e aprenderam a viver com ela: erigindo plataformas, construindo e reconstruindo muralhas de barro misturado com palha para conter o mar, carregando lama em intermináveis tropas de cestos, reparando a cada primavera os danos causados pelo inverno, drenando os pântanos, canalizando os rios, construindo rampas até seus sótãos para salvar o gado em épocas de enchentes, conquistando terras cercadas de diques contra as ondas num lugar e perdendo outro tanto para o vingativo oceano em outro ponto, desenvolvendo aos poucos métodos para enfrentar o seu eterno antagonista.

O Zuider Zee era um golfo sujeito a marés, que penetrava 120 quilômetros terra adentro, por uma área com pouco menos de cinquenta quilômetros de largura. O plano de fechar o mar com uma represa que atravessasse toda a entrada do golfo tinha sido imaginado há muito, mas nunca fora posto em prática, com medo do custo, até que uma grande enchente, em 1916, que inundou de água salgada todas as terras agrícolas ao norte de Amsterdam, forçou a questão. A lei determinando o fechamento foi aprovada por unanimidade por ambas as Casas do Parlamento, em 1918. Tão ambicioso quanto o país era

pequeno, o plano previa um dique de cerca de 32 quilômetros de costa a costa, elevando-se a seis metros do nível do mar, com largura suficiente, no alto, para uma rodovia e instalações hidráulicas, e com uma largura de até 183 metros no fundo do mar. A primeira carroça de cascalho foi jogada em 1920.

O dique era apenas parte da tarefa. O mar interior assim formado tinha de ser drenado de água salgada e transformado em terra agrícola pela irrigação dos afluentes inferiores do Reno. Quatro pôlderes, ou áreas um pouco mais altas nos baixios, seriam criados pelo processo de drenagem, elevando-se das águas para céu aberto. Diques secundários, estações de bombeamento, comportas, canais de drenagem para controlar o influxo, bem como barragens e portos internos para a navegação tinham de ser construídos, as terras dos pôlderes recuperadas e fertilizadas, árvores plantadas, estradas, pontes e edificações urbanas e rurais levantadas, tudo previsto para conclusão em sessenta anos.

Os melhores planos dos engenheiros padeceram de erros e azares. Durante a construção, as pedras que tinham sido penosamente jogadas no mar, em locais preparados, eram arrastadas em apenas uma noite pelas fortes correntes ou por uma tempestade caprichosa. Os meios mostraram-se vulneráveis, os métodos, por vezes impraticáveis. Mesmo assim, lentamente, o dique avançava de cada ponta da costa em direção ao centro. À medida que a distância diminuía, a pressão das águas que passavam entre as extremidades aumentava diariamente de força, arrastando material na base, enfraquecendo a estrutura e ameaçando impedir o fechamento final. Nos últimos dias, um grande número de guindastes flutuantes, dragas, barcas, todo equipamento disponível, foram reunidos naquele ponto, e procurou-se desesperadamente tapar o buraco ainda existente, antes da próxima maré, que devia ocorrer dentro de 12 horas. Naquele momento, houve informações de que ventos fortíssimos se aproximavam. A barragem de contenção para proteger o último trecho mostrava sinais de estar cedendo; as operações foram apressadamente transferidas para trinta metros mais adentro. A tensão era grande. Rugindo e espumando com a areia, a maré lançou-se pela estreita passagem; as máquinas fecharam-na, encheram o último espaço do dique, que agüentou. Os homens pisaram, naquele dia de 1932, onde as ondas do mar do Norte haviam dominado por setecentos anos.

Quando a terra seca apareceu, os primeiros a tomar posse dela foram as aves. Aos poucos, década após década, plantações, casas e civilização seguiram-se, e, infelizmente, também a intervenção destrutiva do homem. Na Segunda Guerra Mundial, os exércitos alemães em retirada fizeram explodir uma parte do dique, inundando totalmente o pôlder ocidental; mas, ao final do ano, os holandeses tinham secado a área, semeado os campos na primavera, e, nos sete anos seguintes, reconstruíram as fazendas e aldeias. O tempo, porém, não pode ser dominado nunca. As desastrosas enchentes de 1953 inundaram a maior parte da Holanda litorânea. Os holandeses secaram a área, e, enquanto o tra-

balho no Zuider Zee continuava, aplicaram as suas lições em outras terras, e emprestaram seus conhecimentos hidráulicos a outros países. Hoje, o *Afsluit dijk*, ou estrada do Zuider Zee, é uma rodovia normal. Atravessá-la, tendo o sombrio oceano de um lado e a nova terra do outro, é sentir otimismo em relação à raça humana.

As grandes realizações exigem visão e um impulso irresistível, não necessariamente prático, como no caso dos holandeses, mas em certos casos menos definíveis, mais exaltados, como ocorreu com as catedrais góticas da Idade Média. A explosão arquitetônica que produziu essa multidão de abóbadas que se lançam para cima — com arcos, nervuras, aberturas que deixavam entrar luzes que eram como jóias, revestidas de milhares de figuras da arte da escultura na pedra — representa em tamanho, esplendor e números uma das grandes realizações artísticas permanentes das mãos humanas. O que explica isso? Não é apenas o fervor religioso, mas o zelo de uma era dinâmica, um desejo de fazer mais, uma ambição do maior e do melhor. Somente a vontade geral, partilhada por nobres, comerciantes, guildas, artesãos e plebeus, podia criar os recursos e o trabalho para tamanho empreendimento. Todos os grupos contribuíam com doações, especialmente os magnatas do comércio, que se sentiam aliviados, com isso, da culpa de ganhar dinheiro. Programas de trabalho voluntário abrangiam todas as classes. “Quem jamais viu, ou ouviu dizer, no passado”, escreveu um observador, “que poderosos príncipes do mundo, que homens criados em meio a honrarias, riquezas, que nobres — homens e mulheres — dobraram seus orgulhosos pescoços aos arreios de carroças e, como bestas de carga, arrastaram para a morada de Cristo aqueles carregamentos de vinho, cereais, azeite, pedras, madeira e tudo o que é necessário à construção da igreja?”

O padre Suger, cuja renovação de St.-Denis é considerada o início da arquitetura gótica, simbolizava o espírito dos construtores. Disposto a criar a mais esplêndida basílica da cristandade, supervisionou todos os aspectos do trabalho, desde o levantamento de recursos até a decoração, e fez com que seu nome fosse inscrito, para a imortalidade, nas pedras angulares e capitéis. Ele nos conta que ficava acordado, pensando onde encontrar árvores bastante grandes para as vigas, e foi pessoalmente à floresta questionar os madeireiros, sob juramento. Quando juraram que nada do que ele queria podia ser encontrado naquela área, insistiu em procurar pessoalmente e, depois de nove horas de caminhada entre espinhos e arbustos, conseguiu encontrar e marcar 12 árvores do tamanho necessário.

O impulso irresistível estava principalmente nas cidades onde, naqueles anos, a força e a riqueza, econômicas e políticas, se acumulavam. Amiens, a

florescente capital da Picardia, resolveu construir a maior igreja da França, “mais alta do que todos os santos, mais alta do que todos os reis”. Para o espaço necessário, o hospital e o palácio do bispo tiveram de ser transferidos, e as muralhas da cidade, recuadas. Ao mesmo tempo, Beauvais, cidade vizinha, erguia uma abóbada sobre o cruzamento do transepto e da nave, com a altura sem precedentes de 48 metros, o apogeu da ousadia arquitetônica da época. Foi ousada demais, pois a altura das colunas e a distância entre os suportes fez com que a abóbada desabasse depois de 12 anos. Reconstruída com inquebrantável firmeza, foi desafiadoramente encimada por uma agulha que se elevava a 150 metros do chão, a mais alta da França. Beauvais, tendo gasto todos os seus recursos, jamais construiu a nave, deixando uma estrutura encurtada mas gloriosa. O interior é uma fantasia de espaço que se projeta para cima; entrar ali é ficar maravilhado, com a respiração suspensa de admiração.

Quanto mais altos e leves tornavam-se os edifícios, e mais esguias as colunas, mais novos expedientes e técnicas tinham de ser imaginados para mantê-los de pé. Arcobotantes projetaram-se como asas de anjos contra os exteriores. Foi um período de inovações e audácias e de um ilimitado espírito de excelência. Num único século, de 1170 a 1270, nada menos que seiscentas catedrais e igrejas importantes foram construídas, só na França. Na Inglaterra, no mesmo período, a catedral de Salisbury, com a maior agulha do país, foi completada em 38 anos. A agulha de Freiburg, na Alemanha, foi construída totalmente de filigranas de pedra, como se fosse tecida por uma aranha sobrenatural. Na St.-Chapelle, em Paris, 15 miraculosas janelas fizeram desaparecer as paredes: elas se transformaram no todo.

O ornamento era parte integral da construção. Reims é povoada por cinco mil estátuas de santos, profetas, reis e cardeais, bispos, cavaleiros, damas, artesãos e plebeus, diabos, animais e aves. Diz-se que todos os tipos de folhas conhecidas no norte da França aparecem em sua decoração. No entalhe, nos vitrais e nas esculturas, as catedrais exibiram a arte das mãos medievais, e a maravilha desses edifícios é permanente, mesmo quando já não desempenham papel central na vida cotidiana. Rodin disse que podia sentir a beleza e a presença de Reims mesmo à noite, quando era impossível vê-la. “Sua força”, escreveu ele, “transcende os sentidos, de modo que os olhos vêem aquilo que não vêem”.

As explicações para o extraordinário movimento que produziu as catedrais são várias. Os historiadores da arte dirão que foi a invenção da abóbada nervurada e os historiadores da religião, que foi produto de uma era de fé, que acreditava tudo ser possível com a ajuda de Deus. Na verdade, não foi um período de fé inabalável, mas de heresiase da Inquisição. Só podemos dizer que as condições eram adequadas. A ordem social sob a monarquia e as cidades estavam substituindo a anarquia dos barões, de modo que a existência já não era apenas uma luta para ficar vivo, mas permitia um excedente de bens e

energias e maior oportunidade de esforço mútuo. Os bancos e o comércio produzi­am capital, as estradas tomavam possível o transporte sobre rodas, as universidades alimentavam idéias e comunicação. Foi uma das marés altas da história, uma idade de vigor, confiança, e forças que convergiam para vivificar o sangue.

Até mesmo quando a maré histórica é baixa, pode surgir um grupo de realizadores cujas explorações inspiram respeito. Envolvida nas sombras do século VIII, muito antes das catedrais, as explorações marítimas dos *vikings* foram uma maravilha de ousadia, vigor e habilidade. Avançando sem cessar em barcos abertos, eles partiram para o sul, contornaram a Espanha, a África do Norte e a Arábia; para o norte, para o alto do mundo; para o oeste, através de mares desconhecidos, até as costas americanas. Transportaram seus barcos por terra, desde o Báltico, para chegar até os rios russos e, por eles, ao mar Negro. Por quê? Não sabemos que força os impulsionava, apenas que era parte da dotação humana.

E a fundação do nosso próprio país, os Estados Unidos? O *Mayflower* nos parece uma coisa natural, mas pensemos na ousadia, no empreendimento, na independência decidida, na simples coragem necessária para deixar o que era conhecido e partir através do mar para o desconhecido, onde não havia casas, nem alimento, nem armazéns, nem terra preparada para cultura, nem plan­tações, nem rebanhos, onde nada do equipamento ou das instalações de vida organizada os esperava.

Igualmente ousada foi a empresa dos franceses nas florestas setentrionais do continente norte-americano, que durante os século XVII exploraram e desbravaram a terra, desde o rio São Lourenço até o Mississippi, desde os Grandes Lagos ao golfo do México. Não vieram em busca da liberdade, como os peregrinos, mas de ganhos e domínios, seja no império espiritual para os jesuítas, ou em terras, glória e riquezas para os agentes do rei. Raramente na história os homens escolheram voluntariamente essas durezas, essa aventura tão ousada, e persistiram com tamanha tenacidade e resistência. Enfrentaram a fome, a exaustão, o frio intenso, a captura e tortura pelos índios, ferimentos e doenças, corredeiras perigosas, enxames de insetos, longos transportes de barcos por terra, e raramente os que conheceram a experiência deixaram de repeti-la, de entrar de novo na floresta abundante e lançar-se mais uma vez contra o perigo, o sofrimento e a morte.

Acima de todos os outros, a perseverança de La Salle, em busca da embocadura do Mississippi, foi insuperável. Enquanto se preparava no Quebec, aprendeu oito línguas índias. Sofreu acidentes, traições, deserções, perdas de homens e provisões, febre e cegueira da neve, hostilidade e intrigas dos rivais

que incitavam os índios contra ele e tramavam emboscá-lo ou envenená-lo. Foi realmente perseguido, como escreveu Francis Parkman, por "um demônio da devastação". Remando entre pesadas ondas, numa tempestade no lago Ontário, arrastava as canoas para a praia todas as noites, numa água congelante, e perdeu armas e bagagem quando uma canoa foi inundada e afundou. Para lançar os alicerces de um forte acima do Niágara, foi necessário descongelar o chão com água fervendo. Quando o forte foi finalmente construído, La Salle o batizou de Crèvecoeur, ou seja, dor no coração. Mereceu esse nome quando, em sua ausência, foi saqueado e abandonado pela sua guarnição semimorta de fome e amotinada. Mais adiante, uma aldeia de índios amigos, que era seu destino, foi encontrada destruída pelos iroqueses, tendo apenas postes calcinados com crânios nas pontas, de pé entre as cinzas, enquanto lobos e abutres devoravam os corpos.

Quando, afinal, depois de quatro meses de perigosa viagem descendo o Grande Rio, La Salle chegou ao mar, tomou posse, formalmente, em nome de Luís XIV, de todas as terras desde a embocadura do rio até sua fonte, e de seus tributários, ou seja, da vasta bacia do Mississippi, desde as Montanhas Rochosas até os Apalaches, e deu-lhe o nome de Luisiana. A validade da posse, que nos parece tão vazia (embora fosse bem-sucedida na época) não é o que está em jogo. O importante é a vitória sobre a adversidade temível, graças ao esforço extraordinário de um homem e sua vontade inflexível.

Felizmente, o homem também tem capacidade para o prazer e, ao imaginar meios de se divertir e distrair, criou coisas brilhantes e prazerosas. Desfiles suntuosos, carnavais, festivais, fogos de artifício, música, dança e drama, festas e piqueniques, esportes e jogos, o espírito cômico e o dom do riso, toda a gama de diversões, desde as grandes cerimônias até a tranqüila solidão de um dia de pesca, têm ajudado a compensar a infelicidade do mundo.

Os Jogos Olímpicos originais, realizados a cada quatro anos em honra de Zeus, eram o festival mais célebre da época clássica, de tal significação para os gregos que datavam sua história a partir dos primeiros jogos em 776 a.C., como datamos a nossa a partir do nascimento de Cristo. A coroa de louros concedida ao vencedor em cada modalidade era considerada a coroa da felicidade. Embora os romanos achassem isso um sinal da frivolidade essencial do caráter grego, os jogos antigos existiram por 12 séculos, período superior à supremacia de Roma.

Homo ludens, homem que joga, é certamente uma figura tão significativa quanto o homem em guerra, ou no trabalho. Na atividade humana, a invenção da bola pode ser comparada à da roda. Imagine-se os Estados Unidos sem o beisebol, a Europa sem o futebol, a Inglaterra sem o críquete, os italianos sem

a bocha, a China sem o pingue-pongue, e todos sem o tênis. Até mesmo o rigoroso João Calvino, o puritano exemplar do desprendimento, foi visto jogando boliche num domingo, e em 1611 um navio de suprimentos inglês que chegava a Jamestown encontrou os colonos famintos distraindo sua miséria com o mesmo jogo. Debulha do milho, rolagem de troncos, construção de celeiros, corridas de cavalos, luta livre e boxe foram uma atração para os Estados Unidos, tal como hoje, de maneira um tanto mais passiva, acompanhar de uma cadeira de balanço o futebol americano ou o basquete.

O jogo foi inventado para diversão, para esforço e fuga das preocupações rotineiras. Na Nova York colonial, grupos de trenós, precedidos de músicos a cavalo, dirigiam-se às hospedarias do interior onde, de acordo com um participante, “dançamos, cantamos, bricamos, comemos e bebemos, sem preocupações, amanhã à noite”. John Audubon, que foi a um churrasco e baile na fronteira do Kentucky, escreveu: “Todos os rostos brilhavam de alegria, todos os corações pulsavam de satisfação[...] a prudência e a dor foram mandados aos ventos”.

O jogo tem seu lado negativo, também, nas disputas entre gladiadores, nas brigas de galo e lutas de boxe, que provocam uma das menos agradáveis características humanas, o prazer com o sangue e a brutalidade, mas, em relação ao jogo em geral, isso é de menor importância.

Grande parte do nosso prazer está na comida e no sexo, dois componentes que receberam atenção excessiva em nossa época — permitam-me deixá-los delado como entendidos, exceto para observar como estão aliados. Todas essas receitas, comidas exóticas, utensílios requintados para a cozinha parecem proliferar em proporção com a pornografia, a terapia sexual, os filmes pornôs e as histórias instrutivas para crianças sobre pederastia e incesto. Se esse aumento concomitante significa decadência ou liberação, é discutível. Vamos passar a outro terreno.

Ao carnaval, por exemplo, o *Mardi Gras*, a terça-feira gorda, em todas as suas formas, é uma desculpa para a liberação, para a diversão desinibida antes da abstinência da quaresma; para fantasiar-se, representar, pular com disfarces e máscaras, fazer imaginativos carros alegóricos; para barulho, pilhéria, riso, batalhas de flores e confete, bailes e banquetes, canto e dança, e fogos de artifício. No carnaval belga de Gilles-Binche, que teve origem no século XVI em honra à conquista do Peru por Carlos V, os dançarinos são espetaculares, com imensos ornatos de plumas na cabeça, representando os incas, e roupas brilhantes enfeitadas de renda dourada e sininhos. Usam sapatos de madeira para bater o ritmo de sua dança e carregam cestos de laranjas que simbolizam os tesouros do Peru, com as quais bombardeiam os espectadores. No celebrado *Palio* de Siena, na época da colheita, um cavalo e cavaleiro de cada comunidade correm loucamente em volta de um percurso de pedras na praça pública, enquanto o povo grita, numa rivalidade apaixonada. A noite de Valpurgas na

véspera do Dia Primeiro de Maio, é uma desculpa para bacanais na forma de orgias de feiticeiras; o festival de inverno no Natal é celebrado com distribuição de presentes. A humanidade inventou maneiras infinitas de se divertir.

Nenhum povo inventou mais formas de diversão do que os chineses, talvez para compensar enchentes, fomes, senhores de guerra e outros males do destino. O bater dos gongos, o tinir dos címbalos ou o roncar dos tambores ecoam por toda a sua longa história. Nenhum mês passa sem feiras e teatro, quando as ruas são enfeitadas com lanternas pintadas e povoadas de “carros que fluem como água, cavalos como dragões andarilhos”. Os céus noturnos são iluminados por fogos de artifício — invenção chinesa — que explodem na forma de peônias, vasos de flores, diabos do fogo. As formas de prazer são muitas. A música é projetada no ar pelos apitos de bambu, de diferentes tonalidades, atados às asas de pombos que sobrevoam os locais. Deslizar sobre um lago gelado num trenó com um grupo de amigos, quando o sol está quente, é uma felicidade, como “movimentar-se numa xícara de jade”. E o que haverá de mais agradável do que a antiga festa chamada de ‘Meio Imortal’, quando todos, desde os funcionários do palácio até o homem comum, dão uma volta de balanço? Quando se chega lá no alto, a sensação é de que se é imortal; de volta à terra, mais uma vez humano — é como ser deus por um instante.

Na era da grandeza da Europa, os príncipes criavam desfiles de grande esplendor para expressar sua magnificência, e nenhum deles foi mais espetacular que o de 1660, celebrando o casamento de Leopoldo I, da Áustria, com a infanta da Espanha. Como auge das festividades, que duraram três meses, um torneio equestre dos quatro elementos foi realizado na grande praça, cada elemento representado por um grupo de mil homens ricamente vestidos. O grupo que representava a água vestia-se de prateado e azul, todos cobertos de escamas de peixe e conchas; o ar vinha de brocado dourado, com nuances nas cores do arco-íris. A terra era enfeitada de flores; o fogo, de chamas crepitantes. Netuno, cercado de monstros marinhos e ventos, desfilava num carro puxado por uma enorme baleia lançando água para o alto. O carro da terra tinha um jardim, com Pã e pastores, puxado por elefantes com castelos às costas. O ar montava um dragão escoltado por trinta grifos; o fogo era acompanhado de Vulcano, trinta ciclopes e uma salamandra que lançava chamas. Um navio com os argonautas e o toão de ouro desfilava como extra. A disputa se resolvia quando um globo cheio de estrelas, sustentado por um arco-íris artificial representando a paz, rolava pela praça e se abria, revelando o templo da imortalidade, do qual saíam cavaleiros, que simbolizavam as 15 províncias dos imperadores Habsburgos, terminando com Leopoldo, pessoalmente. Vestido como a glória, com rendas de prata e diamantes, e usando uma coroa dupla, ele ia numa concha de prata puxada por oito cavalos brancos e levando sete cantores com roupas enfeitadas de jóias, que faziam serenata à infanta. Seguiu-se então o balé equestre por quatro grupos de oito cavaleiros, cujos complica-

dos movimentos eram orquestrados por trombetas, tambores e salvas de canhões. Num final grandioso, mil foguetes espocavam de duas montanhas artificiais, chamadas Parnaso e Etna, e o céu era triunfalmente iluminado pelo acróstico habsburgo, AEIOU, iniciais de *Austria est imperare omne universo*, que significavam, aproximadamente, “a Áustria governa o mundo”.

O motivo pode ter sido o auto-engrandecimento, mas os resultados foram suntuosos e emocionantes; os espectadores ficaram deslumbrados, os participantes se sentiram orgulhosos, e o criador do desfile recebeu o título de barão. Foi um exemplo de homens e mulheres empenhados na arte da distração, uma função comum a todas as épocas, embora dificilmente se pudesse saber disso, a partir da imagem que hoje temos de nós mesmos como criaturas desgraçadas que estão sempre agonizando sobre as pequenas misérias do sexo e da bebida, como se não tivéssemos nenhum outro recurso, nem destino.

O maior recurso, e a realização mais duradoura da humanidade, é a arte. Em seus melhores aspectos, a arte revela a nobreza que coexiste na natureza humana, juntamente com falhas e males, e a beleza e verdade que ela pode descobrir. Quer na música ou na arquitetura, literatura ou pintura, a arte abre-nos os olhos, ouvidos e sentimentos para algo além de nós mesmos, alguma coisa que não podemos sentir sem a visão do artista e o gênio de seu ofício. A localização dos templos gregos, como o templo de Posêidon, num promontório em Sunion, delineado contra o azul penetrante do mar Egeu, o lar de Posêidon; a majestade das figuras esculpidas na pedra por Michelangelo; o domínio da linguagem demonstrado por Shakespeare e seu conhecimento da alma humana; a complicada ordem de Bach, o encantamento de Mozart; a pureza da cerâmica monocromática chinesa, com seus adoráveis nomes: celadônia, sangue-de-boi, flor de pessegueiro, luar; a exuberância dos tetos de Tiepolo, onde, sem molduras para limitar os movimentos, todo um mundo de belas e requintadas cores vive e se move no céu; a prosa e a poesia de todos os escritores, de Homero a Cervantes, a Jane Austen e John Keats, a Dostoiévski e Tchecov — quem fez todas essas coisas? Nós, nossa espécie as fez. A gama é demasiado vasta e variada para lhe fazer justiça neste espaço, mas as amostras aleatórias que mencionei, e todo o resto que sugerem, são razão bastante para honrar a humanidade.

Se perdermos — como creio — a beleza e a elegância no mundo moderno, ganhamos muito com a ciência e tecnologia e as pressões democráticas, com o bem-estar material das massas. As modificações na vida da classe trabalhadora e a mudança da atitude da sociedade para com ela marcam a grande separação entre o mundo moderno e o velho regime. A partir da Revolução Francesa, através das brutais guerras de trabalho dos séculos XIX e XX, a

transformação foi conquistada principalmente pela força, contra uma oposição feroz e por vezes imoral. Embora fosse um processo difícil, desenvolveu-se e ativou uma consciência social que não havia antes. A escravidão, a mendicância, a miséria desassistida e a necessidade foram, no conjunto, eliminadas das nações desenvolvidas do Ocidente. Isso é um crédito para o registro humano, mesmo que o mundo se já mais feio, em consequência da adaptação aos valores de massa. A história geralmente dispõe essas coisas de modo que os ganhos são equilibrados pela perda, talvez a fim de não tornar ciumentos os deuses.

Os milagres materiais realizados pela ciência e tecnologia — do vapor e eletricidade até a anestesia, anti-sepsia, antibióticos e a libertadora da mulher, a máquina de lavar, e todos os poupadores de trabalho que a acompanham — são demasiado bem reconhecidos em nossa cultura para que eu os tenha de enfatizar. Pasteur é uma grande figura no registro humano, tão grande quanto Michelangelo ou Mozart — provavelmente, no que concerne ao bem-estar geral, maior. Temos mais consciência das realizações como as dele, do que de outras, menos concretas. Peça-se a alguém que mencione coisas pelas quais a humanidade é louvável, e a resposta provavelmente começará com coisas físicas. Não obstante, o lado negativo do progresso científico é destacado e sombrio. O arsenal de guerra, com sua sempre crescente capacidade de matar, é o exemplo fatal, e quem pode dizer com confiança que o efeito geral do automóvel, avião, telefone, televisão e computador foi, no saldo, vantajoso?

A busca do conhecimento por si mesmo tem sido outra vantagem certa. Houve um momento florescente no século XVIII quando, pelo conhecimento e razão, tudo parecia possível; quando se esperava que a razão rompesse com os dogmas religiosos como o sol irrompe através da neblina, e o homem, armado do conhecimento e da razão, fosse finalmente capaz de controlar seu próprio destino e construir uma sociedade boa. A teoria de que este mundo, pelo fato de existir, é o melhor de todos os mundos possíveis, difundiu-se a partir de Leibniz; a palavra “otimismo” foi usada pela primeira vez em 1737.

Que explosão de energias intelectuais sacudiu aquelas décadas! Em vinte anos, de 1735 a 1755, Lineu batizou e classificou toda a botânica conhecida; Buffon sistematizou a história natural em 36 volumes, e um norte-americano, John Bartram, vasculhava as matas em busca de plantas, para enviá-las a correspondentes na Europa. Voltaire, Montesquieu e Hume investigaram a natureza do homem e as bases morais do direito e da sociedade. Benjamin Franklin demonstrou a eletricidade a partir do raio. O dr. Johnson compilou sozinho o primeiro dicionário da língua inglesa; Diderot e os enciclopedistas da França empreenderam a apresentação de todo o conhecimento em termos esclarecidos. O segredo chinês da porcelana foi descoberto pelos europeus e sua manufatura floresceu em Meissen e Dresden. As demolições para a abertura da place de la Concorde, que devia ser a mais majestosa da Europa, foram iniciadas em Paris. Nada menos de 150 jornais e revistas circulavam na

Inglaterra. O romance nasceu de maneira exuberante na obra de Richardson e Fielding. Chardin, artista supremo, retratou a humanidade com um pincel gentil, em suas suaves cenas domésticas. Hogarth, vendo outra criatura, expressou o lado sombrio em todo o seu ridículo e miséria. Foi uma era de entusiasmo; na primeira execução, em Londres, do *Messias* de Handel, em 1743, Jorge II ficou tão emocionado com o coro da 'Aleluia' que se levantou, fazendo com que todo o público fizesse o mesmo e estabelecendo assim um hábito que ainda costuma ser seguido pelos ouvintes do *Messias*. O homem em que o espírito da época floresceria, Thomas Jefferson, nasceu.

Se o período de vinte anos for estendido para mais dez, inclui a voz reverberante do *Contrato social* de Rousseau, o estudo precursor de Beccaria, *Ensaio sobre crime e castigo*, o início do *Declínio e queda* [do império romano] de Gibbon e, apesar do terremoto de Lisboa e do *Cândido* [de Voltaire], a inclusão de 'otimismo' no dicionário da Academia Francesa.

Embora o Iluminismo possa ter superestimado o poder da razão como guia da conduta humana, mesmo assim abriu para os homens e mulheres uma visão mais humana de seus semelhantes. Lentamente, os hábitos mais grosseiros foram reformados: no tratamento dos loucos, na redução das penas de morte, na amenização das ferozes leis contra os devedores e os caçadores ilegais e na apaixonada luta pela causa da abolição do tráfico de escravos.

O movimento humanitário não foi uma filantropia, que encerra sempre a conotação de ser praticada no interesse do doador, mas uma benevolência ou altruísmo desinteressado, motivado pela consciência. Foi personificado por William Wilberforce, que em fins do século XVIII provocou a grande rebelião da consciência inglesa contra o comércio de seres humanos. Nos Estados Unidos a imoralidade da escravidão há muito perturbava as colônias. Em 1789 ela havia sido legalmente abolida pelos estados da Nova Inglaterra, seguidos de Nova York, Nova Jersey e Pensilvânia, mas os estados do Sul insistiam, como seu preço para ingressar na União, em que o assunto fosse excluído da Constituição.

Na Inglaterra, cuja economia interna não dependia do trabalho escravo, Wilberforce tinha mais espaço. Sua influência poderia tê-lo levado ao cargo de primeiro-ministro, se o poder pessoal fosse seu objetivo, mas ele canalizou sua vida, em lugar disso, para um objetivo em favor da humanidade. Instigou, animou, inspirou um movimento cujos membros realizavam reuniões, organizavam petições, recolhiam informações sobre os horrores da rota intermediária (África-Índias Ocidentais, seguida pelos traficantes de escravos), distribuíam folhetos ao público, canalizando o sentimento não-conformista da classe média até transformá-lo numa onda crescente que, na frase de Trevelyan, "fundiu a dura prudência dos estadistas". A abolição do comércio de escravos sob a bandeira britânica foi conseguida em 1807. A Marinha britânica foi usada para impor a proibição, com revistas de navios em alto-mar e patrulhas de

gulares do litoral africano. Quando Portugal e Espanha foram convencidos a aderir à proibição, receberam uma indenização de 300 mil e 400 mil libras, respectivamente, pelo contribuinte britânico. As violações e o contrabando continuaram, convencendo os abolicionistas de que, para acabar com o tráfico, a própria escravidão tinha de ser abolida. A agitação recomeçou. Aos poucos, durante um quarto de século, as indenizações reduziram a oposição dos escravocratas das Antilhas e seus aliados na Inglaterra, até que a emancipação de todos os escravos no Império Britânico foi decretada em 1833. O custo total para o contribuinte britânico foi calculado em 20 milhões de libras.

Em recentes e desagradáveis experiências aprendemos a esperar que a ambição, a cobiça ou a corrupção se revelem atrás de todo ato público, mas, como acabamos de ver, nem sempre é assim. Os seres humanos têm impulsos melhores e, ocasionalmente, agem de acordo com eles, mesmo no século XX. A Dinamarca ocupada durante a Segunda Guerra Mundial, indignada pelas ordens nazistas para a deportação de seus concidadãos judeus, reuniu a coragem do desafio e transformou-se numa passagem secreta para retirar praticamente todos os oito mil judeus dinamarqueses para a Suécia, e esta os recebeu. Longe dali, e sem qualquer ligação, uma aldeia no sul da França, Le Chambon-sur-Lignon, dedicou-se a salvar judeus e outras vítimas dos nazistas, com o risco da vida e liberdade de seus próprios habitantes. "Salvar vidas tornou-se um passatempo para o povo de Le Chambon", disse um deles. Na época predominou, reconhecidamente, a colaboração, passiva ou ativa. Não podemos esperar que os melhores impulsos predominem no mundo, apenas que surjam sempre.

O mais forte deles na história, o que desperta o que há de melhor nos homens, é o amor à liberdade. Repetidamente, em algum lugar do mundo, levantaram-se homens, naquilo que Swinburne chamou de "divino direito da insurreição", para derrubar déspotas, repelir invasores estrangeiros, conquistar a independência; e assim será, até o dia em que o poder deixe de corromper, o que não me parece iminente.

Os judeus antigos levantaram-se três vezes contra governantes estrangeiros, começando com a revolta dos macabeus contra a tentativa de Antíoco IV de proibir a fé judaica. Matatias, o sacerdote, e seus cinco filhos, reunindo crentes leais nas montanhas, iniciou uma guerrilha que, depois da morte do pai, teria um chefe no gênio militar de seu filho Judá, chamado Macabeu, ou o Martelo. Venerado na Idade Média como um dos Nove Notáveis do mundo, ele derrotou seus inimigos, consagrou de novo o templo e restabeleceu a independência da Judéia. No século seguinte, o levante dos zelotes contra o governo romano foi fanática e desesperadamente perseguido por meio de fomes, sítios, queda de Jerusalém e destruição do templo, até a última resistência dos pouco mais de mil, na rocha de Masada, que preferiram o suicídio em grupo à rendição.

Depois de sessenta anos como província ocupada, a Judéia levantou-se outra vez sob Simon Bar Kochba, que reconquistou Jerusalém por um breve momento, mas não pôde resistir aos exércitos de Adriano. A rebelião foi esmagada, mas o culto da identidade, que se manteve latente no exílio por 18 séculos, seria reavivado novamente e reconquistaria sua pátria em nossa época.

O fenômeno continua até hoje, na Argélia, no Vietnã, embora, vistos de perto e na maioria dos casos manipulados por pessoas de fora, os movimentos contemporâneos pareçam menos puros e heróicos do que sob o verniz da história, como, por exemplo, os escoceses sob William Wallace, os suíços contra os Habsburgos, as colônias norte-americanas contra a metrópole.

Sempre apreciei a resposta corajosa de um dos grandes proprietários coloniais de terras de Nova York que, ao ser aconselhado a não arriscar seus bens assinando a Declaração de Independência, respondeu: "Ao diabo os bens! Dê-me a pena!" Ao procurar confirmação para este ensaio, sinto profundamente dizer que a frase parece apócrifa. Mas não o seu espírito, pois os signatários sabiam muito bem que estavam arriscando as propriedades, para não falar das cabeças, colocando seus nomes na declaração.

E não escaparam. Vulneráveis ante a derrota de Washington em Long Island, suas propriedades foram deliberadamente destruídas pelos ingleses, suas casas saqueadas, seus papéis e livros queimados, os móveis quebrados, o gado e cereais armazenados destruídos, os meeiros e criados expulsos, mil acres de madeiras de Lewis Morris reduzidos a tocos. Tiveram de viver da caridade de amigos durante a guerra. Philip Livingston morreu sem ver outra vez sua casa e suas terras; o rico comerciante Willian Floyd ficou arruinado para sempre. Outros homens ricos que assinaram o documento tinham muito a perder: Hancock, de Massachusetts, que escreveu seu nome em letras grandes para que ninguém o confundisse; Lee, da Virgínia; Carroll, de Baltimore. O próprio George Washington representou esse espírito, mais tarde na guerra, quando escreveu censurando seu capataz, em Mount Vernon, por fornecer provisões a um grupo de desembarque britânico que subira o Potomac e ameaçava incendiar a fazenda se suas exigências não fossem atendidas. Teria sido "menos doloroso", escreveu ele, saber que, em consequência da recusa, "tinham queimado minha casa e arruinado minhas plantações". O interesse econômico pessoal, como isso ilustra, nem sempre é o que nos guia.

Até aqui, falei das qualidades do grupo, e não do indivíduo — exceto quanto à arte, que na maioria dos casos é um produto do espírito isolado. Também a felicidade é uma questão individual. Ela nasce aqui ou ali, ao acaso, sem origem ou explicação. Resiste ao estudo, rida sociologia, floresce, desaparece, reaparece em outro lugar. Veja-se Izaak Walton, autor de *The compleat angler*, o guia para a satisfação, bem como para a pesca, do qual Charles Lamb disse: "Sua leitura amenizará o temperamento de qualquer homem, em qualquer momento." Embora Walton vivesse em tempos agitados de revolução e

regicídio, embora fosse partidário do lado perdedor na Guerra Civil inglesa, embora perdesse ainda pequenos todos os seus sete filhos da primeira mulher e o mais velho do segundo casamento, embora ficasse duas vezes viúvo, seus infortúnios não amargaram uma natureza essencialmente alegre. "Ele atravessou as tempestades sempre acompanhado do contentamento", como disse um biógrafo seu.

O segredo de Walton estava na amizade. Nascido numa família de pequeno proprietário rural e aprendiz de ferreiro em sua juventude, conseguiu educar-se e, com sua disposição suave e alegre fé religiosa, tornou-se amigo, em condições de igualdade, de vários clérigos e poetas instruídos, cujas vidas escreveu e cujos trabalhos prefaciou, entre eles John Donne, George Herbert e Michael Drayton. Um outro companheiro, Charles Cotton, escreveu sobre Izaak: "Nele, tenho a felicidade de conhecer o mais digno homem, e desfrutar a melhor e mais sincera amizade que um homem já teve."

The compleat angler, publicado quando o autor tinha sessenta anos, brilha ao sol de seu caráter. Nele há humor e religiosidade, graves conselhos sobre as idiossincrasias do peixe e as belezas de pescá-lo, prazer na natureza e na música. Walton viu cinco reedições em vida, enquanto numerosas outras lhe asseguraram a imortalidade. O filho que o sobreviveu, de sua segunda mulher, tornou-se sacerdote; a filha casou-se e deu ao seu pai um lar entre netos. Ele escreveu sua última obra aos 85 anos e morreu aos noventa, depois de ser celebrado em verso por alguém de seu círculo como "um velho feliz", cuja vida "mostrou como alcançar a verdadeira felicidade". Pensemos nele, quando estivermos resmungando.

Esse meu levantamento terá ensinado alguma coisa? Só faço a pergunta porque a maioria das pessoas querem que a história lhes ensine lições, o que acredito ser possível, embora tenha menos certeza de que possamos usar essas lições quando delas precisamos. Reuni estes exemplos não para ensinar, mas simplesmente para lembrar as pessoas, numa era de desalento, que o bem na humanidade existe, mesmo que o mal receba mais atenção. Sei que a escolha dos melhores momentos não resulta num quadro realista. Se procurarmos o outro lado desses momentos, é provável que encontremos um aspecto menos claro, como ocorreu quando o Projeto Apollo, nossa viagem à lua, foi autorizado porque sua popularidade podia assegurar subsídios para foguetes e mísseis, que sem isso poderiam não ser conseguidos. As coisas são assim.

Sistemas filosóficos inteiros surgiram sobre a questão do que predomina na espécie humana, o bem ou o mal. Sei apenas que as coisas se misturam, que não se pode separar o bem do mal, que a sabedoria, a coragem e a bondade existem ao lado da canalhice, da cobiça, e da estupidez; o heroísmo e a fortaleza ao lado da vaidade, crueldade e corrupção.

É um paradoxo de nossa época, no Ocidente, o fato de que nunca tantas pessoas estiveram tão relativamente bem, e nunca a sociedade teve mais pro-

blemas. Suspeito que as virtudes da humanidade, porém, não desapareceram, embora as experiências do nosso século pareçam sugerir sua ausência. Um século que tomou forma na desilusão que se seguiu aos enormes esforços e esperanças da Primeira Guerra Mundial, que viu a revolução na Rússia cristalizar-se na mesma tirania que derrubou, viu uma nação supostamente civilizada retornar, sob os nazistas, a uma selva jaria organizada e sem paralelo e viu que o covarde apaziguamento pelas democracias está compreensivelmente marcado pela desconfiança em relação à natureza humana. Um historiador literário, Van Wyck Brooks, discutindo as décadas de 1920 e 1930, falou de um “desespero escatológico do mundo”. Enquanto Whitman e Emerson, escreveu ele, “se impressionavam com a dignidade e o bom senso das pessoas, os autores da nova época” eram comovidos pelas suas luxúrias, cupidez e violência, e passaram a ter aversão pelos seus semelhantes. O mesmo tema reapareceu numa peça recente, na qual a mãe lutava contra seus dois filhos “impiedosamente desdenhosos”. Seu problema era que ela desejava que fossem felizes, e eles não queriam ser. Preferiam ver horrores na televisão. Em essência, a nossa época é assim. Ela insiste nas falhas e corrupções, sem crença no valor, na virtude ou na possibilidade de felicidade. Ela se volta com frequência para trás, para olhar Sodoma e Gomorra; ela não vê as montanhas deleitáveis.

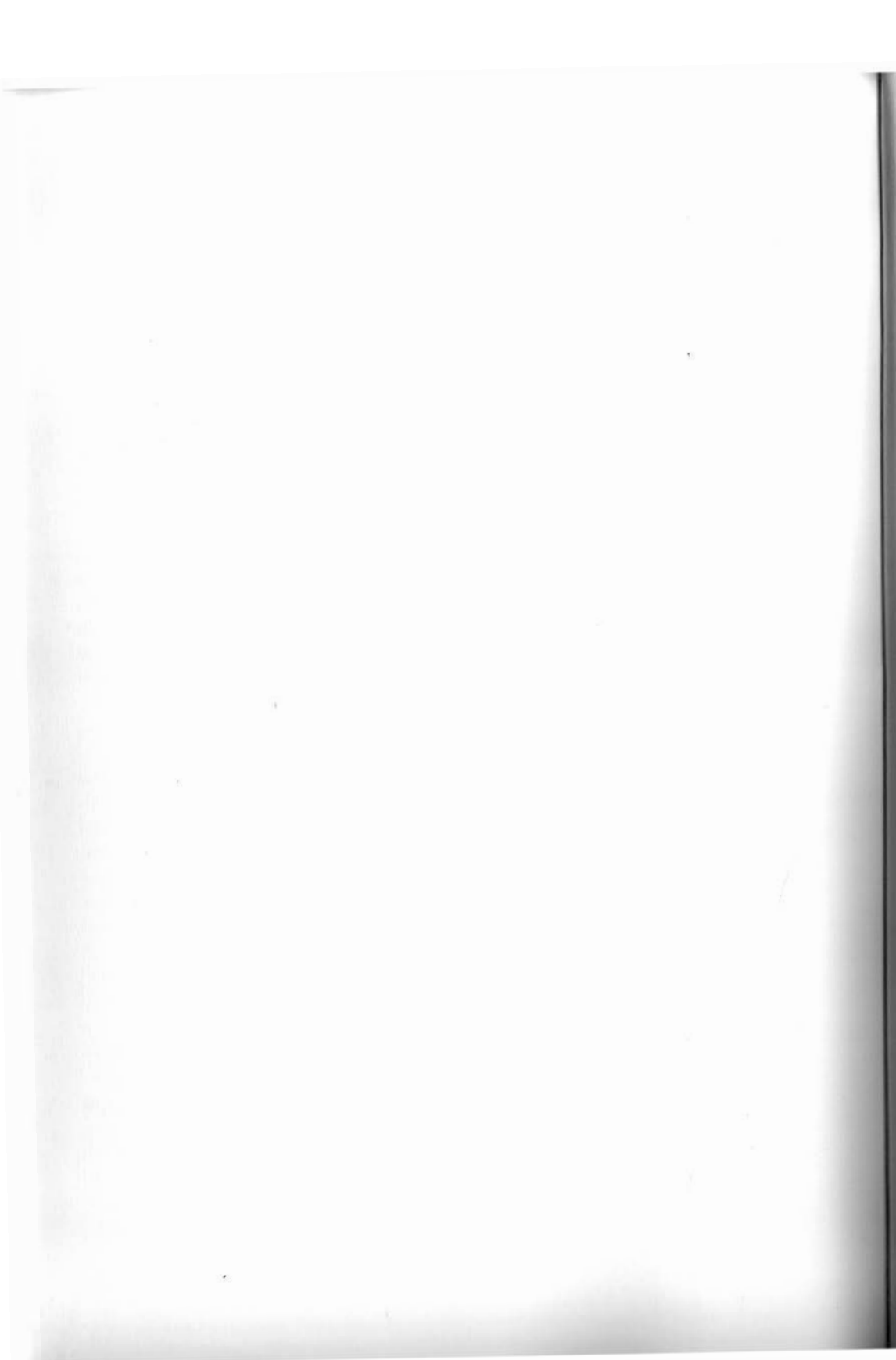
Devemos manter um equilíbrio, e não conheço melhor receita do que uma frase do panegírico de Condorcet, por ocasião da morte de Benjamin Franklin: “Ele perdoou o presente, em favor do futuro”.



TERCEIRA PARTE

APRENDENDO
COM A HISTÓRIA





A história
é um guia para o futuro?*

* Conferência, Chicago Historical Society, outubro de 1966.



PERGUNTA mais comum feita aos historiadores pelos não-especialistas é se a história serve para alguma coisa. É útil? Podemos aprender com as suas lições?

Quando as pessoas querem que a história seja utilitária e nos ensine coisas, isso significa que também querem ter a certeza de que ela se faz dentro de padrões científicos. Em minha opinião, isso não é possível, pelas razões que mencionarei dentro em pouco. Fazer história como ciência é sociologia, disciplina muito diferente e que eu, pessoalmente, acho antipática, embora os sociólogos possam dizer que a deficiência seja minha, e não deles. Os sociólogos andam com o nariz no chão, reunindo inúmeras estatísticas para chegar a conclusões óbvias que um historiador razoavelmente sensível, para não falarmos de grande parte do público em geral, já sabe, simplesmente pela observação — que a mobilidade social está aumentando, por exemplo, ou que as mulheres têm problemas diferentes dos homens. Gostaríamos que eles se libertassem um dia, levantassem a cabeça e olhassem para o mundo que os cerca.

Se a história fosse uma ciência, poderíamos controlá-la, aprender seus processos, estabelecer seus padrões, saber o que acontecerá amanhã. Por que não podemos? A resposta está no que chamo de variável incognoscível, ou seja, o homem. Os seres humanos são sempre, em última instância, o tema da história. Ela é o registro do comportamento humano, o mais fascinante de todos os assuntos, mas tão ilógico e cheio de um número ilimitado de variáveis que não é suscetível de método científico, nem de sistematização.

Digo isso corajosamente, mesmo em plena era eletrônica, quando os computadores já estão mastigando as saias da história, no processo chamado quantificação. Aplicada à história, a quantificação tem seus limites, ao que me parece. Depende de um método chamado “manipulação de dados”, que significa que os fatos, ou dados, do passado histórico, isto é, do comportamento humano, são classificados em determinadas categorias, para que possam ser programados nos computadores. Disso resulta — espera-se — um

padrão. Só lhes posso dizer que para a história a “manipulação de dados” é em si mesma um elemento que destrói a validade, porque na medida em que os dados são manipulados para equacioná-los a alguma exigência estranha, no caso as exigências da máquina, também os resultados serão suspeitos, e correm o risco de não serem válidos. Tudo depende dos nomes atribuídos às categorias e da inclusão dos fatos nessas categorias, o que por sua vez depende do critério individual do quantificador, na base mesma do processo. As categorias não constituem uma doutrina revelada, nem são resultados da verdade científica.

A esperança para a quantificação é que, processando uma enorme quantidade de material muito além da capacidade do indivíduo, ela possa trazer à luz, e estabelecer, padrões confiáveis. Isto ainda não foi comprovado, e não me sinto otimista a respeito. A história tem um jeito de escapar às tentativas de aprisioná-la em padrões. Além disso, um de seus dados básicos é a alma humana. O historiador convencional, pelo menos o que se preocupa com a verdade, e não com a propaganda, tentará honestamente deixar que seus “dados” falem por si mesmos, mas dados encaixados em compartimentos predeterminados são inúteis. Suas nuances não têm voz. Devem ter um ou outro significado fixo, e o resultado será ponderado da mesma maneira. Por exemplo, num estudo quantitativo das origens da Primeira Guerra Mundial, de que tomei conhecimento, os operadores dividiram todos os documentos diplomáticos, mensagens e pronunciamentos da crise de julho em categorias rotuladas “hostilidade”, “amizade”, “frustração”, “satisfação” e assim por diante, e cada um desses documentos foi classificado pela sua intensidade numa escala de um a nove, inclusive frações. Mas nenhuma categoria preestabelecida poderia corresponder a todos os traços de caráter pessoais, e a todas as pressões públicas, que operavam de maneira variada sobre os nervosos monarcas e ministros. O grande trabalho exigido por esse estudo resultou insignificante: chegou-se à conclusão nada surpreendente de que a probabilidade de guerra aumentava em proporção ao aumento da hostilidade das mensagens.

A quantificação é, na realidade, apenas uma nova abordagem do velho e persistente esforço de fazer com que a história se enquadre num padrão; mas padrões ‘confiáveis’, também chamados de lições da história, continuam elusivos.

Suponhamos, por exemplo, que Woodrow Wilson não fosse o presidente dos Estados Unidos em 1914, e sim Theodore Roosevelt, seu adversário na eleição de 1912. Se isso tivesse acontecido, os Estados Unidos poderiam ter entrado no conflito muito antes, talvez na época do *Lusitania*, em 1915, com a possível redução da guerra e efeitos incalculáveis sobre a história. Bem, acontece que entre os anarquistas do meu livro *The proud tower* há um obscuro italiano chamado Miguel Angiolillo, de quem ninguém se recorda, mas que matou o primeiro-ministro Canovas, da Espanha em 1897. Canovas era um homem forte, que estava sufocando os rebeldes em Cuba quando foi assassi-

nado. Se tivesse vivido, poderia não ter ocorrido nenhuma insurreição cubana de grandes proporções para entusiasmar os norte-americanos, nenhuma guerra hispano-americana, nenhum San Juan Hill, nem Rough Riders, nem vice-presidência para Theodore Roosevelt que lhe permitisse chegar à presidência quando outro acidente, outro anarquista, outro ser humano imprevisível, matou McKinley. Se Theodore não tivesse sido presidente, não teria havido um terceiro grupo em 1912 para dividir os republicanos, e Woodrow Wilson não teria sido eleito. As especulações, a partir desse ponto, são ilimitadas. Para mim, é reconfortante, e não o contrário, saber que a história é determinada pelo ilógico comportamento humano, e não por grandes leis científicas imutáveis, que está fora de nosso poder desviar.

Sei muito pouco (um eufemismo para 'nada') sobre a ciência de laboratório, mas tenho a impressão de que as conclusões devem ser lógicas. Ou seja, que de um determinado conjunto de circunstâncias deve seguir-se um resultado previsível. O problema é que no comportamento humano e na história é impossível isolar, ou repetir, um determinado conjunto de circunstâncias. Ato humanos complexos não podem ser reproduzidos, nem deliberadamente provocados, nem previstos, como os fenômenos da natureza. O sol nasce todos os dias. As marés obedecem de tal maneira a um esquema que uma tábua para elas pode ser preparada, como um horário de trens, embora seja ainda mais confiável. Na verdade, as marés e os trens ilustram bem o meu argumento: uma depende da lua, e é infalível; os outros dependem do homem, e são incertos.

Na ausência de uma repetição fiel das circunstâncias, não se pode ter muita confiança nas lições da história.

Há lições, é claro, e, quando se fala de aprender com elas, creio que geralmente o que se quer dizer é que há duas maneiras de aplicar a experiência do passado. Uma, é permitir-nos evitar os erros pretéritos e fazer melhor em circunstâncias semelhantes, da próxima vez; a outra, é permitir-nos prever uma tendência futura dos acontecimentos. (A história poderia dizer-nos alguma coisa sobre o Vietnã, creio, se a ouvíssemos.) Fazer melhor da próxima vez está dentro de nossas possibilidades; prever não parece estar.

A Segunda Guerra Mundial, por exemplo, com a experiência da guerra anterior como uma lição temível, foi certamente dirigida, depois que nela entramos, de maneira mais inteligente do que a primeira. Entrar nela foi outra questão. Quando era importante prever o curso dos acontecimentos, os norte-americanos deixaram de aplicar a lição adequada. Pearl Harbor é o exemplo clássico do fracasso em aprender com a história. Pela visão que hoje temos do passado, sabemos que deveríamos ter esperado um ataque de surpresa por parte do Japão, em meio a negociações. Simplesmente porque isso era desonroso, teria de ser impensável? Não. Foi exatamente esse o procedimento adotado pelo Japão em 1904, quando a guerra russo-japonesa começou com um ataque de surpresa à esquadra russa em Port Arthur.

Tínhamos, além disso, todas as indicações materiais possíveis. Tínhamos decifrado o código japonês, tivemos advertências no radar, tivemos um fluxo de boas informações. O que falhou? Não foi a informação, mas o *juízo*. Tínhamos todos os indícios e nos recusamos a interpretá-los corretamente, tal como os alemães em 1944 se recusaram a acreditar na evidência de um desembarque na Normandia. Os homens não acreditam naquilo que não se enquadra em seus planos ou naquilo que programaram. A falha de todas as informações militares, sejam 20% ou 50% exatas, ou 100% exatas, é não serem melhores do que o juízo de seus intérpretes, e esse juízo é produto de uma gama de predisposições, critérios e desejos, individuais, sociais e políticos, em suma, é humana e, portanto, falível. Se podemos decifrar o código japonês, mas não acreditar no que ele nos diz, como podemos esperar aprender com as lições da história?

Um computador faria melhor? No caso de Pearl Harbor, provavelmente sim. Se pudéssemos ter colocado num computador todas as informações existentes em novembro de 1941, dificilmente ele teria deixado de responder logo: "Ataque aéreo, Havaí, Filipinas", e talvez até mesmo "7 de dezembro". Mas acontecerá isso, sempre? Poderemos confiar as lições da história aos computadores? Creio que não, porque eles serão enganados pela história: podem fazer as deduções certas e chegar à conclusão certa, mas se ocorre uma deformação, alguém espirra, a história oscila e toma outro caminho. Se o nariz de Cleópatra fosse mais curto, disse Pascal, todo o aspecto do mundo teria mudado. Pode um computador levar Cleópatra em conta?

Há muito tempo, quando as verdades eternas pareciam claras, isto é, durante a Guerra Civil espanhola, eu acreditava que as lições da história eram inequívocas. Parecia óbvio, fora de qualquer discussão, que se o fascismo sob Franco ganhasse, a Espanha seria, na esperada guerra européia, uma base para Hitler e Mussolini, o Mediterrâneo se tornaria um lago italiano, a Grã-Bretanha perderia Gibraltar e ficaria isolada do seu império a leste de Suez. O perigo era evidente, a lógica, implacável, todas as pessoas sensatas viam isso e eu, que acabava de sair da faculdade, escrevi um pequeno livro, publicado na Inglaterra, para mostrar isso, todo baseado nas analogias da história. O livro descreve como, durante os séculos XVIII e XIX, a Grã-Bretanha se tinha sempre oposto a qualquer influência indevida sobre a Espanha, qualquer que fosse a potência dominante no continente. A questão dos casamentos espanhóis, as campanhas de Wellington, as políticas de Castlereagh, Canning e Palmerston foram dirigidas, todas, para o mesmo objetivo: a potência continental mais forte tinha de ser impedida de controlar a Espanha. Meu livro era, pareceu-me, muito bem-feito e revelador. Eu não mencionava a luta então corrente, mas deixava o passado falar por si mesmo e expor o argumento. Este era irrefutável — até que a história o refutou. Franco, ajudado por Hitler e Mussolini, venceu, a guerra européia ocorreu, mas inexplicavelmente a Espanha permaneceu

neutra, pelo menos, de nome. Gibraltar não caiu, as portas do Mediterrâneo não se fecharam. Eu — para não falar dos outros antifascistas “prematureos”, como éramos chamados — estava moralmente certa quanto ao perigo geral do fascismo, mas errara sobre um resultado específico. As lições da história que tão cuidadosamente expus, simplesmente não funcionaram. A história comportou-se de modo diverso.

Pearl Harbor e a Espanha demonstraram duas coisas. Uma, que o homem não se aproveita das lições da história porque seus julgamentos o impedem de tirar as conclusões indicadas; e outra, que a história tomã caprichosamente, com freqüência, uma direção diferente daquela indicada pelas suas lições. É nisso que está a falha dos sistemas da história.

Em se tratando de sistemas, a história pregou sua maior peça em Karl Marx. Nunca um profeta esteve tão certo de suas premissas, nunca estiveram os crentes tão absolutamente convencidos de um resultado previsto, nunca houve uma interpretação da história que parecesse tão à prova de erros. Analisando os efeitos da Revolução Industrial, Marx expôs o terrível problema do século XIX: quanto maior o progresso material, mais ampla e profunda a pobreza resultante, um processo que só podia terminar, decidiu ele, num colapso violento da ordem existente, provocado pela revolução. Daí, formulou a doutrina do *Verelendung* (empobrecimento progressivo) e *Zusammenbruch* (colapso) e decretou que, como a consciência da classe operária aumentava em proporção à industrialização, a revolução ocorreria primeiro no país mais industrializado.

A análise de Marx era tão convincente que parecia impossível à história seguir outro rumo. Seus postulados foram aceitos por seguidores em sua geração, e em gerações posteriores, como se estivessem gravados nas tábuas do monte Sinai. O marxismo, como a verdade revelada da história, foi provavelmente o dogma mais convincente jamais enunciado. Sua influência foi tremenda, incalculável, continuada. Os fatos apresentados pelo seu fundador estavam corretos, seu pensamento era lógico e profundo: ele estava certo em tudo, menos em suas conclusões. Os fatos não o confirmaram. A classe operária teve suas condições melhoradas progressivamente, e não pioradas. O capitalismo não entrou em colapso. A revolução ocorreu no país menos industrializado, e não no mais. O Estado não desapareceu sob o coletivismo, mas sim cresceu em poder e função, e no controle da sociedade. A história, ignorando Marx, seguiu a sua própria lógica misteriosa e o seu próprio caminho.

Quando se evidenciou que Marx estava errado, os homens que buscavam um determinismo correram a sujeitar a história a uma nova autoridade: Freud. Sua mão pesa hoje sobre nós. O inconsciente é o rei. Pelo menos era. Há nove vozes, creio, dizendo que o inconsciente é uma fraude; o iconoclasmo chegou até mesmo a Freud. Não obstante, em seu efeito sobre a visão moderna, Freud foi inquestionavelmente a maior influência transformadora, entre os séculos XIX

e XX. É possível que nossa época seja um dia batizada como a era freudiana, que substituiu a era vitoriana. Nosso entendimento da motivação humana adquiriu toda uma dimensão nova, desde que suas idéias deitaram raízes. Mesmo assim, não me parece que os impulsos sexuais e psicológicos inconscientes sejam tão relevantes, em todas as circunstâncias, quanto pretendem os freudianos, que passaram a ter em seu sistema a mesma inflexibilidade dos marxistas ortodoxos. Eles podem proporcionar aos historiadores certas percepções, mas não uma orientação para o futuro, porque o homem, *en masse*, não se comporta de acordo com um padrão. Todo salmão volta a desovar nas águas onde nasceu, é uma lei universal para o salmão. O homem, porém, vive num mundo mais complicado que o do peixe. A quantidade de influências que se fazem sentir sobre ele é demasiado grande para que se possa dizer que todo homem é movido por um desejo inconsciente de nadar de volta para o útero.

Sempre me pareceu uma infelicidade, por exemplo, que Freud tenha escolhido as experiências de duas famílias reais para exemplificar seu conceito dos complexos de Édipo e Electra. A realeza vive em circunstâncias especiais, que não são válidas como experiência universal particularmente no que se relaciona com a questão do poder entre o soberano e seu herdeiro. A lenda de Édipo, que mata o pai, pode ter nascido do fenômeno constatado de que todo herdeiro real sempre odiou o pai, não porque desejasse dormir com a mãe, mas porque queria subir ao trono. Se o soberano é por acaso a mãe, ele a odeia da mesma maneira. Ela também não gostará do herdeiro desde o nascimento, porque sabe que está destinado a ocupar o seu lugar, como no caso da rainha Vitória e seu filho mais velho, que se tornou Eduardo VII. Isso não é freudismo, mas simplesmente uma questão dinástica.

Quanto a Electra, é difícil saber como entender a lenda. A família Atreu era muito estranha. Havia ali mais coisas do que a paixão de Electra pelo pai. E Orestes, que a ajudou a matar a mãe de ambos; ou a matou ele próprio, segundo outra versão? Não teria matado o progenitor errado? Por que não matou o pai? E Ifigênia, a irmã, que Agamenon matou como um sacrifício? Qual a explicação freudiana para isto? Não dizem, o que não é ser histórico. O historiador não pode escolher seus fatos, tem de tratar de todos os indícios.

Ou tomemos Martinho Lutero. Como se sabe, o prof. Erik Erikson, de Harvard, descobriu que Lutero sofria de prisão de ventre desde a infância, e sobre esse interessante aspecto fisiológico construiu um sistema que explica tudo sobre seu homem. Isso é, sem dúvida, a coisa de pior gosto que já aconteceu em história, em muitos anos. Chegou até mesmo à Broadway. Não obstante, não me parece que Lutero tenha pregado as 95 teses na porta da igreja de Wittenberg apenas, ou mesmo principalmente, devido à atividade — ou antes, inatividade — de seu músculo anal. Seu motivo pessoal de protesto pode ter tido uma base anal, pelo que sei, mas o que tem importância, historicamente, é a forma tomada pelo protesto, e isso tinha relação com velhas e profundas

injustiças sociais, decorrentes do mundanismo da Igreja, da venda de indulgências, da corrupção do clero e assim por diante. Se não tivesse sido Lutero, outro teria protestado; o protestantismo teria surgido com ou sem ele, e suas causas nada tiveram a ver com seu problema fisiológico pessoal. Tenho certeza de que o prof. Erikson estava tentando explicar Lutero, e não o protestantismo, mas seu livro deu início a uma moda de psico-história entre aqueles que não têm conhecimento adequado, ou formação, para praticá-la.

Depois de Freud teve breve fama um profeta menor, Oswald Spengler, que proclamou a decadência do Ocidente, baseado num complicado estudo das lições da história. Desde então, esporadicamente, tem havido um retorno ao seu tema, em especial depois da Segunda Guerra Mundial e do fim do colonialismo. A ascensão da China e os movimentos de independência na Ásia e África inspiraram muitos reexames nervosos de Spengler. A Europa está liquidada, dizem os que sabem; o futuro pertence às raças de cor, e tudo o mais.

A Europa vem sendo enterrada há bastante tempo. Lembro-me de um pensador político por quem eu tinha grande respeito, e que me disse, na década de 1930, que o reinado da Europa tinha terminado: o futuro pertencia à América do Norte, Rússia e China. Era para mim um pensamento novo e terrível, e fiquei muito impressionada. Ao que me parece hoje, sua previsão não se confirmou. Não creio que a Rússia e os Estados Unidos possam ser dissociados da Europa; somos antes extensões dela. Hesito em ser dogmática quanto à Rússia, mas estou certa sobre os Estados Unidos. A cultura norte-americana vem da Europa, nossas fortunas estão ligadas às dela, no final das contas estamos lado a lado. Minha impressão é que a Europa, e por extensão a raça branca, está longe de ter acabado. A vitalidade da Europa revive sempre, e, como fonte de idéias, ela é inesgotável. A fissão nuclear, o progresso mais recente, embora indesejado, veio do trabalho de toda uma série de europeus: Max Planck, os Curies, Einstein, Rutherford, Fermi, Nils Bohr, Szilard. Antes, os três grandes formadores do espírito moderno, Darwin, Marx e Freud, foram europeus. Não conheço nenhuma idéia original que tenha afetado, de maneira importante, o mundo moderno e que tenha vindo da Ásia ou África (exceto, talvez, o conceito de Gandhi, da resistência não-violenta, ou da desobediência civil, mas, afinal de contas, Thoreau teve a mesma idéia, antes).

Não me parece um fenômeno passageiro, ou um acidente, o fato de que o Ocidente, em idéias e poder temporal, tenha dominado por tanto tempo. Longe de ficar para trás, ele parece ter ampliado a sua vantagem, exceto na terrível e simples questão numérica, e gostaria de pensar que a inventividade ocidental acabará, algum dia, por resolver isso. O que se chama de emergência dos povos da Ásia e África está processando em termos ocidentais, e é medida pelo grau em que eles tomam as formas ocidentais, políticas, industriais e outras. É triste que estejam perdendo suas próprias culturas, creio, mas suponho que isso seja inevitável. O novo mundo é o espaço, e este está sendo explorado pelo Ocidente. Isso basta, quanto a Spengler.

Entram em moda teorias da história que, como é da natureza das modas, dentro em pouco desaparecem e dão lugar a outras novas. Isso, porém, não desanima os sistematizadores. Eles acreditam na moda deste ano com a mesma firmeza que acreditavam na do ano passado, pois, como diz Isaiah Berlin, o "anscio obstinado pela unidade e simetria a expensas da experiência" está sempre conosco. Quando eu cresci, a interpretação econômica da história, tal como formulada com grande impacto por Charles Beard, era o novo evangelho, tão incontroverso como se lhe tivesse sido revelado numa sarça ardente. Questionar, sequer, que os interesses financeiros motivaram os nossos fundadores na separação da Grã-Bretanha, ou que considerações igualmente mercenárias determinaram nossa entrada na Primeira Guerra Mundial, era confessar-se extremamente ingênuo. Recentemente, porém, a moda — e na verdade, isso parece necessário —, para o historiador, vem sendo pular sobre Beard com os dois pés. Ele e o considerável número de seus seguidores, que contribuíram para o seu sistema e fizeram dele um dogma capaz de cobrir qualquer situação histórica, foram derrubados, analisados, dissecados e totalmente negados. No momento, o *establishment* histórico empenha-se em acabar com Frederick Jackson Turner e sua teoria da fronteira. Não sei qual é a nova explicação, mas tenho certeza de que deve haver alguma tese, pois, como disse um historiador acadêmico recentemente, para se escrever a história é necessária "uma grande idéia organizadora".

Visualizo a "grande idéia organizadora" como uma daquelas correntes de ferro puxadas por um trator para alisar um campo semeado. Vejo o professor subindo ao trator, e lá vai ele, puxando atrás de si a sua grande idéia organizadora sobre os torrões e buracos da história, até alisá-la como uma superfície bonitinha, limpa, organizada, em outras palavras, um sistema.

O ser humano — eu, você ou Napoleão — não é confiável como fator científico. Na combinação de personalidades, circunstâncias e momento histórico, cada homem é uma série de variáveis que é impossível reproduzir. Seu nascimento, seus pais, seus irmãos, sua comida, sua casa, sua escola, sua condição econômica e social, seu primeiro emprego, sua primeira namorada, e as variáveis inerentes a tudo isso, constituem aquele misterioso compêndio, a personalidade, que por sua vez se combina com outra série de variáveis: pais, clima, época e circunstâncias históricas. Será então provável que todos esses elementos se voltem a encontrar em suas proporções exatas, para reproduzir um Moisés, ou Hitler, ou De Gaulle, ou mesmo Lee Harvey Oswald, o homem que matou Kennedy?

Enquanto o homem continuar sendo a variável incognoscível — e não vejo perspectivas imediatas de que todas as facetas de sua variedade infinita venham a ser catalogadas —, não sei como seus atos podem ser programados e quantificados com utilidade. Os apressados otimistas eletrônicos continuarão dividindo o comportamento humano do homem em milhares de pequenos

segmentos definíveis, que chamam de insumos, e a máquina zumbirá e suas luzes se acenderão e ela dará imediatamente o resultado. Mas será o resultado confiável? Eu aposto dez por um em que a história não prestará ao resultado mais atenção do que concedeu a Karl Marx. Ela ainda precisará de historiadores. A eletrônica pode ter sua utilidade, mas não transformará os historiadores em apertadores de botões, nem a história num sistema. Assim espero.

Chaves históricas
dos descontentamentos atuais*

* Conferência, Pomona College, fevereiro de 1969.



SUPONHO que ninguém negará o fato de que o mundo, em meados do século XX, está enfrentando problemas sérios, possivelmente desesperadores. Vocês, estudantes, estão entrando nele, enquanto eu, mais feliz, estou saindo, mas compartilhamos a desvantagem de ter nascido numa era desorientada, num período de perturbação extrema e pouco estímulo. O último volume da *Cambridge Modern History*, cobrindo de 1898 até o presente, tem como título *The age of violence (A idade da violência)*, o que, levando-se em conta a violência considerável das eras anteriores, é uma distinção.

Vocês sabem tudo sobre os aspectos materiais de nossos problemas — poluição, superpopulação —, e também sobre os aspectos abstratos, ou seja, o descontentamento geral, o mal-estar, a insatisfação dos jovens, o desnortecimento dos velhos, o crime e a tensão, o colapso dos padrões tanto estéticos quanto éticos, a selvajaria sexual, a obsessão com o sadismo e assim por diante. O catálogo é longo e muito conhecido e não preciso levá-lo até o amargo fim. Meu objetivo não é discutir a situação, mas tentar, como historiadora, localizar a causa.

Alguns de vocês acharão, sem dúvida, que se trata de um empreendimento sem sentido, de acordo com a teoria de que o passado não é importante e o que pesa é o presente. Vejo, pelas minhas ocasionais incursões aos *campi*, que os jovens estão apaixonadamente preocupados com o presente e inclinados a rejeitar o passado como irrelevante. Querem saber tudo sobre Kafka, mas não sobre Platão, querem saber sobre Sartre, mas não sobre Shakespeare, sobre o Poder Negro, mas não sobre a Revolução Francesa, e acreditam que a história norte-americana começa com John F. Kennedy. Todo estudante quer relevância imediata de toda matéria, e quer que toda matéria “enganche” — como ouvi dizer em outra universidade — com o seu problema pessoal, qualquer que seja ele. O narcisismo e o ‘agorismo’ — o eu e o presente — são as duas preocupações determinantes do campus, neste momento. A vantagem da história é saber que há tanta relevância na Guerra do Peloponesso quanto no jornal de ontem; mais relevância nos diálogos socráticos do que em certos cursos,

apressadamente organizados, sobre psicologia social. O relevante, afinal de contas, é a experiência humana, que se vem acumulando há muito tempo. Qualquer pessoa que se considere membro da sociedade ocidental, e pretenda continuar sendo, herda o passado ocidental desde Atenas a Jerusalém até Runnymede e Valley Forge, bem como Watts e Chicago de agosto de 1968. Pode desconhecer ou negar isso, mas tal atitude não modifica os fatos. O passado sorri dela, e sabe que a tem nas mãos, de qualquer modo. Parece-me perfeitamente óbvio que não podemos escapar do passado, tal como não podemos escapar de nossos próprios genes. "Outros temem o que o amanhã pode trazer", disse um sábio muçulmano, "mas eu tenho medo do que aconteceu ontem".

A história, que é a minha disciplina, foi definida como o meio pelo qual a sociedade procura compreender seu passado. Visando a essa compreensão, eu gostaria de apresentar a seguinte proposição: que, em consequência da experiência do século XX até agora, o homem perdeu a fé em si mesmo, bem como as linhas mestras das quais estava certo antes, e que essa perda é a principal responsável pela nossa atual aflição.

Sejamos específicos: sofremos a perda de duas fés tradicionais: em Deus e no progresso; duas grandes decepções: com o socialismo e o nacionalismo; uma revelação dolorosa: a revelação freudiana do subconsciente; e uma descoberta infeliz: que a boa fada ciência trouxe tanto mal quanto bem. Com exceção da perda da fé religiosa, que começou seu declínio moderno há cerca de cem anos — digamos, por uma questão de comodidade, com Darwin —, todo o resto ocorreu dentro do século XX. Isso representa uma grande carga de desilusão em setenta anos ou, aproximadamente, uma existência.

Enquanto o homem se considerou o filho de Deus, encerrando em si a divina centelha, e criado pelo dedo de Deus, como naquele maravilhoso gesto pintado por Michelangelo no teto da Capela Sistina, tinha respeito por si mesmo, e até um certo temor. Podia perceber que havia um certo sentido em sua existência aqui, e até mesmo um propósito oculto no mal que lhe ocorria ou que ele provocava; que, o que quer que acontecesse, ele era parte do plano divino. Sem querer ofender crenças individuais, diria que, como fator histórico determinante da imagem que o homem tem de si mesmo, essa interpretação deixou de ser válida. Estamos por nossa própria conta, agora, "um pobre animal nu que se bifurca no meio", nas palavras do rei Lear; e isso é muito incômodo.

Até que o século XX começasse, a idéia do progresso foi a convicção mais firme do século XIX. O homem considerava-se passível de melhoria e acreditava estar melhorando. Dispunha então da enorme ajuda da ciência — especialmente da ciência médica — e da máquina, duplicando, ou antes, multiplicando infinitamente sua capacidade de trabalho, sua saúde, conforto e liberdade de movimento. Encanamentos domésticos e água corrente, a máquina a vapor, a luz elétrica, refrigeração, instalações sanitárias, anestesia e antisséptico, máquinas de escrever e contadores de grama, telégrafo e telefone — o

mundo estava cheio de novos benefícios. Esperava-se que a melhoria material provocasse o progresso moral. Vivendo em melhores condições, esperava-se que o homem se tornasse melhor. Esse era o credo da era energética, otimista.

A terrível distância entre a expectativa e a atual realidade está no fundo, creio eu, do mal-estar de hoje. Desde que começou o novo século, os homens têm vivido melhor, e se comportado pior do que em nenhuma outra época da história — veja-se o bem-estar social e o Terceiro Reich. Subconscientemente, ou mesmo conscientemente em certos casos, ficamos atemorizados com nosso próprio recorde. Vejamos esse recorde.

O novo século nasceu às voltas com três guerras, que ocorriam simultaneamente em 1900: ingleses lutando com os bóeres na África do Sul, norte-americanos combatendo os filipinos e uma mistura de vários estrangeiros brigando com os chineses na Revolução dos Boxers. Eram todas guerras pequenas, na periferia, mas ainda assim não constituíam um bom presságio.

Mais ou menos na mesma época, passamos a nos ver de uma maneira que rasgava a proteção dos planejamentos vitorianos. Em 1900, Freud publicou *A interpretação dos sonhos*, dando início ao processo chamado de revolução freudiana, que nas décadas seguintes revelaria ao homem as sombrias dimensões de sua alma. Tal como o caldeirão das bruxas mostrou a Macbeth seus instintos assassinos, o homem moderno viu o que contém o seu inconsciente; e também isso não foi tranquilizador. Ato que ele considerava nobres e generosos, revelaram-se ignóbeis ou egoístas. A dedicação à mãe não era admirável, mas edípica. Se o inconsciente nos podia levar a todas essas coisas perversas e malvadas, independentemente de nossa vontade, então o homem não era o dono de sua alma como acreditava ser. A confiança em nossa capacidade de controlar nosso próprio destino foi, em consequência, enfraquecida. E mais, perdemos aquele conveniente bode expiatório, o diabo, como também Deus. Antes, quando alguém se comportava mal, ou de maneira estranha, dizia-se que estava possuído pelo diabo. Não é mais assim. Aquela exoneração da responsabilidade agora nos é negada: a fonte está em nós mesmos.

Aplicado ao comportamento político — isto é, ao homem na massa —, o novo conhecimento da natureza humana destruiu a confiança num conceito favorito da democracia: o bom senso final do homem comum. O liberalismo do século XIX supunha ser o homem um ente racional, que agia naturalmente de acordo com seus interesses, de modo que no fim prevalecia o que era racional. Com base nesse princípio, os liberais defenderam a extensão do sufrágio, com o objetivo de um homem, um voto. Mas o crescimento da alfabetização e do direito de voto, como se viu, em nada contribuíram para aumentar o bom senso na política. A multidão que se excita quando a câmbia sangrenta é agitada, que decide eleições em reação a *slogans* — prata livre; enforcemos o *kaiser*; dois carros em cada garagem — não está demonstrando maior senso político do que Maria Antonieta, que disse: “Que comam bolo”.

ches", ou Calígula, que fez de seu cavalo um cônsul. O homem comum não se mostrou mais prudente do que o aristocrata decadente. Não demonstrou nas questões públicas a sabedoria inata que a democracia presumia que fosse sua.

Antes mesmo de 1914, toda uma escola de filósofos políticos e psicólogos sociais ingleses, inclusive Graham Wallas, autor da expressão "a grande sociedade", foi tomada de pessimismo em consequência de seus estudos sobre o comportamento político da massa. Um deles, Wiliam Trotter, em seu livro *Instincts of the herd in peace and war*, publicado em 1908, constatou que o instinto da multidão, ou do rebanho, nasce do mesmo escuro e sinistro poço do inconsciente descoberto por Freud. Descrevendo o instinto do rebanho como uma força irracional, "imitativa, covarde, cruel[...] e sugestível", Trotter concluiu seu famoso ensaio com uma das mais sombrias frases jamais escritas: "É grande a probabilidade de que, afinal de contas, o homem venha a ser mais um dos fracassos da Natureza."

Em 1914 ocorreu a Primeira Grande Guerra, o fato que marca o início de nossa época; que foi, por assim dizer, o seu ventre. Resumindo suas causas, um historiador inglês, F. P. Chambers, escreveu em 1939: "A expressão universal da vontade de beligerância talvez seja, nesta época, um fenômeno cuja singularidade na história ainda não foi suficientemente levada em conta. É como se o crescimento da riqueza e a multiplicação da população, como se o tédio inconsciente de uma paz de quase cinquenta anos consecutivos tivesse armazenado um potencial terrível que só esperava por um acidente para explodir. Longe de serem inocentes arrastados à mortandade, talvez seja mais exato dizer que os povos da Europa arrastaram os seus líderes."

Naquela guerra, os homens realizaram prodígios de coragem e resistência, sofreram e se sacrificaram e se mataram mutuamente, movidos por duas convicções: que seu país estava certo e que lutavam para criar uma melhor ordem de coisas. Se me perdoam a autocitação: "Quando finalmente acabou, a guerra teve muitos resultados diversos e um dominante, que transcendeu todos os outros: a desilusão."

Os Quatorze Pontos, que pareciam tão corajosos abstratamente, dissolveram-se tão logo tocaram a dura realidade dos interesses nacionais entre os vencedores. O Tratado de Versalhes não estabeleceu uma paz da razão, e nem mesmo a estabilidade. A Liga das Nações, apesar de um esforço sincero e corajoso, foi um fracasso — como a sua sucessora, a Organização das Nações Unidas (ONU). Depois de quatro anos, como escreveu Graham Wallas, "do mais intenso e heróico esforço já realizado pela raça humana", as esperanças e crenças possíveis antes de 1914 feneceram lentamente.

Nenhuma traição da esperança foi mais profunda do que no socialismo. É difícil mostrar a esta geração como foram ardorosos, dedicados e convictos os anarquistas, socialistas, marxistas, líderes operários e sindicais e todos os defensores de qualquer classe ou tipo que acreditaram e lutaram pela meta da

revolução social — aquela grande transformação que varreria a maldade e a opressão, conseqüentes, como pensavam, da propriedade, e construiria uma nova ordem baseada na justiça social. Acreditaram que a fraternidade da classe operária transcenderia as fronteiras nacionais, que a guerra acabaria quando os trabalhadores do mundo se recusassem a pegar o fuzil e disparar contra seus camaradas de outropaís. Acreditavam que, quando conseguissem realizar sua tarefa — a derrubada do capitalismo —, as desigualdades e as injustiças sociais seriam eliminadas, deixando o homem livre para realizar sua natureza boa, como Deus pretendia. Esse idealismo foi um poderoso motor do progresso social, uma força política real, a energia motriz e a fé de homens como Kropotkin, Jean Jaurès, Keir Hardie, Eugene Debs. Grande parte dele foi dirigido para fins materiais práticos e conquistas de classe — maiores salários, menos horas e melhores condições de trabalho — mas o que alimentava o movimento era o fogo do idealismo de seus líderes, que acreditavam estar agindo não apenas em prol de uma classe ou grupo, mas de toda a humanidade.

Creio que não preciso discutir a modificação representada pelo movimento trabalhista de hoje, ou antes, pelo *establishment* trabalhista, pois já não é mais um movimento. O trabalhismo conquistou os direitos e ganhos pelos quais lutava, e agora praticamente controla o empregador, e não o contrário, mas o maior conforto e bem-estar não parecem ter contribuído para a sabedoria ou a felicidade da espécie humana. A ilusão tenninou em 1914, quando o socialismo caiu vítima do nacionalismo e a classe operária foi à guerra com o mesmo entusiasmo de todas as outras. Pouco depois, o objetivo há muito desejado, a revolução, foi realizado, de maneira inacreditável, num país. Que animação, que entusiasmo, que grandes esperanças! “Vi o futuro, e funciona”, proclamou Lincoln Steffens. Mas se aquilo era o futuro, apenas comprovou a mais melancólica das verdades da história: que toda revolução, como disse o anarquista francês Sebastien Faure, “tennina no reaparecimento de uma nova classe dominante”. Ou, no caso da Rússia, como se foi aos poucos tornando claro, numa nova tirania.

E, o que não deixava de ser natural, o cinismo predominou nas décadas de 1920 e 1930. Comparadas com o período anterior à guerra, quando o futuro estava cheio de promessas, essas décadas pareciam uma época em que, na frase de Gertrude Stein, “não havia mais futuro”.

Ao mesmo tempo, no cenário político, os melhores esforços internacionais em prol da segurança coletiva — o Tratado da Liga das Nações, os Tratados de Washington para a Limitação Naval, o Pacto Kellogg-Briand pelo qual 15 nações renunciavam à guerra como instrumento de política nacional — foram inúteis ante a disposição agressiva. O Japão engoliu a Manchúria e avançou sobre a China, a Alemanha rearmou-se e ocupou a Renânia sem resistência, a Itália anexou a Etiópia e uma débil tentativa de sanções fracassou, e, em Espanha, onde a resistência ao fascismo pelo menos tomou forma, ela foi esmagada em nome da não-intervenção.

O que permitiu tais acontecimentos foi, creio eu, o inverso da vontade de beligerância, ou, antes, uma vontade muito dividida entre agressores e apaziguadores. Os vitoriosos da última guerra, sem um motivo como o da Alemanha para recomençar a batalha, temiam qualquer perturbação do *status quo*, em especial a ameaça à propriedade representada pelo comunismo. Ninguém tem tantos temores quanto os donos de propriedades: é o dono da casa quem treme, e não quem a ronda por fora. Maior do que o medo, o verdadeiro enfraquecedor da democracia foi uma espécie de derrotismo moral, nascido do cadáver da última guerra. Ele solapou a vontade de resistir à agressão.

E assim, mal completados vinte anos da mais terrível experiência sofrida pela humanidade como um todo, depois dos ferimentos e da gangrena, das mortes, doença, destruição, da terra devastada e das árvores sem folhas, dos meses e anos nas trincheiras, da lama e do sangue, dos bombardeios e do gás, do cheiro de corpos podres, do piolho e do tifo, da perda de lares, deslocamento de populações, incêndio de aldeias, da fome, miséria, brutalidade e sofrimento de todos os tipos, voltamos a repetir tudo isso.

Como pôde acontecer tal coisa? Quem teria imaginado em 1919 que vinte anos seria tudo o que o mundo se concederia como trégua? É uma pergunta terrível, e o mais pernicioso testemunho contra o homem que a história terá a apresentar, ou pelo menos crer, até a década de 1960, quando o uso excessivo do solo, do ar e da água está causando uma ruína do nosso ambiente que pode ser ainda mais pernicioso.

Juntamente com a Segunda Guerra Mundial ocorreu um episódio de desumanidade do homem que, pelas suas proporções, intenção consciente e prática organizada, não tem precedentes. Sua significação histórica não me parece ter sido ainda perfeitamente compreendida. A tentativa da nação alemã de exterminar os judeus e realizar o que chamaram de 'solução final' foi um ato dificilmente conciliável com a nossa idéia de progresso humano. Os alemães, que a conceberam e quase a concluíram, eram considerados uma das mais civilizadas das nações, e por eles mesmos como a mais civilizada. Não obstante, mergulharam numa orgia de selvajaria praticada como uma política nacional oficial, num nível que se acreditava ser impossível à humanidade. E o que não é menos significativo, é que as outras nações — exceto a Dinamarca, mas não os Estados Unidos, que menos tinham a temer — viram, deixaram acontecer, não ofereceram asilo ou salvação, e em geral evitaram interferir, chegando a um ponto que sugere que não se teriam sentido infelizes se a 'solução final' fosse consumada.

Na verdade, creio estarmos testemunhando um fenômeno semelhante, agora, no tratamento de Israel na ONU, em comparação com a tolerância demonstrada aos ataques árabes. O anti-semitismo é muito antigo, muito cômodo, muito latente nos Estados Unidos como nas pessoas, e evidentemente

impossível de exorcizar. Desconfio que os judeus sobreviverão, ainda que seja apenas porque o mundo precisa deles como bodes expiatórios de um ou outro tipo de culpa. Se desaparecerem, o mundo se sentiria obrigado a reinventá-los.

O historiador precisa, parece-me, de uma perspectiva de pelo menos 25 anos, preferivelmente de cinquenta, para formar uma opinião que tenha qualquer valor, por isso não falarei do presente. Exceto para uma rápida olhada para a ciência, ou melhor, a ciência aplicada, isto é, a tecnologia, pois é sobretudo ela que o leitor vê. Os quatro maiores agentes da mudança nos últimos 25 anos, aproximadamente, foram a bomba, a válvula, o computador e a pílula, ou seja, a energia nuclear, a televisão, a eletrônica e o anticoncepcional. Quanto à revolução na moral sexual que resultou em parte da pílula (embora seja também um fenômeno cíclico, que se repete na história) o aspecto realmente chocante é a concepção descuidada de crianças indesejadas, em números crescentes. Adolescentes da escola secundária parecem, com frequência, considerar a gravidez uma condição que só afeta a elas, sem vê-la como uma condição que traz à vida outro ser humano. Magoadas e ressentidas como crescem, essas crianças serão um ônus crescente para a sociedade. Nessas circunstâncias, não parece racional impor restrições aos anticoncepcionais e ao aborto. Quando já existe gente demais, filhos indesejados não devem ser postos no mundo.

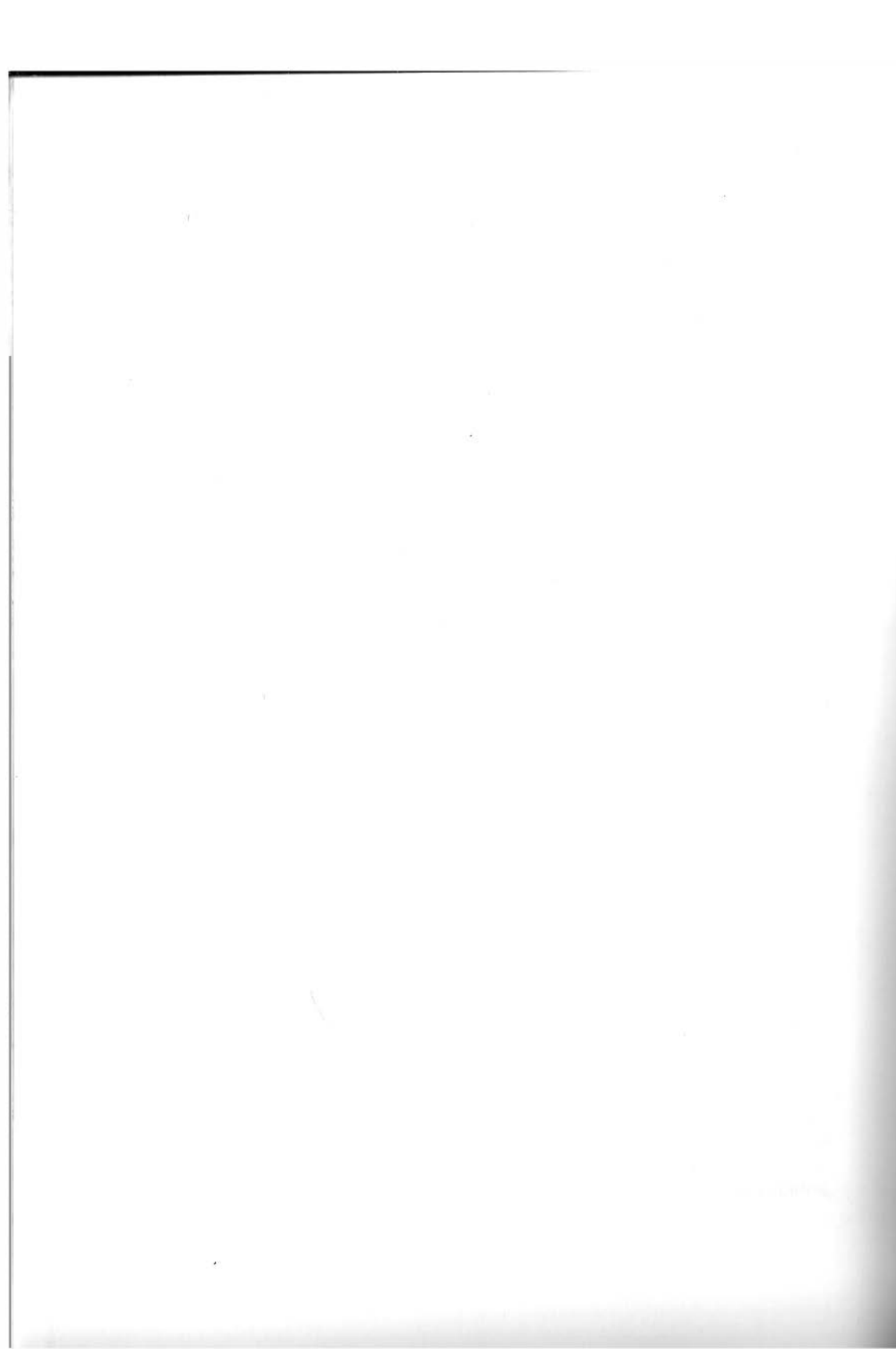
O computador e a válvula fogem do meu tema hoje, e, ainda mais, a bomba. Atemorizados, muito propriamente, com o que fizemos, não a usamos novamente desde o seu primeiro emprego, mas sua estratégia chegou ao extremo da dissuasão, conhecido como Destruição Mútua Assegurada (*Mutual Assured Destruction*) que tem o acrônimo revelador de M-A-D (louco). Parece que colocamos um rótulo em nós mesmos, para o caso de algum futuro historiador precisar de uma indicação.

Enquanto isso, usamos incessantemente aquela arma que tem a mesma capacidade de matar, o automóvel, responsável pela morte de cinquenta mil pessoas por ano, nos Estados Unidos, sem falarmos nos milhares de atropelamentos — uma Hiroshima que nos impomos a nós mesmos todos os anos. Se acrescentarmos às baixas humanas a terra que o automóvel tem destruído com rodovias e estacionamento, a poluição do ar pelas suas exalações, os horrores perpetrados no campo pelos postos de gasolina, o sufocamento das cidades pelo seu trânsito, ele pode ser considerado facilmente o mais destrutivo instrumento jamais imaginado pelo homem. Não obstante, quando de sua criação foi um instrumento maravilhoso de liberdade, que transportava as pessoas em velocidades emocionantes e abria novas possibilidades de movimento e viagem. Agora, ele se transformou num monstro, do qual todos precisam de um ou dois, em geral duas vezes o tamanho e a potência necessários ao uso útil. A proliferação e os efeitos nocivos poderiam ser controlados, mas não são. Todos sofrem, mas ninguém dá o basta.

O mesmo impulso incoercível parece caracterizar outros produtos da tecnologia. O que pensar de uma sociedade que usa um combustível caro e escasso para aquecer casas no inverno a 26 graus porque 15 graus é muito frio, para depois refrigerá-las no verão para 15 graus, porque 25 é muito quente? Há uma loucura em tudo isso, um senso de forças que escapam ao controle, da máquina fugindo ao controle do homem, o que é uma outra fonte do mal-estar geral desta era.

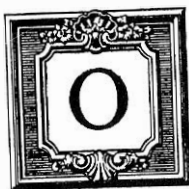
Reconheço que não dei, até agora, um espaço proporcional às coisas boas, estimulantes e agradáveis, mas, como meu propósito foi examinar as origens de nosso descontentamento, a ênfase recaiu necessariamente sobre os aspectos negativos. É provável que isso não seja injusto, porque, na minha opinião, o saldo do século XX teve, até agora, mais coisas más do que boas, embora ao futuro possa parecer diferente, quando voltar os olhos para nós. As perspectivas modificam as coisas. O mundo é velho e a história, longa, cerca de quatro mil anos de história registrada, dos quais a década de 1960 representa um quarto de 1%. Dentro dessa perspectiva, o 'agorismo' se torna insignificante.

Terá havido alguma utilidade nesse sombrio catálogo? Não tenho certeza, mas possivelmente a confusão de nossa época possa parecer menos insensata e absurda, quando se mostra que ela nasce de causas reais e demonstráveis. É geralmente útil saber a razão das coisas.



O generalato*

* Conferência, U. S. Army War College, abril de 1972, *Parameters*, primavera de 1972.



TEMA DESTA NOITE foi-me sugerido pelo comandante deste colégio sem nenhuma explicação: apenas a palavra 'generalato', sem adornos. Sem dúvida ele podia supor, com segurança, que o assunto em si mesmo seria de um interesse automático para este público, da mesma maneira que a maternidade interessaria a uma platéia de mulheres grávidas. Não sei se o general Davis achou que seria um assunto adequado para mim por ser eu a biógrafa de um general que ilustra claramente certas qualidades do generalato, tanto pela sua presença como pela sua ausência, ou se ele pensava em alguma coisa mais ampla.

De qualquer modo, ao refletir sobre o tema, fiquei intrigada por várias razões: por ser importante, por ser elusivo e porque me parece estar sofrendo, em consequência dos acontecimentos dos últimos 25 anos, uma transformação radical que pode tornar irrelevante grande parte do que hoje sabemos sobre ele. Falarei desse aspecto mais adiante.

Devo começar dizendo que não tenho maiores qualificações para falar sobre o assunto como Tennyson teria, porterescrito *A carga da brigada ligeira*. Não escrevi sobre a capacidade de soldado de Stilwell em sua biografia, mas sim por sua condição de figura focal e extraordinariamente capaz de representar as relações norte-americanas com a China. Não escrevi *The guns of August* como um estudo da maneira pela qual os planos de guerra não dão certo, pelo menos, eu não sabia que estava fazendo isso até terminar o livro. Não sou principalmente uma historiadora militar, e se for realmente historiadora, é mais ou menos por acaso. Mas, como a vida só é interessante quando tentamos alguma coisa um pouco além de nosso alcance, vou enfrentar a incumbência.

No *Dictionary of military quotations*, do coronel Heinl, o assunto 'generais' e 'generalato' toma, em conjunto, mais espaço do que qualquer outro verbo. Se as entradas que com eles se relacionam de perto, 'comando' e 'liderança', forem somadas, o assunto como um todo tem duas vezes mais páginas do que qualquer outro. Porque é tão importante? A resposta é, no meu entender, porque as qualidades que entram no exercício do generalato em ação têm o poder,

num período de tempo muito condensado, de determinar a vida ou a morte de milhares de pessoas, e, por vezes, o destino de nações. As qualidades do general tornam-se, então, de um interesse absorvente não só para os militares, como também para os cidadãos em geral, sendo obviamente vital para o Estado determinar quais são essas qualidades, identificá-las nos candidatos ao generalato e assegurar que seus possuidores e as respectivas posições se combinem.

Também já ouvi dizer que o comando supremo na batalha é a única atividade humana total, porque exige o exercício igual das faculdades físicas, intelectuais e morais, ao mesmo tempo. Tentei desmontar essa afirmação (sendo por natureza, ou talvez por profissão, dada a questionar todas as generalizações) e pensarem outras ocupações que pudessem pretender o mesmo, mas de fato não há outra. O generalato em combate é a única que possui tal distinção.

As qualidades que ele exige dividem-se em duas categorias, tal como as vejo: as de caráter, isto é, de liderança pessoal, e as de capacidade profissional. Quando se trata de comando em ação, a primeira categoria é provavelmente mais importante do que a segunda, embora seja inútil, é claro, se for separada da segunda, e vice-versa. O mais brilhante mestre de táticas não pode ganhar uma batalha se, como o general Boulanger, tiver a alma de um subalterno. Nem pode o mais fascinante e ousado soldado vencer se, como o general Custer, for incompetente no desenvolvimento.

A coragem, de acordo com o marechal De Saxe, é a primeira de todas as qualidades. “Sem ela”, como ele diz de maneira inquestionável, “as outras são de pouco valor, já que não podem ser usadas”. Creio que ‘coragem’ é uma palavra demasiado simples. O conceito deve incluir tanto a coragem física como a moral, pois há pessoas dotadas da primeira e sem a segunda, e isso não basta para o generalato. Na verdade, a coragem física deve ser combinada com a inteligência, pois, como diz o provérbio chinês, “o general que é corajoso e estúpido é uma calamidade”. A coragem física, combinada com a moral, torna seu possuidor decidido, e eu discordaria de De Saxe e diria que a principal qualidade é a resolução. É ela que permite ao homem predominar sobre as circunstâncias, sobre os subordinados e, finalmente, sobre o inimigo. É a determinação de alcançar a meta — nas piores circunstâncias, simplesmente sobreviver, ou, numa situação limitada, concluir a missão — mas, quaisquer que sejam as condições, predominar. Creio ser esse o *sine qua non* da ação militar. Quem o tiver terá também, ou a conseguirá de algum modo, coragem para apoiar a sua determinação. Pode, porém, ser corajoso como um leão, e ainda assim falhar, se lhe faltar a vontade necessária.

Vontade era o que Stilwell tinha, a determinação absoluta, inquebrantável, inflexível de cumprir a missão, quaisquer que fossem os obstáculos, os antagonistas ou as frustrações. Quando o caminho que ele lutou para abrir através da Birmânia finalmente chegou à China, depois de ter sido afastado, uma mensagem de seu sucessor reconheceu que o primeiro combate a fez e a passagem

terrestre era produto de “sua vontade indômita”, embora Stilwell não estivesse mais ali.

Os homens sensatos dirão que a vontade deve ser informada pelo julgamento, para que não leve a um esforço, ou a um sacrifício, maior do que o justificado pelo objetivo, ou a uma teimosia cega em função de um objetivo cujas dificuldades mostraram ter sido um erro visar, desde o começo. Isso é bem verdade; o bom julgamento está certamente entre os pontos essenciais do generalato, talvez o mais essencial, segundo o historiador naval Raymond O'Connor. Ele cita a definição de C. P. Snow do julgamento como “a capacidade de pensar muitas coisas ao mesmo tempo, em sua interdependência, sua importância correlata, e suas conseqüências”. O julgamento pode não ser sempre racional, e sim mais intuitivo, baseado no senso da situação, combinado com a experiência.

O julgamento aconselhará por vezes a ousadia, como ocorreu quando o almirante Nimitz, contra a opinião de todos os almirantes e generais de seu comando, insistiu em atacar Kwajalein, sede do quartel-general japonês no coração mesmo do arquipélago Marshall, embora isso significasse deixar as ilhas exteriores em poder do inimigo e na linha norte-americana de comunicações. No caso, os aviões norte-americanos conseguiram imobilizar as forças dessas ilhas, enquanto Kwajalein estava relativamente indefesa, porque os japoneses, pensando dentro das mesmas linhas dos subordinados de Nimitz, se tinham convencido de que os norte-americanos não tentariam tomá-la.

Com mais freqüência, porém, o julgamento aconselha ‘não’, enquanto a vontade diz ‘sim’. Em situações extremas, os grandes resultados são obtidos quando a vontade se sobrepõe ao julgamento. Só a vontade levou Washington a resistir ao inverno de Valley Forge, aquele nadir de sofrimento e abandono, e só a sua extraordinária vontade manteve, evitando as deserções, um exército gelado, faminto, descalço, sem soldos e provisões do Congresso continental. O julgamento teria dito: “Vá embora.” Suponho ter sido a vontade que arrastou Aníbal pelos Alpes, embora o julgamento possa ter indagado o que aconteceria depois de atingido o seu objetivo, tal como o julgamento poderia ter mostrado a Stilwell que a sua missão — a mobilização de um exército chinês eficiente sob o regime de Chiang Kai-shek — era irrealizável. Também Aníbal falhou em seu objetivo: nunca tomou Roma, mas foi chamado de o maior soldado de todos os tempos.

A situação pede, por vezes, uma vontade que diga simplesmente: “Não serei vencido”, e também no caso, em condições extremas, ela deve se sobrepor ao julgamento. Depois do terrível colapso de quatro batalhas perdidas uma depois da outra, nas fronteiras francesas em 1914, e com o exército francês recuando caoticamente e o inimigo invadindo, o julgamento poderia ter perguntado se a França não estava vencida. Isso nunca ocorreu ao comandante-em-chefe, o general Joffre, que possuía, em grau insuperável, uma qualidade de grande

importância para os generais: era impassível. A firmeza de temperamento num general é aconselhável em qualquer momento, e o máximo de firmeza é a calma que pode ser mantida em meio ao desastre. É possível que a imunidade de Joffre ao pânico viesse da falta de imaginação, ou ele pode ter sofrido todo o tempo daquilo que Stilwell chamava de "sensação de afundamento", e ter ocultado seu sentimento. Não sabemos, pois ele não tinha um diário. Qualquer que fosse a fonte de sua imperturbabilidade, a França teve sorte em que ela existisse no homem certo, no momento certo. Evidentemente foi Gallieni quem viu e aproveitou a oportunidade de inverter o desastre, e Foch e Franchet d'Espèrey quem proporcionaram o *élan* para realizar esse feito, mas foi a certeza de Joffre, inarredável, que manteve o exército. Sem ele, poderia não ter havido exército para deter-se no Mame.

No alto da lista das qualidades essenciais de um general está o que chamo de fator 'faça isso'. É extraído da afirmação que Shakespeare põe na boca de Marco Antônio: "Quando César diz 'faça isso', está feito." Essa qualidade de comando baseia-se não só no conhecimento da tática e do terreno, nem dos recursos e do desdobramento do inimigo numa situação específica, mas também do grau de confiança que os subordinados têm no conhecimento de que dispõe o general. "Quando Stilwell dizia o que fazer na Birmânia", disse um oficial, "tínhamos certeza de que era a coisa certa. É isso que o soldado quer saber." Se oficiais e soldados acreditam que o general sabe o que está falando e que suas ordens são acertadas para as circunstâncias, eles farão aquilo que lhes é mandado, porque a maioria das pessoas se sente aliviada ao encontrar um superior em cujo julgamento pode confiar. Essa é, na verdade, a diferença entre a maioria das pessoas e os generais.

Chego agora à segunda categoria, isto é, à capacidade profissional. Isso abrange a capacidade de decidir o objetivo, de planejar, de organizar, de dirigir, de valer-se da experiência e de utilizar todo o conhecimento e técnicas nas quais o profissional foi treinado. Não há muito sentido, parece-me, em ir mais longe nesse aspecto e ocupar-me dos princípios profissionais do generalato; primeiro, porque, se os senhores não sabem mais sobre isso do que eu, não deveriam estar aqui, e, segundo, porque me parece muito difícil selecionar absolutos. O principal depende em grande parte do tempo, lugar e história, e da natureza dos beligerantes. Direi apenas que a ponte que une as duas categorias — que une a liderança pessoal à capacidade profissional — é a inteligência, a qualidade que De Saxe coloca em segundo lugar em sua lista, depois da coragem.

O tipo de inteligência varia, suponho, de acordo com a ocupação. No médico, deve ser a inteligência da compreensão; no advogado, uma inteligência pessimista, invariavelmente; no historiador, deve ser exata, investigadora e sintetizadora. No militar, segundo a bela frase de De Saxe, deve ser "forte e fértil em recursos". Gosto disso: é uma exigência que sentimos ter sido deduzida da experiência de um soldado. Ela se enquadra bem no desempenho

militar de nosso tempo que mais se aproximou da perfeição, ou de qualquer modo o menos confuso: o dos israelenses na Guerra dos Seis Dias de 1967.

Naquele microcosmo, condensado para nós nos limites visíveis de seis dias, as qualidades de resolução e ânimo, do fator 'faça isso', a demonstração de conhecimentos especializados e uma inteligência diretora "forte e fértil em recursos", tudo isso se combinou e funcionou como as peças lubrificadas de um motor. Não preciso deter-me nas circunstâncias que fizeram com que isso acontecesse, das quais talvez a principal fosse a de que nenhum recuo ou derrota era possível — qualquer uma das duas hipóteses teria significado a aniquilação daquele minúsculo país, do tamanho do Estado de Massachusetts. O conceito de generalato dos israelenses, porém, não contém princípios que se possam aplicar fora de suas fronteiras. Prever, é um deles. Ser cético, crítico, flexível e, finalmente, obstinado — na execução da missão — é outro. Essa qualidade, que já mencionei em relação a Stilwell, parecia ser a que os israelenses mais enfatizavam num oficial.

O princípio que me pareceu receber destaque especial, embora mais no nível de planejamento do que na execução, foi o conhecimento do inimigo — de sua capacidade, seu treinamento, sua psicologia —, tão completo e preciso quanto o estudo prolongado, a familiaridade e todos os meios de coleta de informações pudessem proporcionar. Nesse setor os israelenses têm a vantagem de saber antecipadamente a identidade do inimigo: ele mora ao lado. Não obstante, parece-me que os norte-americanos poderiam aprender com essa lição.

Se prestássemos mais atenção na natureza, motivação e capacidade, especialmente na Ásia, do oponente cuja destruição empreendemos com tanta confiança — para não falarmos dos aliados que apoiamos —, não nos teríamos saído tão mal, tão *inesperadamente* mal, no Vietnã. Não nos teríamos surpreendido, para nossa confusão e consternação, investindo mais e mais esforço inútil contra uma capacidade de resistência constantemente desorientadora, e não só de resistência, mas também de iniciativa. Na arrogância de nossa grandeza, riqueza e superior tecnologia, temos a tendência de esquecer a necessidade de examinar fontes de energia que podem ser diferentes em outros. Se em 1917 Edith Cavell pôde dizer: "Patriotismo não basta", precisamos agora de outra voz de sabedoria para nos dizer: "Tecnologia não basta." A guerra não é um grande projeto de engenharia. Há gente do outro lado, com uma força e uma vontade que nunca nos demos o trabalho de avaliar. Em consequência dessa omissão, fomos arrastados a uma beligerância maior, e certamente mais ruínosa, do que pretendíamos. Lutar sem compreender o adversário não serve, em última análise, à reputação dos militares, nem à reputação de um país.

Tendo chegado apressadamente ao presente, gostaria de examinar o generalato, de agora em diante, em termos desse presente. Sei que as matérias militares são geralmente estudadas e ensinadas com exemplos do passado, e poderia continuar com uma palestra agradável sobre as qualidades dos grandes

capitais, com máximas adequadas de Napoleão, referências ao general Grant e anedotas sobre como o rei Jorge respondeu, ao lhe dizerem que o general Wolfe eralouco: "Gostaria que ele mordesse alguns dos meus outros generais", mas tudo isso os senhores já sabem. Além disso, poderia ser um exercício sobre o obsoleto, pois, com as modificações que ocorreram na guerra desde meados do século XX, deve seguir-se necessariamente uma mudança no generalato.

O conceito de guerra total do início do nosso século já teve sua época. Foi afastado do palco pelo aparecimento da arma total, a explosão nuclear, com sua capacidade de matar em massa, sem distinções. Como há poderio nuclear suficiente para destruir mutuamente os dois lados, independente de quem dispare primeiro, ela se transformou na arma que não pode ser usada, criando com isso uma nova situação. Se a guerra, como todos aprendemos, é a continuação da política por meio da força, estamos agora frente ao fato de que não há política, ou objetivo político, que se possa obter com vantagem iniciando uma guerra nuclear que destrói todas as partes. Em consequência, as guerras limitadas, com objetivos limitados, são o único instrumento, quando a política exige o apoio pelos meios militares. Investigando, descobri que isso foi percebido por alguns espíritos alertas quase que imediatamente após ter acontecido: pelo ex-embaixador George Kennan, por exemplo, que escreveu, em 1954, quando todos os outros estavam seduzidos pela bomba, que as armas nucleares não tinham ampliado o âmbito da guerra, mas exatamente o contrário, que "o dia das guerras totais acabou, e que de agora em diante as operações militares limitadas são as únicas capazes, concebivelmente, de servir a qualquer finalidade coerente".

A significação disso para o militar provavelmente será perturbadora, porque, como o general britânico *sir John Winthrop Hackett* disse recentemente numa palestra para a nossa *Air Force Academy*: "As guerras limitadas com finalidades políticas têm muito mais probabilidade de serem causadoras de tensões morais[...] do que as grandes guerras do passado." Os Estados Unidos, não será necessário dizer, já estão sofrendo a verdade desse princípio.

A transformação vem ocorrendo nos últimos vinte anos, enquanto a vivamos sem realmente perceber — eu, pelo menos, como civil, não percebi. É preciso distanciar-se de um fenômeno para ver a sua forma, e precisamos de perspectiva para olhar para trás e dizer: "Ali foi o ponto em que a modificação ocorreu." Como podemos ver agora, a Coreia foi a nossa primeira guerra política. O curso dos acontecimentos, desde então, mostra que o papel dos militares — tal como se evidencia pelos russos no Egito e nós mesmos no sudeste da Ásia — tem sido o de intervir em países subdesenvolvidos, em nível chamado de 'consultivo', ou de 'assistência', com o objetivo de influir nos assuntos desse país, segundo os propósitos de quem presta a 'assistência'. Esse papel já desenvolveu a sua força-tarefa e seu programa de treinamento no Programa de Oficiais de Assistência Militar em Fort Bragg. De acordo com sua forma-

lação, a tarefa é “assistir países estrangeiros com problemas de segurança interna” — um belo eufemismo para contra-insurgência — “e desempenhar funções que têm impacto sócio-político sobre operações militares”.

Em suma, a missão dos militares nesta era sócio-política é a da contra-revolução, ou, em outras palavras, sufocar o comunismo, ou, se preferirem o eufemismo, criação de nacionalidade, vietnamização ou talvez paquistanização ou africanização de algum cliente, desejoso disso ou não. É uma grande modificação, em relação à defesa dos Estados Unidos continentais, o que os fundadores do país pretendiam fosse a nossa função militar.

O que representa essa mudança para o generalato? “Terá o exército visto o fim de seus grandes líderes de combate de postos superiores?” Cito essa pergunta do recente livro *Military men* de Ward Just, correspondente do *Washington Post*. Haverá ainda âmbito para as qualidades de liderança pessoal que outrora representavam toda a diferença? No passado, era o homem que contava: Clive, que conquistou a Índia com 1.100 homens; Cortés, que tomou o México com menos; Charles Martel, que fez recuar os muçulmanos em Tours; Nelson, que venceu Napoleão em Trafalgar, e incidentalmente revelou uma fonte de sua proeza ao dizer: “Se houvesse mais *ladies* Hamiltos haveria mais Nelsons. Embora se pudesse esperar que isso agradasse o pessoal do Women’s Lib, que já está em cima de mim, receio que não agrade, porque do ponto de vista delas é o tipo errado de influência. De qualquer modo, também esse fator pode desaparecer, pois duvido que o amor, ou o triunfo amoroso, tenha papel significativo na inspiração dos generais a grandes feitos, a nível consultivo, ou de vietnamização.

Acima de tudo, entre os homens de caráter que, como indivíduos, fizeram uma diferença histórica, houve Washington. Quando, montado em seu cavalo branco, ele mergulhou no meio de homens em pânico e com a “terrível eloquência do desprezo impossível de ser colocado em letra de fôrma”, susteve a retirada de Monmouth, provocou o seguinte elogio de Lafayette: “Nunca vi homem mais soberbo.”

Será ele necessário no novo exército de hoje, cujo curso de pós-graduação mais desejado, depois deste, é, segundo dizem, um período letivo na Harvard Business School? Para atender às necessidades de hoje, o general deve ser em parte diplomata, em parte gerente de pessoal, em parte analista de armas, em parte agente de compra e venda. O general Creighton Abrams já foi considerado por um repórter como *dois* generais: primeiro, “um comandante ousado e decidido no campo de batalha, depois, um diplomata sutil e infinitamente paciente”. Para os seus sucessores, o segundo papel provavelmente suplantará o primeiro, sem demora.

Daquela atividade humana total, física, intelectual e moral, o que restará para o general? Dados os detectores químicos, sensores, desfolhantes e armas biológicas, radar infravermelho e comunicação eletrônica por satélite, para não

falamos, como foi certa vez concebida pelos nossos planejadores, uma cerca elétrica invisível para barrar o inimigo, o âmbito de decisão em ação deve inevitavelmente reduzir-se. A artilharia, e até mesmo o fogo da infantaria, será dirigida pelos computadores, que vão dos modelos de bolso na mochila do soldado até os modelos grandes nos quartéis. Isso deve criar a estonteante perspectiva da eliminação do erro humano, como a visão do professor Skinner de eliminar o mal humano pela máquina de ensinar. A realização de qualquer uma dessas perspectivas, posso garantir-lhes como historiador, tem a mesma possibilidade do retorno do dinossauro.

A modificação mais importante seria a da relação dos militares com o Estado. É um território delicado, com um potencial de perturbação, e estou entrando aqui numa área de especulação que os senhores podem considerar refutável e, certamente, discutível.

Para que possa cumprir ordens do governo sem hesitação ou sem questionar, o quadro de oficiais manteve tradicionalmente, no conjunto, o hábito do não-partidarismo, pelo menos superficial, quaisquer que fossem as paixões ideológicas que estivessem sob a superfície. Pode essa atitude durar quando os militares são mandados para lutar por finalidades tão especulativas ou tão imprecisas que não sustentam um estado de guerra legal? Os senhores poderão dizer que é uma questão de semântica, mas a semântica constitui uma boa prova. Como escritora, posso dizer-lhes que a dificuldade de escrever claro invariavelmente reflete um pensamento perturbado, em geral uma percepção incompleta dos fatos ou de seu significado.

Que proporção de oficiais no sudeste da Ásia cumprem seus deveres hoje sem se perguntarem “Por quê?” ou “Para quê?” Ao cumprirem seus deveres sócio-políticos no futuro, esse número crescerá ao ponto de tomar-se incômodo? É por isso que o princípio, hoje extinto, de que uma nação só deve ir à guerra para defender-se, ou por um interesse nacional vital e imediato, era prudente. A nação que se orientar por ele terá mais argumentos para seus próprios cidadãos e certamente para a história. Ninguém pode interpretar Pearl Harbor erroneamente, nem ter dificuldades em explicar ou definir a necessidade de resposta. A guerra, que consome vidas, é uma coisa demasiado séria para não ter uma definição. Ela *exige* definição — e declaração. Nenhum cidadão, creio eu, quer militar ou civil, deve ser obrigado a arriscar sua vida porque os homens indefinidos em Washington acham que é uma boa idéia usar recursos dúbios, ou a dissuasão, ou a contenção, ou qualquer que seja a idéia predominante no momento.

Se o militar vai ser usado para fins políticos, poderá continuar sendo um autônomo inocente? Chegará o momento em que essa posição será abandonada, e o Exército, ou os membros do Exército, questionarão e julgarão o objeto daquilo a que são chamados a fazer? Não que, necessariamente, discordem da política adotada pelo governo. Geralmente, a política norte-americana desde o

início da guerra fria tem sido a contenção do comunismo, com o que podemos presumir que o Exército concorda. Mas as questões estão-se tornando complexas. O que pensar sobre a Rússia, em função da China? E da Índia, tendo em vista o Paquistão, onde recentemente evitamos as conseqüências de uma loucura por um triz? E o Oriente Médio? Suponhamos que decidamos que, se não salvarmos a Síria da influência russa, o Iraque cairá? Ou suponhamos que transpuséssemos esse princípio para a América do Sul? Podemos jogar dominó em qualquer continente. O que acontecerá se cometermos de novo o erro de entrar numa guerra do lado errado da história?

Isso não é culpa nossa, responderão os militares. É uma decisão civil. O braço militar permanece sob controle civil. Truman não despediu MacArthur?

É certo que nos Estados Unidos os militares nunca questionaram seriamente o governo civil, mas nos últimos anos não tiveram necessidade de fazê-lo. Com um terço do orçamento nacional absorvido pelos gastos militares, com o custo sem limites de produção das armas nucleares e de outras armas modernas, com 22 mil empresas contratadas para produzir para a defesa e 100 mil subcontratadas operando nos Estados Unidos, a fusão dos interesses industriais-militares domina a economia e se infiltra por todos os setores do governo.

O novo orçamento de 83,4 bilhões de dólares para a defesa representa cinco vezes o volume destinado à educação e quase quarenta vezes as verbas de controle da poluição (nosso governo ainda não compreendeu que a poluição é hoje uma ameaça mais grave do que os russos). Custa em média dez mil dólares por ano manter cada soldado, em comparação com um gasto nacional de 1.172,86 dólares para cada pessoa, nos Estados Unidos. Em outras palavras, o soldado absorve dez vezes mais. O Pentágono, que é o pulso de toda essa energia e atividade, gasta anualmente 140 milhões de dólares só em relações públicas, quase duas vezes mais do que todo o orçamento do Fundo Nacional para as Artes e Humanidades. Quando os interesses militares, e os relacionados com os militares, penetram a tal ponto no governo, este se torna mais ou menos prisioneiro do Pentágono.

Nessa situação, a responsabilidade final pela elaboração da política já não é claramente indentificável. O que é claro é que o militar, exercendo tal influência sobre o governo, não pode ao mesmo tempo manter sua posição de inocência.

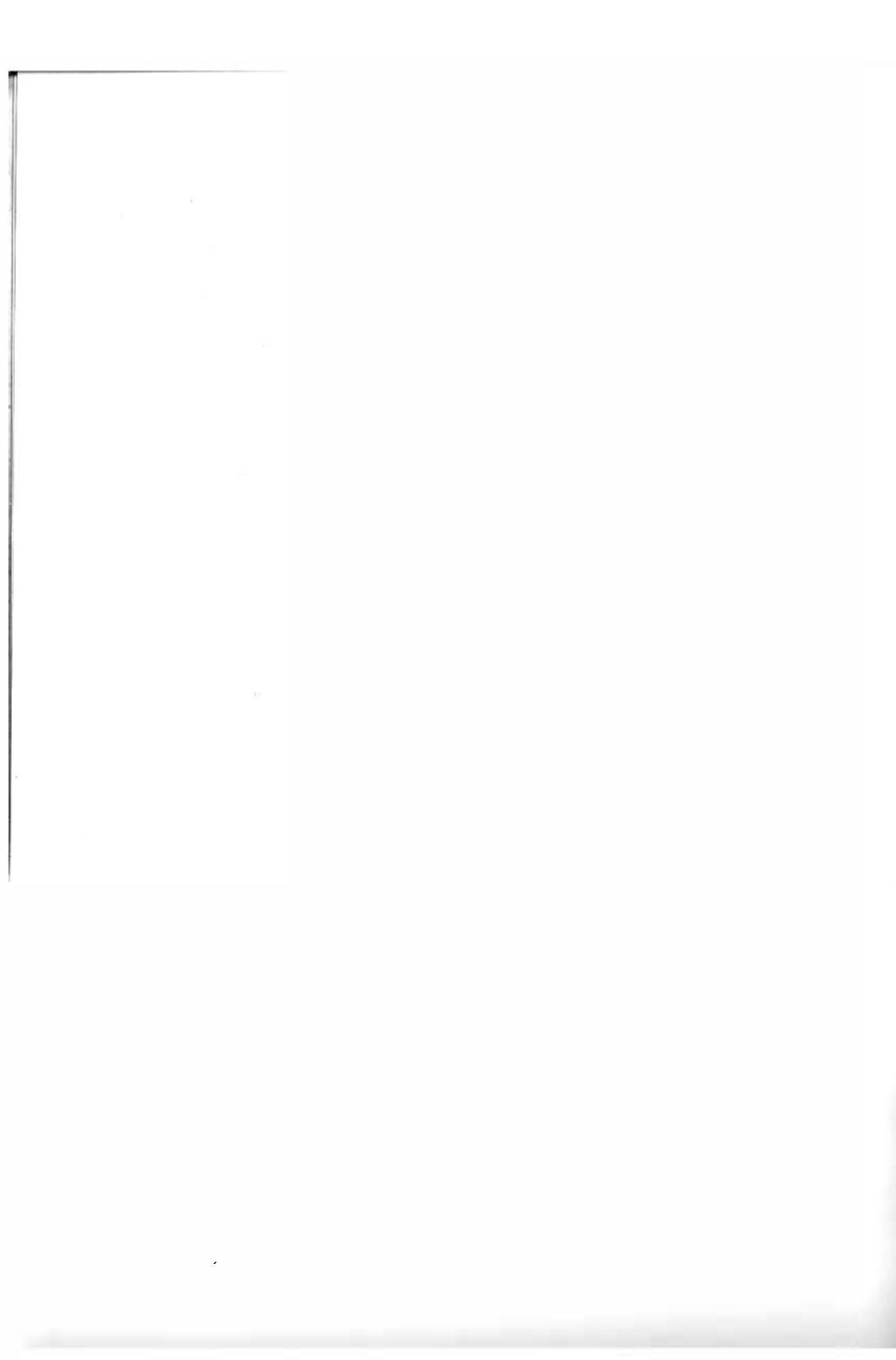
Antigamente, qualquer missão problemática podia ser resolvida pela invocação do lema abrangente: Dever, Honra, Pátria. Desde que tivesse um *casus belli* como o Maine, ou Alamo, o militar podia realizar qualquer expedição dúbia sem agonia. A fórmula de West Point talvez já não seja suficiente. A pátria é bastante clara, mas o que é o dever, numa guerra errada? O que é a honra, quando a luta se reduz à destruição do espaço vital — para não falarmos das vidas — de um povo que nunca nos fez mal? A resposta simples de West Point é que dever e honra consistem em cumprir as ordens do governo. Foi o

que os nazistas disseram em sua defesa, e os julgamos por crimes de guerra, apesar disso. Destruímos a validade de nossas próprias alegações, em Nuremberg e Tóquio.

Quando a luta chega à fórmula clássica, recentemente expressa por um soldado ao incendiar uma aldeia no Vietnã ("Temos de destruí-la para salvá-la"), devemos ir além do dever e da honra, e perguntar: "Onde está o bom senso?" Sei que o bom senso não figura no lema de West Point; não obstante, os soldados estão, como todos os outros mortais, sujeitos à lei de Descartes: "Penso, logo existo." O pensamento continuará interferindo. É esse o preço de se abandonar a pureza da autodefesa como *casus belli*. Quando o soldado começa a pensar, segundo o bom soldado Schweik, "ele já não é um soldado, mas um desprezível civil". Não sei se chegaremos a tal ponto, mas é útil apresentar o ponto de vista civil.

Desejará a sociedade civil, realmente, que o exército comece a pensar por si mesmo? Não cria isso toda a sorte de temidos potenciais de golpes de direita e motins de esquerda? Embora os militares normalmente tendam para a direita, tem havido outros casos: o Novo Exército Modelo de Cromwell derrubou o rei, o motim naval de Kronstadt e as deserções da frente provocaram a Revolução Russa. Já temos uma força recrutada perigosamente indisciplinada no Vietnã, o que reconhecidamente não resulta do pensamento, mas de uma aversão geral. Embora tal aspecto não seja político, pelo que se pode ver, certamente não é salutar.

Sei que me desvici muito de meu tema, mas levanto estas questões porque parece-me que o generalato terá de enfrentá-las, de agora em diante. O problema desta palestra, que creio já ser evidente, é que não tenho nenhuma das respostas. Isso exigirá outro tipo de pensador. Só posso dizer que tem sido um desafio ser general; esse papel, como o do cidadão, não se está tornando mais fácil.



Por que
os estadistas
não ouvem*

* Discurso, Foreign Service Association, janeiro de 1973, *Foreign Service Bulletin*, março de 1973.



REUNIMO-NOS para homenagear um grupo de diplomatas — representados na pessoa de Jack Service — que a história reconheceu que tinham razão; e não só a história, mas também por atos, embora não fomalmente, o atual governo. Poderá haver alguém daquele grupo que trabalhava na China durante a Segunda Guerra Mundial que, vendo um presidente norte-americano viajar pessoalmente à China comunista em 1971, não tenha consciência de uma ironia tão grande a ponto de estremecer? Poderia alguém, lembrando-se de atitudes passadas, ver o retrato do presidente Nixon e Mao em cadeiras de braços iguais, com sorrisos levemente amarelos usados com coragem para disfarçar seu constrangimento mútuo, e não sentir que a verdade é realmente mais estranha do que a ficção? Quando eu era jovem, a revista *Vanity Fair* costumava publicar uma série chamada 'Entrevistas Impossíveis', pelo artista-caricaturista Covarrubias, na qual colocava Calvin Coolidge frente a Greta Garbo ou John D. Rockefeller, Sr., frente a Stalin, mas o encontro do ano passado em Pequim supera Covarrubias.

Mas ele poderia ter acontecido há 25 anos, poupando-nos, e à Ásia, danos imensos e até certo ponto irreparáveis, se a política norte-americana tivesse sido guiada pelas informações e recomendações do pessoal da embaixada em Chungking, reconhecido como o melhor grupo de diplomatas na China. Dele faziam parte o embaixador, Clarence Gauss, o conselheiro George Atcheson, ambos falecidos, e, entre os secretários e cônsules espalhados por toda a China, além do sr. Service, homens como John Paton Davies, Edward Rice, Arthur Ringwalt, Philip Sprouse e, alternativamente na China e no setor chinês do Departamento de Estado, Edmund Clubb e o falecido John Carter Vincent. Vários tinham nascido na China, muitos falavam chinês, e temos a felicidade de contar com alguns deles presentes aqui, hoje.

Por estarem certos, foram perseguidos, demitidos ou tiveram suas carreiras prejudicadas ou bloqueadas, mas os danos que lhes foram causados pessoalmente foram ultrapassados pelos prejuízos causados ao serviço diplomático dos Estados Unidos. Nenhum espetáculo, disse Macaulay, era tão ridículo quanto o público inglês num de seus periódicos ataques de moral, e nenhum, podemos acrescentar, tão mesquinho quanto o público norte-americano numa de suas periódicas caças às bruxas. Vossos colegas e antecessores foram ca-

çados porque o desempenho capaz e honesto de sua profissão chocava-se com a histeria da guerra fria, manipulada por um homem absolutamente sem princípios ao ponto de ser anormal. Não continuarei essa história agora, por mais importante que seja para os senhores e para todo o cidadão, porque quero falar de um problema talvez mais permanente, que é o seguinte: por que esses homens não foram ouvidos antes de serem perseguidos.

A essência de seus relatórios, tomados em conjunto, era de que Chiang Kai-shek estava saindo e os comunistas entrando, e que a política norte-americana, em lugar de se apegar ao primeiro, deveria levar em conta essa tendência. Isso estava implícito em relatórios de homens que não tinham contato com os comunistas, mas eram unânimes em descrever a deterioração do Kuomintang. E foi dito explicitamente pelos que viram os comunistas de perto, como Service, em seus notáveis relatórios de Yenan; Ludden, que viajou pelo interior para observar o funcionamento do governo comunista, e Davies, cujo ouvido estava em toda parte. Foram inequívocos em considerar os comunistas como o partido dinâmico no país; nas palavras de Davies, em 1944, "o destino da China não era o de Chiang, mas o deles". Isso não era subversão, como iriam alegar nossos 'caçadores de vermelhos', mas simplesmente observação.

Qualquer governo que não quisesse entrar de olhos abertos num pântano, levando o país consigo, teria presumivelmente reexaminado suas opções, àquela altura. É para isso, em última análise, que empregamos o pessoal do serviço diplomático: para aconselhar os responsáveis pelas políticas quanto às condições concretas nas quais devem basear um programa realista. A questão crucial é: porque seus relatórios não foram levados em conta? Porque há uma lacuna persistente entre os observadores no local e os elaboradores de política, na capital? Embora eu não possa falar por experiência, gostaria de tentar encontrar algumas respostas, como um analista que está de fora.

Em primeiro lugar, a política é formada de preconceitos, de tendências há muito implantadas. Quando as informações são transmitidas aos responsáveis, eles reagem em termos do que já está dentro de suas cabeças e, em consequência, tomam a política menos adequada aos fatos do que às noções e intenções formadas da bagagem mental que acumularam em suas mentes desde a infância. Quando o presidente McKinley teve de decidir se anexava as Filipinas em 1898, ajoelhou-se à meia-noite, segundo seu próprio relato, e pediu "a Deus Todo-Poderoso luz e orientação". Foi por isso levado a concluir "que não nos restava outra coisa senão tomá-los a todos, educar os filipinos, elevá-los, civilizá-los, cristianizá-los e, com a graça de Deus, fazer o melhor que pudéssemos por eles, como nossos semelhantes pelos quais Cristo morreu".

Na realidade, o principal impulso era a pressão da escolha do "destino manifesto", que desejava um ponto de apoio no Pacífico, mas a bagagem mental de um presidente na década de 1890 exigia que agisse em termos do

Deus Todo-Poderoso e do ônus do homem branco, tal como a estrutura mental de seus sucessores, em nossa época, exigiu que reagissem em termos de anticomunismo. Observadores mais próximos do que o Deus Todo-Poderoso poderiam ter informado McKinley que os filipinos não tinham nenhum desejo de ser cristianizados nem civilizados, nem de trocar o domínio espanhol pelo norte-americano, mas sim conquistar sua independência. Ignorado esse detalhe, logo nos vimos empenhados não em civilizar, mas numa cruel e sangrenta guerra de repressão, para nossa grande vergonha. A incapacidade de levar em conta a natureza da outra parte tem, com frequência, resultados desastrosos.

A mesma incapacidade dominou o presidente Wilson, que tinha uma estrutura mental oposta à de McKinley, sendo a favor do 'progressivismo', da reforma e da nova liberdade. Assim, quando o reacionário general Huerta deu um golpe no México em 1913, Wilson ficou obcecado com a idéia de que lhe cabia arrancar o usurpador das costas dos mexicanos, para que o México pudesse ser governado com o consentimento do povo. "Meu interesse são os 85% submersos, que lutam para ser livres", disse ele, mas na realidade os 85% estavam escondidos em suas cabanas, incapazes de ver diferença entre Huerta e seu rival Carranca. Wilson, porém mandou os fuzileiros tomarem Vera Cruz; intervenção que não apenas o consternou porque custou vidas norte-americanas, como só conseguiu agravar a agitação no México e arrastar os Estados Unidos a uma maior intervenção, dois anos depois, contra aquele homem popular, Pancho Villa. A paixão política é uma boa coisa, mas será ainda melhor se for uma paixão *informada*.

Também as inclinações de Roosevelt eram a favor do 'progressivismo'. George Kennan contou que, quando o pessoal da embaixada em Moscou começou a relatar os expurgos stalinistas da década de 1930, revelando uma tirania tão terrível quanto a dos tzares, o presidente considerou esses relatórios produto do que julgava ser a mentalidade típica do Departamento de Estado e não os levou em conta. Teria sido não só incômodo, como perturbador, receber relatórios que exigiriam uma modificação de atitude para com a União Soviética (a política externa obedece à lei da inércia de Newton: ela continua a fazer o que vinha fazendo, a menos que seja impelida por uma força irresistível). Em lugar de ficar desconcertado com revelações que, por sua própria inclinação, julgou tendenciosas, Roosevelt fechou a Divisão Russa, sua biblioteca foi dispersada e seu chefe demitiu-se. Esse desejo de não ouvir as verdades infelizes — "Não me confunda com fatos" — é apenas humano e muito comum entre os chefes de Estado. Não era o portador de más notícias freqüentemente morto pelos reis antigos? A reação vingativa de Chiang Kai-shek às notícias desagradáveis era tal que seus ministros aos poucos deixaram de dá-las, e com isso ele passou a viver numa fantasia.

Vossos relatórios têm de passar também por um crivo de fatores psicológicos dos seus destinatários: temperamento, ambições particulares, o medo de

parecer influenciável ou o sentimento íntimo do governante de que sua masculinidade está em jogo. (Esse é um problema masculino que infelizmente não perturba as mulheres, o que poderia ser uma vantagem, ao se ter uma mulher num alto cargo. Qualquer que seja a inadequação íntima de uma mulher, não a obriga a compensar mostrando-se dura. Poderia citar Golda Meir como objeção, mas temos a impressão de que sua dureza é antes natural do que neurótica, além de ser exigida pelas circunstâncias.)

O desejo de provar sua masculinidade foi, imagino, um dos fatores que levaram o presidente Nasser, do Egito, a provocar a guerra com Israel em 1967, para que não pudesse ser acusado de fraqueza, nem parecesse menos combativo do que os sírios. Sentimos a mesma coisa nas personalidades de Johnson e Nixon, em relação à retirada do Vietnã; havia aquela dúvida terrível: "Será que vou parecer frouxo?" Estava claramente presente em Kennedy, também. Por outro lado, não parece ter preocupado Eisenhower, Truman ou Franklin D. Roosevelt.

Um caso clássico de temperamento que obscurece os fatos é revelado por John Davies em seu recente livro, *Dragon by the tail*. O maior erro de Stalin, observa ele, foi subestimar o comunismo chinês. "Ele foi enganado pelo seu próprio ceticismo. Não achava que Mao pudesse vencer porque, espantosamente, tinha muito pouca fé no poder de uma guerra popular".

De todas as barreiras que os relatórios vindos do local têm de atravessar, a mais impenetrável é a descrença dos responsáveis pela política naquilo que não querem acreditar. Nem todas as provas de um avanço alemão pela ala direita obtidas pelo estado-maior francês nos anos imediatamente anteriores a 1914, inclusive documentos autênticos que lhes foram vendidos por um oficial alemão, puderam afastá-los do seu plano fatal de atacar pelo centro, nem persuadi-los a preparar uma defesa na sua ala esquerda. Em 1941, quando o agente duplo Richard Sorge, em Tóquio, informou a Moscou as datas exatas da iminente invasão alemã, sua advertência foi ignorada porque o medo que os russos tinham desse acontecimento levou-os a não acreditarem nela. Foram arquivadas sob a classificação "informações duvidosas e enganosas". O mesmo princípio dominou o recebimento, por Washington, dos relatórios da China, na década de 1940. Não importavam as provas de que o colapso do Kuomintang era apenas uma questão de tempo; nada pôde levar Washington a afrouxar as ligações com Chiang Kai-shek, nem despertar os responsáveis daquilo que John Service chamou então de "uma indolente conveniência a curto prazo".

Os mitos nacionais são outro obstáculo no caminho do realismo. O instinto norte-americano de ativismo, o mito do "pode-se fazer", levou-nos recentemente a um mal que não era necessário e que manchou a história norte-americana a um ponto que o tempo não poderá apagar. Stewart Alsop fez uma observação interessante a 28 de janeiro de 1973, na *New York Times Book Review*, de que os presidentes norte-americanos desde Roosevelt não gos-

tavam do Departamento de Estado e recorreram a muitos militares, porque tendem a ser ativos solucionadores de problemas do tipo “pode-se fazer”, ao passo que os altos funcionários do serviço diplomático tendem a ser “analistas céticos das dificuldades”; e presidentes inseguros e preocupados preferem os conselhos positivos aos negativos. Notarão que esse recurso aos consultores militares coincide com a era de poderio aéreo e tem muito a ver, creio eu, com a enorme atração da solução fácil — a idéia de que um problema desagradável pode ser resolvido como que por milagre, do ar, sem contato, sem uma prolongada e suja atividade em terra. A influência do poderio aéreo sobre a política externa pode constituir um estudo interessante.

O ativismo no passado, o impulso de melhorar uma situação má, de buscar uma terra melhor, de avançar para uma fronteira nova, foi uma grande força, a grande força, em nossa história, com resultados positivos quando operada numa esfera que podemos controlar. Na Ásia isso não ocorre, e o resultado foi desastroso. Desconhecendo as realidades locais e a profundidade da motivação, desconhecendo uma lição como Dien Bien Phu, sentimo-nos impelidos a agir, em lugar de ficarmos fora do problema. Seria útil que aprendêssemos a deixar, ocasionalmente, que as coisas buscassem uma solução local.

O mito mais caro de nossa época foi o do monólito comunista. Descobrimos agora, felizmente embora com atraso, que a suposta unidade sino-soviética é na verdade um acerbo antagonismo de dois rivais envoltos em ódio, medo e suspeita mútua. Nosso julgamento original não tinha muito a ver com os fatos, mas foi antes um reflexo de medos e preconceitos. Reações automáticas desse tipo não são o melhor guia para uma política externa útil, que eu definiria como a conduta de relações e o exercício de influência de modo a servir melhor um auto-interesse esclarecido.

Resta a questão de saber o que pode ser feito para diminuir a distância entre a informação vinda do local e a elaboração de políticas, na capital. Primeiro, continua sendo essencial manter a integridade dos relatórios do serviço diplomático, não só pelo que podem oferecer, como para proporcionar uma base para uma mudança de política, quando esta se torna imperativa. Segundo, é necessário encontrar um meio de exigir que idéias preconcebidas e fixações emocionais sejam testadas periodicamente em confronto com a realidade. Talvez fosse possível uma legislação impondo uma pausa regular para reflexão, para questionamento da oportunidade de determinada orientação, para diminuir as perdas, se necessário.

Dei uma volta para chegar a Jack Service, o ponto focal desta reunião.

Service nasceu na China, na província de Sechuan, filho de pais missionários que serviam com a Associação Cristã de Moços. Sua juventude foi passada na China, até que voltou aos Estados Unidos para frequentar o Oberlin College, onde se formou em 1932. Casou-se com uma colega de classe, e quem conhece Caroline Service identifica nela um exemplo antigo da boa escolha de Jack.

Depois de aprovado para o serviço diplomático, voltou à China, porque não havia vagas durante a Depressão, e ingressou na profissão como funcionário burocrático em Kunming. Comissionado como diplomata, serviu em Pequim e Xangai, e ingressou na embaixada em Chungking, em 1941. Durante a guerra, serviu metade de seu tempo na China, vendo as realidades fora do miasma da capital. Essa oportunidade culminou quando, depois de ficar adido ao quadro de Stilwell, serviu como conselheiro político da Missão Militar Norte-Americana de Observação em Yenan, o primeiro contato norte-americano oficial com os comunistas. Sua série de convenções com Mao, Chu En-lai, Chu Té, Lin Piao e outros líderes, reproduzidas em relatórios vivos, quase *verbatim*, com comentários oportunos, são uma fonte histórica de primeira e singular importância. Igualmente impressionantes são os exemplos que mostram Service tentando, apaixonadamente, convencer e persuadir os responsáveis, como o informe preparado para o vice-presidente Wallace em junho de 1944, e o famoso telegrama em grupo ao Departamento de Estado, em grande parte redigido por Service — um esforço desesperado do pessoal da embaixada de evitar a queda de Hurley pelas corredeiras com Chiang Kai-shek. Se havia paixão ali, era pelo menos uma paixão informada.

Depois de sua prisão no caso da Amerásia em 1945, Service foi exonerado e absolvido, e promovido em 1948 a oficial classe 2, para ser novamente envolvido por todas as velhas acusações em 1949, quando a vitória comunista na China provocou nossa histeria nacional e tomou o senador McCarthy, numa estranha aliança com os interesses privados na China, o dono da alma norte-americana. Se Chiang Kai-shek ia continuar recebendo o apoio norte-americano, era imperativo que a 'perda' da China, como se dizia, fosse vista não como uma falha de dentro, mas como obra de alguma conspiração subversiva de fora. Esse espectro atendia exatamente a certas necessidades norte-americanas. Juntamente com outros, Service sofreu as consequências. Apesar de uma série de absolvições, foi condenado por dubiedade de fidelidade e afastado do Serviço Exterior pelo secretário Dean Acheson em 1951, como Davies e Vincent foram posteriormente demitidos pelo secretário Dulles. Seis anos de processos nos tribunais finalmente resultaram num veredicto unânime em seu favor, pelo Supremo Tribunal dos Estados Unidos, em 1957. Voltou ao Serviço Exterior, mas foi mantido longe de missões nas quais poderia usar seu conhecimento e experiência na China. Quando se tornou evidente que o governo Kennedy não lhe ofereceria melhores perspectivas, Service demitiu-se em 1962 e desde então trabalha com o Centro de Estudos Chineses da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Felizmente para a história e a reputação do serviço diplomático, os relatórios de Service e seus colegas na China, na década de 1940, estão agora num lugar onde podem ser consultados por todos: os volumes publicados de *U. S. Foreign Relations, China Series*. Pelo veredicto inflexível da história, eles continuam de pé.

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

Em nosso aniversário —
os Estados Unidos como idéia*

* *New York*, 12 de julho de 1976.



NOSSO PAÍS É uma nação concebida, e não uma nação que evoluiu lentamente de um passado antigo. Foi uma idéia planejada de democracia, de liberdade, de consciência e busca da felicidade. Foi a promessa de igualdade, de oportunidade e de liberdade individual dentro de uma ordem social justa, em oposição às restrições e repressões do Velho Mundo. Em contraste com o militarismo da Europa, iria renunciar aos exércitos permanentes e “embainhar a desoladora espada da guerra”. Foi uma experiência de utopia para testar a tese de que, dada a liberdade, a independência e o autogoverno local, o povo, nas palavras de Kossuth, “amadurecerá no devido tempo para toda a excelência e toda a dignidade da humanidade”. Foi uma vida nova para os oprimidos, foi o iluminismo, foi o otimismo.

A despeito da hipocrisia e da corrupção, da ambição, da chicana, da brutalidade e de todos os outros maus hábitos do homem, seja no Velho ou no Novo Mundo, a idéia básica dos Estados Unidos permaneceu, no todo, dominante nos primeiros cem anos. Com ressalvas, nela acreditavam os norte-americanos, os visitantes que vieram ajudar a revolução ou, mais tarde, observar nosso progresso e os imigrantes que vinham às centenas de milhares, fugindo a uma situação intolerável em suas terras natais.

Essa idéia deu forma à nossa política, às nossas instituições e, até certo ponto, ao nosso caráter nacional, mas não constituiu nunca a única influência a se fazer sentir. As circunstâncias materiais exerceram uma força oposta. A abertura da fronteira, as dificuldades de uma instalação a partir do nada, a abundância de recursos naturais, todo o vasto desafio de um continente que esperava ser explorado combinaram-se para produzir um materialismo generalizado e um interesse voltado para o dinheiro, a propriedade e o poder, tanto quanto ou ainda mais que no Velho Mundo, do qual tinham fugido. Os recursos humanos de que nos valemos eram significativos: toda leva de imigração trazia para cá pessoas dotadas de uma energia extra e de apetite suficiente para romper suas raízes e atravessar um oceano desconhecido, em busca de uma vida melhor. Dois outros fatores contribuíram para o processo de formação: a sombra da escravidão e a destruição do índio nativo.

Quando de seu centenário, os Estados Unidos eram um sucesso material. Durante o seu segundo século a idéia e o sucesso lutaram num constante conflito. A Estátua da Liberdade, erguida em 1886, ainda simbolizava a promessa aos que “ansiavam por respirar em liberdade”. A esperança, para eles, tal como um visitante estrangeiro viu, estava “domiciliada na América do Norte, como o papa em Roma”. Mas lentamente, na luta, a idéia perdeu terreno, e num ponto crucial em torno de 1900, com a aceitação norte-americana de um imperialismo meio a contragosto, ela perdeu o seu domínio. Cada vez mais invalidada, a partir de então, pelas dúvidas e pela desilusão, a idéia sobrevive no desencanto de hoje, gasto e aleijado, mas não vencido.

O que aconteceu aos Estados Unidos no século XX não é um fenômeno peculiar a esse país, mas parte da experiência do Ocidente. Na Idade Média, a peste, as guerras e a violência social eram consideradas castigo de Deus aos pecados do homem. Se o conceito de Deus pode ser tomado como a consciência do homem, a mesma explicação pode ser aplicável, hoje. Nossos pecados no século XX — cobiça, violência, desumanidade — têm sido profundos, disso resultando que o orgulho e a confiança do século XIX transformaram-se em consternação e aversão por si mesmo.

Temos nos Estados Unidos uma sociedade impregnada, de alto a baixo, pelo desprezo à lei. O governo — inclusive os órgãos encarregados de fazer cumprir a lei —, os negócios, os trabalhadores, os estudantes, os militares, os pobres e os ricos se superam mutuamente na violação das regras e da ética que a sociedade estabeleceu para a sua proteção. O cidadão médio que tenta manter um pouco dos padrões de moral e comportamento em que acreditava no passado é vencido diariamente pelas ondas de venalidade, vulgaridade, irresponsabilidade, ignorância, feiúra e lixo em todos os sentidos da palavra. Nosso governo colabora no exterior com os piores inimigos da humanidade e liberdade. Desperdiça nossa substância na proliferação inútil de equipamentos militares que não podem comprar nunca a segurança, por mais que se acumulem. Não aprende as lições, não usa a prudência e corrompe a todos que sucumbem à febre do Potomac.

Mas a idéia não morre. Os norte-americanos não são passivos em suas faltas. Nós denunciemos e combatemos. Em algum lugar, todos os dias, algum grupo luta contra um abuso público — abertamente e, de um modo geral, apesar do FBI, confiante na Primeira Emenda. Os Estados Unidos distanciaram-se muito da idéia original. Não obstante, nalgum ponto entre o arquipélago Gulag e a cama de penas do bem-estar social do berço ao túmulo, ainda oferece uma oportunidade maior de felicidade social, ou seja, de bem-estar combinado com liberdade e iniciativa individuais, do que é possível em outros lugares. A sociedade ideal pela qual a humanidade vem lutando através dos séculos continuará sempre fora do nosso alcance. Mas se a grande pergunta sobre a possibilidade de conciliar a democracia com a ordem social e a liberdade individual tiver uma resposta positiva, esta estará aqui.

Este livro foi composto nas oficinas das
EDIÇÕES MUIRAQUITA LTDA.
Rua Santa Rosa, 130 Bloco B 304 — Niterói, RJ
e impresso nas oficinas da
EDITORIA VOZES LTDA.
Rua Frei Luís, 100 — Petrópolis, RJ
em novembro de 1991

ANO DA V BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO
(Rio de Janeiro, 28 de agosto a 8 de setembro)

*

Bicentenário do nascimento de
Franz Bopp (14.9.1791 — 23.10.1867)
Bicentenário da morte de
Wolfgang Amadeus Mozart (27.1.1756 — 5.12.1791)
Sesquicentenário do nascimento de
Luís Nicolau Fagundes Varela (17.8.1841 — 18.2.1875)
Centenário do nascimento de
Elmano Cardim (24.12.1891 — 19.2.1979)
Jackson de Figueiredo (9.10.1891 — 4.11.1928)
Centenário da morte de
Arthur Rimbaud (20.10.1854 — 10.11.1891)

*

Centenário de fundação do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (9.4.1891)
60º aniversário de fundação desta Casa de livros (29.11.1931)

CÓD. JO: 02585

*Qualquer livro desta Editora não encontrado nas livrarias pode ser pedido,
pelo reembolso postal, à LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA S.A.*

22251 Rua Marquês de Olinda, 12
Rio de Janeiro
Tel.: (021) 551-0642
Telex: 21327

04112 Av. Lins de Vasconcelos, 3.097, conj. 33
São Paulo
Tel.: (011) 575-9338
Telex: 22074

Este livro reúne ensaios de Barbara Tuchman escritos no decorrer de várias décadas e cobrindo um amplo espectro de assuntos. Na primeira parte ela se ocupa detalhadamente de seu conceito de história e de como deve ser escrita. Mostra em seguida como essa visão se traduz na prática da história, na narrativa dramática que para ela constitui a sua essência. Temos então alguns capítulos magistrais como 'Perdicaris vivo ou Raisuli morto', um delicioso episódio ocorrido no Marrocos de princípios deste século, ou a descrição dos problemas encontrados ao preparar a biografia do general Stilwell, ou ainda ao falar dos melhores momentos vividos pela humanidade — um enfoque positivo das realizações do homem através dos séculos.

Ao escrever sobre acontecimentos contemporâneos, o historiador aproxima-se muitas vezes do jornalista, como acontece nos ensaios sobre o trem de campanha do presidente Franklin D. Roosevelt, ou sobre a estranha personalidade de Woodrow Wilson, ou ainda ao comentar um livro de Henry Kissinger.

Todos esses ensaios estão marcados pelo estilo vivo e pela inclusão de muitos detalhes corroborativos que caracterizam a maneira de Barbara Tuchman fazer história, e que deliciam o leitor.

WALTENSIR DUTRA

Barbara Tuchman é o mais bem-sucedido historiador dos Estados Unidos, e também o melhor. *A prática da história* começa com uma estimulante discussão das técnicas de escrever história e do papel do historiador. Os ensaios que se seguem mostram o brilho com que Barbara Tuchman executa o seu ofício, indo de assuntos tão diversos quanto Henry Kissinger, à China de Mao e à Guerra dos Seis Dias, de Israel. Sua compreensão segura das questões vitais de nossa época e suas opiniões sobre o que a história nos tem a ensinar combinam-se para fazer de *A prática da história* um livro esplêndido e estimulante — complemento adequado para as grandes obras pelas quais Barbara Tuchman é conhecida e admirada por todos.

“[...] nosso melhor historiador narrativo [...] Esta coleção de ensaios e resenhas mostra a perspectiva do historiador e o senso de atualidade do repórter.” PHILIP HOWARD, *The Times*.

“Ela escreve com lucidez e graça e com uma concisão muito elegante [...] Minha admiração por Barbara Tuchman é muito grande [...] uma esplêndida coleção de ensaios.” J. H. PLUMB, *Sunday Telegraph*.

“Ela merece todo o seu enorme sucesso [...] Este é o livro mais intenso e que me deu prazer dos últimos tempos. Absolutamente de primeira classe.” A. L. ROWSE, *Books & Bookmen*.

“[...] admirável [...] a mais clara, melhor escrita e mais prática orientação sobre o ofício histórico, que qualquer historiador, profissional ou não, poderia ter esperanças de receber.” MARGHANITA LASKI, *Country Life*.

